



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE ARTES

DEPARTAMENTO DE ARQUITECTURA

Mosteiro de Santa Maria *Vallis Misericordiæ*.

**A definição da morfologia arquitectónica
cartusiana desaparecida**

Volume I

Maria Gomes Tereso

Orientação: Professora Doutora Marta Sequeira

Mestrado Integrado em Arquitectura

Dissertação

Évora, 2016

Mosteiro de Santa Maria *Vallis Misericordiæ*.

**A definição da morfologia arquitectónica
cartusiana desaparecida**

Volume I

Maria Gomes Tereso

Orientação: Professora Doutora Marta Sequeira

Mestrado Integrado em Arquitectura

Dissertação

Esta dissertação não tem por base o novo acordo ortográfico.
Todas as traduções apresentadas foram realizadas pela autora, com exceção para as
que indicam o autor.

AGRADECIMENTOS

Ao professor doutor Armando Senra Martins, pelas inestimáveis traduções.

A O. S. pela preciosa ajuda na área da Paleografia e pelas revisões entusiásticas das transcrições.

À professora doutora Marta Sequeira, pelos valiosos ensinamentos sobre a arquitectura cartusiana e pelo apoio.

Aos Monges Cartuxos de todo o mundo, que contribuíram com informações e desenhos dos seus mosteiros, agradados com o estudo da sua arquitectura.

A Manuela Pereira, pelo apoio, incentivo e simpatia.

Aos meus pais e irmã, por tudo, sempre.

Ao Ricardo Valente, pela ajuda, compreensão e paciência infindáveis.

A todos, muito obrigada.

ÍNDICE

Volume I

Resumo	3
Introdução	5
Capítulo I – Fundação na Pampulha [1594 – 1598]	27
Capítulo II – Mosteiro primitivo [1598 – 1834]	41
Capítulo III – Eremitério 1614 – [1745]	53
Subcapítulo – Descrição e definição das celas	97
Capítulo IV – Igreja e claustro pequeno [1733 – 1746]	127
Capítulo V – Do apogeu à extinção [1746] - 1834	153
Considerações finais	173
Referências bibliográficas	181
Créditos de imagens	187

Volume II

Anexos

I – Fotografias	3
II – Plantas do Reformatório Central de Lisboa Padre António de Oliveira	7
III – Plantas do Almojarifado de Caxias	9
IV – [Breve biografia de D. Jorge de Ataíde]	11
V – [Carta do rei D. Filipe I aos monges cartuxos, de 30 de Janeiro de 1595]	15
VI – [Requerimento dos monges cartuxos à Santa Casa da Misericórdia]	17
VII – [Requerimento dos monges cartuxos à Santa Casa da Misericórdia, de 12 de Fevereiro de 1635]	19

VIII – [Venda de pedreira ao padre D. Basílio de Faria, a 25 de Agosto de 1615]	21
IX – [Petição dos monges cartuxos para esclarecimentos sobre a execução testamentária de D. António de Castro Montarroyo e Alvelos]	23
X – Padrões das doze celas	27
XI – [Depoimento de Frei Jozé da Assunção sobre uma dívida do mosteiro]	53
XII – [Capela de Bernardo Machado]	55
XIII – <i>Inventário Geral do Mosteiro de Nossa Senhora do Vale de Misericórdia da Cartuxa de Laveiras a que procedeu o Dr. Caetano Ignacio de Souza Barboza Juiz de Fora nesta Vila em consequência de Portaria da Secretaria de Estado dos Negócios de Justiça, 1823</i>	61
XIV – <i>Convento de São Bruno de Laveiras Termo de Oeiras – Traslado do Inventário do Cartório, que se acha nos Autos a página 36, das dívidas activas a página 38v, dos Encargos Pios e não Pios a página 46, dos Foros a página 47, das Tenças, Juros, Padrões, e Ordinarias a página 50, dos prédios urbanos a página 52, dos prédios rústicos a página 56, 1833</i>	151
XV – <i>Crónica Origo Cartusiæ Ulyssiponensis</i>	177

RESUMO

O Mosteiro de Santa Maria *Vallis Misericordiæ*, erigido em Laveiras, entre [1598 – 1746], foi o segundo e último mosteiro da Ordem Cartusiana a ser construído em Portugal. Apesar de se enquadrar numa ordem religiosa com características arquitectónicas específicas, a sua história e morfologia permaneceram em grande parte desconhecidas, devido à escassez de fontes documentais e, possivelmente, ao papel de menor relevância do mosteiro dentro da Ordem da Cartuxa (por ser uma casa pequena e de edificação incompleta). Com este trabalho pretende-se analisar a evolução morfológica arquitectónica deste mosteiro ao longo do seu período de funcionamento como edifício religioso ([1598] – 1834), fazendo conjuntamente o seu enquadramento no panorama da Ordem Cartusiana e relacionando-o com tipologias de diversos mosteiros desta ordem implantados pela Europa. Alguns dos documentos que contribuem indelevelmente para esta análise são inéditos, sendo o mais importante a Crónica *Origo Cartusiæ Ulyssiponensis* (cuja transcrição integral está englobada nesta dissertação), existente no Arquivo Nacional Torre do Tombo.

Palavras-chave: mosteiro, cartuxa, laveiras, *vallis misericordiæ*, arquitectura, cela.

Monastery of Santa Maria *Vallis Misericordiæ* . Definition of disappeared carthusian architectural morphology

Abstract

The Monastery of Santa Maria *Vallis Misericordiæ* was erected in Laveiras, between [1598 – 1746]. It was the second and last monastery of Carthusian Order to be built in Portugal. Although it settles in a religious order with specific architectural characteristics, its history and morphology remained largely unknown, due to scarcity of documental sources and, perhaps, to its less relevant role inside the Carthusian Order (as a small house with incomplete edification).

Thus, this investigation work intends to analyze the architectural morphological evolution of this monastery along its running period as religious building ([1598] – 1834), also doing its contextualization on the panorama of the Carthusian Order and relating it to typologies of several carthusian monasteries, implanted across Europe. Some documents that contribute indelibly to this analysis are unpublished and the most important one is the Chronicle *Origo Cartusiæ Ulyssiponesis* (which full transcription is encompassed in this dissertation), existent in the Arquivo Nacional Torre do Tombo.

Keywords: monastery, charterhouse, laveiras, *vallis misericordiæ*, architecture, cell.

INTRODUÇÃO

A Ordem Cartusiana, fundada por São Bruno em 1084, implantou-se em Portugal no final do séc. XVI, com a fundação do Mosteiro de Santa Maria *Scala Coeli*, em Évora. A esta seguiu-se a do Mosteiro de Santa Maria *Vallis Misericordiae*¹, também conhecido como Cartuxa de Lisboa ou Cartuxa de Laveiras, localizado em Caxias. Ambos constituem o testemunho em Portugal da singularidade da arquitectura cartusiana.

Esta arquitectura teve como base o convento beneditino – espaço de vida em comunidade –, ao qual acrescentou a área eremítica – espaço de isolamento². Ao contrário dos monges beneditinos, que desenvolviam as suas tarefas no claustro comunitário, os eremitas cartuxos elegeram a cela – na verdade, uma pequena habitação – para as suas funções de contemplação, oração e estudo. Estas celas requeriam uma maior superfície de implantação e, por isso, não podiam limitar-se ao claustro junto à igreja. Assim, foi adicionado ao esquema beneditino um claustro de maiores proporções, que tinha em seu redor as celas dos monges. Isto constitui a especificidade primordial da arquitectura destes mosteiros.

A matriz essencial de um mosteiro cartusiano consistia numa igreja, num claustro pequeno – *claustrum minus*, onde se localizavam a sala do capítulo, a sacristia e o refeitório -, e num claustro grande – *claustrum maius*, onde se dispunham as celas. Ao longo dos séculos, este esquema foi sendo desenvolvido de acordo com os espaços que se foram tornando necessários. Para dar um exemplo: alguns mosteiros acrescentaram um segundo claustro pequeno para instalar os irmãos leigos (responsáveis pela manutenção e trabalhos necessários para o sustento do mosteiro) e um pátio de obediências, relacionado com as actividades laborais agrícolas, a cargo dos irmãos leigos. Apesar destas variações, o fundamental eram os três primeiros espaços referidos. Eugène Viollet-le-Duc enunciou, na segunda metade do séc. XIX,

¹ *Maisons de l'Ordre des Chartreux – Vues et Notices*, tomo III. Parkminster: Chartreuse de Saint Hugues, 1916, pp. 247-253. Esta obra foi organizada em quatro volumes, nos quais foram distribuídas as dezoito Províncias Cartusianas e respectivos 264 mosteiros. Para cada mosteiro foi inserido um pequeno texto e uma gravura e/ou planta. Foi a única obra que reuniu informação sobre todos os mosteiros cartusianos construídos até àquela época, juntamente com gravuras que permitiram conhecer as variadas configurações que os mosteiros tomaram.

² BRAUNFELS, Wolfgang, *Monasteries of Western Europe: The Architecture of the Orders*. Princeton: University Press, 1972, p. 111.

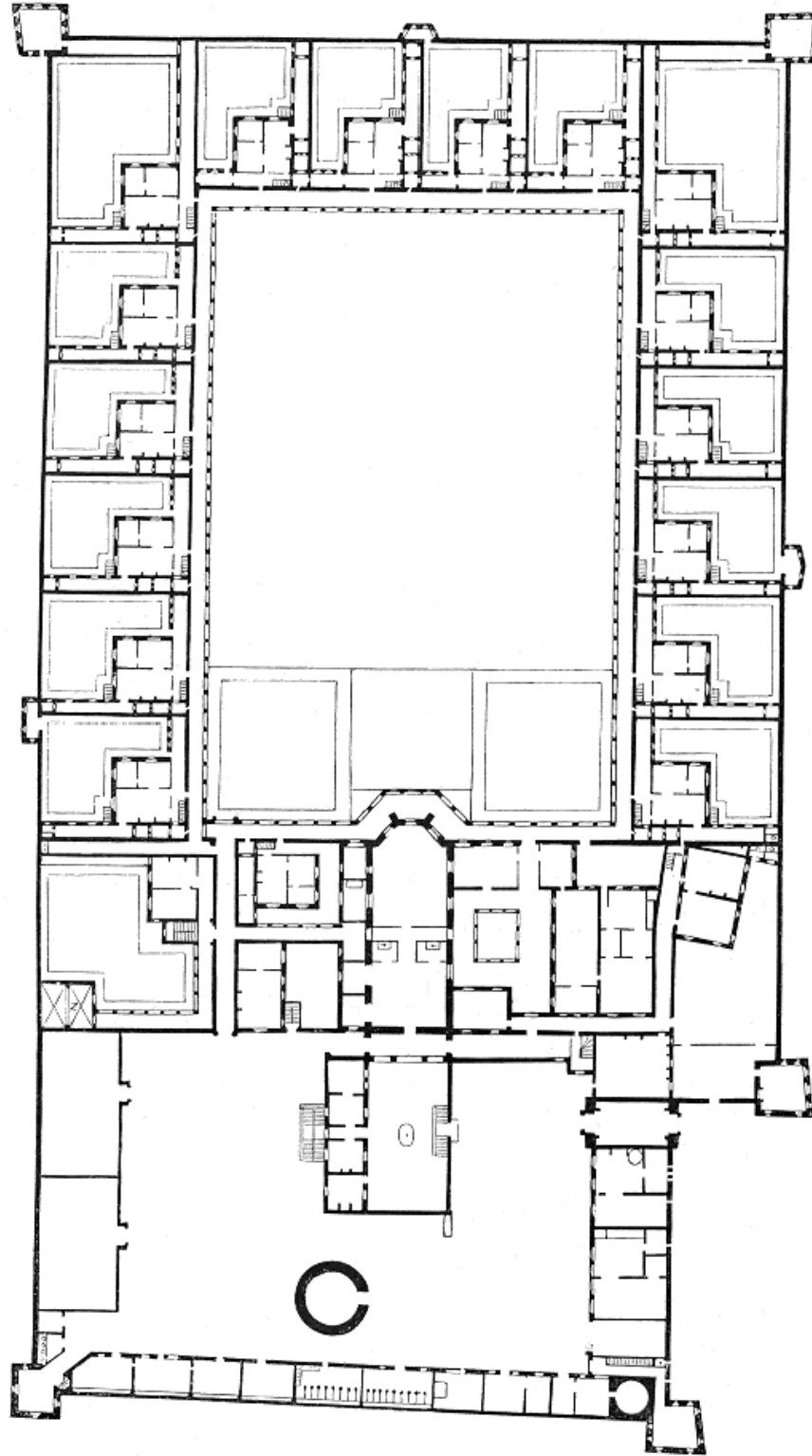


Fig. 1: Planta da Cartuxa de Clermont (França), após as alterações de 1676.

que a planta da Cartuxa de Clermont (França) representava a planta-tipo cartusiana³ (Fig. 1), por englobar os espaços típicos e também por se tratar de uma planta estruturada (tendo em conta eixos de implantação, relação entre espaços e respectiva comunicação).

Este esquema de composição foi o que mais evidenciou a especificidade da arquitectura cartusiana, mas, embora diversas casas da ordem se tivessem enquadrado nesta matriz, nem todas apresentaram planos semelhantes. Dentro dos esquemas arquitectónicos cartusianos existiram os canónicos e os não canónicos. Os primeiros deram primazia à organização dos espaços, comunicação entre os mesmos e enquadramentos simétricos, o que implicou, logo à partida, ignorar as especificidades do local de implantação, principalmente a topografia. Por oposição, os segundos procuraram uma maior relação, exactamente, entre implantação e topografia e tiraram partido de diferentes orientações para os vários núcleos necessários à vivência religiosa. O maior exemplo disto é a orientação que assumiram muitas vezes as celas, de forma a receber melhor iluminação natural, em detrimento do cumprimento da típica orientação de uma igreja cristã ou de uma implantação que favorecesse a igreja.

De facto, a transposição da singularidade arquitectónica cartusiana para todas as zonas geográficas onde se implantaram mosteiros nem sempre foi fácil, porque em cada plano se verificou um condicionamento causado por factores de variados âmbitos, tais como a topografia, o clima, a área disponível, o sistema hidrográfico ou até mesmo os recursos económicos. À medida que novos mosteiros iam sendo criados, o esquema arquitectónico cartusiano era posto à prova – mas os resultados cumpriam sempre o essencial à vida dos monges cartuxos.

Quando a Ordem da Cartuxa chegou a Portugal, já tinham sido fundados quase duzentos e cinquenta mosteiros por toda a Europa, no decorrer de cinco séculos. Isto mostra como, de uma maneira ou outra, a arquitectura cartusiana se conseguiu propagar, mantendo, ainda assim, o seu carácter identitário.

Os mosteiros cartusianos portugueses foram fundados durante o primeiro reinado do domínio espanhol sobre o território português, e tal facto resultou numa notória influência dos mosteiros cartuxos espanhóis⁴ nos projectos dos mosteiros cartuxos portugueses. Por outro lado, os monges que fundaram as casas portuguesas

³ VIOLLET-LE-DUC, Eugène, *Dictionnaire Raisoné de l'Architecture Française du XI^{ème} au XVI^{ème} Siècle*, tomo primeiro. Paris: A. Morel, 1867-1868, pp. 307-310.

⁴ Até ao final do séc. XVI foram construídos treze mosteiros cartuxos na Província da Catalunha e sete na Província de Castela – as duas províncias mais próximas de Portugal –, tendo as casas portuguesas pertencido à de Castela. *Maisons de l'Ordre des Chartreux*, tomo III, pp. 155 e 215, respectivamente.

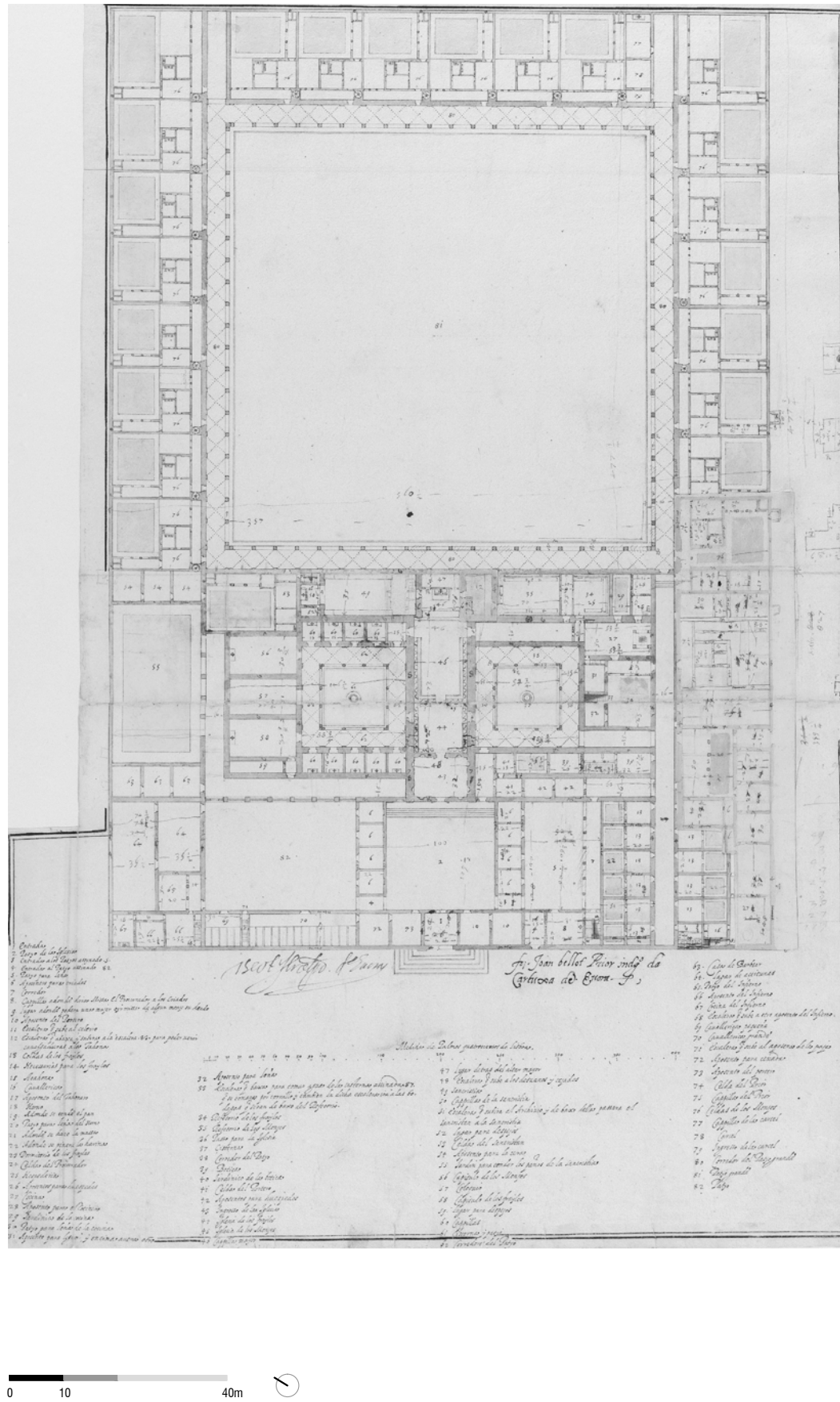


Fig. 2: Planta da Cartuxa de Santa Maria Scala Caeli, de Giovanni Vincenzo Casale.

eram espanhóis vindos do Mosteiro Santa Maria de *Scala Dei*⁵, em Tarragona. A Cartuxa de *Scala Dei* teve influência na génese da Cartuxa de *Scala Cœli* (Fig. 2) e, por conseguinte, este mosteiro influenciou a Cartuxa de *Vallis Misericordiæ*. Os monges da Cartuxa de Laveiras, localizada na ponta Oeste da Europa e isolada em relação à Grande Chartreuse – a casa-mãe da ordem, localizada em Grenoble (França) (Fig. 3) –, tiveram pouco contacto com outros mosteiros, à excepção do de Évora e dos mais próximos, localizados em Espanha. A influência espanhola não foi uma imposição, mas sim a referência disponível, e o mosteiro de Évora tornou-se naturalmente um exemplo a seguir.

Scala Cœli e *Vallis Misericordiæ* tinham inicialmente muitas características comuns – podiam considerar-se casas-irmãs –, mas os seus percursos foram divergindo ao longo dos tempos. O factor que mais contribuiu para esta diferenciação foi certamente o financiamento. O mosteiro de Évora beneficiou das doações do seu fundador, e a construção do edifício ficou quase completa. O seu percurso ao longo de quase dois séculos e meio⁶ foi regularmente marcado por um número elevado de monges residentes e pelo reconhecimento de maior autonomia administrativa, concedida pela casa-mãe. Por oposição, em Laveiras faltaram os recursos, e a construção nunca foi terminada, ao que se juntou uma esporádica falta de monges residentes. Assim, esta casa nunca conseguiu atingir o grau de desenvolvimento e a importância da sua precedente.

Apesar destes mosteiros terem sido fundados na mesma época e pelos mesmos monges, *Vallis Misericordiæ* acabou por se tornar uma casa de pequenas dimensões e com uma comunidade reduzida – *parvæ domus*⁷. No entanto destacou-se, dentro da ordem e no meio religioso em geral, pelo seu elevado nível intelectual. A Cartuxa de Laveiras teve sensivelmente metade dos habitantes da de Évora; como foram os únicos mosteiros cartuxos em Portugal e usufruíram de um estatuto especial de autonomia de governação, a distribuição de monges foi feita de maneira que, em Laveiras, se concentraram os mais idosos. Consequentemente, estes monges dedicaram o seu tempo essencialmente ao estudo, à leitura e à escrita. Por outro lado, praticamente todos os monges que ingressaram em Laveiras eram formados em Teologia e Direito Canónico. Esta formação mostrou-se importante, quer para ajudar a

⁵ *Ibidem*, p. 251.

⁶ Até 1834, data da supressão das ordens religiosas em Portugal, porque foi o período de funcionamento como mosteiro igual para ambos.

⁷ Tradução: pequena casa. Designação atribuída pela Ordem Cartusiana aos mosteiros destinados a comunidades de doze membros ou menos, tais como os de Villefranche, Pádua e Vedana, entre outros. O facto das comunidades terem poucos membros reflectia-se na dimensão dos mosteiros, que tinham menos celas, logo eram pequenos. LEFEBVRE, F.-A., *Saint Bruno et l'Ordre des Chartreux*, tomo II. Paris: Librairie de l'œuvre de Saint-Paul, 1883, pp. 234, 341 e 343, respectivamente.

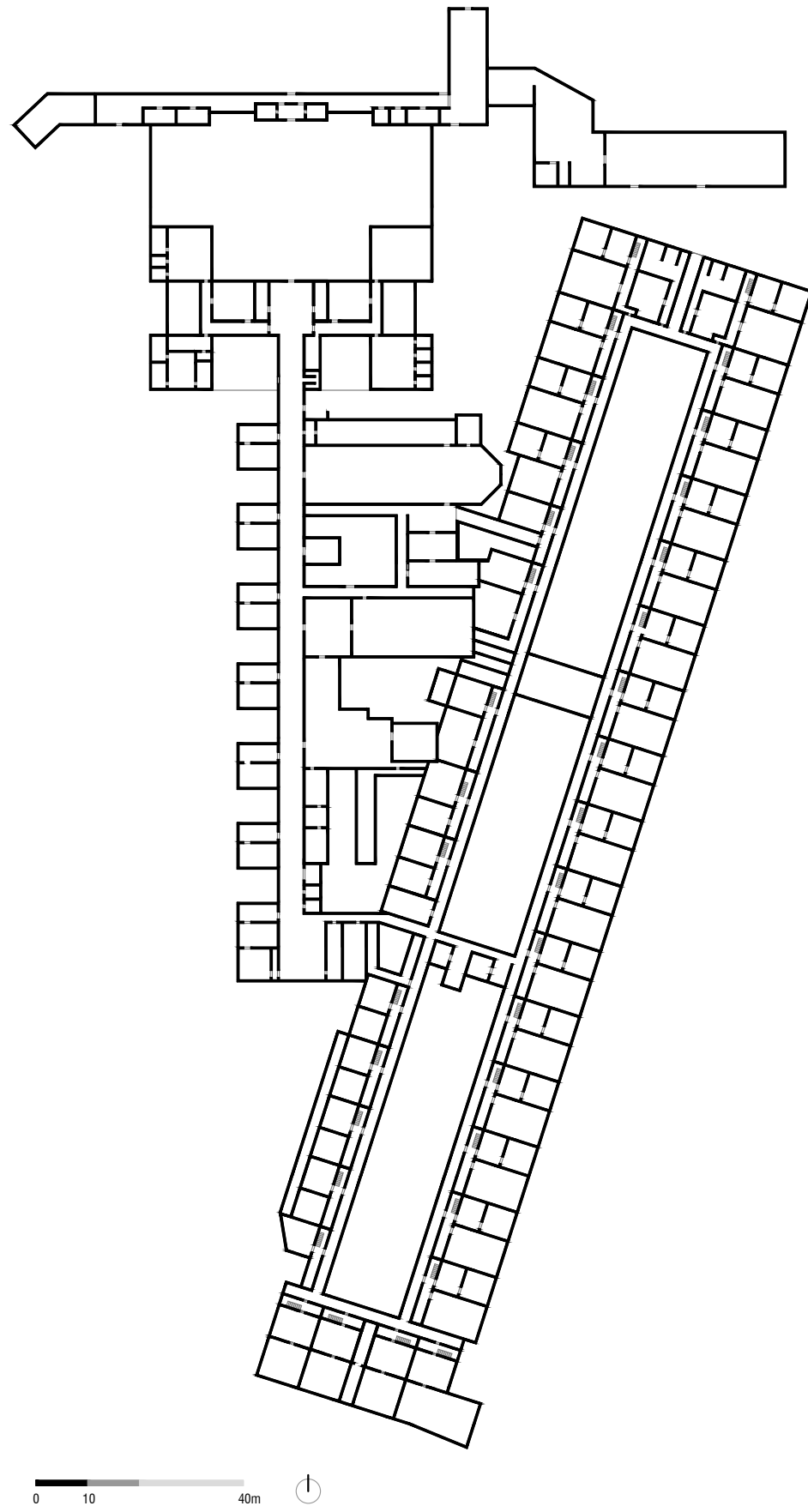


Fig. 3: Planta da Grande Chartreuse (França). Reconstrução após o incêndio de 1676.

defender pleitos que a comunidade teve com outras pessoas, quer para ajudar as pessoas que a eles recorreram pedindo pareceres sobre determinadas matérias⁸.

A Cartuxa de Évora foi objecto de diversas obras, maioritariamente de âmbito religioso e artístico. Mas, mais uma vez, aconteceu o oposto com a Cartuxa de Laveiras, sobre a qual poucos estudos foram realizados. A história do Mosteiro de Santa Maria *Vallis Misericordiæ* tem ficado, em grande parte, envolta em mistério. Muitos deverão ter sido os documentos que, ao longo dos tempos, se perderam ou destruíram. A extinção das ordens religiosas potenciou esse desaparecimento, pois com «o decreto que os extinguiu [os mosteiros], um decreto pior do que cinquenta terremotos, perderam-se as mais belas obras e os melhores documentos que poderiam dar luz sobre muitos factos e esclarecer outros submersos na escuridão dos tempos.»⁹ A construção do mosteiro, por sua vez, não chegou nunca a ser concluída. O facto de ter tido um papel menos relevante no seio da Ordem da Cartuxa – por se tratar de uma casa de pequenas dimensões –, terá certamente contribuído para que não tenham havido muitas investigações relevantes sobre a história deste mosteiro e, principalmente, sobre a sua arquitectura.

Luís Gonzaga Pereira referiu, no séc. XIX, que «a diversidade deste convento, e seos cobiculos com capellas, que tinha cada hum dos religiosos, he objecto digno de consideração, e merecedor de ser copiado antes de ser destruído.»¹⁰ Já nessa época, foram reconhecidas a especificidade do mosteiro e a necessidade premente de se elaborarem registos das suas qualidades arquitectónicas, mas, infelizmente, isso nunca aconteceu.

O reduzido número de estudos relacionados com Mosteiro de *Vallis Misericordiæ* pode também estar ligado à insuficiência de fontes primárias documentais ou ao desconhecimento da sua existência. As que existem actualmente pertencem ao Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT). Trata-se de um fundo arquivístico composto por variadíssimos tipos de documentos. Estes documentos encontravam-se no mosteiro e, com a supressão, foram recolhidos e arrecadados pelas juntas designadas pelo rei¹¹. Há também outros documentos sobre o mosteiro,

⁸ SÃO TOMÁS, Frei João de, *Origines Cartusiarum Lusitanix Eborensis scilicet, & Vlyssiponensis scribebat Pater Frater Ioannes á Divo Thoma Monachus professus, & Vicarius Cartusix Vlyssiponensis. Anno Domini MDCCXXXIII*. Arquivo Nacional Torre do Tombo, Manuscritos da Livraria, n.º 0608, fls. 52-75v.

⁹ ALDEMIRA, Luís Varela, *Um Ano Trágico: Lisboa em 1836 (a propósito do centenário da Academia de Belas-Artes)*. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1927, p. 84.

¹⁰ PEREIRA, Luiz Gonzaga, *Monumentos Sacros de Lisboa em 1833*. Lisboa: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1927, p. 59.

¹¹ O fundo arquivístico é constituído por catorze caixas com diversas composições. Existem registos em pergaminho e papel, nos formatos livro e maços de documentos. A informação abrange temas como requerimentos, disputas judiciais, levantamento de bens imóveis, contratos de compra e/ou venda de

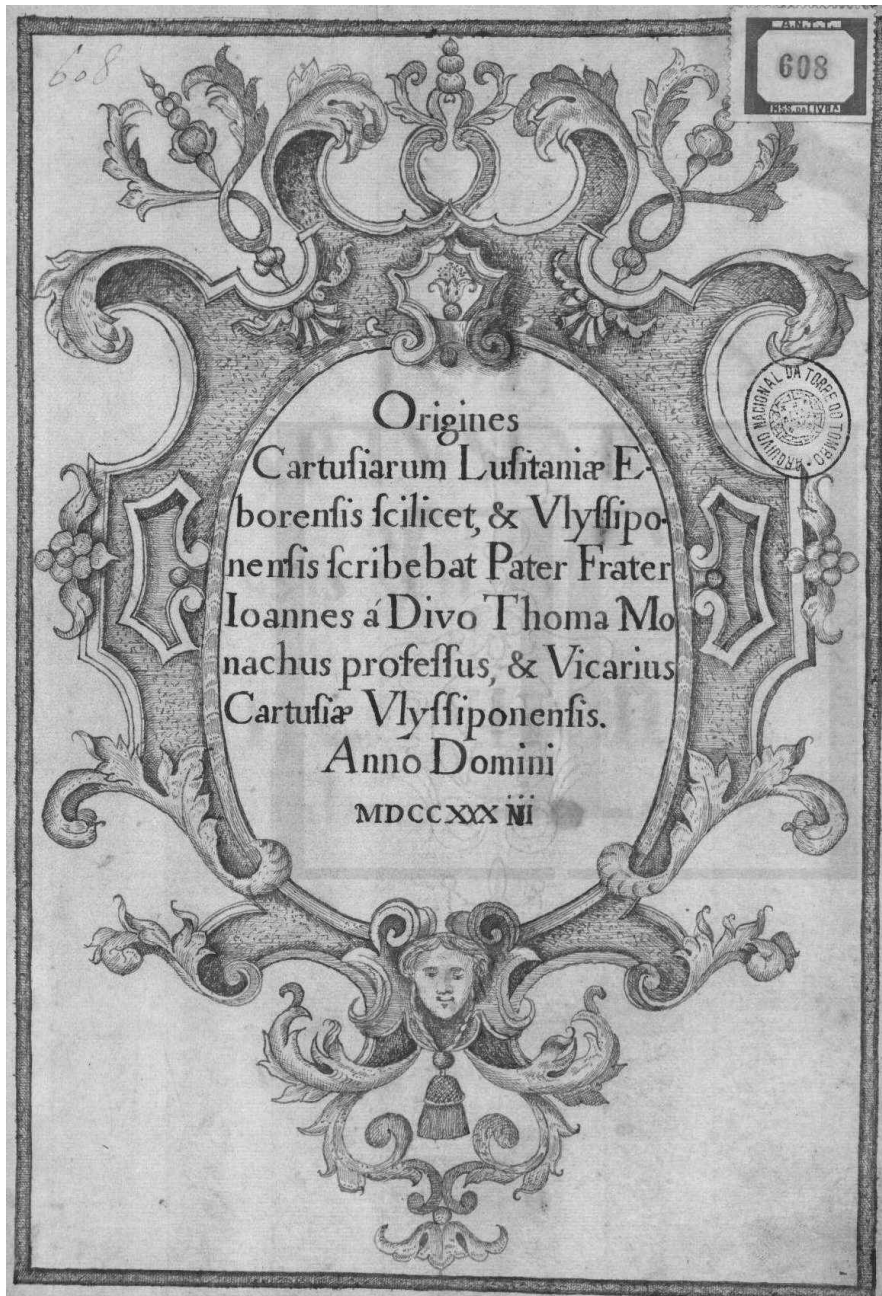


Fig. 4: Gravura da crónica *Origines Cartusiarum Lusitaniæ Eborensis scilicet, & Vlyssiponensis scribebat Pater Frater Ioannes á Divo Thoma Monachus professus, & Vicarius Cartusiæ Vlyssiponensis. Anno Domini MDCCXXXIII.*

elaborados no âmbito da extinção das ordens religiosas, como os inventários de bens de 1823 e 1833, que pertencem igualmente ao ANTT, mas não estão incluídos no fundo anterior¹². Além destes, existe ainda no ANTT uma crónica manuscrita sobre as duas cartuxas portuguesas. Consiste numa compilação de manuscritos realizada por um monge professo de *Vallis Misericordiae* – Frei João de São Tomás –, que foi vigário do mosteiro entre 1720 e 1737. A função deste monge permitiu-lhe o acesso a documentos importantes¹³ e o poder de decisão sobre questões relacionadas com o mosteiro e a respectiva comunidade. A crónica foi intitulada *Origines Cartusiarum Lusitaniæ Eborensis scilicet, & Vlyssiponensis scribebat Pater Frater Ioannes á Divo Thoma Monachus professus, & Vicarius Cartusiæ Vlyssiponensis. Anno Domini MDCCXXXIII*¹⁴ (Fig. 4), e está escrita em latim e português. É composta por uma réplica de documentos relevantes sobre a fundação das duas casas cartusianas portuguesas, de cartas que foram trocadas entre priores, reis e Capítulo Geral da Ordem, e de relatos de visitas aos mosteiros, entre outros. De facto, a maior parte dos manuscritos incluídos refere-se ao mosteiro lisboeta. A crónica foi iniciada a 1 de Novembro de 1733 e o último registo data de 5 de Outubro de 1737. Alguns documentos, como os inventários de bens, os registos de doações e as notas de tabeliães, comprovam os dados referidos na crónica, ajudando a verificar a sua veracidade.

Além destas fontes primárias, há um conjunto de obras que apresentam dados sobre o mosteiro. As primeiras referências bibliográficas que mencionam o Mosteiro de *Vallis Misericordiae* estão ligadas à Ordem Cartusiana. Trata-se de obras

terrenos, escrituras, rendas, foros, doações, testamentos, cartas, cópia de padrões, livros de missas, livro de devedores, e livros de contas e despesas. A sua catalogação incipiente e incompleta coloca muitos entraves, sendo que o primeiro está no erro na designação (está identificado como hospício, mas na verdade refere-se ao mosteiro). Arquivo Nacional Torre do Tombo, Hospício de Nossa Senhora do Vale da Misericórdia de Laveiras, caixas 1 a 14.

¹² Arquivo Nacional Torre do Tombo, Arquivo do Ministério das Finanças, caixa 2222, n.º 196, *Inventário Geral do Mosteiro de Nossa Senhora do Vale de Misericórdia da Cartuxa de Laveiras a que procedeu o Dr. Caetano Ignacio de Souza Barboza Juiz de Fora nesta Vila em consequência de Portaria da Secretaria de Estado dos Negócios de Justiça, 1823.*

Arquivo Nacional Torre do Tombo, Arquivo do Ministério das Finanças, caixa 2222, n.º 196, *Convento de São Bruno de Laveiras Termo de Oeiras – Traslado do Inventário do Cartório, que se acha nos Autos a página 36, das dívidas activas a página 38v, dos Encargos Pios e não Pios a página 46, dos Foros a página 47, das Tenças, Juros, Padrões, e Ordinarias a página 50, dos prédios urbanos a página 52, dos prédios rústicos a página 56, 1833.*

¹³ Os documentos enumerados na nota número 11.

¹⁴ Título em português: *Origens das Cartuxas de Portugal*, isto é, de Évora e de Lisboa, escrita por Frei João de São Tomás monge professo e vigário da Cartuxa de Lisboa Ano do Senhor de 1733. Arquivo Nacional Torre do Tombo, Manuscritos da Livraria, n.º 0608.

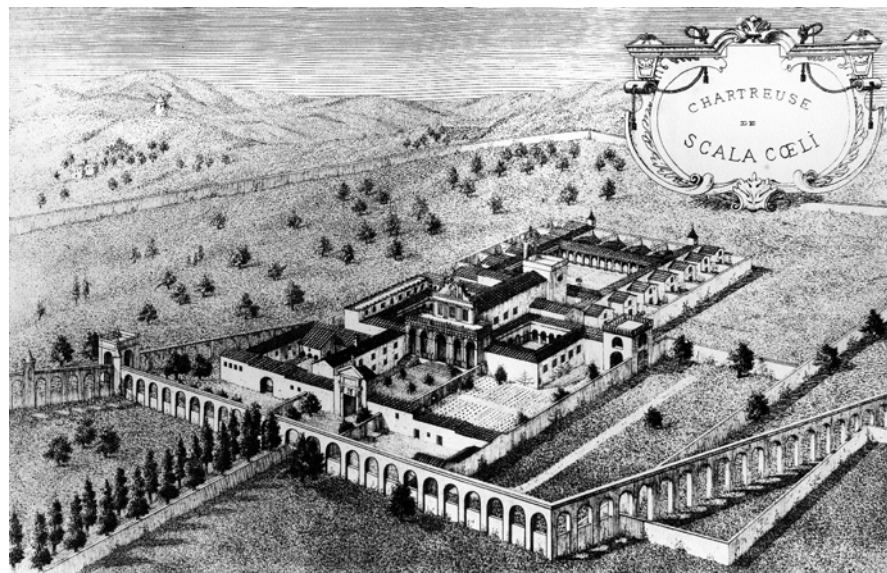


Fig. 5: Gravura da Cartuxa de Évora (meados do séc. XVIII).

que apresentam uma compilação de todos os mosteiros que foram fundados e que fornecem breves informações sobre os anos de fundação e extinção, e a história de cada um. Estas obras são importantes para ajudar a contextualizar o mosteiro no panorama das fundações da ordem, embora os seus dados históricos sejam vagos e incompletos. Os exemplos mais importantes são: *Historia Cartusiana ab origine ordinis usque ad tempus auctoris anno 1638 defuncti*¹⁵, *Primer Instituto de la sagrada religion de la Cartuxa. Fundaciones de los conventos de toda España, martires de Inglaterra, y generales de toda la orden*¹⁶, *Theatrum Chronologicum Sacri Cartusiensis Ordinis*¹⁷, *Saint Bruno et l'Ordre des Chartreux*¹⁸, *Maisons de l'Ordre des Chartreux – Vues et Notices*¹⁹ e *Nouvelle Bibliographie Cartusienne*²⁰.

Somente na segunda metade do séc. XX surgiram os primeiros trabalhos de investigação sobre o Mosteiro de Laveiras. No entanto, estes estudos tiveram como principal âmbito a História e a Arte, e não a análise arquitectónica. Em 1953, foi elaborada uma dissertação, por Florentino dos Santos Cardoso, para a Faculdade de Letras de Lisboa, intitulada *As Cartuxas Portuguesas – Estudo Artístico e Arqueológico*²¹. Esta obra foca-se nos aspectos históricos e artísticos das cartuxas de Évora e Laveiras, mas com maior destaque para a primeira. Apenas trinta e um anos

¹⁵ MOLIN, Nicolai, *Historia Cartusiana ab origine ordinis usque ad tempus auctoris anno 1638 defuncti*, três tomos. Tornaci: Cartusiae Sanctae Mariae de Pratis, 1903-1906. Título em português: História Cartusiana desde a origem da ordem até ao tempo da morte do autor no ano de 1638. Nesta data, o mosteiro de Laveiras estava ainda no início, por isso o autor apenas lhe dedicou uma frase. MOLIN, Nicolai, *op. cit.*, tomo III, p. 159.

¹⁶ VALLES, Joseph de, *Primer Instituto de la sagrada religion de la Cartuxa. Fundaciones de los conventos de toda España, martires de Inglaterra, y generales de toda la orden*. Madrid: Pablo de Val., 1663, pp. 469-474.

¹⁷ MOROTIO, Carolo, *Theatrum Chronologicum Sacri Cartusiensis Ordinis*. Taurini: [s.n.], 1681, pp. 293-294. Título em português: Teatro Cronológico da sagrada Ordem Cartusiana.

¹⁸ LEFEBVRE, F.-A., *Saint Bruno et l'Ordre des Chartreux*, dois tomos. Paris: Librairie Catholique Internationale, 1883. Sobre o mosteiro de Lisboa apresenta um pequeno parágrafo. LEFEBVRE, F.-A., *op. cit.*, tomo segundo, pp. 358-359.

¹⁹ *Maisons de l'Ordre des Chartreux – Vues et Notices*, quatro tomos. Tournai: Chartreuse de Notre-Dame des Prés [tomo primeiro]. Parkminster: Chartreuse de Saint Hugues [tomos segundo a quarto], 1913-1919. Esta colectânea tem mais informação sobre cada mosteiro e apresenta uma gravura de cada um e, inclusivamente, algumas plantas. Por isto, destaca-se em relação às outras compilações. No caso da Cartuxa de Laveiras só tem uma gravura e o respectivo texto. *Maisons de l'Ordre des Chartreux*, tomo terceiro, pp. 251-253.

²⁰ *Nouvelle Bibliographie Cartusienne*, três volumes. Grenoble: Grande Chartreuse, 2005. Esta obra indica outras referências bibliográficas com informação sobre cada mosteiro. *Nouvelle Bibliographie Cartusienne*, vol. 3, pp. 414-415.

²¹ CARDOSO, Florentino dos Santos, *As Cartuxas Portuguesas – Estudo Artístico e Arqueológico*, Lisboa, Faculdade de Letras de Lisboa, 1953, dissertação de mestrado, texto dactilografado.

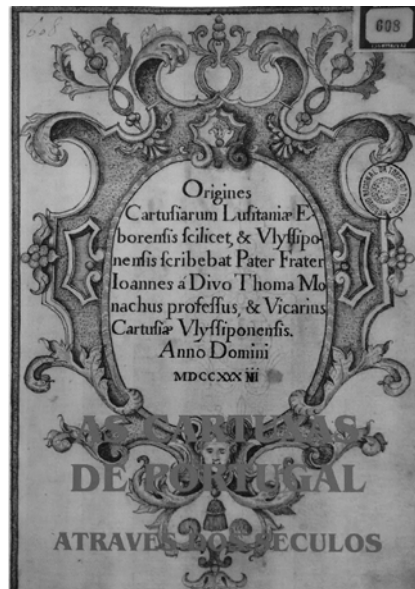
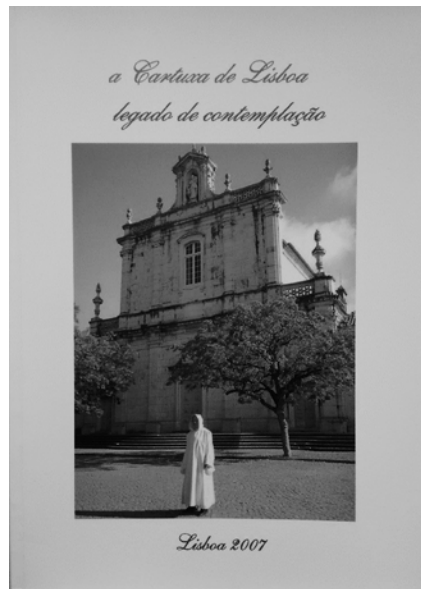
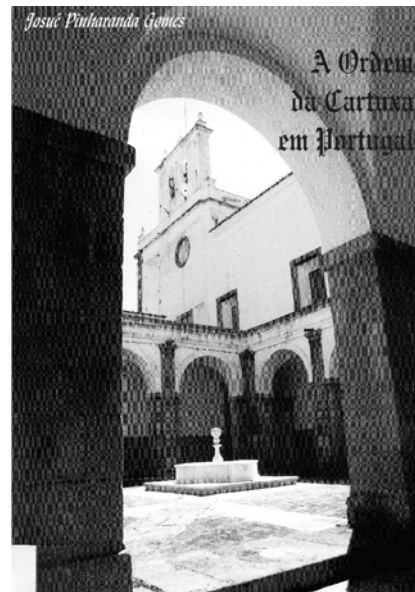
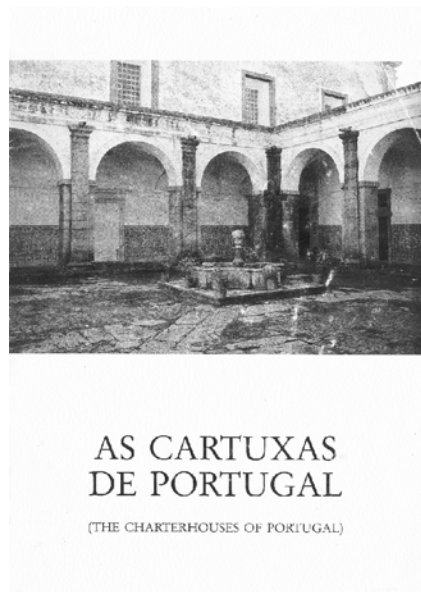


Fig. 6: Referências bibliográficas sobre a Cartuxa de Laveiras.

depois, em 1984, surgiu outra obra relevante, intitulada *As Cartuxas de Portugal*²². É semelhante à anterior na forma como relaciona as duas cartuxas, mas aprofunda um pouco o grau de análise, incluindo referências a aspectos arquitectónicos. Ainda assim, as informações sobre *Vallis Misericordiæ* são limitadas. Posteriormente, foram editados três livros: *A Ordem da Cartuxa em Portugal – Ensaio de Monografia Histórica*²³, de Josué Pinharanda Gomes, em 2004; *A Cartuxa de Lisboa – Legado de Contemplação*²⁴, também de Josué Pinharanda Gomes e em co-autoria com Juan Mayo Escudero, em 2007, e, por último, *As Cartuxas de Portugal através dos Séculos – Crónicas das Cartuxas Portuguesas*²⁵, de Juan Mayo Escudero, em 2011 (Fig. 6). O primeiro segue o esquema das obras anteriores, mas com um maior equilíbrio de dados entre as duas cartuxas. Apesar disso, continua a não ter em conta a sua arquitectura. O segundo é composto pelo conteúdo referente ao mosteiro de Laveiras existente no livro precedente e por informações sobre o isolamento dos mosteiros cartusianos portugueses. O terceiro é uma obra praticamente focada na Cartuxa de Évora, sendo que em relação à de Laveiras apenas inclui algumas imagens da crónica de Frei João de São Tomás. A esta curta lista, acrescenta-se um livro – *Monografia do Reformatório Central de Lisboa Padre António de Oliveira 1871-1958*²⁶ – que, embora não tenha o mosteiro como objecto de estudo principal, apresenta dados sobre a sua história e a sua ocupação no séc. XX.

Deste conciso conjunto bibliográfico destacam-se alguns elementos comuns, relativos à informação apresentada sobre a Cartuxa de Laveiras e às fontes documentais utilizadas. Em relação ao primeiro, da leitura e comparação de todas estas obras, evidenciam-se muitas imprecisões e até mesmo contradições, relacionadas tanto com aspectos históricos como com as diversas fases de construção do mosteiro, comprovando a necessidade de analisar fontes primárias para verificar a veracidade dos dados. Quanto ao segundo, todas as obras referem a crónica manuscrita de Frei João de São Tomás como base da investigação (exceptuando a *Monografia do Reformatório Central de Lisboa Padre António de Oliveira 1871-1958*). Apesar disso, parece que foi realizada uma primeira análise

²² HOGG, James, *Um Cartuxo, As Cartuxas de Portugal – The Charterhouses of Portugal*. Salzburg: *Analecta Cartusiana*, n.º 69, 1984.

²³ GOMES, J. Pinharanda, *A Ordem da Cartuxa em Portugal – Ensaio de Monografia Histórica*. Salzburg: *Analecta Cartusiana* n.º 221, 2004.

²⁴ GOMES, J. Pinharanda, MAYO ESCUDERO, Juan, *A Cartuxa de Lisboa – Legado de Contemplação*. Lisboa: *Analecta Cartusiana*, n.º 246, 2007.

²⁵ MAYO ESCUDERO, Juan, *As Cartuxas de Portugal através dos Séculos – Crónicas das Cartuxas Portuguesas*. Salzburg: *Analecta Cartusiana*, n.º 268, 2011.

²⁶ FERNANDES, José Maria de Almeida, *Monografia do Reformatório Central de Lisboa Padre António de Oliveira 1871-1958*. Caxias: *Oficinas Gráficas do Reformatório Central de Lisboa*, 1958.



Fig. 7: Vista aérea da Real Quinta de Caxias, a partir de Sudoeste.



Fig. 8: Vista da igreja da Cartuxa de Laveiras (década de 1960), após as últimas obras do Reformatório Central de Lisboa Padre António de Oliveira.

incompleta desta crónica, na investigação de Florentino dos Santos Cardoso, e que essa análise foi utilizada nas obras subsequentes sem, no entanto, ter sido revista, completada e comprovada através de uma leitura do documento original. Ainda assim, o facto de todas as obras serem baseadas na crónica torna incompreensível o surgimento de diferentes conjecturas e contradições.

Em *As Cartuxas Portuguesas – Estudo Artístico e Arqueológico*, o autor baseou o seu estudo na crónica e inclusivamente incluiu a transcrição de alguns excertos em latim. Na obra seguinte, de 1984, tanto a crónica como a dissertação são indicadas como referências, mas alguns dados são discordantes (por exemplo, em relação ao número de celas que existiram na Cartuxa de Laveiras). Em *A Ordem da Cartuxa em Portugal – Ensaio de Monografia Histórica*, a importância da crónica é reforçada, mas, mais uma vez, alguns dados apresentados são diferentes das obras anteriores (por exemplo, no que se refere às estruturas construídas e a sua ordem cronológica). Em *A Cartuxa de Lisboa – Legado de Contemplação*, embora seja uma repetição da informação do livro precedente, surge um esboço de tradução de alguns excertos em latim da crónica, mas com muitas imprecisões e com inserção de texto do próprio autor, o que impossibilita perceber o que pertence efectivamente à crónica e o que é opinião do autor. Além disso, ao comparar a informação inicial e a apresentada na tradução dos excertos da crónica sobressaem algumas discrepâncias (semelhantes às referidas anteriormente). Torna-se assim evidente a necessidade de analisar aprofundadamente a crónica referida, de modo a verificar a veracidade das várias afirmações contraditórias. Aliás, em *A Ordem da Cartuxa em Portugal – Ensaio de Monografia Histórica*, afirma-se que é «impossível escrever a história cartusiana portuguesa sem recurso a esta obra [crónica de Frei João de São Tomás] [...]. É nosso entendimento que nada de quanto possamos ter escrito, vale a pena, sem que esta obra, oculta nos arquivos, não vier a lume, devidamente transcrita e impressa, a bem da Cartuxa, da Igreja e de Portugal [...]»²⁷.

As bases principais para este estudo são o conjunto de fontes documentais existente no ANTT – que se revelou extraordinariamente importante, porque inclui elementos inéditos, nunca antes devidamente analisados, que ajudam a definir e clarificar a verdadeira história da Cartuxa de Laveiras; as referências bibliográficas já enumeradas; e registos gráficos pertencentes à Real Quinta de Caxias (Fig. 7) e à Casa de Detenção e Correção (Fig. 8).

A Real Quinta de Caxias foi uma propriedade pertencente à família real, utilizada para lazer e recreio, localizada a Sul do mosteiro. Durante o séc. XIX foram realizadas algumas plantas da quinta que incluíram uma representação de parte do

²⁷ GOMES, J. Pinharanda, *op. cit.*, p. 25.

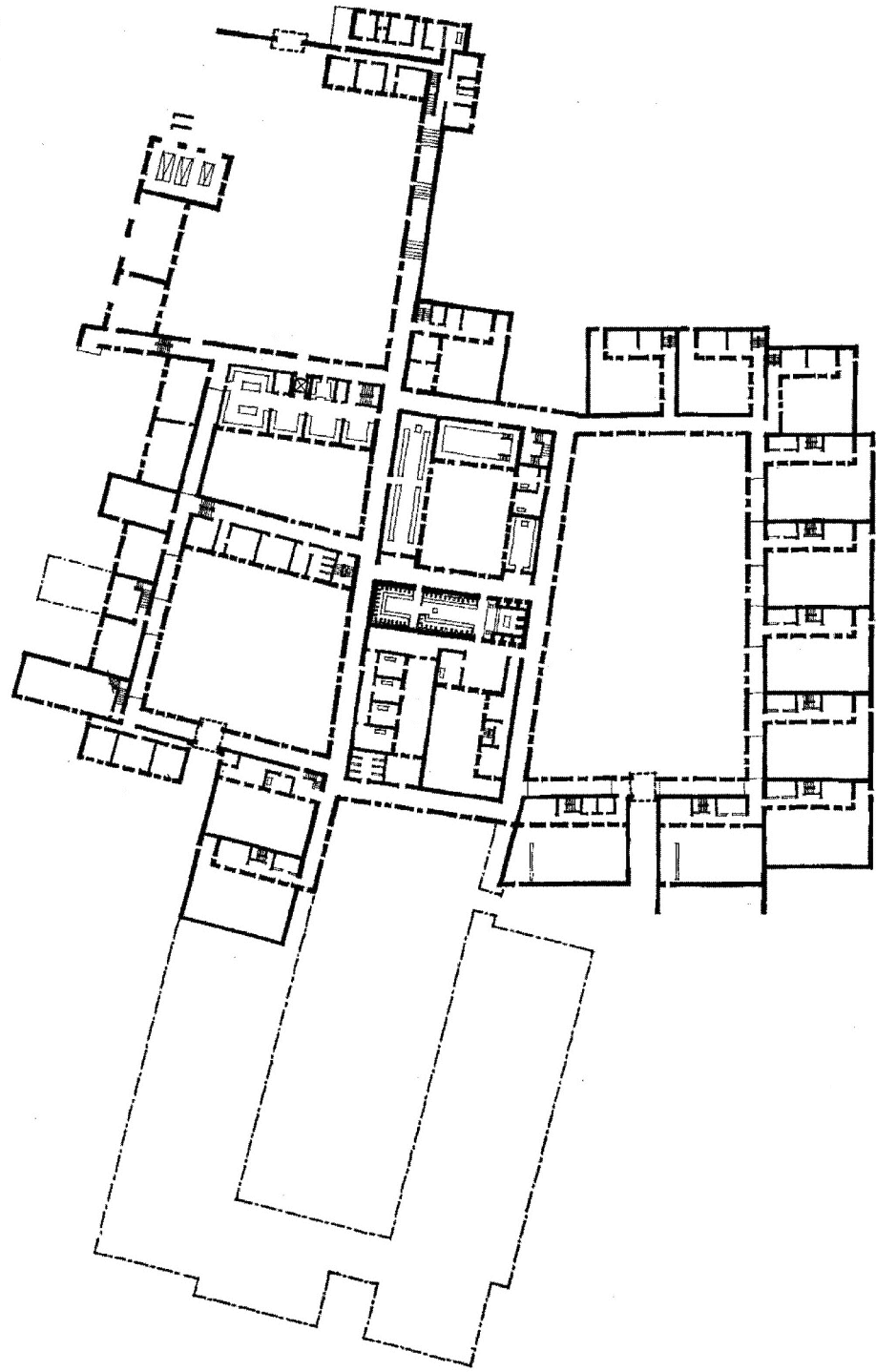


Fig. 9: Planta da Cartuxa da Transfiguração (Estados Unidos da América), de Victor Christ-Janer.

mosteiro com a configuração que tinha nessa época. A Casa de Detenção e Correção foi um instituto criado em 1871, destinado a acolher rapazes menores de idade, com o intuito de regenerar a delinquência infantil. Em 1903, mudou-se para o extinto mosteiro de Laveiras, onde se procederam as diversas obras de adaptação. Foram elaborados alguns registos gráficos (plantas, cortes e alçados), sendo que os mais adequados a este estudo são os de 1943 e 1955. O instituto teve várias designações, mas a mais conhecida é Reformatório Central de Lisboa Padre António de Oliveira (atribuída em 1925), um tributo ao seu maior impulsionador. Actualmente denomina-se Centro Educativo Padre António de Oliveira.

As informações do fundo arquivístico e os desenhos mencionados são indispensáveis – dado que são os únicos existentes – para definir registos gráficos das diferentes fases evolutivas do edifício e, desta forma, delinear as características arquitectónicas cartusianas que ficaram escondidas e/ou foram apagadas sob alterações construtivas decorrentes de novas funções para o mosteiro.

Como complemento à análise definida, incluí-se neste trabalho a transcrição integral de alguns documentos inéditos e da crónica *Origo Cartusiae Ulyssiponensis*²⁸, que constitui a parte referente ao Mosteiro de Laveiras em *Origines Cartusiarum Lusitaniae Eborensis scilicet, & Ulyssiponensis scribebat Pater Frater Ioannes á Divo Thoma Monachus professus, & Vicarius Cartusiae Ulyssiponensis. Anno Domini MDCCXXXIII*, visto que contém informação da maior relevância.

A necessidade do estudo arquitectónico deste mosteiro é já clara e a sua importância reflecte-se em diferentes âmbitos de análise. Em primeiro lugar, tal como Luiz Gonzaga Pereira mencionou, trata-se de um mosteiro digno de ser estudado pela sua história e características próprias. Em segundo lugar, é um dos únicos dois exemplos de arquitectura cartusiana existentes em Portugal e, segundo este aspecto, é uma raridade no país. Em terceiro lugar, é um mosteiro que integra uma ordem religiosa com uma arquitectura identitária própria e que já fundou mais de duzentos e setenta e cinco mosteiros em dez séculos de existência. Aliás, a arquitectura cartusiana não é algo do passado, mas sim do presente e do futuro. Não estagnou no tempo e o seu estudo reflecte-se em cada nova fundação. Apesar de alguns períodos mais conturbados, a ordem expandiu-se para fora da Europa e foram fundados novos mosteiros no continente americano e na Ásia. As Cartuxas da Transfiguração (Estados Unidos da América; construída em 1970) (Fig. 9), de Nossa Senhora Medianeira (Brasil; fundada em 1986) (Fig. 10), de São José (Argentina; fundada em 1999) (Fig. 11) e, mais recentemente, as Cartuxas de Nossa Senhora da Coreia (2004) e da

²⁸ Transcrição integral deste documento no Anexo XV.

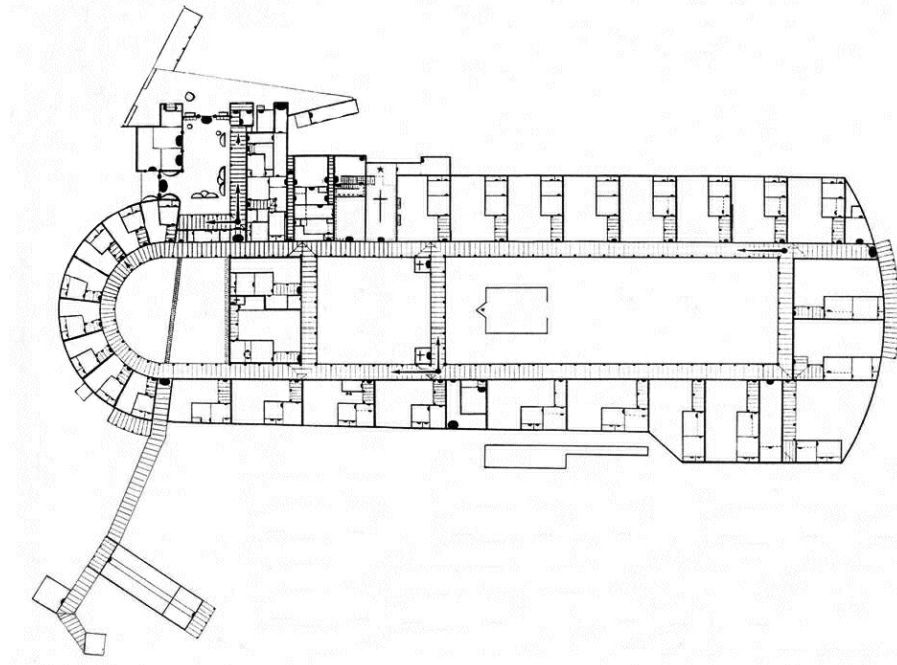


Fig. 10: Planta da Cartuxa de Nossa Senhora Medianeira (Brasil), de Pedro Saurin.

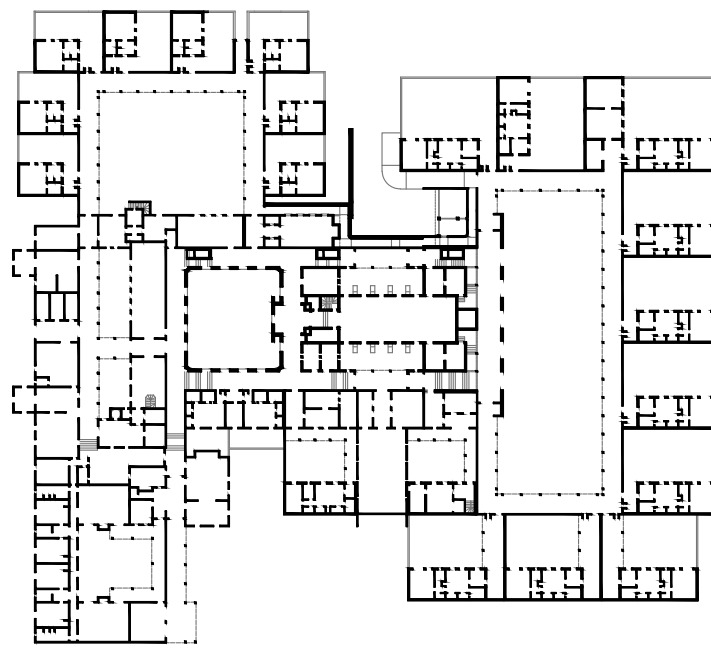


Fig. 11: Planta da Cartuxa de São José (Argentina), de Federico Sanan.



0 10 40m

Anunciação (ainda no início), na Coreia do Sul, são exemplos da moderna arquitectura cartusiana. Por fim, o estudo do Mosteiro de *Vallis Misericordiae* tem importância para a arquitectura em geral. É uma obra passível de influenciar novas criações, dadas as suas especificidades. Um exemplo marcante desta possibilidade foi o que nos foi deixado por Le Corbusier. Na sua juventude, o arquitecto visitou a Cartuxa de Florença, em 1907 e 1911, e realizou alguns desenhos (Fig. 12). Segundo a sua análise, o mosteiro representava o perfeito binómio individual – colectivo²⁹. Antes deste mosteiro, já tinha visitado a Cartuxa de Pavia e conhecia a Cartuxa de Clermont, através da obra de Eugène Viollet-le-Duc. Tomou, posteriormente, conhecimento de mais mosteiros cartuxos, como o de Veneza (através de uma gravura do séc. XVII), da Grande Chartreuse (num livro com desenhos de uma viagem de um grupo de alunos, realizada até ao mosteiro), de Roma (que também visitou) e de Paris (num plano geral da cidade, do séc. XVIII). Mais tarde, em 1922, apresentou o projecto Immeubles-villas, cujo conceito e organização denotam fortes influências das características detectadas no mosteiro de Florença, mas também da estrutura arquitectónica cartusiana dos outros exemplos, e da sua forma de evolução tipológica. O seu projecto não era uma ruptura com os modelos existentes, mas sim uma reinterpretação de particularidades ancestrais de habitar³⁰.

Por todos estes motivos, pretende-se clarificar a história da Cartuxa de Laveiras e definir a sua evolução morfológica, com o intuito de redescobrir as características arquitectónicas cartusianas que se perderam ao longo do tempo e recuperar a identidade do conjunto. Para este efeito, a análise do mosteiro abrange o período desde a sua fundação no séc. XVI até à extinção em 1834. O que ocorreu após esta data, além de não se enquadrar na função religiosa do edifício, acabou por ocultar e apagar a essência de mosteiro cartuxo. Ainda assim, foi graças à nova função que foi atribuída ao conjunto monástico – albergar a Casa de Detenção e Correção – que se realizaram alguns registos gráficos fundamentais para se poder delinear a morfologia do mosteiro. Infelizmente, as sucessivas demolições para adaptação a novas funções e a degradação devido ao abandono levaram à perda definitiva do conhecimento de como teriam sido as suas celas, das quais não restou nenhum registo gráfico.

Presentemente, a estrutura que resta do mosteiro encontra-se em muito mau estado e, inclusivamente, já foi alvo de vandalismo. A manter-se esta situação, corre-

²⁹ *Le Corbusier: une encyclopédie*. Paris: Centre Georges Pompidou, 1987, pp. 123 e 178.

³⁰ SEQUEIRA, Marta. «Le Corbusier e as casas dos monges brancos», in *Anais do III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva*. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie; Campinas: Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2014, pp. 4-32.

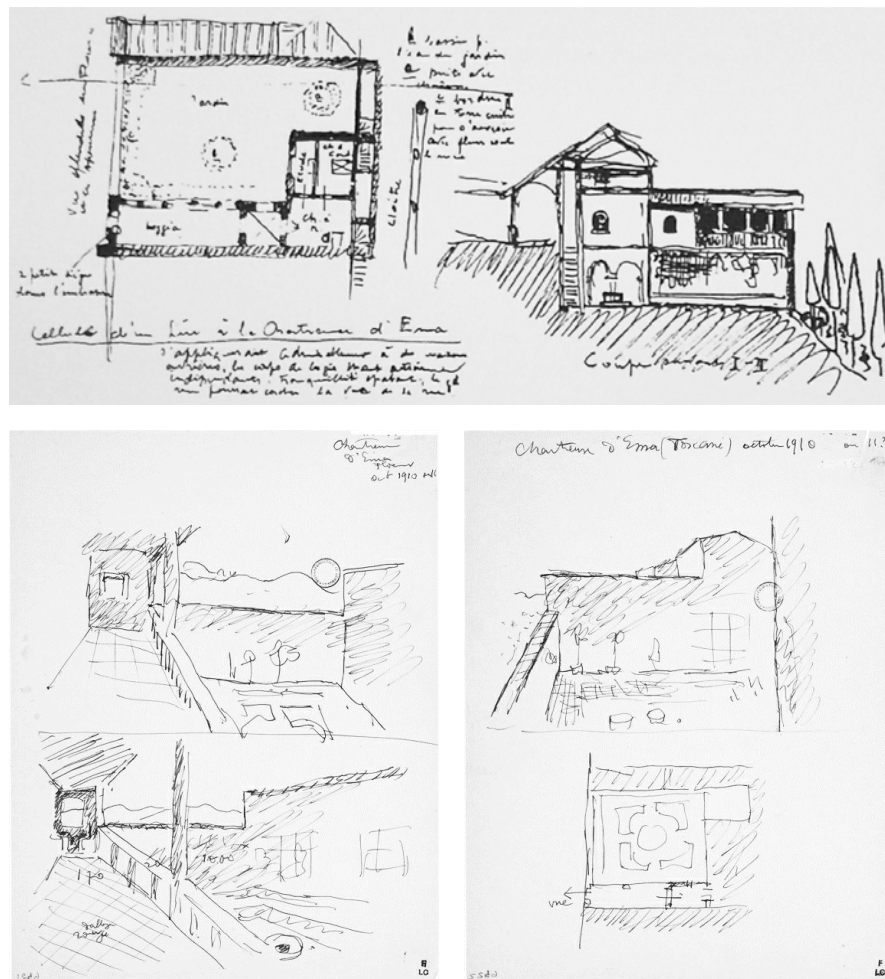


Fig. 12: Esquícios de celas da Cartuxa de Florença (também designada Cartuxa do Vale de Ema), de Charles Edouard Jeanneret (Le Corbusier), [1907-1911].

se o risco de, em pouco tempo, se apagar definitivamente a sua identidade cartusiana. De facto, é extremamente urgente realizar uma intervenção no edifício, com vista à sua preservação e reabilitação, sendo que este estudo é um contributo fundamental e imprescindível para isso.



Fig. 13: Gravura sobre a fundação da Ordem Cartusiana existente em *Statuta Ordinis Cartusiensis a Domino Guigone priore cartusie edita*.

FUNDAÇÃO NA PAMPULHA [1594 – 1598]

A possibilidade de construir mais uma casa cartusiana em Portugal, esta vez perto da capital do reino (por ser uma cidade em franco desenvolvimento e célebre em toda a Europa), foi uma vontade expressa pelos monges que fundaram o Mosteiro de *Scala Cœli*. Esta vontade foi um reflexo da intenção da Ordem Cartusiana, que pretendia aumentar as suas fundações em Portugal.

Em 1594, D. Luís Telm, o primeiro prior da Cartuxa de *Scala Cœli*, renunciou ao seu priorato para se mudar para Lisboa. Partiu em busca de cuidados médicos, mas também de um ermo – local isolado e silencioso – para fundar um novo mosteiro³¹. Obteve, para este efeito, a protecção e apoio de D. Jorge de Ataíde, um religioso importante (que foi Bispo de Guarda e de Viseu) e conhecedor da Ordem da Cartuxa. Este instalou-o numas casas contíguas «ao Convento de São João de Deus, que então era dos Carmelitas Descalços»³², na Pampulha – localizada, à época, nos arredores de Lisboa –, que doou aos monges³³.

A Pampulha, descrita na crónica como sendo, no final do séc. XVI, uma aldeia ribeirinha dos subúrbios de Lisboa³⁴, consistia num aglomerado populacional perto da capital, mas ainda assim separado da malha da cidade. Apesar disso, enquadrava-se num eixo de desenvolvimento urbano que ligava a cidade à zona de Belém. Em 1554, Damião de Góis descreveu este trajecto da seguinte forma:

«Daqui [Belém] até à primeira extremidade da urbe [Santos-o-Velho]³⁵ medeia uma distância de três mil passos. Por todo este percurso podem observar-se múltiplos edifícios de quintas suburbanas, construídas com admirável elegância e aprazimento; vêem-se também campos e terrenos de pastagem, além de extraordinária abundância de todo o género de fruta [...]»³⁶.

³¹ SÃO TOMÁS, Frei João de, *op. cit.*, fl. 36.

³² Arquivo Nacional Torre do Tombo, Hospício de Nossa Senhora do Vale da Misericórdia de Laveiras, caixa 13, [Breve biografia de D. Jorge de Ataíde]. Transcrição integral do documento no Anexo IV. A passagem dos monges por aquela zona permaneceu na memória da cidade, testemunhada pela existência de um arruamento junto à Calçada da Pampulha, chamado Travessa dos Brunos.

³³ Não foi encontrado o testamento de D. Jorge de Ataíde, mas outros documentos existentes no Arquivo Nacional Torre do Tombo mencionam a doação destas casas e de outros imóveis aos monges. «Foi primeiro fundador da nosa Cartuxa de Nosa Senhora Vale de Mizericórdia, á qual deu principio no anno de 1594 em um terreno, e cazas suas, que tinha no bairro (então suburbio) da Pampulha de Lisboa, junto ao mar [...]».

Idem.

³⁴ SÃO TOMÁS, Frei João de, *op. cit.*, fl. 36.

³⁵ Ligeiramente a Oeste, nesse percurso, ficava a Pampulha.

³⁶ GÓIS, Damião de, *Descrição da Cidade de Lisboa (em 1554)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1988, p. 46.

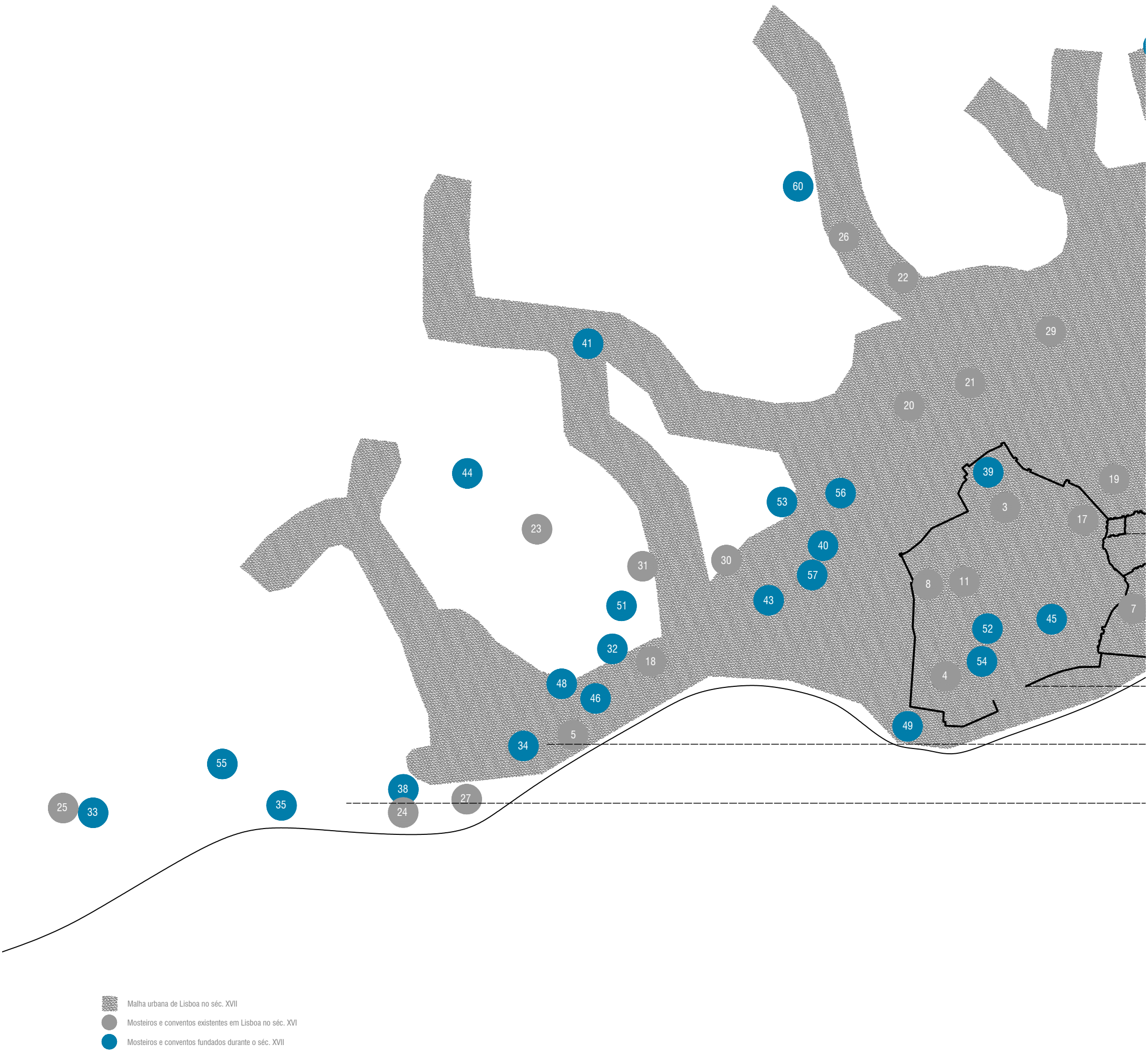


Fig. 14: Mosteiros e conventos existentes em Lisboa no séc. XVI e fundados durante o séc. XVII.



- 1 - Mosteiro de São Félix (fundado c. século VII)
- 2 - Mosteiro de São Vicente de Fora (fundado c. 1147)
- 3 - Convento São Domingos (fundado c. 1214)
- 4 - Convento São Francisco (fundado c. 1217)
- 5 - 1º Convento Santos (fundado c. 1220)
- 6 - Convento Nossa Senhora Graça (fundado c. 1271)
- 7 - Convento de São João Evangelista (fundado c. 1286)
- 8 - Convento Santíssima Trindade (fundado c. 1289)
- 9 - Convento Santa Clara (fundado c. 1290)
- 10 - Mosteiro São Salvador (fundado c. 1391)
- 11 - Convento Santa Maria do Carmo (fundado c. 1393)
- 12 - Convento São Domingos de Benfica (fundado c. 1399)
- 13 - Convento Santa Maria Jesus de Xabregas (fundado c. 1456)
- 14 - Convento São Bento de Xabregas (fundado c. 1461)
- 15 - 2º Convento de Santos (fundado c. 1490)
- 16 - Mosteiro Madre Deus de Xabregas (fundado c. 1509)
- 17 - Mosteiro da Rosa (fundado c. 1519)
- 18 - Mosteiro Nossa Senhora da Piedade da Esperança (fundado c. 1523)
- 19 - 2º Convento de Santo Antão (fundado c. 1538)
- 20 - 2º Convento da Anunciada (fundado c. 1539)
- 21 - Mosteiro Santo Ana (fundado c. 1551)
- 22 - Convento de Santo António dos Capuchos (fundado c. 1570)
- 23 - Mosteiro Nossa Senhora da Estrela (fundado c. 1572)
- 24 - Convento de Carmelitas descalças (fundado c. 1581)
- 25 - Mosteiro das Flamengas (fundado c. 1583)
- 26 - Convento de Santa Marta (fundado c. 1583)
- 27 - Mosteiro de Santo Alberto (fundado c. 1584)
- 28 - Mosteiro Santa Mónica (fundado c. 1586)
- 29 - Mosteiro da Nossa Senhora do Desterro (fundado c. 1591)
- 30 - Convento de Jesus (fundado c. 1595)
- 31 - Mosteiro de São Bento da Saúde (fundado c. 1598)
- 32 - Convento das Inglesinhas (fundado c. início séc. XVII)
- 33 - Mosteiro do Monte Calvário (fundado c. 1600)
- 34 - Convento dos Marianos (fundado c. 1606)
- 35 - Mosteiro do Santíssimo Sacramento (fundado c. 1607)
- 36 - 3º Convento Santos Mosteiro de Santos-o-Novo (fundado c. 1609)
- 37 - Convento de Nossa Senhora de Penha de França (fundado c. 1625)
- 38 - Convento de São João de Deus (fundado c. 1629)
- 39 - Mosteiro Nossa Senhora da Encarnação (fundado c. 1630)
- 40 - Convento dos Inglesinhos (fundado c. 1632)
- 41 - Mosteiro Nossa Senhora dos Remédios (fundado c. 1633)
- 42 - Convento São António da Convalescença (fundado c. 1640)
- 43 - Convento dos Paulistas (fundado c. 1647)
- 44 - Convento Santo Elói (fundado c. meados século XVII)
- 45 - Convento de Corpus Christi (fundado c. década 1650)
- 46 - Convento das Bernardas do Mocambo (fundado c. 1653)
- 47 - Convento Nossa Senhora da Conceição de Marvila (fundado c. 1655)
- 48 - Convento das Trinas de Mocambo (fundado c. 1657)
- 49 - Convento do Corpo Santo (fundado c. 1659)
- 50 - Convento dos Grilos (fundado c. 1663)
- 51 - Mosteiro das Francesinhas (fundado c. 1667)
- 52 - Convento do Espírito Santo da Pedreira (fundado c. 1668)
- 53 - Convento dos Cardais (fundado c. 1677)
- 54 - Convento de Nossa Senhora da Boa Hora (fundado c. 1677)
- 55 - Mosteiro de Nossa Senhora do Livramento (fundado c. 1679)
- 56 - Convento de São Pedro de Alcântara (fundado c. 1680)
- 57 - Convento dos Caetanos f. 1681
- 58 - Convento dos Barbadinhos (fundado c. 1695)
- 59 - Mosteiro de Santa Apolónia (fundado c. 1698)
- 60 - Convento de Santa Joana Princesa (fundado c. 1699)





Fig. 15: Mapa de Paris (c. 1550) com localização da Cartuxa de Paris, à direita.

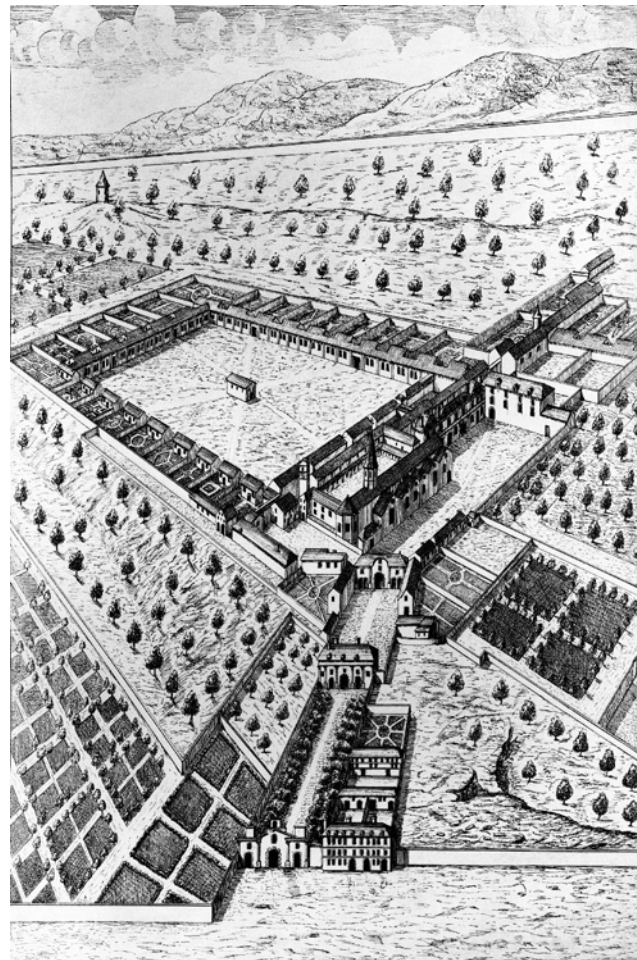


Fig. 16: Gravura da Cartuxa de Paris (meados do séc. XVIII).

Uma vez que as casas lhes foram doadas e ainda não tinha sido encontrado um local para o novo mosteiro, D. Luís Telm e os monges que o acompanharam decidiram adaptar o espaço para melhor poderem realizar os seus rituais³⁷. À medida que o tempo foi passando, foram percebendo que a Pampulha não reunia as características de um ermo, pois a sua população foi aumentando. A descrição de Damião de Góis, mesmo sendo anterior a esta época, já evidenciava que se tratava de uma zona em expansão. Além disso, algumas das quintas com vastos terrenos agrícolas foram gradualmente substituídas por conventos. Num raio de apenas 400 metros em relação à zona das casas dos monges, já existia um convento – o Mosteiro de Santo Alberto (Carmelitas Descalças – 1584) –, e foram construídos, no decorrer dos séculos XVII e XVIII, três conventos: o Convento do Santíssimo Sacramento (Dominicanas – 1605), o Convento de São João de Deus (Hospitalários de São João de Deus – 1629) e o Convento de São Francisco de Paula (Mínimos de São Francisco de Paula – 1753)³⁸ (Fig. 14). Isto vem reiterar o facto de aquele território não ter sido propício à fundação de uma casa cartusiana, uma vez que nele não existia o isolamento necessário ao estado contemplativo dos monges.

Ainda que o mais comum fosse implantar um mosteiro cartuxo num ermo – pois essa era uma característica distintiva desta ordem –, existiam já naquela época algumas excepções a esta premissa, que apresentavam semelhanças com a localização da Pampulha. A partir de meados do séc. XIII, a Ordem Cartusiana começou a aceitar propostas de fundações em áreas suburbanas de grandes cidades, em parte por serem fundações de mecenas da nobreza e realeza. Foram exemplo disso, entre outros, a Cartuxa de Paris (fundada em 1257) (Fig. 16), implantada dentro da terceira linha de muralha da cidade (Fig. 15), e a Cartuxa de Londres (fundada em 1370) (Fig. 18), junto à muralha romana³⁹ (Fig. 17). Embora estes mosteiros estivessem declaradamente em contexto urbano, é interessante constatar que existem gravuras de meados do séc. XVIII que nos apresentam estes mosteiros em pleno campo⁴⁰.

Durante o primeiro ano em que estiveram na Pampulha, os monges tiveram conhecimento de uma quinta deixada em testamento, destinada à fundação de um mosteiro. A quinta pertenceu ao conjunto de bens de Dona Simoa Godinho e acabou

³⁷ SÃO TOMÁS, Frei João de, *op. cit.*, fl. 49v. O padre João Bautista de Castro indicou a construção de uma capela. CASTRO, João Bautista de, *Mappa de Portugal Antigo, e Moderno*, tomo segundo, parte III. Lisboa: Oficina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1763, p. 68.

³⁸ CASTRO, João Bautista de, *op. cit.*, pp. 75, 101, 108 e 112, respectivamente.

³⁹ BRAUNFELS, Wolfgang, *op. cit.*, p. 120.

⁴⁰ *Maisons de l'Ordre des Chartreux*, tomo II e IV, pp. 19 e 27, respectivamente.

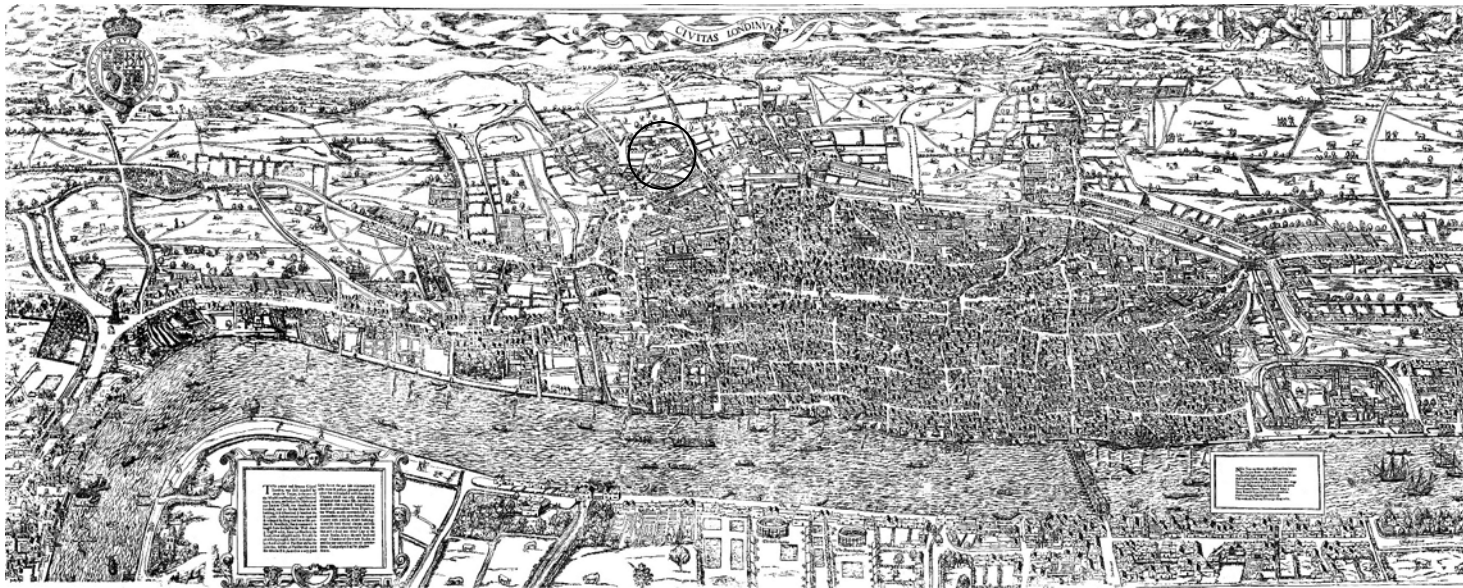


Fig. 17: Mapa de Londres (c. 1560) com localização da Cartuxa de Londres, no topo.

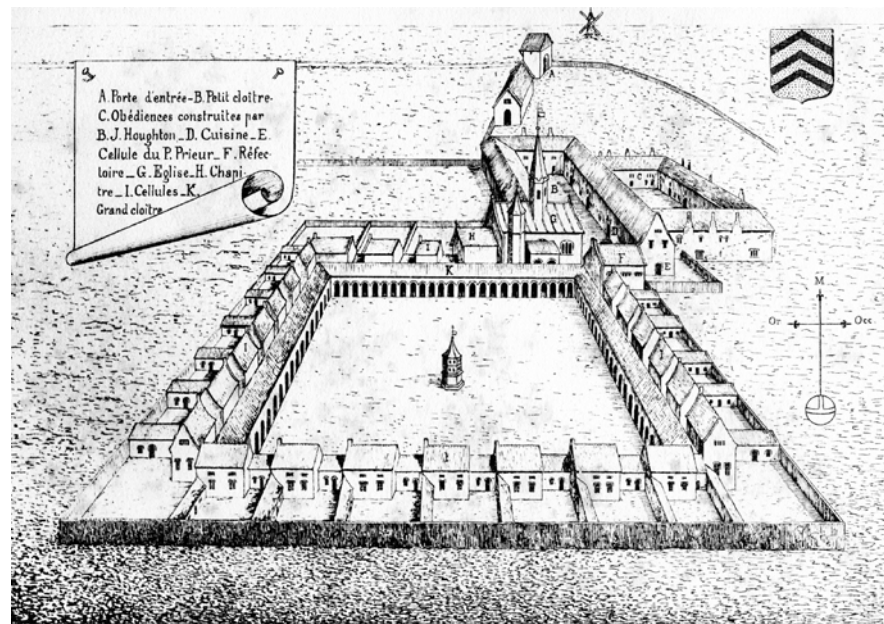


Fig. 18: Gravura da Cartuxa de Londres (meados do séc. XVIII).

por se tornar um caso especial no seu testamento. A Santa Casa da Misericórdia foi nomeada como herdeira universal de D. Simoa, além de mais dois testamentários, mas a proprietária impôs algumas cláusulas rígidas em relação à quinta: foi sua vontade que se fizesse na quinta um mosteiro feminino de uma ordem pobre. Ficou escrito em testamento o seguinte:

«Se acazo morrer sem fazer da minha Quinta de Laveyras mosteiro de religiosas pobres como dezejo confio farei, ainda que quem me este meo testamento faz me poem dificuldade de estarem alli molheres. Eu dezejo que se celebre ali o officio divino, pello que peço ao senhor provedor, e a meos testamenteiros fação na mesma quinta mosteiro de religiosas pobres; e quando não parecer bem serem freiras, sejam frades, de maneira que nella se sirva a Nosso Senhor Deos por pessoas ecclesiasticas, e religiosas; e como eu confio que o senhor provedor que neste tempo servir a Meza da Sancta Misericordia, a qual fica por minha universal herdeira faça nisto como se delle espera, humildemente lhe peço que depois de haverem comprado o juro que dezejo seja na Santa Caza perpetuo, tire delle cem mil reis, ou cento e sincoenta cada anno para se gastarem em compor a quinta, e a ordenar em mosteiro, e depois de effeituado o senhor provedor me faça merce, e esmola de querer ser padroeiro, e tirar do juro, ou rendimentos da fazenda de São Thome aquillo que segundo seo juizo, e dos da Meza lhes parecer que bastara para ali se poderem sustentar dez, ou doze religiosos [...]»⁴¹.

Um dos testamentários foi Frei Belchior, um padre franciscano arrábido e confessor da testadora. Este levantou a dúvida sobre se o local da quinta seria indicado para mulheres e deixou a hipótese de, em lugar destas, serem frades, não fazendo, no entanto, referência directa ao voto de pobreza que deveriam ter⁴².

Efectivamente, após a morte de Dona Simoa, a 26 de Março de 1594, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa analisou a cláusula testamentária durante alguns meses, para correctamente poder decidir qual a ordem religiosa que melhor a cumpriria. Os primeiros candidatos foram os padres capuchos da Arrábida, mas surgiram outras ordens e congregações religiosas com petição para o terreno, não obstante a abundância de conventos na capital naquela época.

Quem também se candidatou ao usufruto da quinta foi D. Luís Telm, pois a propriedade de D. Simoa surgiu como uma boa hipótese para o novo ermo. Os monges cartuxos recorreram ao Rei Filipe I de Portugal para que decidisse quem deveria tomar posse da quinta, ao que o rei demonstrou todo o apreço em que se

⁴¹ SÃO TOMÁS, Frei João de, *op. cit.*, fl. 99.

⁴² *Idem*.

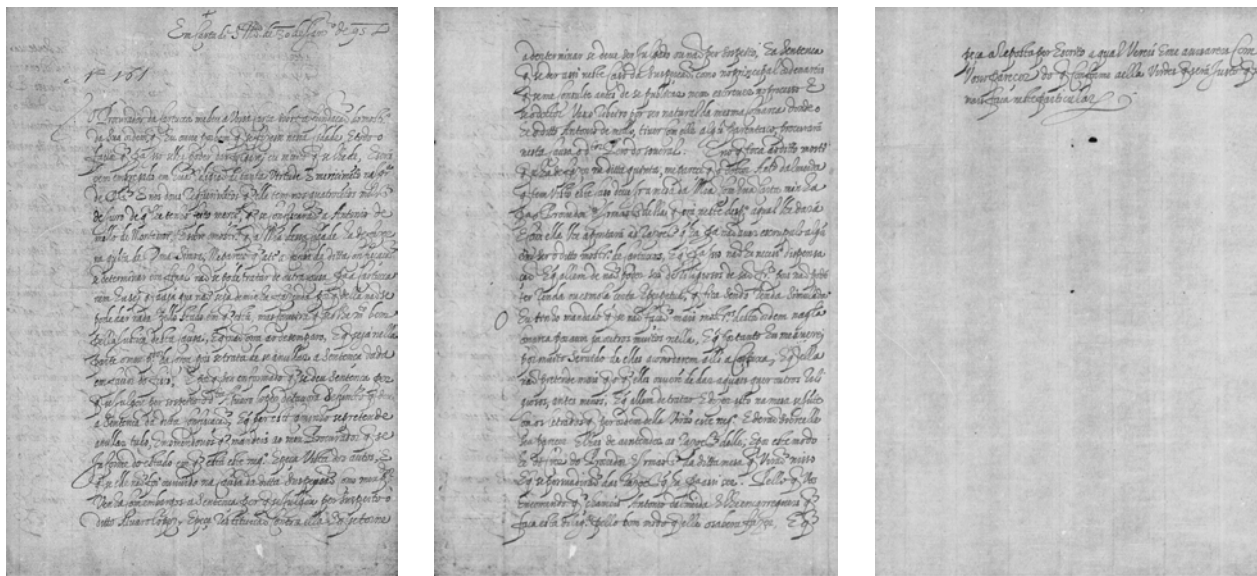


Fig. 19: Réplica da carta do rei de 30 de Janeiro de 1595.

fundasse nela um mosteiro cartusiano, como comprova a sua carta de resposta aos monges:

«Em carta de Sua Magestade de 30 de Janeiro de [1]595.

O procurador da Cartuxa me deu a vossa carta sobre a fundação do mosteiro da sua ordem, que eu [h]ouve por bem que se fizesse nessa cidade [Lisboa] e todo o favor que pa[ra] isso se lhe poder dar folgarei eu muito que se lhe de, e será bem empregado em huã religião de tanta virtude e merecimento na igreja de Deos [...]. E no que toca ao ditto mosteiro que se hade fazer na ditta quinta, me parece que o doutor Antonio Dalmeida que tem visto este caso deve ir a mesa da Misericórdia com hua carta minha pa[ra] o provedor e irmãos della que irá neste despacho, a qual lhe dará e com ella lhe apontará as razões que ha pa[ra] não [h]aver escrupulo algú em ser o ditto mosteiro de Cartuxos, e que pa[ra] isso não he necessario dispensação e que allem de não poder ser de riligiosos de São Francisco pois não pode[m] ter renda ou esmola çerta e perpetua, que fica sendo renda simulada eu tinha mandado que se não fação mais mosteiros desta ordem nesta comarca por [h]aver ja outros muitos nella. E que portanto eu me [h]averej por muito servido de elles acomodarem alli a Cartuxa e que ella não pretende mais que o que elles [h]ouvere[m] de dar a quaes quer outros riligiosos, antes menos [...]»⁴³.

Apesar da deliberação do rei, a Santa Casa da Misericórdia não aceitou os argumentos apresentados e acabou por dar a quinta aos padres capuchos da Arrábida, em Outubro de 1597, com a justificação de que eram religiosos pobres, tal como tinha sido exigido no testamento. No entanto, estes frades não tomaram posse dela. Perante isto, o rei decidiu pedir ao Papa Clemente VIII a comutação da cláusula testamentária. Este acabou por expedir um Breve nesse sentido, a 13 de Dezembro de 1597, posteriormente reforçado por um parecer do Arcebispo de Lisboa, D. Miguel de Castro, datado de 10 de Dezembro de 1598:

«Christi nomine invocato. Vista a bulla appostolica do nosso mui sancto padre Clemente Oitavo [...] a mim commetida, petição de Dom Francisco Quintana commissario visitador geral da religião da Cartuxa, e de Dom frey Vicente Bruno procurador della ora rezidentes na cidade de Lisboa, e prova dada, mostrasse D. Simoa Godinha ja defuncta deixar em seo testamento a Caza da Misericordia da dita cidade de Lisboa por sua universal herdeira com declaração, e obrigação que o provedor, e irmaons da dita caza fizessem hum mosteiro de freiras pobres, ou frades na sua quinta de Laveyras [...] e vindo a noticia del Rey nosso senhor que Deos tem

⁴³ Arquivo Nacional Torre do Tombo, Hospício de Nossa Senhora do Vale da Misericórdia de Laveiras, caixa 12, [Carta do rei D. Filipe I aos monges cartuxos, de 30 de Janeiro de 1595]. Transcrição integral do documento no Anexo V.

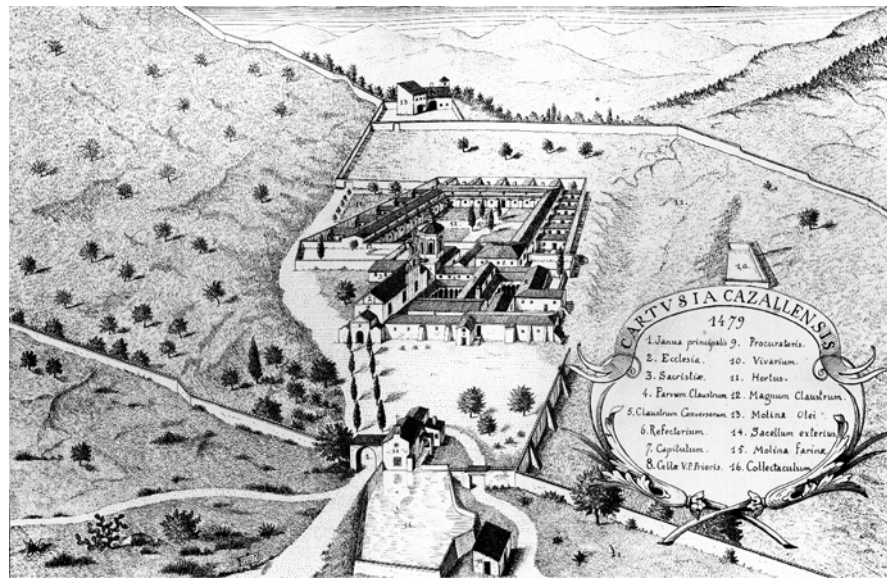


Fig. 20: Gravura da Cartuxa de Cazalla (meados do séc. XVIII).

em gloria [...] por não haver no Reyno de Portugal mais que hum so mosteiro da religião da Cartuxa na cidade de Evora como he notorio, e dezejando que nelle houvesse mais mosteiros da dita religião da Cartuxa, mandou supplicar a Sua Sanctidade, que o mosteiro que a dita D. Simoa manda edificar na dita quinta de Laveyras fosse para frades da dita religião da Cartuxa; e Sua Sanctidade assim o houve por bem, como consta da bulla appostolica offerecida, de cuja execução se trata, a qual sendo notificada ao dito provedor, e irmaons da Mizericordia pedirão vista della, e depois de lhe ser dada, responderão por escrito que assignarão, que nenhuã duvida tinhão, a haver de se cumprir, e executar a dita bulla com as condicoens, e declaracoens conteudas em sua re[s]posta [...] o que digo com o mais, que dos autos consta, por authorida[de] appostolica, de que nesta parte uzo, commuto a vontade da dita defuncta em quanto manda em seo testamento, que na dita quinta de Laveyras se edifique hum mosteiro de doze frades pobres não podendo ser de freiras, que em seo lugar se edifique hum mosteiro da religião da Cartuxa, que ao menos tenha doze frades; e pella dita autoridade dou licença para se edificar [...] e mando que o dito procurador da religião da Cartuxa seja logo metido de posse da dita quinta de Laveyras, e os cazeiros que nella estiverem lha deicharão tomar pacificamente, sem a isso porem duvida alguma, nem contradição, e que em tudo se cumpra o breve appostolico como nelle se contem.»⁴⁴

Após quatro anos como reitor na Pampulha, D. Luís Telm foi chamado como visitador ao Mosteiro de Cazalla (Fig. 20), no Sudoeste de Espanha, onde acabou por falecer a 8 de Agosto de 1598⁴⁵. Quem lhe sucedeu no cargo foi D. Francisco Monroig, que prosseguiu com as diligências relativas ao novo ermo. A quinta de D. Simoa passou finalmente para a posse da Ordem Cartusiana a 12 de Dezembro de 1598⁴⁶ – três dias antes de os monges cartuxos de Évora se mudarem para o novo mosteiro, finalmente construído –, apesar do documento final da posse ter a data de 1 de Julho de 1603. No entanto, Frei João de São Tomás referiu na sua crónica que, após os monges terem tomado posse da propriedade em 1598, começaram os trabalhos para criar instalações que pudessem servir para utilização sacra e disciplina monástica⁴⁷. Presume-se que esta estrutura seria já parte do mosteiro primitivo (posteriormente assim designado). Não foram encontrados mais registos relativos à efectiva ocupação da quinta após a posse. Na crónica, o documento mais antigo a indicar explicitamente

⁴⁴ SÃO TOMÁS, Frei João de, *op. cit.*, fls. 102v-103.

⁴⁵ *Ibidem*, fl. 39.

⁴⁶ *Ibidem*, fl. 103.

⁴⁷ *Ibidem*, fl. 39v.



Fig. 21: Estátua de Nossa Senhora do Vale da Misericórdia no topo da fachada da igreja.

o nome do mosteiro e a sua localização em Laveiras data de 20 de Setembro de 1601, o que pressupõe que nesta data já a quinta seria habitada pelos monges⁴⁸.

Como a quinta tinha estado anteriormente entregue à Santa Casa da Misericórdia, o seu nome permaneceu na identificação cartusiana do mosteiro que iria ser construído – Mosteiro de Santa Maria do Vale da Misericórdia⁴⁹ (Fig. 21).

Segundo as indicações dadas em *Maisons de l'Ordre des Chartreux*, a Ordem Cartusiana considerava a criação de uma nova casa em dois actos distintos: o primeiro – a fundação – ocorria a partir do momento em que os monges se deslocavam para um local com esse intuito e o segundo – a implantação do mosteiro – surgia quando efectivamente era construída uma estrutura com as características cartusianas, onde os monges pudessem desempenhar os seus ofícios condignamente. Não havia relação entre a data de fundação da casa e a data de construção do mosteiro. O Mosteiro de *Scala Cœli* foi um exemplo disso: foi fundado em 1587 (os monges ficaram instalados no palácio régio), mas a construção do mosteiro decorreu na década seguinte (os monges só se mudaram para o mosteiro em 1598)⁵⁰. É por isto que se considera que a data fundacional da segunda Cartuxa portuguesa é 1594, ano em que os monges chegaram à Pampulha.

⁴⁸ «Eu Frei Francisco Monroig prior do mosteiro da Cartuxa de Nossa Senhora do Valle de Mizericordia de Laveyras termo da cidade de Lisboa faço, e constituo procurador desta caza ao reverendo padre Frei Vicente Bruno [...]. Em cuja fé passei a presente por mim assignada, e sellada com o sello da dita ordem a 20 de Setembro 1601. Frey Francisco Monroig prior.» *Ibidem*, fl. 98v.

⁴⁹ Este foi apenas um dos vários nomes utilizados para denominar o mosteiro, que tomou as seguintes designações: *Cartusia Sanctæ Mariæ Vallis Misericordiæ*; *Cartusia Ulyssiponensis*; Cartuxa de Nossa Senhora do Vale da Misericórdia; Cartuxa de Lisboa; Cartuxa de Laveiras; Mosteiro de São Bruno. *Maisons de l'Ordre des Chartreux*, tomo III, pp. 251-253.

⁵⁰ FERRO, Luís, *O Espaço do Eremitério de Santa Maria Scala Coeli – A Casa Cartusiana do Alentejo*. Évora, Universidade de Évora, 2009, dissertação de mestrado, p. 50.



Fig. 22: Mapa do estuário do Rio Tejo, onde se vê o núcleo urbano de Lisboa e as várias povoações junto do caminho de ligação a Cascais. Entre elas está Laveiras (identificada como Leviros).

MOSTEIRO PRIMITIVO [1598 – 1834⁵¹]

A propriedade que tinha sido de D. Simoa, denominada Quinta de Laveiras, localizava-se a cerca de 13 quilómetros de Lisboa, para Oeste, na encosta Leste de um vale formado por pequenos montes, no fundo do qual corria, de Norte para Sul até ao Oceano Atlântico, a Ribeira de Barcarena (Fig. 22). No início do séc. XVII, era um vale quase despovoado, com apenas alguns lugarejos dispersos e nos quais se encontravam os lugares de Laveiras e Caxias. A dimensão destas povoações era de tal maneira reduzida que só no final do séc. XVII se construiu uma pequena capela para os habitantes. Estes lugares implantavam-se na encosta Oeste do vale – uma zona com melhor exposição solar e protegida dos ventos do oceano. Por oposição, a encosta Leste, fustigada pelos ventos, era ocupada maioritariamente por vegetação.

A presença religiosa na zona próxima do eixo de ligação entre Lisboa e Cascais, no qual se enquadrava Caxias, não foi exclusiva do mosteiro cartuxo. Entre Algés e Cruz Quebrada-Dafundo, a Este de Caxias, foram fundados três conventos de religiosos Franciscanos Arrábidos: o Convento de Santa Catarina de Ribamar, fundado em 1551; o Convento de São José de Ribamar, fundado em 1559; e o Convento de Nossa Senhora da Boa Viagem, fundado em 1618⁵² (Fig. 22). Além de pertencerem à mesma ordem, tinham mais uma característica em comum: foram implantados praticamente junto à margem do Rio Tejo, bem à vista dos viajantes. O mosteiro cartuxo fez o oposto na sua implantação, camuflando-se na vegetação do vale.⁵³

O mosteiro primitivo cartuxo implantou-se dentro da Quinta de Laveiras, a Sul, perto do fundo do vale, numa zona mais plana e favorável a uma construção rápida (Fig. 23). Os primeiros anos ficaram marcados pelos litígios burocráticos⁵⁴ – para conseguir donativos necessários para a construção – enquanto se procedia à edificação de instalações provisórias – que posteriormente foram designadas por

⁵¹ Não há dados concretos sobre o início e fim da construção desta estrutura, mas como se sabe que funcionou durante mais de duzentos e trinta anos e que foi tendo diversas funções, é plausível afirmar que deve ter sido alvo de várias obras no decorrer desse período. Por isso, optou-se por considerar como data de início a posse da quinta e a de término o ano da extinção do mosteiro.

⁵² CASTRO, João Bautista de, *op. cit.*, p. 462.

⁵³ Isto mostra a diferente relação que as duas ordens religiosas estabeleciam com o exterior das suas casas. Alberto Pimentel refere esta situação: «Depois, correndo na direcção do oceano, outras casas monásticas, posto que muito mais humildes e modestas, taes como o convento de S. José de Riba-Mar e o de Nossa Senhora da Boa-Viagem, faziam alvejar os seus muros e campanarios sobre logares altos, quasi iminentes ao Tejo, ao passo que outras casas religiosas, como a dos Cartuxos de Laveiras, se escondiam terra dentro na espessura dos bosque.» PIMENTEL, Alberto, *O lobo da Madragôa*. Lisboa: A. M. Pereira e Livraria Editora, 1904, p. 57.

⁵⁴ Arquivo Nacional Torre do Tombo, Hospício de Nossa Senhora do Vale da Misericórdia de Laveiras, caixas 1 e 8.



Fig. 23: Reconstituição da topografia na Quinta de Laveiras.

mosteiro velho ou primitivo, tal como se referiu no capítulo anterior. Não há indicações sobre se existiria na quinta algum tipo de habitação ou edifício pré-existente onde os monges pudessem ficar enquanto decorriam as obras. Sabe-se apenas que a quinta tinha caseiros que habitavam lá⁵⁵; logo teria de haver, no mínimo, uma pequena habitação.

No testamento de D. Simoa não foi indicada a área da quinta, nem foram encontrados registos referentes a este assunto. No entanto, vários documentos presentes no ANTT relatam a troca e venda de terrenos na zona limítrofe da quinta. Estas transacções, na sua maioria executadas durante o priorato de D. Jerónimo Ardio (1603-1608), tiveram como intuito aumentar a área da cerca do mosteiro, para que esta pudesse ser suficientemente grande para sustentar a comunidade religiosa⁵⁶.

A construção do mosteiro primitivo foi sendo realizada enquanto decorria o processo de ampliação da área da cerca, bem como o de angariação de donativos. Sobre ele quase nada ficou registado. O carácter provisório da construção inicial acabou por se tornar permanente e funcionou, com diversas funções, até à extinção do mosteiro.

Um documento inédito, acerca de uma petição dos monges à Santa Casa da Misericórdia, descreve que em 1605 já tinham sido construídos na quinta os seguintes espaços:

«[...] igreja, claustro, dormitório, capitulo, refeitório, cozinha, e as mais oficinas necessarias. E desde anno de 1605, em que aos 25 de Dezembro se encerrou o Santissimo Sacramento no sacrario da dita igreja, [a]té o presente dia de [h]oje, sempre se tem dito as matinas á meya noite, e as horas canonicas, e missa na forma da Ordem da Cartuxa [...]»⁵⁷.

Assim, as datas efectivas da construção do mosteiro primitivo não foram registadas, mas, a julgar por este documento, em 1605 a sua estrutura-base já existia

⁵⁵ SÃO TOMÁS, Frei João de, *op. cit.*, fl. 103v.

⁵⁶ Arquivo Nacional Torre do Tombo, Hospício de Nossa Senhora do Vale da Misericórdia de Laveiras, caixa 2.

⁵⁷ O documento não está datado. Arquivo Nacional Torre do Tombo, Hospício de Nossa Senhora do Vale da Misericórdia de Laveiras, caixa 12, [Requerimento dos monges cartuxos à Santa Casa da Misericórdia]. Transcrição integral do documento no Anexo VI.

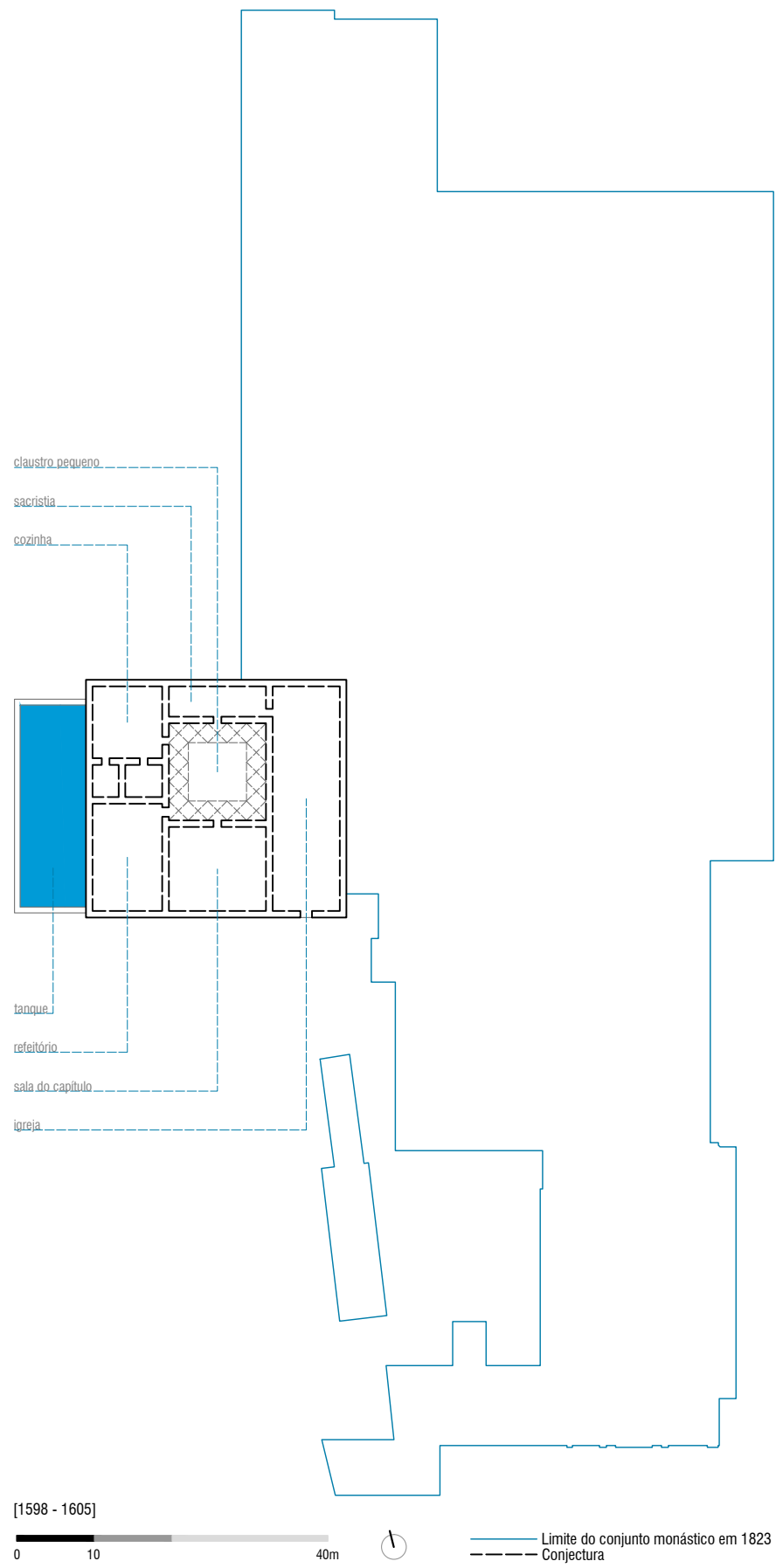


Fig. 24: Planta do mosteiro primitivo, cota 10.

e estava em pleno funcionamento⁵⁸. A referência ao dormitório poderia ser ilustrativa do facto de, naquela época, ainda não terem sido construídas as celas com os espaços necessários à vivência de um monge cartuxo e, por isso, possivelmente residiriam em cubículos (semelhantes a dormitórios de mosteiros e conventos de outras ordens religiosas)⁵⁹.

As únicas descrições deste edifício encontram-se nos inventários de bens de 1823 e 1833 e numa planta da Real Quinta de Caxias, realizada em 1844⁶⁰. O primeiro inventário descreveu, com algum detalhe, os espaços e funções naquela data:

«[...] descendo a escada ao primeiro pavimento do convento velho se acha hum claustro quadrado com luz, e cercado de dez cellas a maior parte não [estão] em bom estado, e todas compostas de huma só caza, á excepção de huma que conthem duas. As cazas de cada huma destas cellas são espasozas, tem luz; no pavimento deste claustro existe huá magnifica cozinha com hum soberbo fogão de ferro, quatro pias com agoa de correr, e sete fornalhas arruinadas alguma couza, e vários piaes de pedra, tendo ao lado duas despensas, huma maior e outra mais piquena. Esta cozinha tem fora della dous fornos ao lado do celleiro, com o qual se comunica no mesmo pavimento, e com as mais cazas que já fic[ar]ão descriptas. Ao nascente deste claustro que ultimamente fica descripto há huma magnifica escada de pedra com luz, que dá serventia para outra que lhe fica na parte inferior em volta de hum pateo, e cercado o mesmo claustro de varias cazas grandes com luz, e em estado ordinário, e a excepção de duas huma das quaes serve de capella para a familia rezar o terço, e aonde há hum altar. Há mais neste pavimento huma grande caza que foi a igreja da fundação, e hoje serve de adega. Há mais huma caza da hospedaria composta de huma salla quadrada com luz sobre a cerca, e duas alcovas envidraçadas, tecto de madeira, e pavimento de tejolo. Há mais neste pavimento varias cazas grandes que servem para guardar os trens da lavoura, outras para arribana, de bois, cavalherice para bestas com mangedouras de pedra, bons palheiros, cocheira, quartos para [...] cazeiro.»⁶¹ (Figs. 24 e 25)

⁵⁸ Numa carta, D. Jorge de Ataíde refere «caza que esta começada em Laveyras» e é datada de 27 de Maio de 1606. SÃO TOMÁS, Frei João de, *op. cit.*, fl. 42. Isto reforça a ideia de já existir, naquela época, um mosteiro principiado.

⁵⁹ Não é usual aplicar a palavra dormitório às celas cartusianas. A palavra dormitório é comumente utilizada para referir, dentro de um convento beneditino, o grande salão onde os monges dormem, ficando esse espaço numa das alas do claustro. Esse local é assim designado, porque nele apenas se dorme e as restantes tarefas do monge beneditino são realizadas noutros espaços (ao contrário de um monge cartuxo, que realiza quase todas as tarefas dentro da cela). BRAUNFELS, Wolfgang, *op. cit.*, p. 75.

⁶⁰ Todos estes documentos estão no Arquivo Nacional Torre do Tombo.

⁶¹ *Inventário Geral do Mosteiro de Nossa Senhora do Vale de Misericórdia da Cartuxa de Laveiras [...]*, 1823, fls. 14v-16v. Transcrição integral do documento no Anexo XIII.

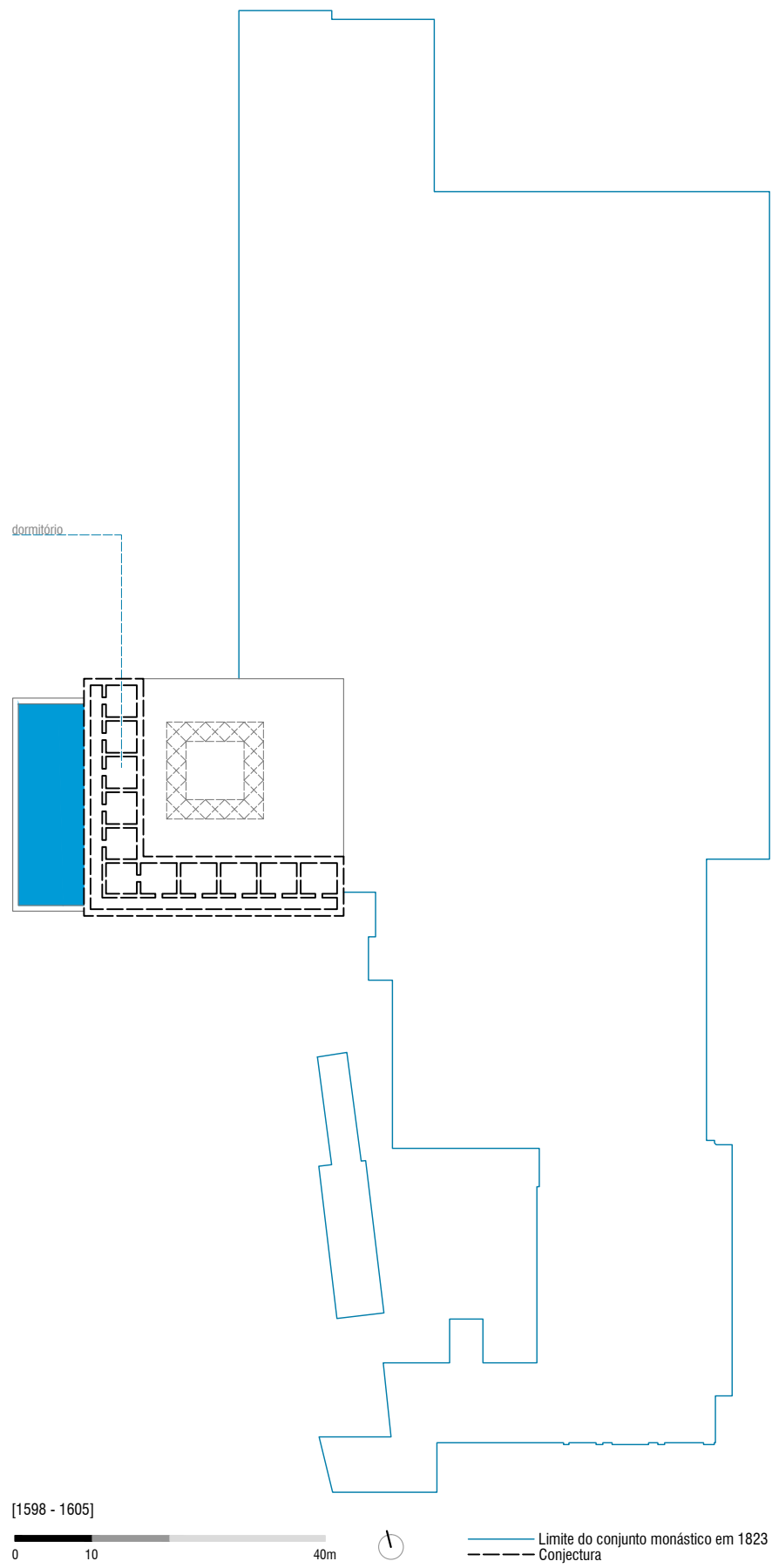


Fig. 25: Planta do mosteiro primitivo, cota 15,5.

Em 1833 foi realizado outro inventário de bens, mas, no caso do Mosteiro de Laveiras, limitou-se quase na totalidade ao levantamento dos seus bens imóveis. Foi parco nas descrições e em relação ao mosteiro primitivo apenas lhe dedicou uma frase: «[...] das mesmas [igreja, sacristia e oficinas altas e baixas] se organiza também o velho convento, mas que tiverão outro destino depois da construção do novo sendo este residência privativa dos leigos, e donatos.»⁶² De acordo com a informação deste inventário, o mosteiro primitivo teve, no início do seu funcionamento, uma igreja, sacristia e necessárias dependências. Não são, no entanto, mencionados os espaços que os monges habitaram antes da construção das celas do mosteiro definitivo.

Além destes testemunhos, na crónica de Frei João de São Tomás foram feitas algumas alusões ao edifício do mosteiro velho. Referiu uma cela, que «mandou este fidalgo [Manoel Telles de Menezes] [...] para nella morar muito linda, que he a que corre por cima das cellas dos leigos que estão no claustinho debaixo da banda da cozinha»⁶³. O que permite perceber que esta cela se encontrava no mosteiro primitivo é o facto de a sua localização ser perto das celas dos leigos e da cozinha, pois só existiu uma cozinha em todo o complexo religioso. Mencionou também a existência de uma cela sobre a sala do Capítulo⁶⁴, e a cela do padre sacristão, para onde «o senhor Dom Jozeph se recolheu [...] por nella haver janella para a igreja»⁶⁵.

A planta da Real Quinta de Caxias, na qual ficou representada uma parte do mosteiro cartuxo, foi realizada em 1844, aquando do levantamento da quinta e da sua envolvente⁶⁶. Posteriormente, em 1899, foram feitas novas plantas, tanto da quinta, como do Almojarifado de Caxias, com a adição dos encanamentos de água da região⁶⁷. Apesar de o mosteiro não ter sido totalmente representado nestas plantas, e ter sido apenas definido pelo seu contorno, ficou descrita a posição e configuração do mosteiro velho, bem como do respectivo claustro, além da indicação da igreja primitiva, na ala Este (Fig. 26). Por outro lado, a gravura existente em *Maisons de l'Ordre des Chartreux* (uma perspectiva aérea desenhada no final do séc. XVIII) também retratou o mosteiro fundacional, desenvolvido em dois pisos, em torno do pequeno claustro⁶⁸ (Fig. 27).

⁶² *Convento de São Bruno de Laveiras* [...], 1833, fl. 19. Transcrição integral do documento no Anexo XIV.

⁶³ SÃO TOMÁS, Frei João de, *op. cit.*, fl. 204v.

⁶⁴ *Ibidem*, fl. 202. Este relato tem a data de 1723. Nesta data ainda não estava construída a nova sala do Capítulo, por isso, esta cela localizava-se no mosteiro primitivo.

⁶⁵ *Ibidem*, fl. 190v. Quando esta visita ocorreu, em 1733, ainda só existia a igreja primitiva, por conseguinte, esta cela ficava no mosteiro velho.

⁶⁶ Arquivo Nacional Torre do Tombo, Casa do Infantado, Plantas do Almojarifado de Caxias, n.º 180. Planta incluída no Anexo III.

⁶⁷ *Ibidem*, n.ºs 179, 181 e 182. Plantas incluídas no Anexo III.

⁶⁸ *Maisons de l'Ordre des Chartreux*, tomo III, p. 253.



Fig. 26: Planta da Real Quinta de Caxias com marcação da área correspondente a parte da cerca da Cartuxa de Laveiras.

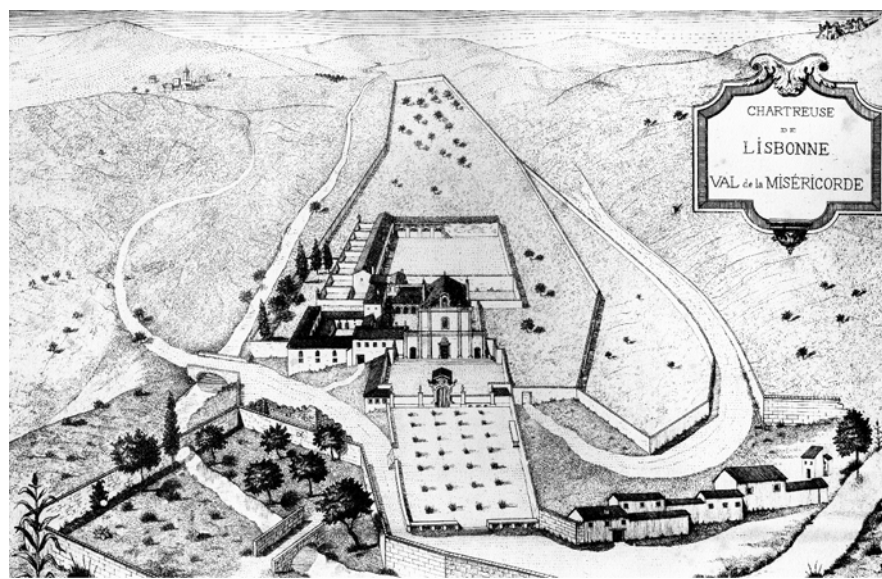


Fig. 27: Gravura da Cartuxa de Laveiras (meados do séc. XVIII) com representação do mosteiro primitivo do lado esquerdo.

Com a análise do desenho existente na planta da Real Quinta de Caxias, torna-se possível determinar a dimensão exterior aproximada do primeiro mosteiro, assim como o tamanho do seu claustro e o número de arcos das suas alas. Ao interligar estes dados com a descrição do inventário de bens, é possível realizar uma planta hipotética da implantação do mosteiro primitivo (Figs. 24 e 25).

O mosteiro apresentava a forma de um quadrilátero, com cerca de 33,50 metros por 30,60 metros. No seu interior ficou, descentrado e mais próximo da ala Norte, um pequeno claustro também quadrangular, com 7,50 metros por 7,50 metros e com quatro arcos, presumivelmente de volta perfeita, a julgar pela gravura em *Maisons de l'Ordre des Chartreux*. A igreja primitiva foi construída na ala Este e as suas dimensões exteriores tinham, aproximadamente, 30,60 metros de comprimento por 10,70 metros de largura (considera-se, aqui, que a igreja ocupava a totalidade da ala). A cozinha ocupava a ala Oeste e, no piso superior deste claustro, ficavam as dez celas de irmãos leigos, dispostas nas alas Oeste e Sul⁶⁹.

Como não se encontram registos de outras compras ou trocas de terrenos para aumentar a área da cerca, presume-se que a sua configuração, em 1613, já era semelhante à que ficou delimitada na planta do Casal de Laveiras⁷⁰. A cerca do mosteiro foi murada e teve o acesso principal virado a Sul, quase alinhado com a igreja inicial. Foi delimitada a Oeste pelo percurso da Ribeira de Barcarena, a Norte pelas pedreiras de Laveiras, a Este pela encosta íngreme, e a Sul pela Estrada de Laveiras, também conhecida como Estrada da Cartuxa. No seu interior, identificaram-se três zonas: a lavoura, para produção de cereais⁷¹; a horta – para cultivo de vegetais e leguminosas – e o pomar – com laranjeiras e limoeiros, entre outras árvores⁷². Não está documentado o início destas plantações, mas como se tratavam de elementos essenciais para o sustento dos monges, certamente terá tido lugar aquando da instalação da comunidade na quinta.

⁶⁹ Um detalhe interessante que se destacou, durante a pesquisa realizada, foi a semelhança entre a configuração geral do mosteiro primitivo e uma proposta para o aumento da Casa de Detenção e Correção. Esta consistia num edifício também com claustro e exactamente no local onde foi edificado o primeiro mosteiro.

⁷⁰ Arquivo Nacional Torre do Tombo, Casa do Infantado, Plantas do Almojarifado de Caxias, n.º 179.

⁷¹ Na planta referida anteriormente foi marcado um moinho de vento na zona mais alta da cerca. *Idem*. Além da própria produção de cereais, deduz-se que os monges também se dedicavam à sua transformação em farinha, certamente para o fabrico de pão. É possível deduzir isto, porque os monges produziam os cereais, tinham um moinho e fornos, como refere o inventário de bens de 1823, que também menciona a existência de farinha de diversos cereais, armazenada no celeiro. *Inventário Geral do Mosteiro de Nossa Senhora do Vale de Misericórdia da Cartuxa de Laveiras [...]*, 1823, fl. 53.

⁷² *Convento de São Bruno de Laveiras Termo de Oeiras [...]*, 1833, fl. 19.

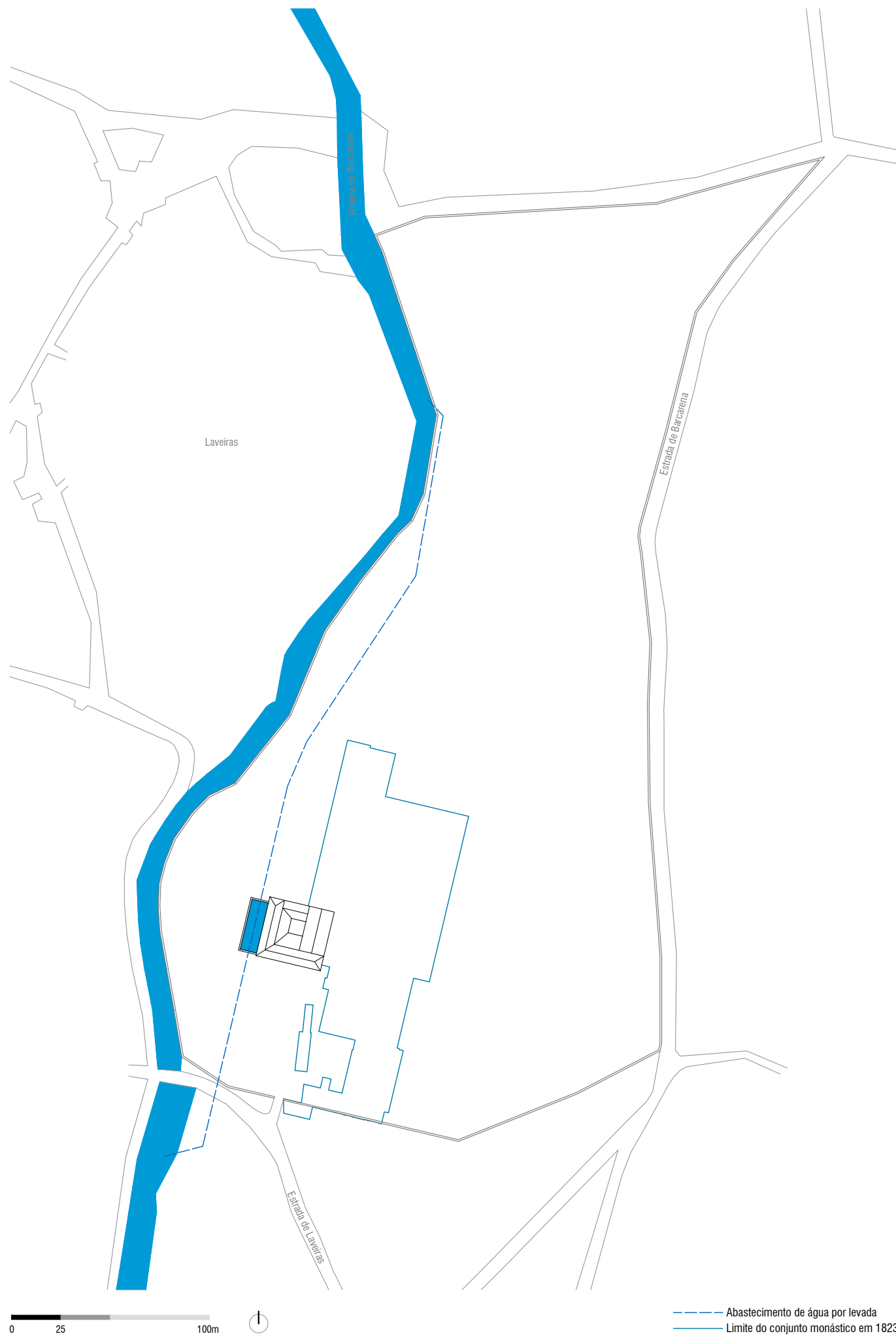


Fig. 28: Abastecimento de água ao mosteiro primitivo através de levada da Ribeira de Barcarena.

O abastecimento de água era feito, inicialmente, através de um encanamento ligado à Ribeira de Barcarena, também designado por levada. O percurso da ribeira descrevia uma ondulação ao longo do limite Oeste da cerca do mosteiro. Um pouco a Norte deste, a ribeira aproximava-se mais para Este, estreitando a cerca. Era nesse ponto que se iniciava a levada, desviando parte do caudal e aproveitando a sua força para encaminhar a água até ao local pretendido. O encanamento dirigia-se à zona da cozinha, na ala Oeste do mosteiro, e daí prosseguia, para Sudoeste, até se ligar novamente à ribeira (Fig. 28). Esta água era também utilizada para o regadio das áreas de cultivo na zona baixa e plana da cerca. Na planta da Real Quinta de Caxias foi desenhado um tanque de grandes dimensões, junto à ala Oeste do mosteiro primitivo, mas a época da sua construção não é certa. Ainda assim, é provável que este tanque tenha pertencido à construção inicial e tenha servido como local de armazenamento da água vinda da ribeira. A sua posição permitia ter água perto do mosteiro e junto às áreas de cultivo.

Assim, pelos dados expostos, fica claro que o mosteiro primitivo existiu e teve diversas funções. Começou por ser a estrutura fundacional da Cartuxa de Laveiras (com igreja, sacristia, algumas celas e abegoria) e passou gradualmente para alojamento e restantes dependências dos irmãos leigos, depois da construção do mosteiro definitivo.

Embora a sua construção tivesse sido iniciada como fundação de carácter provisório, o mosteiro primitivo foi sempre utilizado durante os cerca de duzentos e trinta anos de funcionamento da Cartuxa, o que leva à suposição de que pode ter sido objecto de obras e/ou reconstruções.

EREMITÉRIO 1614 – [1745]

Apenas em 1614, após a eleição no ano anterior de D. Basílio de Faria como prior, começou a construir-se o mosteiro novo. O novo prior, lisboeta e oriundo de família nobre, mereceu reconhecimento por ter desempenhado vários cargos importantes na igreja e, talvez por isso, conseguiu substanciais contributos de nobres da capital⁷³. No entanto, a falta de recursos financeiros para a construção do mosteiro era um constrangimento difícil de ultrapassar. No início do séc. XVII verificou-se um acentuado aumento do número de petições ao rei para a concessão de apoios a conventos e mosteiros, quer fosse para obras ou para outras necessidades⁷⁴. Uma vez que aumentou o número de ordens religiosas necessitadas, tornava-se mais difícil a competição pela obtenção de donativos. Mas, sobretudo, o facto de se ter decidido fundar um mosteiro cartuxo perto da capital, mas não propriamente em Lisboa, fazia com que fosse ainda mais complicado conseguir doações. Numa altura em que se verificava uma abundância de conventos populosos na capital, na sua maioria mendicantes, os donativos da população iam para esses conventos, pois era com esses religiosos que os beneméritos contactavam. Por oposição, o isolamento no vale da Ribeira de Barcarena e o carácter contemplativo dos monges cartuxos afastava-os das pessoas.

Apesar de ter sido possível reunir quantias consideráveis, com o estímulo dado por D. Basílio de Faria, o novo mosteiro não beneficiou de um projecto de raiz, completo e organizado. As suas diversas partes, com destaque especial para as celas, foram construídas à medida das doações de beneméritos.

Um documento inédito, de 1635, data em que a construção já tinha sido iniciada – quer a do mosteiro velho, quer a do novo – refere que foram elaboradas duas plantas para o mosteiro. O documento relata o seguinte:

«Do numero dos religiosos que a Cartuxa de Laveiras hade ter despois de acabada.

⁷³ O maior contributo que conseguiu foi o de D. Beatriz de Mendonça e Barreto, que fundou três celas (como se irá ver mais à frente neste capítulo). Além disso, nos três primeiros meses de priorado, resolveu vários litígios referentes a rendas e juros, o que lhe permitiu angariar ainda mais dinheiro. SÃO TOMÁS, Frei João de, *op. cit.*, fl. 56v.

⁷⁴ Como mostram alguns assentos de vereação, como: «Assento de vereação de 10 de setembro de 1615. Resolve a camara fazer esmola de sessenta mil réis, tirados do rendimento do real d'agua, aos padres de nosa senhora de lhus (Jesus), para ajuda das obras que fazem em seu mosteiro, e principalmente para a igreja nova.» e «Assento de vereação de 26 de setembro de 1615. Resolve mais dar esmola de oitenta mil réis à abbadessa e religiosas do convento de Sant'Anna, para ajuda das obras da casa.» OLIVEIRA, Eduardo Freire de, *Elementos para a História do Município de Lisboa*, tomo II. Lisboa: Typographia Universal, 1885, p. 355.



Fig. 29: Gravura de Lisboa no final do séc. XVI (parte superior) e território até Cascais (parte inferior), onde se inclui Caxias e Laveiras.

Este numero, se ve, do numero das cellas que vão em essas plantas, as quaes são duas: a primeira foi feita por António Simoes⁷⁵ engenheiro, e por Leonardo Turriano⁷⁶, como se ve dos seus sinaes, que estão ao pé della. Porem porque não contentou esta traça, hum religioso da Cartuxa, fez a outra que com esta vay, polla qual se edifica a casa, como se pode ver da mesma caza, e da planta que apresentão; e por esta segunda planta ainda não são trinta religiosos.

Ao presente não teem mais de 8 religiosos porque não teem renda em que se sustentar, e por que [tem de] fazer as obras do convento a que estão obrigados, pollas instituicoens, e doacoens dos fundadores das cellas, dos que ate [h]oje teem dado renda para ellas. Como tudo na verdade assi passa o affirmo em 12 de fevereiro de 1635. Frei António Coelho Prior»⁷⁷.

Este excerto pertence a um requerimento feito pelos monges cartuxos à Santa Casa da Misericórdia, no qual pediram a cedência de um juro. Anteriormente, a Misericórdia não tinha querido dar o juro, porque no mosteiro ainda não existiam os doze monges indicados na cláusula do testamento de D. Simoa. O prior de então, D. António Coelho, enviou as duas plantas para o Provedor da Misericórdia, anexas ao requerimento. Quis com isso provar que o dinheiro deixado por D. Simoa foi empregue na edificação do mosteiro, assim como os donativos de outros benfeitores, e que o número de apenas oito monges era consequência dos escassos recursos

⁷⁵ Segundo Sousa Viterbo, António Simões foi assistente das obras do Forte de São Lourenço da Cabeça Seca (Torre do Bugio), no início do séc. XVII. VITERBO, Sousa, *Diccionario Historico e Documental dos Architectos, Engenheiros e Constructores Portuguezes ou a serviço de Portugal*, vol. III. Lisboa: Imprensa Nacional, 1922, p. 59.

⁷⁶ Leonardo Torriani foi um engenheiro e architecto italiano que trabalhou em Portugal durante o domínio filipino. O seu apelido surge também com as grafias Torriano, Torreano ou Turriano. Foi titular do cargo de architecto geral do reino, por nomeação régia de 20 de Abril de 1598. Ficou encarregue das obras do Forte de São Lourenço (Torre do Bugio), do Forte de São Julião da Barra e do Forte de São Filipe de Setúbal. VITERBO, Sousa, *op. cit.*, pp. 145-147. Um alvará do rei D. Filipe II mostra que, quando António Simões foi nomeado assistente, Leonardo Turriano já estava a comandar as obras da Torre do Bugio: «Eu ElRey faço saber aos que este alvara virem que [h]avendo respeito a boa informação que se ouve no conselho de minha fazenda de Antonio Simois, meu engenheiro [...] [h]ei por bem fazerlhe merce do cargo de assistente das obras do Forte de São Lourenço da Cabeça Sequa e mais fortalezas da barra desta cidade [...] pello que mando a Leonardo Turriano, engenheiro geral deste reino que tanto que lhe for apresentado pello dito Antonio Simões lhe de a posse do dito cargo de assistente das ditas obras [...] Diogo de Sousa o fez em Lisboa a quinze de fevereiro de seis centos e onze.» Arquivo Nacional Torre do Tombo, Chancellaria de D. Filipe II, Doações, liv. 25, fl. 83.

⁷⁷ Arquivo Nacional Torre do Tombo, Hospício de Nossa Senhora do Vale da Misericórdia de Laveiras, caixa 12, [Requerimento dos monges cartuxos à Santa Casa da Misericórdia, de 12 de Fevereiro de 1635]. Transcrição integral do documento no Anexo VII.

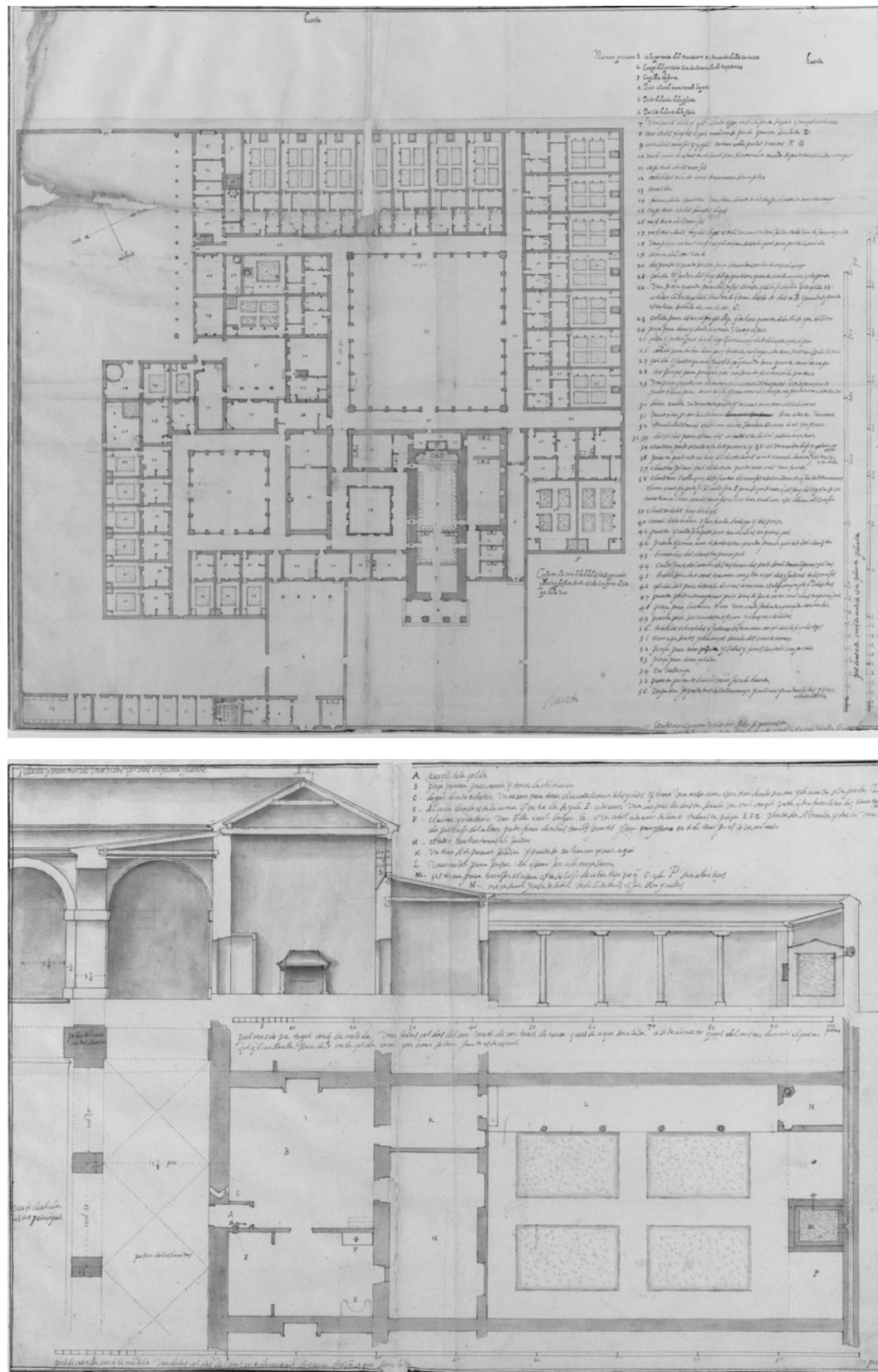


Fig. 30: Proposta de Francisco de Mora para a Cartuxa de Évora. Estudo de planta (em cima) e estudo de cela (em baixo).

económicos. Com este documento fica comprovado que existiu um projecto para a construção do mosteiro, ao contrário do que até actualmente se supunha⁷⁸.

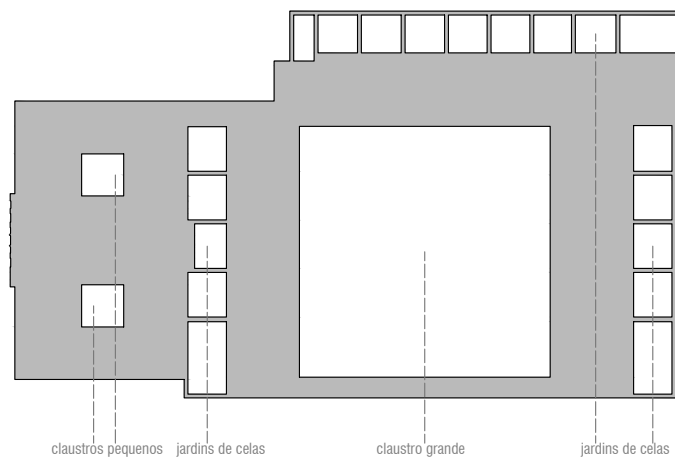
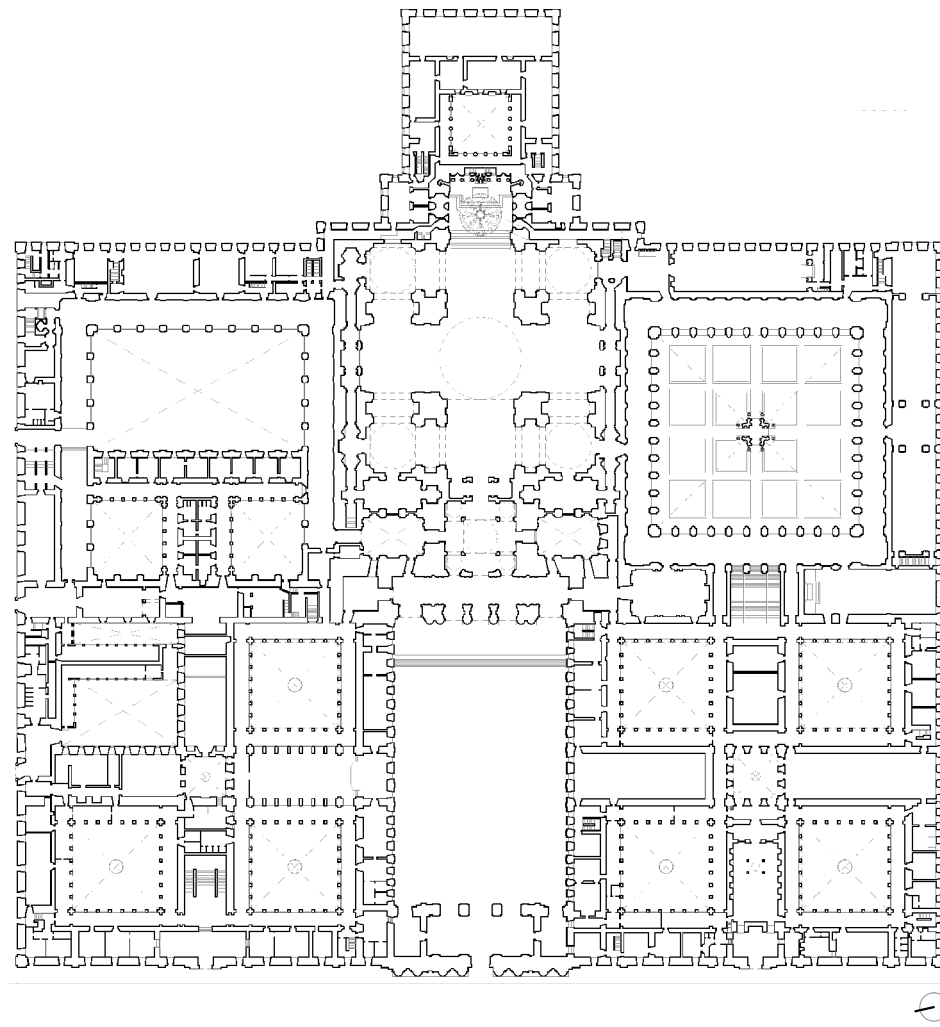
A julgar pelos arquitectos nomeados no requerimento dos monges, os dois mosteiros cartusianos portugueses apresentaram mais uma característica comum: ambos beneficiaram de projectos realizados por arquitectos italianos. Embora o mosteiro de Évora tenha tido, inicialmente, um projecto do arquitecto espanhol Francisco de Mora (Fig. 30), o plano escolhido acabou por ser o do arquitecto italiano Giovanni Vincenzo Casale. A nacionalidade dos arquitectos teve uma influência directa nos projectos apresentados para *Scala Cœli*, isto, certamente, porque as suas referências arquitectónicas cartusianas eram os mosteiros que existiam nos seus respectivos países. No caso do projecto de Francisco de Mora, nota-se uma clara semelhança com o Mosteiro de Santa Maria de El Pualar, perto de Madrid, enquanto o projecto de Giovanni Vincenzo Casale manifesta paralelismos com mosteiros cartuxos italianos, nomeadamente a Cartuxa de Pavia⁷⁹. É por isso possível deduzir que pode ter sucedido o mesmo no primeiro plano para *Vallis Misericordiæ*, que possivelmente deveria ter características que remetiam para mosteiros cartusianos italianos. A isto acrescenta-se outro dado bastante interessante: o poder de deliberação dos monges sobre o projecto do mosteiro. No mosteiro eborense, o plano escolhido não foi totalmente seguido, por não ser do total agrado dos monges, havendo a hipótese de eles próprios terem realizado alterações na orientação das celas.⁸⁰ O mesmo aconteceu no mosteiro laveirense, pois o projecto inicial não contentou os monges e, por isso, fizeram outro, tal como indica a petição anteriormente citada.

A referência a um monge que desenhou a segunda planta coloca a hipótese de, possivelmente, ter sido D. Basílio de Faria a elaborar esse projecto. Numa carta ao Prior Geral da Ordem, ele explicara que «[...] já que conheço um pouco a arte da arquitectura e desde que aqui cheguei delineei uma carta do lugar e a juízo de operários entendidos não custaria muito trabalho deixar plano o que agora está em

⁷⁸ No Arquivo da Grande Chartreuse não existe nenhum desenho ou planta do Mosteiro de *Vallis Misericordiæ*, nem há confirmação de que alguma vez lá tivesse existido. Deveria existir uma planta de cada casa da ordem, assinada pelo prior e prior geral, mas se possivelmente isto nem sempre aconteceu, por outro lado, há que ter em consideração os diversos incêndios que ocorreram na Grande Chartreuse, causando enormes perdas arquivísticas. J. Pinharanda Gomes referiu a incerteza quanto ao facto de se ter feito um projecto (GOMES, J. Pinharanda, *op. cit.*, p. 157), mas os dados apresentados contestam esta hipótese.

⁷⁹ FERRO, Luís, *op. cit.*, pp. 50-52.

⁸⁰ *Ibidem*, p. 54.



0 10 40m

Fig. 31: Comparação entre a planta do Mosteiro do Escorial (Madrid; monges jerónimos; construído entre 1563 e 1584), em cima, e esquema hipotético da configuração do Mosteiro de Santa Maria Vallis Misericordiæ (segundo dados apresentados nos capítulos seguintes).

declive.»⁸¹ Na carta não mencionou a realização da planta, mas referiu que tinha conhecimentos sobre arquitectura. Esta carta foi escrita vinte e dois anos antes do documento referente às plantas; no entanto, como este não indica a data em que foram elaboradas as plantas⁸², e como o mosteiro tinha já nesta altura uma parte construída, nada nos diz que não possa ter sido D. Basílio de Faria o autor do plano. Não foi possível determinar se este prior conheceu outros mosteiros da ordem, além do de Évora⁸³, sendo que esta indicação seria útil para perceber quais as referências arquitectónicas cartusianas que ele teria que poderiam influenciar a elaboração de um plano para o mosteiro de Laveiras.

No seguimento das petições dos monges à Santa Casa da Misericórdia e ao rei, pedindo uma licença para comprar um outro juro, foi emitido um parecer pelo procurador da Coroa Tomé Pinheiro da Veiga, no qual fez uma comparação inusitada:

«[...] he fora de tempo a petição de licença para comprar dês mil cruzados [...], alem de outros trinta, ou quarenta mil cruzados, que deve de emportar o edificio, pella traça que se mostra, que parece huma maquina como o Escorial na grandeza, e erro do lugar, onde não lustra em Laveyras para semelhantes grandezas [...]. E assim os supplicantes [...] dizem que querem fazer quarenta cellas, e residencias, que são quarenta moradas de cazas, e hortas, conforme seo instituto [...] Lisboa, 18 de Abril de 1635.»⁸⁴

Segundo este parecer, Tomé Pinheiro da Veiga viu uma planta do mosteiro de Laveiras e comparou-o, em termos de escala, ao Mosteiro do Escorial, localizado nos arredores de Madrid (Fig. 31). Esta comparação foi, certamente, para dissuadir o rei de aceitar a petição dos monges, pois, na realidade, trata-se de dois mosteiros com escalas completamente díspares. Além disso, referiu também a intenção dos monges

⁸¹ «[...] novi enim aliquantulum artem architeturæ, et postquam ad hanc domum perveni, eius formam descripsi, et deliniavi, arbitrio que et consilio peritorum artificum, quod asperum, et acclive in hoc loco invenitur, non multo labore planum fiat.» SÃO TOMÁS, Frei João de, *op. cit.*, fl. 40v.

⁸² Leonardo Torriani morreu em 1628, por isso, a primeira planta foi elaborada, obrigatoriamente, antes desta data.

⁸³ Sabe-se apenas que ingressou em *Scala Cœli* a 24 de Janeiro de 1609 e que um ano depois já tinha professado. Decorridos apenas mais três anos, foi eleito prior de *Vallis Misericordiæ*, o que evidencia uma rápida progressão na ordem. SÃO TOMÁS, Frei João de, *op. cit.*, fls. 55v-56. No entanto, no *Agiologio Lusitano* está mencionado que «[...] no anno 1615 foi (de mandado do Geral D. Bruno de Affigens) visitar as covas de Sevilha, e a casa de Miraflores junto a Burgos [...]». CARDOSO, George, *Agiologio Lusitano dos Sanctos, e Varoens illustres em virtude do Reino de Portugal, e suas conquistas*, tomo II. Lisboa: Officina de Henrique Valente d'Oliveira, 1657, p. 436. Frei João de São Tomás não indicou nada sobre esta viagem a casas espanholas, na sua breve resenha biográfica sobre este prior. Não foi possível comprovar esta informação com fontes primárias ainda existentes.

⁸⁴ SÃO TOMÁS, Frei João de, *op. cit.*, fls. 191-191v.

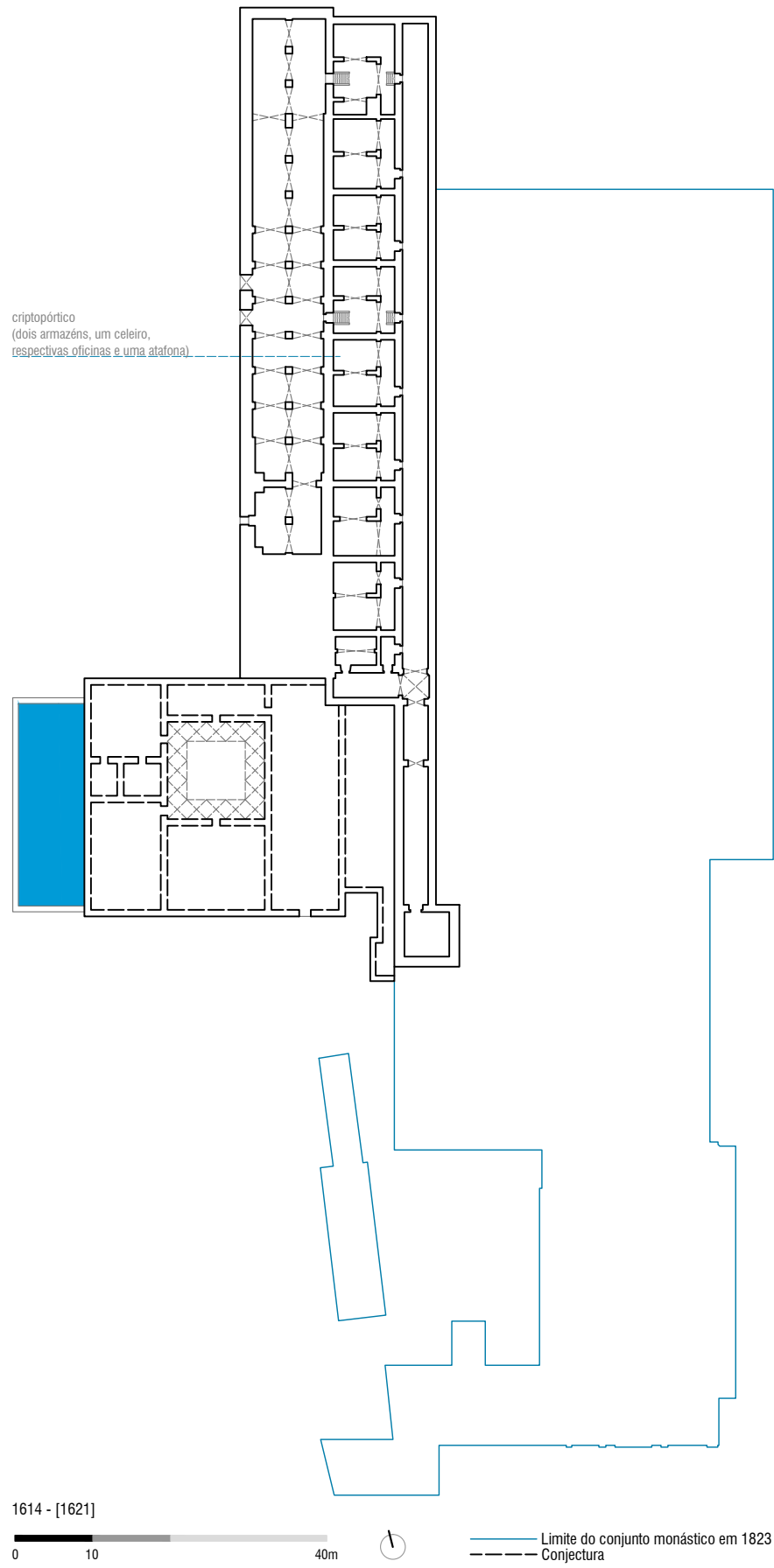


Fig. 32: Planta do mosteiro primitivo e criptopórtico, cota 10.

de construírem quarenta celas, o que é um número muito elevado e nunca mencionado em mais nenhum documento. Apesar disso, fez uma afirmação correcta, ao comparar as celas com moradas de casas e hortas, pois este aspecto é verdadeiramente distintivo da Ordem da Cartuxa.

O terreno na Quinta de Laveiras apresentava um declive acentuado, o que dificultava a implantação do mosteiro, uma vez que era necessária uma vasta área plana. Para resolver esta questão, de forma menos dispendiosa, D. Basílio de Faria aplicou uma solução que já conhecia, por também ter sido utilizada no Mosteiro de *Scala Cœli*, e por ser uma alternativa corrente, na época, para adaptar terrenos e reduzir custos. Assim, foi elaborado um sistema de caves abobadadas para nivelar o terreno – criptopórtico⁸⁵. Isto possibilitou que o claustro grande do mosteiro novo pudesse ser construído a uma só cota, sendo que a ala Oeste assentava sobre as caves⁸⁶. O criptopórtico foi construído na mesma cota do mosteiro primitivo (Fig. 32). Como uma ala do novo claustro se apoiou sobre ele, fez com que o eremitério se localizasse mais a meio da encosta, afastando-se assim da zona plana perto da ribeira, e protegendo-se das inundações (Fig. 33).

O material para a construção do criptopórtico e restante estrutura do claustro grande foi trazido das pedreiras que existiam na região a Norte do mosteiro e, inclusivamente, de uma pedreira que existiu dentro da sua própria cerca. Mais um documento inédito, do fundo arquivístico do ANTT, relata a cedência aos monges, por António Gomes e Jorge Gomes, da exploração de uma pedreira⁸⁷ (Fig. 34), a 25 de Agosto de 1615, bem como a utilização dos equipamentos de transporte de pedra⁸⁸.

⁸⁵ Durante os oito anos que durou o priorato de D. Basílio de Faria, a construção do mosteiro seguiu a bom ritmo, mas, em 1621, os monges de *Scala Cœli* elegeram-no como prior e, embora tivesse refutado a validade da eleição – recorrendo aos Estatutos Cartusianos e ao Direito Canónico (SÃO TOMÁS, Frei João de, *op. cit.*, fls. 56v-57v.) –, acabou por ter de deixar o novo mosteiro e regressar à casa onde tinha professado, o que levou a um abrandamento da evolução da obra. Ainda assim, durante esse tempo conseguiu concluir o criptopórtico (*Ibidem*, fl. 41v.), mas não se registou a data de início da construção das celas. O facto de ter sido D. Basílio de Faria a implementar o criptopórtico – um elemento de extrema importância para a construção do eremitério – reforça a hipótese de poder ter sido o autor da segunda planta do mosteiro.

⁸⁶ *Idem*.

⁸⁷ Pedreira identificada, na Planta das Minas e Encanamentos de Água do Almojarifado de Caxias, junto ao limite Norte da cerca, separada desta pela estrada do Morganhal. Arquivo Nacional Torre do Tombo, Casa do Infantado, Plantas do Almojarifado de Caxias, n.º 179.

⁸⁸ «Dizemos nos António Gomes e Jorge Gomes seu filho moradores neste lugar de Laveiras que nos concertamos com o padre Dom Bazilio de Faria prior da Cartuxa do dito lugar para que elle e seus sososores posão mandar arenquar toda a pedra que quizerem na pedreira que tem aberta na nossa terra que esta as ruínas [...]». Arquivo Nacional Torre do Tombo, Hospício de Nossa Senhora do Vale da Misericórdia de Laveiras, caixa 12, [Venda de pedreira ao padre D. Basílio de Faria, a 25 de Agosto de 1615]. Transcrição integral do documento no Anexo VIII.

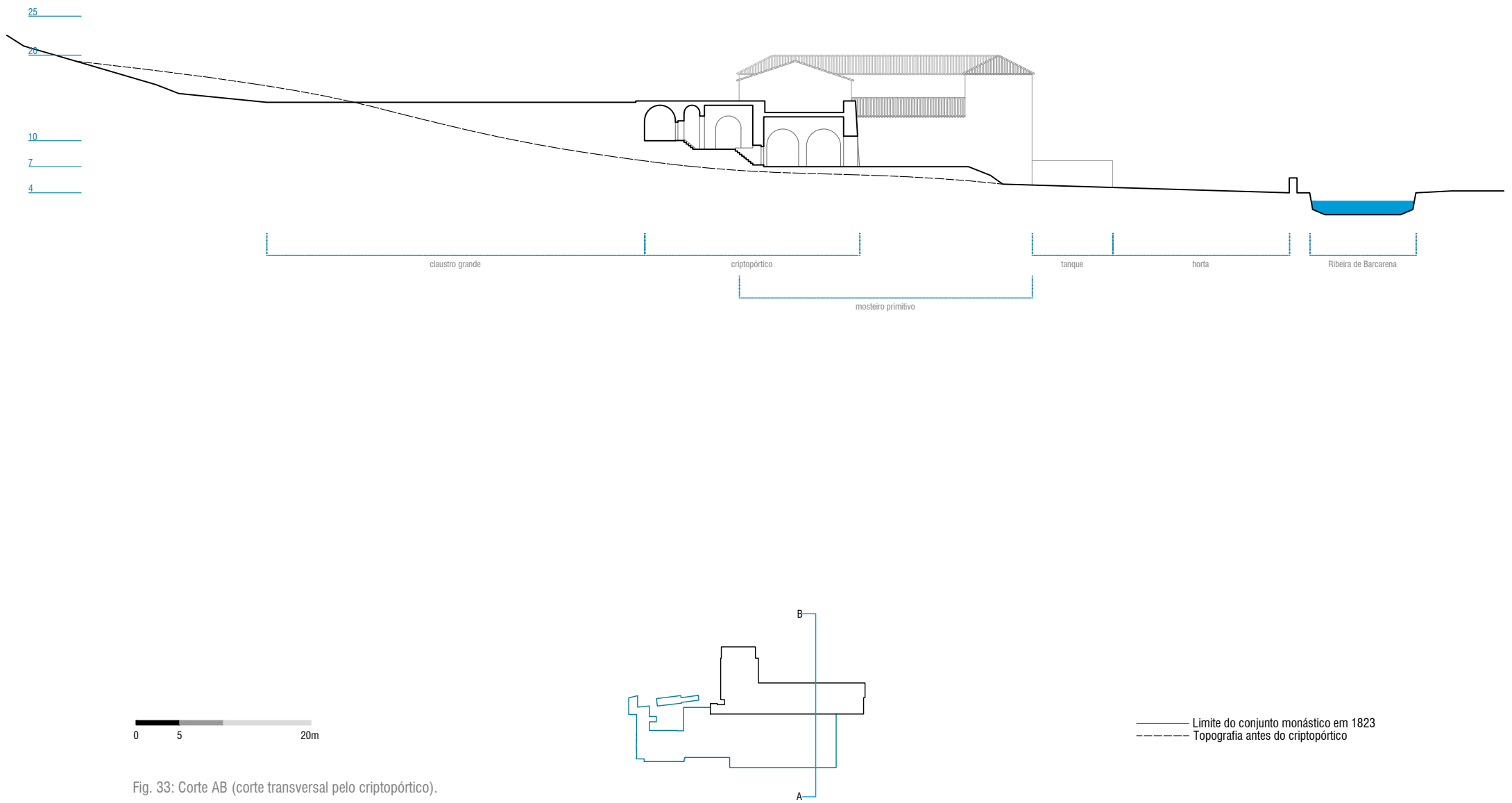


Fig. 33: Corte AB (corte transversal pelo criptopórtico).

Em 1614 foi benzida uma lápide⁸⁹, que marcou o início da construção da nova igreja, sendo colocada no seu eixo. Apesar disso, D. Basílio de Faria decidiu avançar com a edificação do claustro grande, pelo que a obra da nova igreja foi relegada para segundo plano⁹⁰. Como não houve um benfeitor que suprisse todas as necessidades económicas relacionadas com a construção, a obra do mosteiro novo foi dividida em duas partes: primeiro procedeu-se à construção de parte do claustro grande, onde se localizaram as celas, e só mais tarde foi possível construir a igreja e o claustro pequeno. A decisão de edificar primeiro as celas pode ter estado relacionada com a necessidade urgente de instalar os monges em condições totalmente adequadas à regra que professavam. A nova igreja poderia ser construída depois, uma vez que já possuíam a igreja do mosteiro velho – onde até então cumpriam as missas e cânticos, nas horas estipuladas pelo horário cartusiano⁹¹.

Efectivamente, segundo Giovanni Leoncini, a falta de recursos impediu diversos mosteiros cartusianos de terem uma planimetria regular e uniforme, porque o local de implantação requeria muitos trabalhos para aplanar terrenos em declive, e, por isso, adaptaram-se à topografia do lugar, reservando a maior área plana para construir o claustro grande. Os outros edifícios necessários, como a igreja, eram implantados depois, conforme as condicionantes criadas pelo claustro grande e a área livre⁹². Assim, a primazia da construção do eremitério em detrimento da igreja não aconteceu apenas no Mosteiro de Laveiras e esta sequência construtiva demonstra a relevância do eremitério em relação aos restantes espaços.

As celas e respectivas capelas foram construídas uma a uma, ao ritmo inconstante das doações feitas por particulares. No total foram construídas doze celas e os seus benfeitores foram os seguintes: as duas primeiras celas foram mandadas edificar por D. Jorge de Ataíde, em 1611 (e foram dedicadas a Nossa Senhora e a São

⁸⁹ «Anno Domini 1614 die 8 Decembris / Ego Hyeronimus Izatensis et Tingitanus episcopus / Ad honorem Beatissimæ Mariæ / Virginis primarium lapidem benedixi / In alma Cartusia Vallis Misericordiæ / Sedente Summo Pontifice Paulo Quintus Pontifex Maximus / Et Phelippo Secundus Portugalliæ et Hispaniæ rege». SÃO TOMÁS, Frei João de, *op. cit.*, fl. 41. Tradução: «Ano do Senhor 1614 dia 8 de Dezembro, eu Jerónimo bispo de Ceuta e Tânger, por honra da Abençoada Virgem Maria, benzo a primeira lápide na Cartuxa do Vale da Misericórdia. Sumo Pontífice Paulo V e rei Filipe II de Portugal e Espanha.»

⁹⁰ *Idem.* J. Pinharanda Gomes referiu que «o edifício da igreja avançara, mas o resto nem se lobrigava como pudesse vir a ser» (GOMES, J. Pinharanda, *op. cit.*, p. 157.), o que, segundo a crónica, não foi verdade.

⁹¹ Arquivo Nacional Torre do Tombo, Hospício de Nossa Senhora do Vale da Misericórdia de Laveiras, caixa 12, [Requerimento dos monges cartuxos à Santa Casa da Misericórdia].

⁹² LEONCINI, Giovanni, *La Certosa di Firenze nei suoi rapporti con l'Architettura Certosina*. Salzburg: Analecta Cartusiana, n.º 71, 1979, p. 45.



Fig. 34: Localização das pedreiras.

Pedro)⁹³; a terceira cela foi uma doação do primeiro professo de *Vallis Misericordiæ*, D. João Coelho, em 1610⁹⁴ (e foi dedicada a São João Baptista); as seguintes três celas foram pagas por D. Beatriz de Mendonça e Barreto, em 1614 (e foram devotadas a Nossa Senhora do Rosário, ao Anjo da Guarda do Conde de Vila Nova e a Santa Maria Madalena); a sétima cela foi oferecida pelo regedor de justiça, D. Manuel de Vasconcelos e a sua esposa, em 1618 (consagrada a Santo António); a oitava cela foi uma doação de D. Francisco de Castro, em 1626 (e foi dedicada a São Francisco); as duas celas seguintes foram mandadas erigir pelo cardeal D. Luís de Sousa, em 1698 e em 1700 (e foram consagradas a Nossa Senhora da Conceição e a Santo Agostinho); a décima primeira cela foi uma doação de D. Álvaro da Fonseca Lobo, em 1732 (dedicada a Nossa Senhora da Nazaré); e a última cela do eremitério foi oferecida por D. António de Castro Montarroyo e Alvelos, em 1745 (e foi dedicada a Nossa Senhora das Angústias e Onze Mil Virgens).

O nome destes beneméritos ficou conhecido através de alguns registos, elaborados em diferentes épocas. O registo mais antigo, e principal, foi o padrão esculpido em pedra colocado em cada cela, numa parede do espaço de entrada. Este padrão continha a identificação dos benfeitores⁹⁵, a descrição da doação que cada um fez, os deveres que o monge tinha de cumprir pelo recebimento da doação, e a data. Dois destes padrões foram preservados no mosteiro até à actualidade (Fig. 35). Os

⁹³ A doação foi feita em 1611, mas só após a construção do criptopórtico – iniciada em 1614 e já concluída em 1621 – foi possível erguer as celas. O mesmo aconteceu com as celas seguintes, cuja doação foi feita antes de 1621.

⁹⁴ Trata-se de mais um testemunho de que, mesmo antes do início da construção do claustro grande, o mosteiro primitivo funcionava totalmente, visto que nele já tinham professado monges. Além disso, embora esta doação tenha uma data anterior à das duas primeiras celas, considera-se que a doação de D. Jorge de Ataíde foi a primeira, porque já tinha demonstrado essa vontade anteriormente, mas o registo oficial só foi realizado depois. «Muitos annos há que tenho particularissima affeição a sancta religião da Cartuxa pella grande sanctidade, e pureza com que nella se vive [...] me resolvi há muitos annos em dotar duas cellas na caza que esta começada em Laveyras [...] 27 de Mayo 1606. Georgii [de Attaide] episcopus.» SÃO TOMÁS, Frei João de, *op. cit.*, fl. 42.

⁹⁵ Com excepção para a última cela, cujo benfeitor não quis ser identificado no padrão. Não obstante, foram encontrados documentos, no fundo arquivístico do ANTT, que atribuem essa doação a D. António de Castro Montarroyo e Alvelos. «Dizem o prior, e monges da Cartuxa do lugar de Laveiras, que no mosteiro dos supplicantes fundou e mandou fazer huma cella dotandoa em sincoenta mil reis de renda cada anno para sustento de hum monge o muito reverendo conego Antonio de Castro Montarroyo, e Alvellos, sem que precedese contracto algum por documento, de tal sorte que nem ainda na inscripção do padrão, e letreiro que ordenou se pozese na primeira caza, e intrada da dita cella, quiz se escrevese o seu nome [...]». Arquivo Nacional Torre do Tombo, Hospício de Nossa Senhora do Vale da Misericórdia de Laveiras, caixa 12, [Petição dos monges cartuxos para esclarecimentos sobre a execução testamentária de D. António de Castro Montarroyo e Alvelos]. Transcrição integral do documento no Anexo IX.

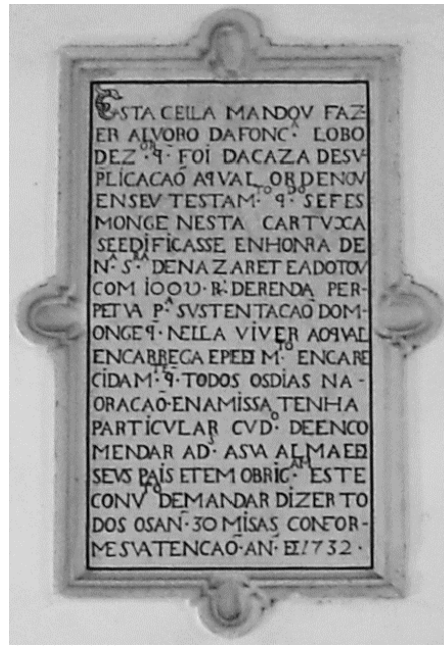
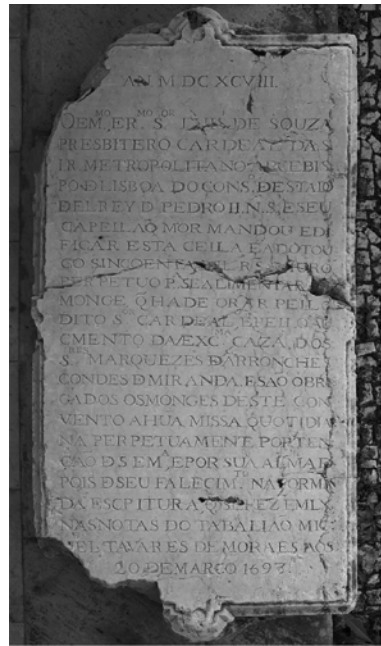


Fig. 35: Dois padrões de pedra ainda existentes no mosteiro (à esquerda, o padrão da primeira cela doada por D. Luis de Sousa, e à direita, o padrão da cela doada por D. Álvaro da Fonseca Lobo).

restantes ficaram registados, porque no final do séc. XVIII foi feita, por tabelião, a cópia de cada um para fins jurídicos⁹⁶. Também na sua crónica, Frei João de São Tomás relatou estes factos – à excepção da doação para a última cela, uma vez que esta foi feita após a redacção da crónica⁹⁷. Além destes documentos, também foram realizados registos de mercês, por parte de alguns benfeitores.

As datas indicadas nos padrões referiam-se à doação, mas as celas foram construídas posteriormente, em datas indeterminadas. Ainda assim, pelas datas das doações, pode-se depreender que a edificação das celas decorreu ao longo de mais de um século, o que ilustra a morosidade da edificação do mosteiro (Figs. 36 a 40). Esta situação não era incomum dentro da Ordem da Cartuxa, mas também existiram casos em que os mosteiros foram construídos com incrível celeridade. Veja-se o exemplo do Mosteiro de *Scala Cœli*, que em cinco anos já estava habitável, ainda que não estivesse concluído⁹⁸, e do Mosteiro de Dijon (França), que também num prazo de cinco anos já tinha todas as estruturas essenciais, inclusivamente a grande igreja-mausoléu consagrada⁹⁹ (Fig. 41).

As celas do claustro grande são dos elementos descritos com maior incerteza e dúvida na bibliografia existente. Os vários autores apresentam diversas hipóteses, por vezes contraditórias, mas indicam a crónica de Frei João de São Tomás como a fonte documental utilizada. Este facto torna incompreensível o surgimento dessas hipóteses, uma vez que não são indicadas, pelos autores, outras fontes documentais especificamente relacionadas com esta temática. Florentino dos Santos Cardoso baseou a sua narrativa sobre a Cartuxa de Lisboa exclusivamente na crónica, mas, por motivo desconhecido, apenas fez referência a dez celas, não mencionando a penúltima doação efectuada (da qual permanece ainda hoje, inclusivamente, um padrão em pedra no mosteiro)¹⁰⁰. O livro *As Cartuxas de Portugal*¹⁰¹ foi fundamentado na crónica e na tese, mas apresenta duas versões sobre as celas, possivelmente por o livro conter textos de dois autores: um cartuxo de *Scala Cœli* – que indicou a construção de oito celas numa ala e um número indefinido numa ala perpendicular,

⁹⁶ Arquivo Nacional Torre do Tombo, Hospício de Nossa Senhora do Vale da Misericórdia de Laveiras, caixa 2. Transcrição integral destes documentos no Anexo X.

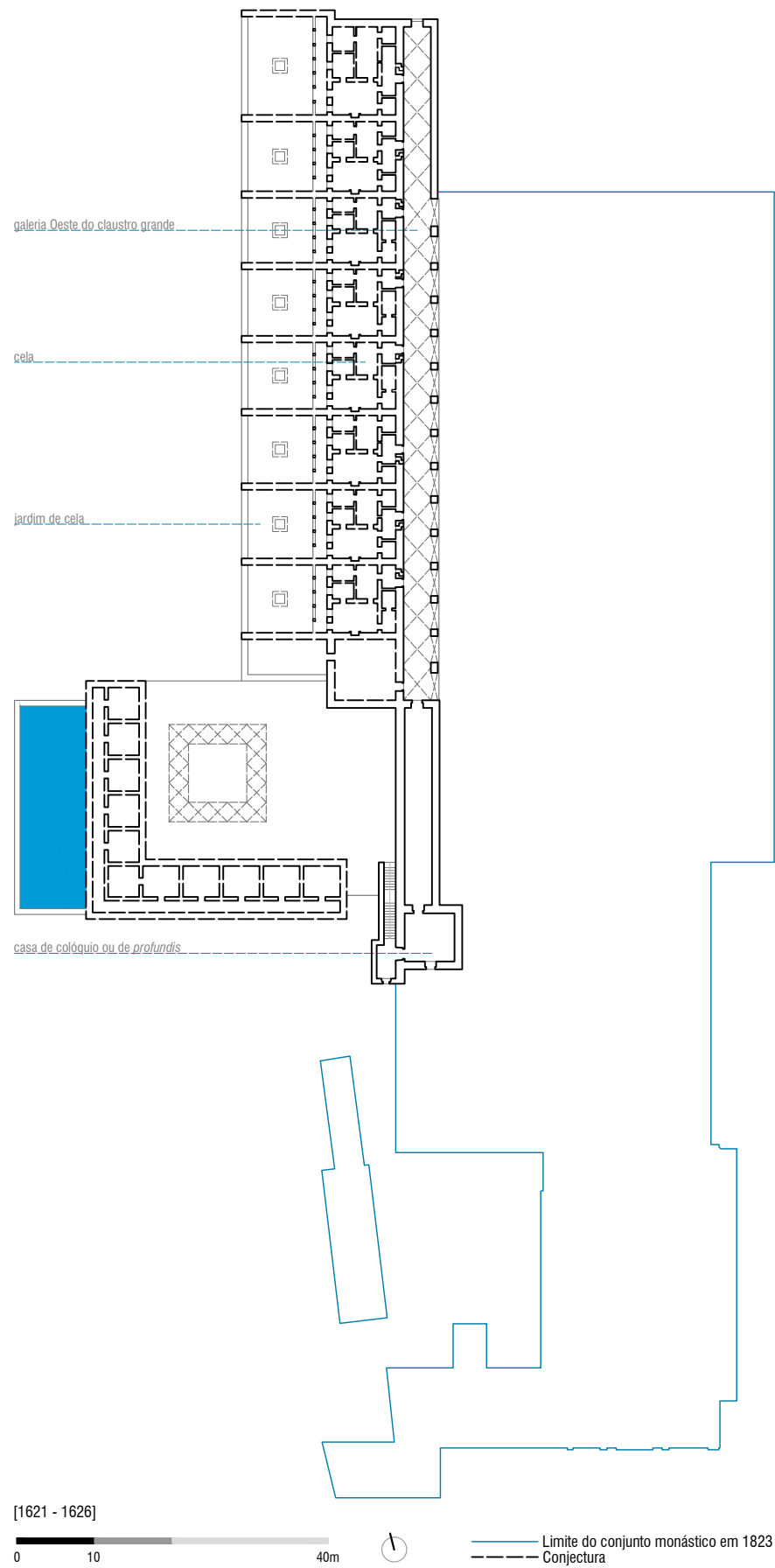
⁹⁷ SÃO TOMÁS, Frei João de, *op. cit.*, fls. 41v-47v.

⁹⁸ FERRO, Luís, *op. cit.*, p. 50.

⁹⁹ *Maisons de l'Ordre des Chartreux*, tomo II, p. 45.

¹⁰⁰ CARDOSO, Florentino dos Santos, *op. cit.*, pp. 21-22. Desconhece-se o motivo pelo qual o autor apenas contabilizou dez celas, uma vez que, se realmente se baseou na crónica, poderia ter encontrado a referência à penúltima cela, que ficou registada no fôlio seguinte ao da doação de D. Luís de Sousa.

¹⁰¹ HOGG, James, Um Cartuxo, *As Cartuxas de Portugal – The Charterhouses of Portugal*. Salzburg: Analecta Cartusiana, n.º 69, 1984.



[1621 - 1626]

0 10 40m



— Limite do conjunto monástico em 1823
- - - Conjectura

Fig. 36: Planta do mosteiro primitivo e da ala Oeste do eremitério, cota 15,5.

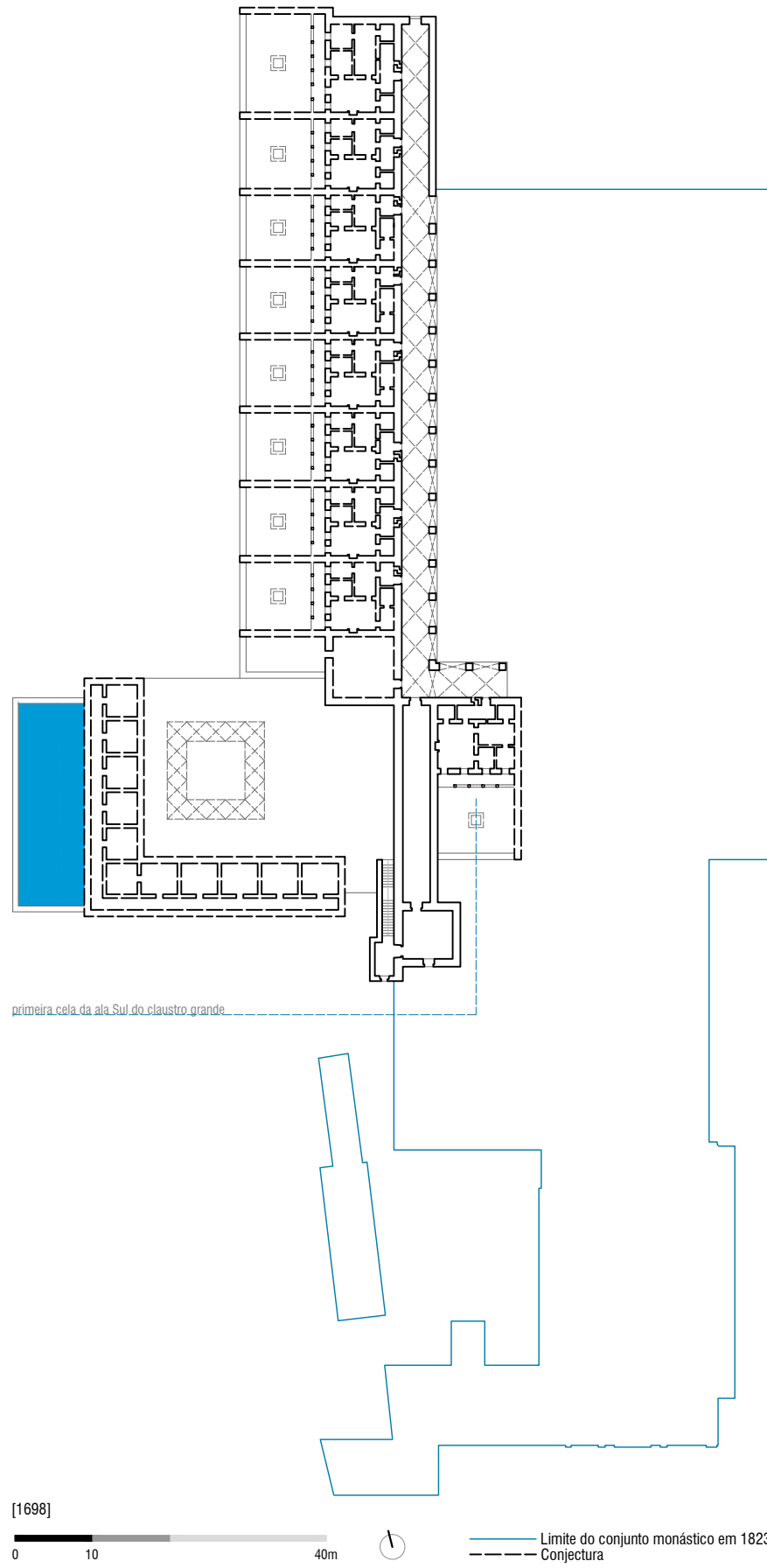


Fig. 37: Planta do mosteiro primitivo e do eremitério, cota 15,5.

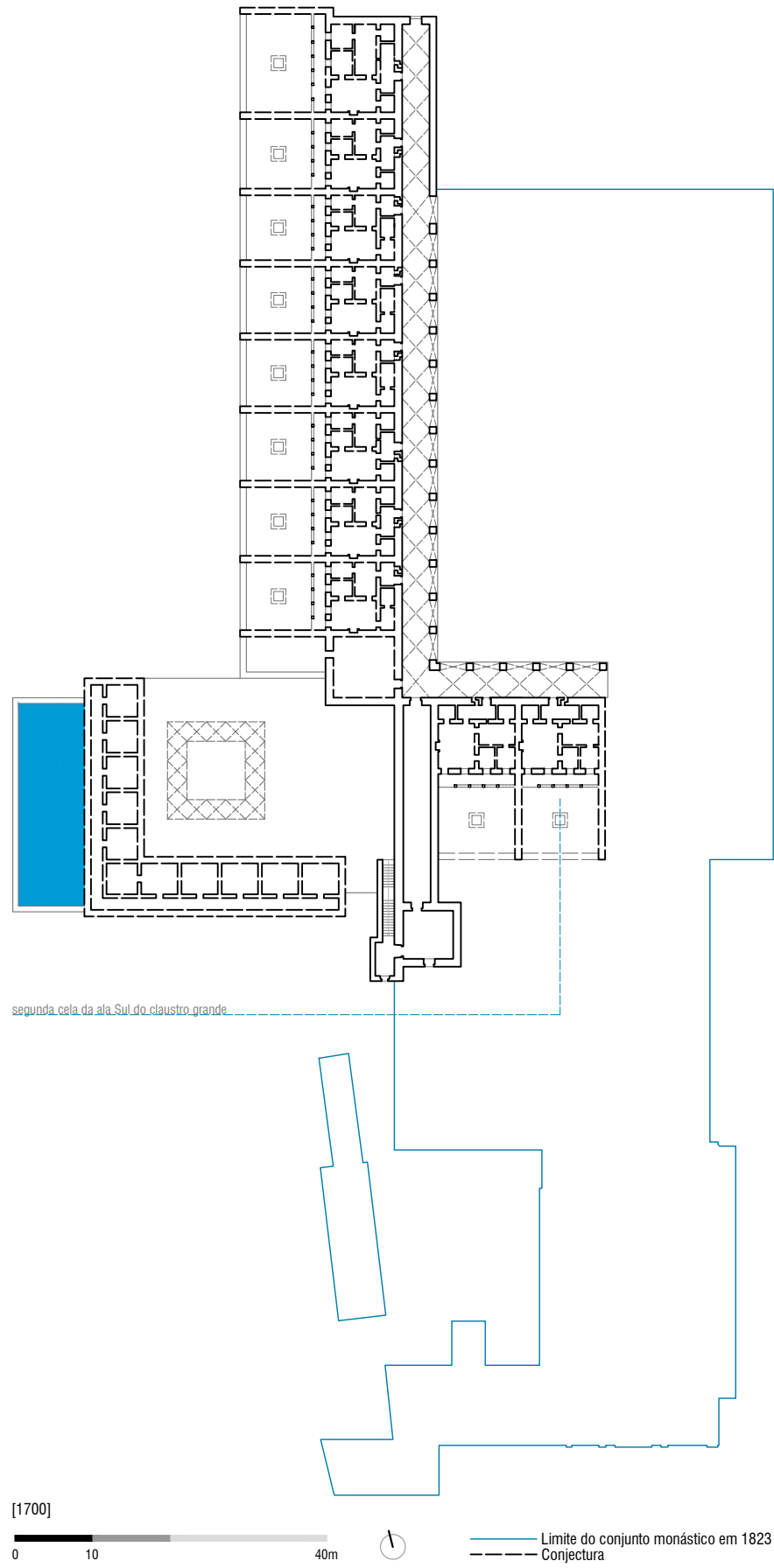


Fig. 38: Planta do mosteiro primitivo e do eremitério, cota 15,5.

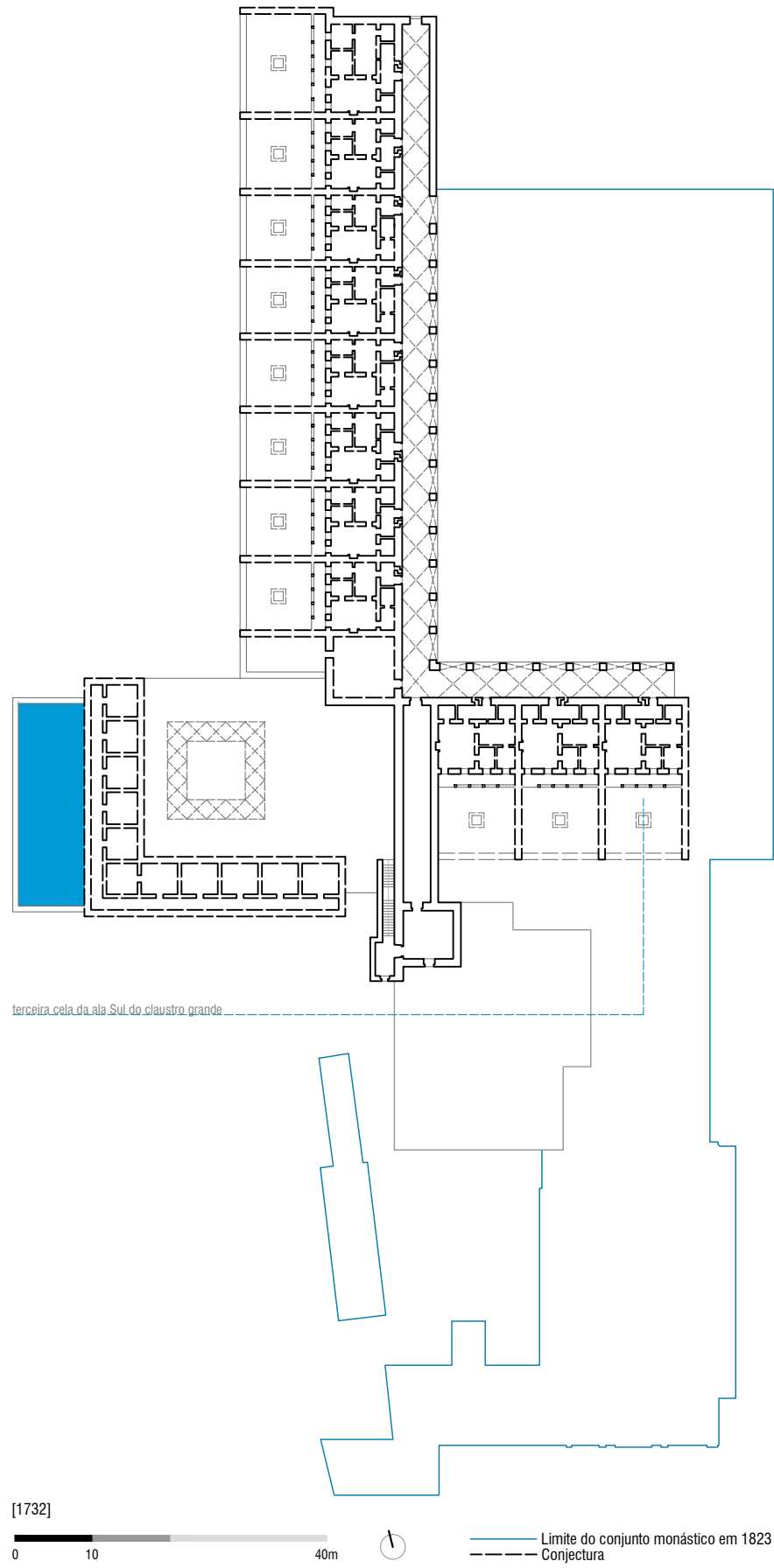


Fig. 39: Planta do mosteiro primitivo e do eremitério, cota 15,5.

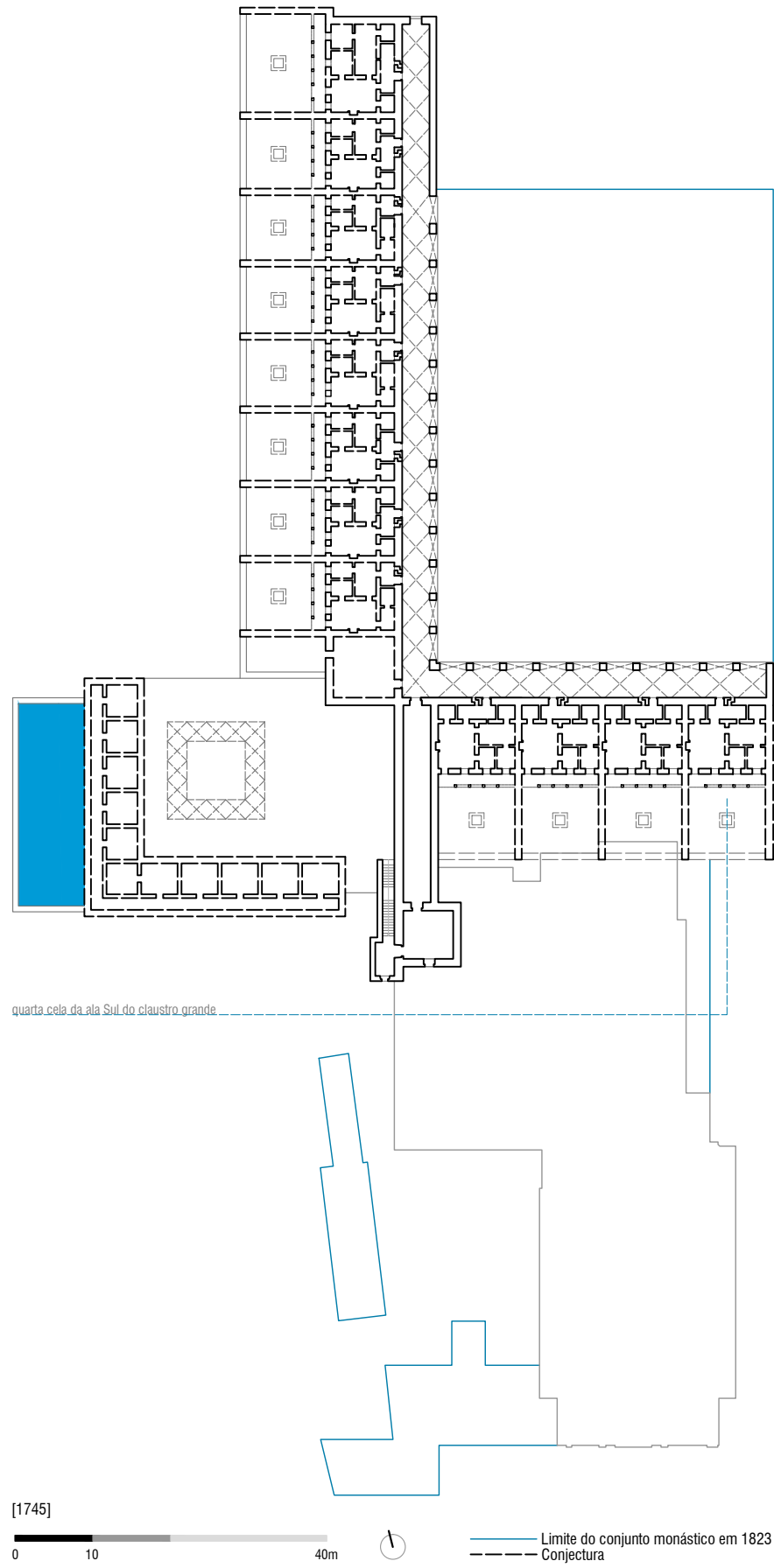


Fig. 40: Planta do mosteiro primitivo e do eremitério, cota 15,5.

mas nunca referiu a doação de D. Álvaro da Fonseca Lobo¹⁰² – e James Hogg – que indicou dez celas¹⁰³, tal como Florentino dos Santos Cardoso. Por sua vez, Josué Pinharanda Gomes referiu, no livro *A Ordem da Cartuxa em Portugal – Ensaio de Monografia Histórica*, de 2004, duas formulações sobre as celas. Primeiramente, indicou a construção de um número indefinido de celas na ala sobre o criptopórtico, e em seguida definiu esse número em apenas seis, mas citou os mesmos fundadores indicados na crónica do séc. XVIII, com diferença simplesmente no número de celas que cada um mandou edificar¹⁰⁴. A isto acrescentou que D. Luís de Sousa fez doações para se aumentar o claustro noutra ala, com a construção de uma cela e, por fim, mencionou a cela mandada edificar por D. Álvaro da Fonseca Lobo¹⁰⁵. No total apresentou somente oito celas, localizadas em dois lados do claustro.

Com os diversos documentos encontrados no fundo arquivístico sobre o mosteiro, existente no ANTT, foi possível clarificar e comprovar a informação contida na crónica e acrescentar novos dados¹⁰⁶, o que permite refutar as hipóteses apresentadas pelos anteriores autores. Além dos padrões das celas, que foram a maior prova da sua existência, também foram encontrados documentos sobre os responsáveis pelos montantes das doações, os deveres requeridos aos monges e registos de mercês (feitos por tabeliães). No Registo Geral de Mercês Doações da Torre do Tombo foi anotada a referência às três celas mandadas edificar por D. Beatriz de Mendonça e Barreto:

«[...] pedindome o dito prior, e monges do convento da Cartuxa do lugar de Laveiras sitto no termo desta cidade [...] o procurador de minha fazenda como administrador dos bens socrestados de D. Breattis de Mendonça Barretto para que delles se lhe pagassem [...] em rezão do contracto que a mesma D. Breattis fizera com elles sobre a fundação de hua sella no dito convento [...] de juro com que a dita D. Breattis de Mendonça de antes havia fundado, e dotado no dito convento duas sellas [...]»¹⁰⁷.

¹⁰² HOGG, James, *Um Cartuxo*, *op. cit.*, pp. 67-69. Foi uma hipótese semelhante à apresentada na tese de Florentino dos Santos Cardoso, mas a doação que o autor não referiu foi exactamente a relativa ao padrão de pedra que ficou no mosteiro, sendo esta hipótese automaticamente refutada.

¹⁰³ *Ibidem*, p. 148. O autor baseou-se na tese de 1953, mas, possivelmente, não conferiu o documento original da crónica e, por isso, a informação permaneceu incorrecta.

¹⁰⁴ GOMES, J. Pinharanda, *op. cit.*, pp. 159 e 161.

¹⁰⁵ *Ibidem*, pp. 161-162.

¹⁰⁶ Na crónica apenas foi mencionada a doação de onze celas, uma vez que a última cela foi doada após a morte do autor da crónica. Os documentos que serviram para comprovar os novos dados apresentados foram os inventários de bens de 1823 e 1833, as cópias dos padrões das celas, os registos de mercês e os documentos sobre as doações, os quais se encontram transcritos nos anexos.

¹⁰⁷ Arquivo Nacional Torre do Tombo, Registo Geral de Mercês Doações da Torre do Tombo, liv. 5, fl. 280. Contraria a afirmação de J. Pinharanda Gomes. GOMES, J. Pinharanda, *op. cit.*, pp. 159 e 161.

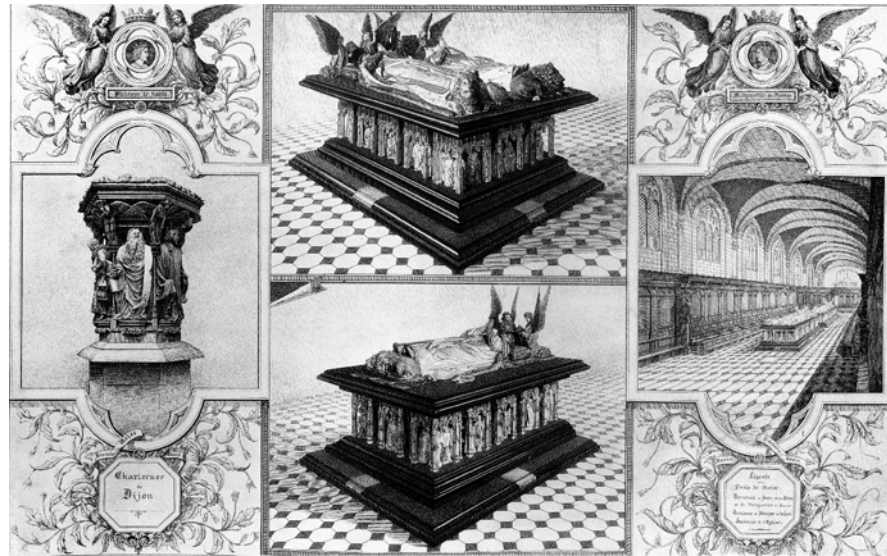
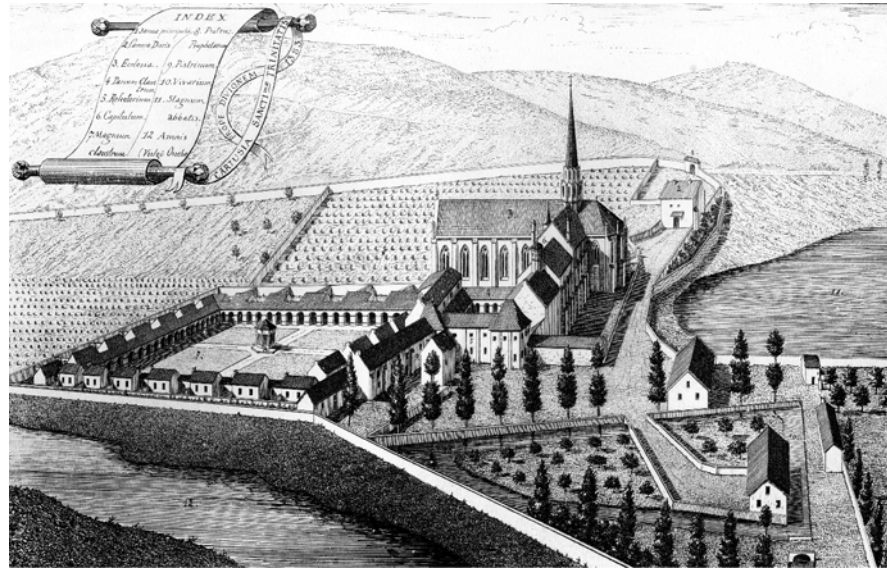


Fig. 41: Gravura da Cartuxa de Dijon (meados do séc. XVIII), em cima, e gravuras dos túmulos da igreja-mausoléu (em baixo).

No Registo Geral de Mercês de D. João V, foi feita uma referência às duas celas de D. Luís de Sousa:

«[...] tendo respeito ao que se lhe representou por parte do dito prior e monges da Cartuxa do lugar de Laveiras termo desta cidade em razão de que mandando o Cardeal Arcebispo deste Arcebispado Dom Luis de Souza fundar naquelle convento duas cellas dotandoas com sinco mil cruzados para os empregarem em bens que rendessem para o sustento de dous monges que vivessem nellas impódolhes o encargo de duas missas cotidianas [...]»¹⁰⁸.

Além destes documentos, nos inventários de bens de 1823 e 1833, realizados aquando da supressão das ordens religiosas, também se referenciou a quantidade de celas. O primeiro menciona doze celas no claustro grande:

«[...] claustro imperfeito aonde habitão a maior parte dos frades, e que de acazo estivesse acabado deveria formar a figura quadrilonga, mas que pelo não estar formão os dous únicos corredores hum angulo recto. Estes dous corredores [...] são compostos de doze cellas cada huma das quaes consta igualmente de huma caza regular [...]»¹⁰⁹.

Por sua vez, o inventário de 1833 apenas refere oito celas: «o convento [...] consta de dois grandes dormitórios [...] o primeiro contem oito celas [...]»¹¹⁰. Este inventário, no entanto, não demonstra um grande cuidado no levantamento dos bens imóveis do espaço do mosteiro, uma vez que, como já se mencionou anteriormente, incide mais sobre os imóveis pertencentes aos monges – como casas e quintas (recebidas como dotes dos monges que professavam no mosteiro), localizadas nos concelhos de Sintra, Oeiras e Lisboa. O pouco interesse demonstrado pelo espaço do mosteiro é evidenciado pela interrupção da descrição do claustro – uma vez que indica dois corredores com dormitórios, mas só descreve um e, em seguida, passa logo para a descrição da igreja e da sacristia. Isto foi, certamente, o motivo de apenas serem relatadas oito celas, ainda que não seja de afastar a hipótese de, entre as datas dos dois inventários, algo ter acontecido e algumas celas se terem arruinado.

¹⁰⁸ Arquivo Nacional Torre do Tombo, Registo Geral de Mercês de D. João V, liv. 2, fl. 269. Contraria a afirmação de J. Pinharanda Gomes de que D. Luís de Sousa apenas fez doação de uma cela e não se conheceu o valor dessa doação. GOMES, J. Pinharanda, *op. cit.*, pp. 159 e 161.

¹⁰⁹ *Inventário Geral do Mosteiro de Nossa Senhora do Vale de Misericórdia da Cartuxa de Laveiras [...]*, 1823, fls. 13-13v.

¹¹⁰ *Convento de São Bruno de Laveiras [...]*, 1833, fl. 19.

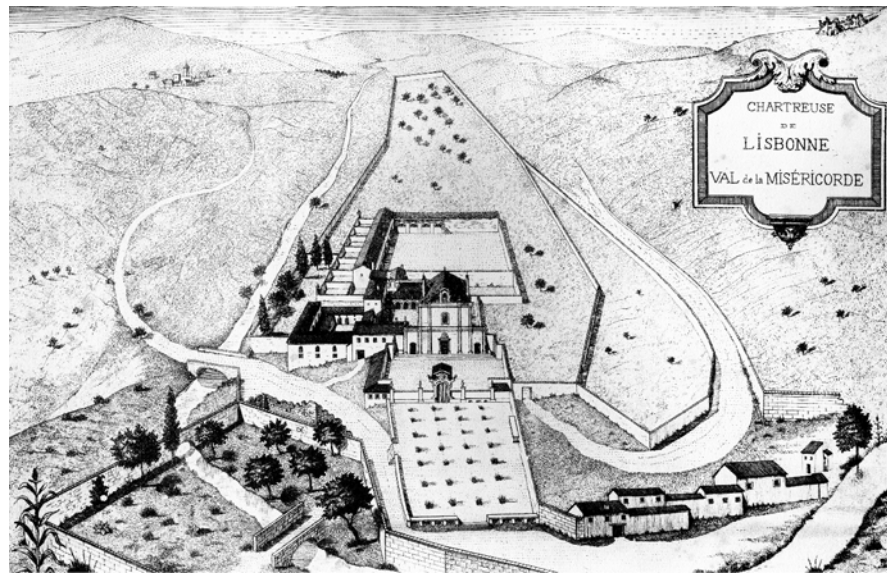


Fig. 42: Gravura da Cartuxa de Laveiras (meados do séc. XVIII) com representação de quatro arcos na galeria Norte do claustro grande.



Fig. 43: Cartografia do séc. XVIII (à esquerda) e do séc. XIX (à direita) com representação da Cartuxa de Laveiras semelhante a chave antiga.

Além da incerteza quanto ao número de celas, a sua localização no claustro também levantou dúvidas, visto não ser consensual entre os autores já mencionados anteriormente. A afirmação da existência de celas na ala Oeste do claustro é comum a todos, mas a outra ala que também teve celas surge como uma incógnita, pois nenhum dos autores indicou se seria a ala Norte ou a Sul¹¹¹. Sabe-se que o criptopórtico foi terminado antes de 1621 e, até essa data, já tinham sido doadas sete celas. Como nesta altura só existia o mosteiro primitivo e o criptopórtico, é lógico deduzir que as primeiras celas foram construídas sobre esta estrutura abobadada e, possivelmente, foram erigidas em simultâneo, visto já haver renda para sete celas (Fig. 36). Se o criptopórtico não fosse essencial para a edificação das celas, então D. Basílio de Faria não teria começado por erigir essa estrutura e poderia ter aplicado as rendas na construção das celas.

Para tentar descortinar mais informação sobre esta questão, foi necessário analisar alguns elementos gráficos. Existe uma gravura de *Vallis Misericordiae*, de meados do séc. XVIII¹¹², que apresenta o claustro grande com a ala Oeste completa e uma galeria de quatro arcos na ala Norte (Fig. 42). Em cartografia dos sécs. XVIII e XIX¹¹³, o mosteiro aparece representado com uma forma estilizada, semelhante a uma chave antiga, o que se pode interpretar como sendo o mosteiro primitivo, a ala Oeste e meia ala Norte (Fig. 43). Estes três elementos parecem indicar que as últimas celas foram construídas na ala Norte, mas o grau de exactidão da gravura é dúbio¹¹⁴ e,

¹¹¹ Frei João de São Tomás, ao narrar os beneméritos, indicou que as celas de D. Luís de Sousa foram construídas noutra ala do claustro – diferente da ala das primeiras oito celas –, mas não referiu qual. SÃO TOMÁS, Frei João de, *op. cit.*, fl. 45v. Esta menção indefinida foi referida de forma semelhante por outros autores, como por exemplo «[...] acrescentou à ala de D. Basílio uma segunda com celas [...]». HOGG, James, *Um Cartuxo*, *op. cit.*, p. 69.

¹¹² *Maisons de l'Ordre des Chartreux*, tomo III, p. 253.

¹¹³ [Caxias-Laveiras, séc. XVIII] (Biblioteca Nacional de Portugal) e Plano Hydrographico da Barra do Porto de Lisboa levantado em 1842, 1843, e 1845, desenhado e gravado no Depósito Hydrographico em 1857 (Biblioteca Nacional de Portugal), respectivamente.

¹¹⁴ Como se viu anteriormente, há gravuras da mesma colecção que apresentam mosteiros no campo, quando eles se encontravam em contexto urbano (Cartuxas de Paris e Londres). As imprecisões na representação também estão patentes nas estruturas dos mosteiros. No caso da gravura do Mosteiro de *Scala Coeli*, isso também acontece e é fácil identificar algumas discrepâncias entre a estrutura construída e a gravura: esta apresenta seis celas na ala Noroeste, mas na realidade são oito; representa doze arcos na galeria Nordeste do claustro grande, mas o correcto são dezanove; e mostra quatro arcos no claustro dos irmãos leigos, quando são só três. Por estes motivos, estas gravuras não devem ser encaradas como fidedignas ao objecto que representam, mas apenas representações aproximadas.

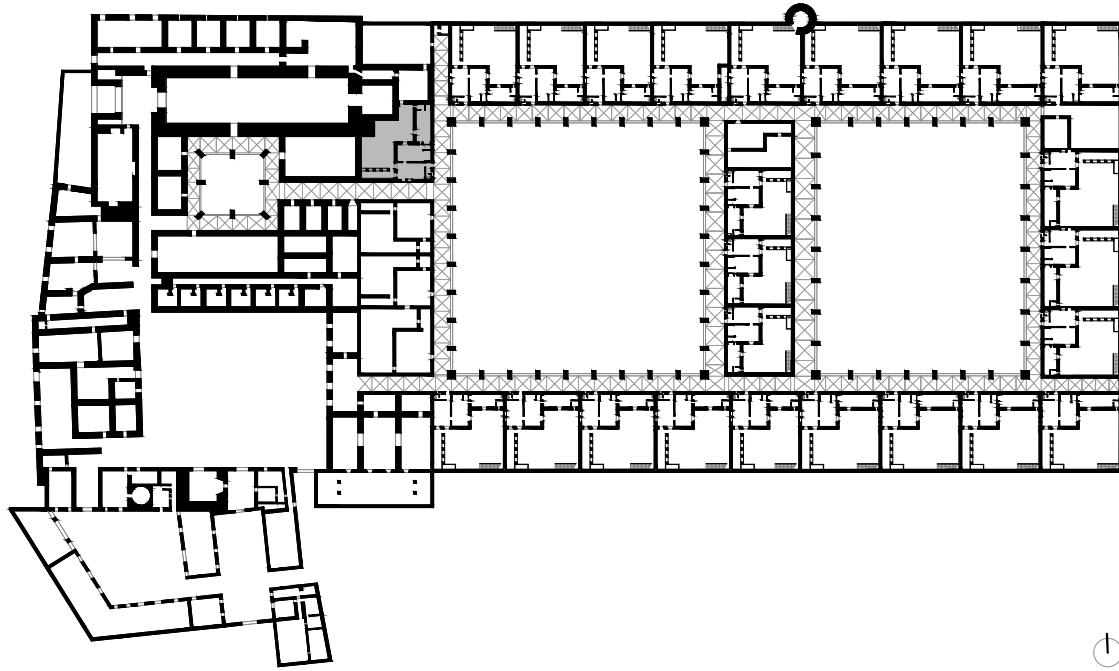


Fig. 44: Planta da Cartuxa de Montalegre com marcação de cela na cabeceira da igreja.

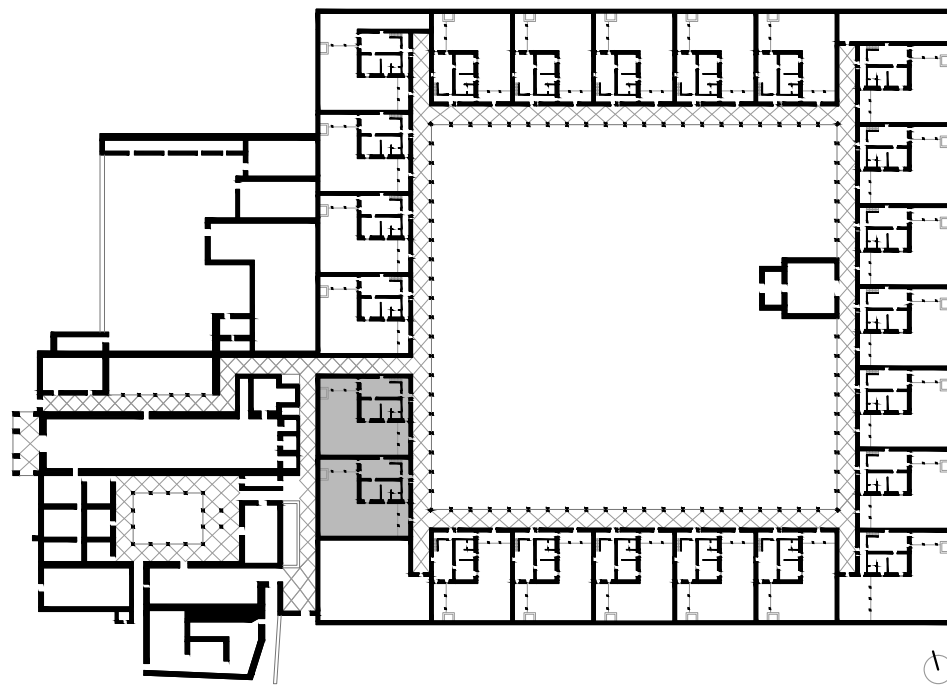


Fig. 45: Planta da Cartuxa de Vall de Christ com marcação de celas na cabeceira da igreja.

0 10 40m

ao verificar outros dados da cartografia, também se percebe que é incorrecta¹¹⁵. Desta forma, não se pode considerar com toda a certeza que existiram celas na ala Norte.

Ao observar a estrutura remanescente do mosteiro na actualidade, houve alguns aspectos que suscitaram dúvidas. Os elementos anteriores apontam para a existência de celas na ala Norte, mas o que na realidade existe é uma galeria de arcos na ala Sul. Além disso, entre esta galeria e a igreja¹¹⁶ há um grande espaço livre. Por comparação com outros mosteiros cartusianos, geralmente, a galeria do claustro grande fica adossada à parte posterior da igreja, não havendo um espaço aberto a separá-las, mas também há casos raros de mosteiros com celas nessa zona. Por exemplo, a Cartuxa de Montalegre (Espanha) tem celas junto à cabeceira da igreja, mas esta está alinhada com uma ala do claustro (Fig. 44). Um exemplo mais semelhante à configuração existente no mosteiro laveirense é o da Cartuxa de Vall de Christ (Espanha), que apresenta celas entre o topo da igreja e a galeria do claustro grande¹¹⁷ (Fig. 45). No caso de *Vallis Misericordiæ*, se existe esse espaço livre é porque supostamente algo foi, ou deveria ter sido, aí construído. Esta localização seria mais favorável para as últimas quatro celas, porque ficavam mais próximas tanto do mosteiro primitivo, como da igreja nova e do claustro pequeno (que seriam posteriormente construídos). De facto, é possível comprovar esta hipótese através da análise de uma descrição inédita do inventário de bens de 1823:

¹¹⁵ A cartografia do séc. XVIII inclui a Real Quinta de Caxias já com palácio e jardins, em especial o Jardim da Cascata, logo tem de ser, pelo menos, da segunda metade do séc. XVIII. Nessa época, a nova igreja cartuxa e o claustro pequeno já estavam construídos (como se irá ver, mais à frente, neste trabalho), mas não aparecem representados nesta cartografia. O mesmo acontece na cartografia do séc. XIX, mais precisamente de 1857. Nesta data, já todas as estruturas do mosteiro tinham sido construídas, logo, a representação do mosteiro deveria incluir também a igreja e o claustro pequeno, mas mantém apenas o mosteiro primitivo, a ala Oeste e meia ala Norte. Esta situação repete-se em cartografia do início do séc. XX. Assim, não se pode considerar que a representação do mosteiro contida nesta cartografia seja correcta.

¹¹⁶ Trata-se da igreja construída no segundo quartel do séc. XVIII, mas que ainda não existia quando o eremitério estava a ser construído.

¹¹⁷ Das mais de cinquenta plantas de mosteiros cartusianos, que foi possível reunir durante esta investigação, apenas estes dois exemplos mostram esta particularidade, o que permite supor que não seria uma configuração comum.



Fig. 46: Galeria Oeste (à esquerda) e galeria Sul (à direita) do claustro grande.

«[...] claustro imperfeito aonde habitão a maior parte dos frades, e que se acazo estivesse acabado deveria formar a figura quadrilonga, mas que pelo não estar formão os dous unicos corredores hum angulo recto. Estes dous corredores, hum dos quaes corre ao lado do Oeste de Norte a Sul, e o outro ao lado do Sul pela parte inferior do primeiro claustro já descripto [claustro pequeno], e da parte da igreja, de Leste, a Oeste, são compostos de doze cellas [...]»¹¹⁸.

Esta passagem mostra claramente que foi na ala Sul do claustro grande que se construíram as últimas celas e comprova as incorrecções representadas na gravura e cartografia analisadas anteriormente. Há mais um pequeno excerto que o confirma: «a sacristia fica ao lado do Poente [da igreja nova, implantada a Sul do eremitério] [...] tem comunicação com huma das cellas dos monges, e com o claustro do mosteiro nobre.»¹¹⁹ A julgar pela raridade de casos em que se verificou a existência de celas entre a igreja e o claustro grande, pode-se admitir que, neste caso, esse facto adveio das condicionantes da topografia. Uma vez que na ala Este não era possível construir celas, era necessário ocupar a ala Sul e, hipoteticamente, a ala Norte, para haver espaço suficiente para se erigirem doze ou mais celas.

Na generalidade dos documentos consultados, as referências ao claustro grande cingem-se ao seu aspecto inacabado ou «imperfeito [...] e que de acazo estivesse acabado deveria formar a figura quadrilonga»¹²⁰, sem referência às suas dimensões ou a alguma característica específica. O padre João de Castro mencionou que foi o cardeal D. Luís de Sousa que mandou construir as galerias do claustro (Fig. 46) a unirem as celas¹²¹. Esta informação foi repetida em diversas obras posteriores, por vezes com ligeiras diferenças¹²², mas não é possível comprovar esta informação

¹¹⁸ *Inventário Geral do Mosteiro de Nossa Senhora do Vale de Misericórdia da Cartuxa de Laveiras* [...], 1823, fls. 13-13v. Como se viu anteriormente, o inventário de 1833 só descreve uma das alas do claustro grande e, inclusivamente, denomina-as ao contrário, pois diz que «[...] consta de dois grandes dormitórios, correndo o maior de Nascente a Poente, e o menor de Norte a Sul», quando era o maior que se encontrava de Norte a Sul e o menor de Este a Oeste. *Convento de São Bruno de Laveiras* [...], 1833, fl. 19.

¹¹⁹ *Inventário Geral do Mosteiro de Nossa Senhora do Vale de Misericórdia da Cartuxa de Laveiras* [...], 1823, fls. 11-11v. Embora este excerto remeta para a fase seguinte da evolução do conjunto monástico, é importante apresentá-lo aqui, pela informação que contém, pois mostra que havia celas na ala Sul do claustro, sendo que uma delas tinha comunicação com o núcleo construído posteriormente.

¹²⁰ *Ibidem*, fl. 13.

¹²¹ CASTRO, João Bautista de, *op. cit.*, p. 69.

¹²² Por exemplo, Pedro Diniz disse que o plano do claustro era de D. Luís de Sousa. DINIZ, Pedro, *Das Ordens Religiosas em Portugal*. Lisboa: Typographia de J. J. A. Silva, 1853, p. 150. Augusto Leal mencionou que o claustro foi mandado fazer pelo cardeal. LEAL, Augusto de Pinho, *Portugal Antigo e Moderno*, vol. IV. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira e Companhia, 1874, p. 57. No livro *As Cartuxas de Portugal* está indicado que as galerias em arco que uniram as duas alas de celas foram feitas devido a uma doação de D. Luís de Sousa. HOGG, James, *Um Cartuxo*, *op. cit.*, p. 69.



Fig. 47: Vão na extremidade Norte do claustro grande (a densa vegetação não permite observar a área da cerca).

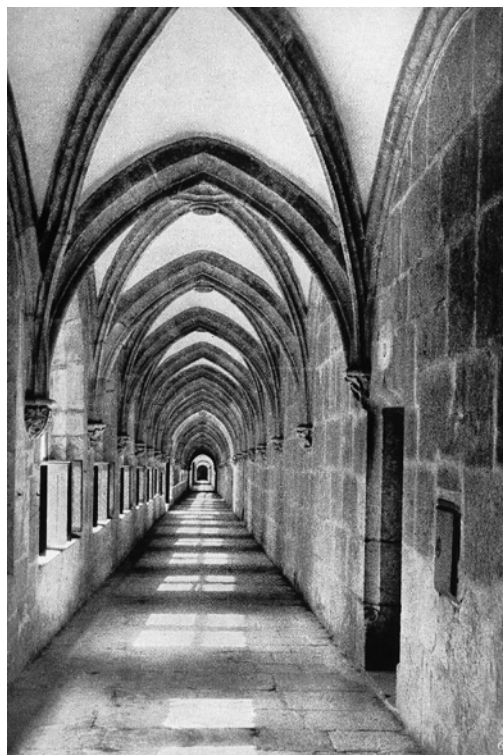


Fig. 48: As galerias do claustro da Grande Chartreuse também têm janelas, à semelhança do que consta na descrição do claustro da Cartuxa de Laveiras.

com as fontes primárias que existem actualmente¹²³. Na crónica do séc. XVIII, o autor mencionou as doações de D. Luís de Sousa. Referiu que, além de duas celas, este cardeal quis doar também a sua biblioteca ao mosteiro e que, para tal, construiria numa ala do claustro uma casa ampla para a albergar. No entanto, isso nunca chegou a acontecer; julga-se que o benfeitor teria falecido antes de cumprir estas duas últimas doações¹²⁴. Examinando estes dados, seria de supor que Frei João de São Tomás mencionasse, na sua crónica, a contribuição do cardeal para o claustro, caso este realmente tivesse tido influência directa, pois mencionou outras doações, mesmo as que não se cumpriram.

Ainda assim, na crónica de Frei João de São Tomás, na parte escrita em latim, encontra-se uma descrição inédita das galerias do claustro. Esta descrição não é mencionada em nenhuma outra obra referente ao mosteiro, apesar de algumas terem incluído traduções de parte destes textos em latim. Frei João descreveu:

«São estes, benévolo leitor, os fundadores e os doadores mais insignes desta nossa Cartuxa de Lisboa. E não obstante serem tantos e tão ilustres, até ao momento [1733] ainda está por construir metade da casa. Se chegar ao termo desejado, será uma das mais belas casas da nossa Ordem Cartusiana, pois o claustro superior, no qual vivem os monges, é um edifício régio, absolutamente magnífico, construído com mestria e com o maior apuro; e apesar de estar previsto que tenha a forma de um quadrado, actualmente só está concluído um dos seus lados mais metade de outro. A construção do claustro superior externo (refiro-me àquela parte exterior que está voltada para o centro desse claustro) apresenta-se em arcada; todos os arcos são construídos em mármore, e preenchidos por janelas de batentes que começam nas arquitraves e vão até à base das colunas. A essas arquitraves correspondem outros capitéis, semelhantes mas colocados na parede interior do claustro, dos quais descem até ao pavimento do claustro colunas¹²⁵ constituídas por silhares. As portas de cada uma das celas dos monges estão pintadas de verde, e sobre cada uma, vêem-se azulejos¹²⁶ com a imagem do santo ao qual está consagrada. No final deste lanço do claustro, já inteiramente concluído, há uma ampla janela voltada para Norte [Fig. 47] que lhe confere grande beleza. O nosso olhar deslumbra-se ao deparar-se com tudo isto.»¹²⁷

¹²³ Não foi encontrado nenhum documento que comprovasse ou contradissesse esta informação. Na crónica apenas ficou a informação de que em 1733 já existiam as galerias do claustro. SÃO TOMÁS, Frei João de, *op. cit.*, fl. 48.

¹²⁴ *Ibidem*, fl. 46.

¹²⁵ NT: O termo usado pelo autor é esse, mas a descrição corresponde a uma pilastra.

¹²⁶ NT: Podem ser mosaicos. A expressão latina, *pictura tessellata*, é imprecisa.

¹²⁷ *Ibidem*, fl. 48. Texto original em latim. Tradução gentilmente realizada pelo professor doutor Armando Senra Martins, docente de Latim na Universidade de Évora.

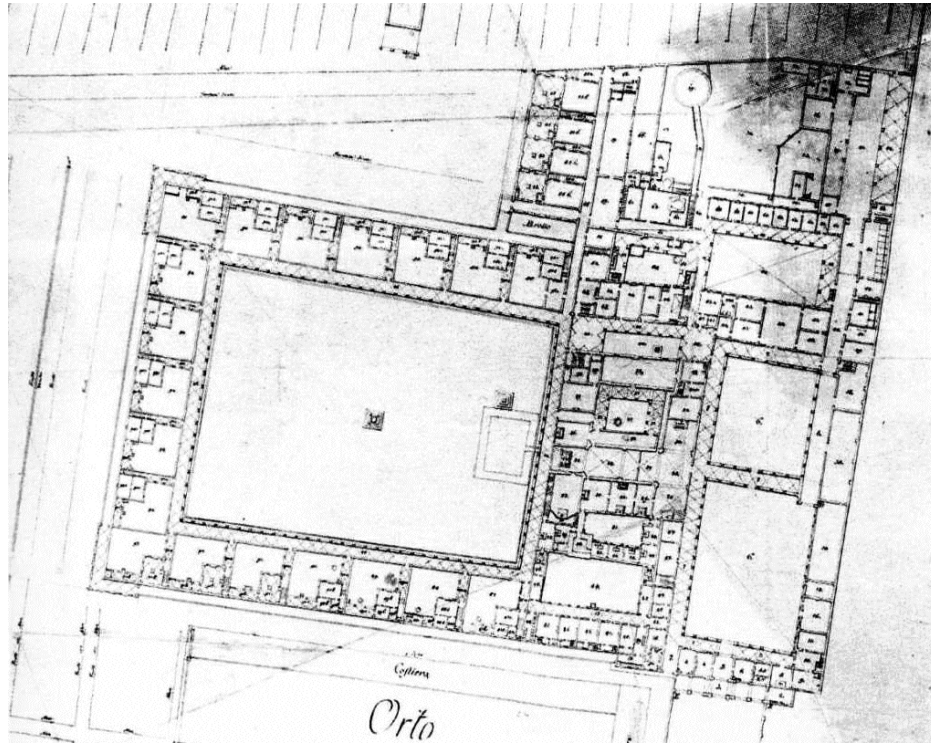


Fig. 49: Planta da Cartuxa de Bolonha (celas contíguas em redor do claustro grande).

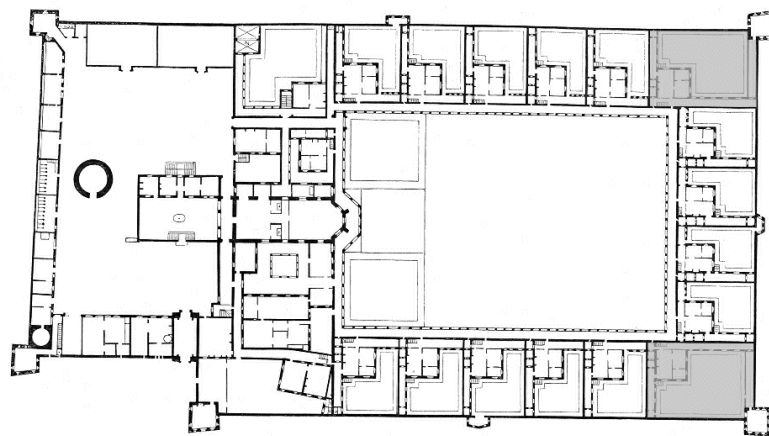


Fig. 50: Planta da Cartuxa de Clermont com marcação das celas de excepção.



0 10 40m

Os pormenores descritos permitem compreender com uma certa clareza a ambiência do claustro. Assim, segundo a descrição, as suas galerias foram preenchidas por janelas, o que, conseqüentemente, teria transformado o corredor de circulação num espaço interior (apesar de o monge o referir como exterior). O facto de a ala Oeste ter abrangido toda a extensão do criptopórtico (o que possibilitou a existência do vão na sua extremidade Norte) assemelha-se aos planos de outros mosteiros, mais especificamente aos mosteiros que previram a hipótese de poder duplicar o claustro e, por isso, necessitariam de um corredor de ligação entre os dois núcleos¹²⁸. Provavelmente, em *Vallis Misericordiæ* não foi essa a intenção, até porque o terreno não teria sequer área plana para um segundo claustro. Esse extenso corredor pode ter estado relacionado com a construção faseada das celas e a escassez de terreno plano. Como as celas foram erguidas uma a uma, com intervalos de alguns anos, o corredor pode ter ido aumentando em extensão à medida que novas celas foram sendo edificadas. Numa tentativa de aproveitar toda a dimensão do criptopórtico, as celas foram até ao limite do terreno plano, e para se aceder a estas era então necessário o corredor. Para além disto, quando foi construída a última cela desta ala, ainda não se poderia saber se existiriam outras doações futuras, logo, a possibilidade de expandir o número de celas para outra ala do claustro era ainda desconhecida e, assim, a extensão do corredor não causaria nenhuma diferença.

Além destas hipóteses, o corredor da ala Oeste também permitiu evitar as celas de excepção, porque não haveria cruzamento entre alas perpendiculares. Num mosteiro cartusiano em que não se incluísse a hipótese de duplicação do claustro grande, as celas seriam todas contíguas e fariam o contorno total do claustro, como aconteceu na Cartuxa de Bolonha, em Itália (Fig. 49). No ponto de cruzamento entre uma ala e outra que lhe é perpendicular, poderia gerar-se um espaço com diferentes dimensões (maiores ou menores) em comparação com as celas que lhe eram contíguas, criando-se assim uma cela de excepção (Fig. 50).

Na descrição do claustro também se destaca o pormenor de, neste caso, as celas terem sido identificadas com uma pintura do santo a que foram dedicadas, sendo que, geralmente, as celas cartusianas eram identificadas com letras, seguindo a ordem do alfabeto, também em pequenos azulejos sobre a porta. Outro dado interessante é a descrição da existência de uma ampla janela no final da primeira galeria¹²⁹. Este vão que pontuava a sua extremidade certamente se revestiu de grande

¹²⁸ Como foi o caso dos mosteiros de Montalegre e de Évora, por exemplo. *Maisons de l'Ordre des Chartreux*, tomo III, pp. 185-186 e 249.

¹²⁹ No Mosteiro de *Scala Cæli* também foi construído um elemento semelhante, mas o vão foi aberto no piso do terraço da galeria noroeste, ou seja, um espaço exterior, o que permitiu apenas obter uma vista sobre a paisagem.

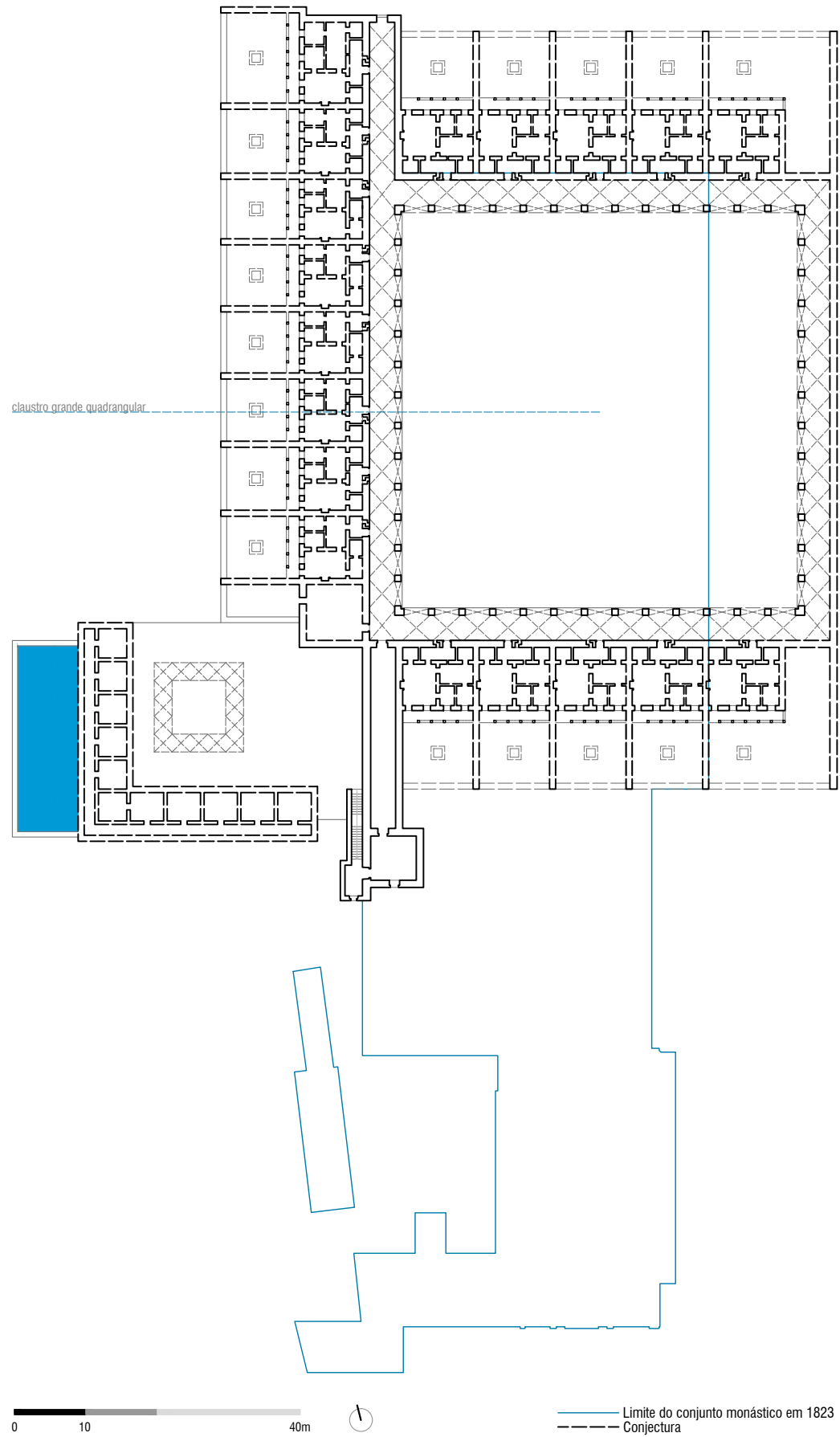


Fig. 51: Planta conjectural do claustro grande quadrangular.

importância, dado que facultava uma vista abrangente sobre uma vasta área da parte Norte do território da cerca do mosteiro. Essa abertura no culminar da galeria teria sido o elemento de ligação entre dois ambientes distintos: o espaço interior da galeria – com janelas voltadas a Este e, por isso, apenas com incidência solar durante o início do dia – em oposição à extensa cerca, banhada pelo sol. Infelizmente, sobre o espaço quadrangular do claustro não foi encontrada nenhuma descrição pormenorizada que permitisse perceber se teve vegetação ou pequenas fontes.

O cruzamento das descrições do eremitério contidas nos documentos escritos e os poucos desenhos existentes (como a planta da Real Quinta de Caxias, onde foi desenhada uma parte do mosteiro, e os desenhos de adaptação do edifício para Casa de Detenção e Correccção) possibilitou a compreensão de mais alguns elementos do claustro.

Os seus quatro lados tiveram dois tipos diferentes de limite: o primeiro limite, a Este, imposto natural e imediatamente pela encosta íngreme e rochosa, e o segundo, concretizado pela construção das celas e das galerias. A galeria da ala Oeste (esta ala tinha oito celas) foi composta por treze arcos de volta perfeita. Uma vez que esta ala foi a única que foi terminada, estes arcos teriam sido a medida para formar o claustro quadrangular. Cada coluna apresentou uma secção de 0,88 metros por 0,88 metros e um intercolúnio de 3,40 metros. A largura da galeria fixou-se em 4,40 metros, entre a parede interior e o exterior das colunas. No tecto, a 5 metros de altura, os arcos deram lugar a abóbadas cruzadas. Na ala Norte não é possível determinar o número exacto de arcos que foram construídos¹³⁰. Por fim, a ala Sul foi constituída pela galeria de dez arcos, que dava acesso a quatro celas. Por cima destas alas existia um extenso terraço com uma agradável vista sobre os montes do vale envolvente.

Como se referiu anteriormente, para o claustro apresentar o formato quadrangular seria necessário ter treze arcos em cada ala¹³¹ (Fig. 51). Analisando a topografia íngreme e a constituição rochosa do terreno de implantação, verifica-se que essa geometria teria sido muito difícil de atingir. Mesmo não considerando os constrangimentos construtivos, implicaria muitos recursos financeiros, algo que o mosteiro não possuía. Para aumentar as alas Norte e Sul de modo a terem treze arcos seria necessário escavar imenso a encosta, principalmente na primeira ala. Além disso, as celas que ficassem no extremo Este dessas alas ficariam quase embutidas na encosta. A diferença de cota entre o nível do claustro e o terreno a Este, que atribui

¹³⁰ Na gravura do mosteiro em *Maisons de l'Ordre des Chartreux*, estão desenhados quatro arcos, mas, como já se verificou anteriormente, a exactidão destas gravuras é dúbida. Em algumas fotografias antigas e desenhos, da época em que a Casa de Detenção e Correccção ocupou o edifício, aparece apenas um arco na ala Norte.

¹³¹ Segundo o levantamento realizado no local, treze arcos correspondem a 55,60 metros, aproximadamente.

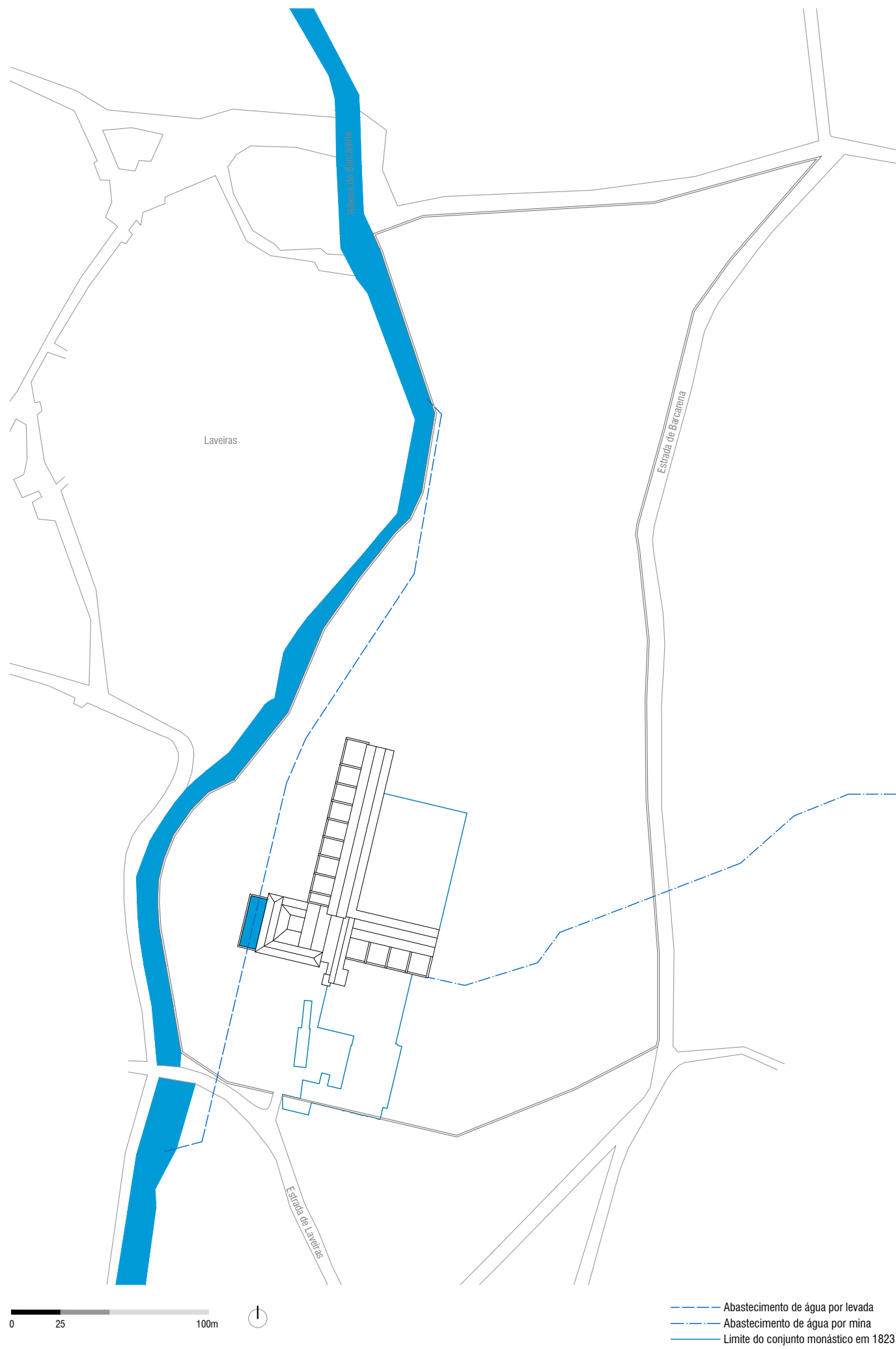


Fig. 52: Abastecimento de água ao mosteiro primitivo - através de levada da Ribeira de Barcarena -, e ao eremitério - por mina.

um limite àquele, era de mais de quatro metros, e esse limite foi criado considerando a ala Sul com apenas dez arcos. Logo, para aumentar mais três arcos, essa diferença de cota passaria para mais de oito metros. Equivaleria a ter um muro de suporte de terras mais alto do que a ala Oeste do claustro. Construtivamente, ter um muro de suporte com essa dimensão também seria extremamente complicado e, devido à maior inclinação do terreno a Este, poderiam acontecer desabamentos de terras que certamente soterrariam o claustro.

Com a construção do claustro grande numa cota superior à do mosteiro primitivo foram alterados os acessos às diferentes áreas. A comunicação entre os dois claustros – o primitivo e o grande – passou a ser feita «pela porta que está ao Oeste da Caza de *Profundis* [...] por huma magnifica escada de pedra com muita luz no meio da qual há huã cella com soalho de madeira com todas as acomodaçoens [...] á excepção de jardim»¹³². A partir dessa casa criou-se um longo corredor para Norte, com 27,70 metros por 3,50 metros, até às galerias do claustro grande. A Casa de *Profundis* ou de Colóquio era um espaço muito importante, porque funcionava como elemento articulador dos diversos núcleos que iam sendo construídos. Tratava-se de uma «casa quadrada, de abobeda com luz, e pavimento de tejjollo, e tamanho regular»¹³³ que dava acesso ao mosteiro primitivo, a Oeste, e ao claustro grande, a Norte. Posteriormente daria também acesso à nova igreja e claustro pequeno, a Este.

Na planta das Minas e Encanamentos de Água do Almojarifado de Caxias foi também desenhado um abastecimento de água na zona mais alta da cerca do mosteiro, além da já referida levada da ribeira (Fig. 52), mas a data do início do seu funcionamento não é conhecida. Possivelmente, o abastecimento de água através de uma mina na encosta Este poderia ter começado a ser feito durante a construção das celas, visto que estas estavam localizadas numa cota superior e não poderiam ser fornecidas pelo encanamento vindo da ribeira, que passava numa cota inferior. A água da mina poderia ter abastecido as celas utilizando a força da gravidade, dado que o início da mina se localizava numa cota muito superior à do eremitério.

O eremitério foi, assim, crescendo: primeiro de Sul para Norte e depois de Oeste para Este. A estrutura monástica foi aumentando a partir do mosteiro primitivo – que era o núcleo-base –, mas numa cota mais elevada, tentando ganhar terreno na encosta.

A falta de doações foi o motivo do prolongamento da construção no tempo, impedindo, até à primeira metade do séc. XVIII, a edificação da nova igreja e do claustro pequeno. Embora os diferentes núcleos tenham sido alvo de uma construção

¹³² *Inventário Geral do Mosteiro de Nossa Senhora do Vale de Misericórdia da Cartuxa de Laveiras* [...], 1823, fls. 14v-15.

¹³³ *Ibidem*, fls. 12v-13.

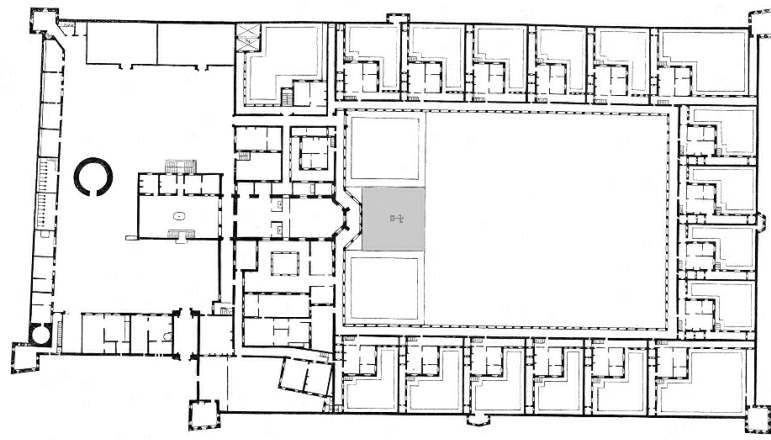


Fig. 53: Planta da Cartuxa de Clermont com marcação do cemitério no claustro grande.



0 10 40m

faseada e, de certo modo, sequencial, houve um momento em que foram realizadas construções em núcleos distintos, mas em épocas coincidentes. As duas últimas celas do eremitério foram construídas quando já decorriam as obras da igreja e do claustro pequeno (limite cinzento nas Figs. 39-40).

Há um elemento fundamental de um mosteiro cartusiano sobre o qual não foram encontradas nenhuma referências concretas e, por isso, não foi possível enquadrá-lo em nenhuma das fases enunciadas. Trata-se do cemitério dos monges. Tanto na crónica de Frei João de São Tomás, como no inventário de bens de 1823 – que são os relatos mais descritivos –, não há qualquer menção ao local de descanso eterno dos monges. Este local certamente existiu, porque o mosteiro funcionou durante cerca de duzentos e trinta anos e o costume vigente era enterrar os monges, conversos e donatos falecidos, num cemitério do mosteiro¹³⁴ (Fig. 53). A única alusão ao cemitério diz que ficava «perto do convento, à entrada de Laveiras, no local sobranceiro à Quintinha, por onde passa a estrada, aberta já nos fins do século XIX [...]»¹³⁵, mas não foi possível confirmar estes dados com fontes primárias. Ainda assim, um relato de 1814 menciona um sepultamento no mosteiro:

«D. Antonio José de Castro, filho ilegítimo por varonia da casa dos condes de Rezende, foi eleito bispo do Porto por aviso regio de 13 de junho de 1798, sendo monge da congregação de S. Bruno, no ex-mosteiro da Cartuxa de Laveiras. [...] veiu a fallecer nos suburbios de Lisboa [...] em Marvilla, aos 12 de abril de 1814 [...]. Depois de embalsamado o seu corpo, foi no dia 14 do dito mez depositado na igreja da Cartuxa de Laveiras, sem pompa fúnebre, por ser esse o seu desejo [...]. N'um dos claustros do ex-mosteiro de Laveiras se via n'outro tempo, estendido sobre a campa de uma sepultura rasa no chão, um grosseiro panno preto, orlado de galão amarello, unico distinctivo que os moradores do dito ex-mosteiro consagravam á memoria do fallecido seu antigo companheiro monacal, denotando assim o jazigo do ex-patriarcha eleito, D. Antonio José de Castro, cujos ossos, depois da extincção das

¹³⁴ Juan Mayo Escudero apresentou um obituário de *Vallis Misericordiæ*: durante o período de funcionamento do mosteiro faleceram quarenta e oito padres, dezoito conversos e quatro donatos. MAYO ESCUDERO, Juan, *El Aislamiento de la «Provincia» Lusitana socorrido liberalmente por Dom Le Masson*. Salzburg: *Analecta Cartusiana*, n.º 212, 2003, pp. 90-93. Na crónica há referência a um falecimento no mosteiro: «A dous de Agosto de 1727 faleceo nesta caza o padre D. João de Goes [...]». SÃO TOMÁS, Frei João de, *op. cit.*, fl. 206.

¹³⁵ FERNANDES, José Maria de Almeida, *op. cit.*, p. 136. J. Pinharanda Gomes repete esta informação. GOMES, J. Pinharanda, *op. cit.*, p. 40.

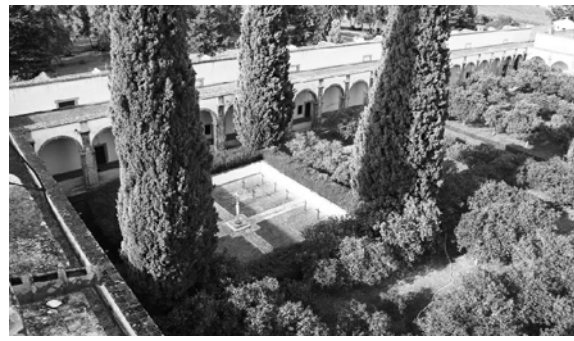


Fig. 54 (superior esquerda): Vista aérea do claustro grande da Cartuxa de Padula (Itália) com cemitério assinalado por ciprestes.
Fig. 55 (superior direita): Cemitério no claustro grande da Cartuxa de Évora, também com ciprestes.
Fig. 56 (inferior esquerda): Claustro grande da Cartuxa de Nápoles (Itália) com cemitério à esquerda.
Fig. 57 (inferior direita): Cemitério no claustro grande da Cartuxa de Florença (Itália).

ordens regulares, passaram a confundir-se com os dos mais individuos que no referido claustro dormiam o somno eterno da morte.»¹³⁶

É importante realçar que, quando ocorreu este acontecimento, já existia a nova igreja e o respectivo claustro pequeno (como se poderá ver no capítulo IV). Este excerto não especifica em qual dos claustros estava a sepultura, mas, uma vez que indica um claustro, então só há duas explicações possíveis: ou D. António José de Castro foi sepultado numa das capelas do claustro pequeno (à semelhança de Bernardo Machado e seus descendentes, como se verá no capítulo IV); ou foi sepultado no claustro grande e, neste caso, poderia tratar-se do cemitério dos monges, pois, geralmente, os mosteiros cartuxos tinham o cemitério neste local, numa zona perto da igreja¹³⁷ (Figs. 54-57). De qualquer forma, nenhuma destas informações permite comprovar onde se localizava o cemitério.

Há um outro elemento, também comum num mosteiro cartusiano, mas que, neste caso, se sabe que não existiu em *Vallis Misericordiae*: o cárcere. À semelhança do cemitério, também era comum integrar este espaço no eremitério. Na crónica do séc. XVIII, existem duas menções sobre este assunto:

«Quando o padre D. João de Goes foi prezo, sendo o padre D. Miguel Castellão prior desta caza [1690-1696 e 1701-1702][,] monge que era professo da Cartuxa de Evora, escreveo logo ao padre visitador dandolhe conta da prizão do dito monge, e ao mesmo tempo lhe reprezentou que esta caza não tinha carcere, nem lugar seguro em que o guardasse [...] o mandasse para a caza de Evora, por nella se acharem dous carceres fortes, e seguros [...]»¹³⁸.

«Em o dia da epiphania de Nosso Senhor Jesus Christo do anno de 1723 guiado de huma boa estrella chegou a esta Cartuxa de Lisboa [...] o padre D. Thomas de Alhanos monge sacerdote professo da Cartuxa de Xeres [...] se recolheo o dito padre para a cella que fica sobre o Capitulo, a qual se lhe deputou por carcere, visto não o haver neste mosteiro [...]»¹³⁹.

¹³⁶ SORIANO, Simão José da Luz, *Historia da Guerra Civil e do Estabelecimento do Governo Parlamentar em Portugal – comprehendendo a historia diplomatica, militar e politica d'este reino desde 1777 até 1834*, tomo I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1870, pp. 40-41.

¹³⁷ LEONCINI, Giovanni, *op. cit.*, p. 66. É por este motivo que se inclui este tema no capítulo referente ao claustro grande.

¹³⁸ SÃO TOMÁS, Frei João de, *op. cit.*, fl. 207.

¹³⁹ *Ibidem*, fl. 202.



—Forte de São Bruno

—Cartuxa de Laveiras

Fig. 58: Forte de São Bruno (em cima) e proximidade entre a Cartuxa de Laveiras e o Forte de São Bruno (em baixo).

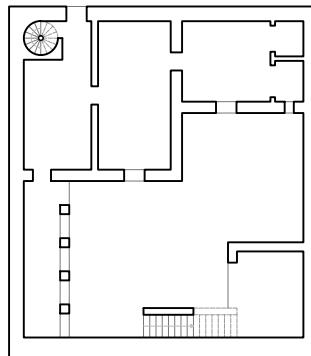
Estes excertos mostram que no primeiro quartel do séc. XVIII não existia um cárcere e no inventário de bens de 1823 não há nenhuma indicação sobre a existência deste espaço, o que leva a crer que nunca chegou a existir.

Foi durante a construção da primeira parte do eremitério que surgiu o primeiro elemento – a seguir ao mosteiro cartuxo – que iria alterar e caracterizar o vale da Ribeira de Barcarena: o Forte de São Bruno. Durante mais de quarenta anos, este vale foi marcado unicamente pela vegetação, pelos campos agrícolas, pelos lugarejos e pelo mosteiro. Mas em 1647 foi construído este forte, junto à costa, cerca de quinhentos metros a Sul do mosteiro (Fig. 58). A sua construção ocorreu numa época em que, a partir da restauração da independência a 1 de Dezembro de 1640, se procedia à edificação de diversos fortes e estruturas defensivas. Pertenceu à primeira linha defensiva do Rio Tejo e de Lisboa, que compreendia a linha de costa entre o Cabo da Roca e a Torre de Belém. Pela proximidade com o mosteiro, e por este ser o elemento mais importante do vale, foi nomeado Forte de São Bruno¹⁴⁰.

¹⁴⁰ Fonte: Sistema de Informação para o Património Arquitectónico, Forte de São Bruno, número IPA 00006080.



Fig. 59: Vista do claustro grande Este da Cartuxa de Montalegre (à esquerda) e vista das celas da ala Norte (à direita).



0 2.5 10m

Fig. 60: Planta de uma cela da Cartuxa de Montalegre.

DESCRIÇÃO E DEFINIÇÃO DAS CELAS

A configuração das celas do Mosteiro de *Vallis Misericordiæ* é uma incógnita. A escassez de estudos sobre este mosteiro – em particular de âmbito arquitectónico –, aliada ao facto de todas as celas terem desaparecido no início do séc. XX, impediu que fosse realizada uma representação ou até mesmo uma descrição pormenorizada. Além disso, não existe nenhuma planta deste mosteiro no arquivo da Grande Chartreuse. A única descrição que se conhecia, até à presente data, era a de Vilhena Barbosa, que relatou sucintamente:

«Ainda ali se vêem as celas em que os monges passavam vida austera e solitária. Compunha-se cada cela de uns três quartos, todos pequenos, com um jardiminho em que havia tanque de água corrente. Os jardins eram separados, no tempo dos frades, por altos muros, pois que não era permitido a esses religiosos conversarem, nem verem-se, fora dos actos da comunidade. [...] Comia cada um na sua cela, na qual não entravam criados, nem pessoa alguma [...]. Recebiam a comida por meio de uma roda, como a dos conventos de freiras, que deitava para o dormitório [...]»¹⁴¹.

Este relato apresenta dados muito vagos, mas comuns às variadíssimas celas cartusianas. Aliás, há um aspecto interessante acerca destas celas: as suas descrições remetem sempre para espaços e objectos semelhantes, quer pertençam a um mosteiro espanhol, francês ou italiano, entre outros. Uma descrição das celas do Mosteiro de Montalegre (Espanha) (Figs. 59-60), por exemplo, diz:

«Cada cela ocupa uma extensão de 12 metros quadrados, formando o jardim aproximadamente a metade. A habitação é composta por três partes. A primeira é formada pela antecâmara; a segunda, é a cela propriamente dita, com uma pequena alcova, onde está situada a cama, e a terceira parte é aproveitada pelo cartuxo para oficina ou laboratório. Além disso, tem no jardim uma espécie de alpendre coberto. [...] Na segunda parte anteriormente descrita, que serve simultaneamente de quarto de dormir, zona de refeição, oratório e escritório de estudo, encontram-se os seguintes móveis: um genuflexório para as orações dos ofícios, que não se cantam com o resto da comunidade, alguma imagem e um crucifixo; uma modesta mesa para comer, junto de uma janela que dá para o jardim; uma estante onde estão os livros ascéticos e de devoção, e para temperar a temperatura no inverno rigoroso, durante as orações nocturnas, uma típica salamandra. Há na alcova uma cama muito simples, com apenas um colchão de palha e uma almofada. [...] Ao lado da porta de entrada

¹⁴¹ BARBOSA, Ignácio Vilhena, «Fragmentos de um Roteiro de Lisboa (Inedito)», in *Archivo Pittoresco – Semanario Ilustrado*, vol. V. Lisboa: Typographia de Castro Irmão, 1862, p. 410.

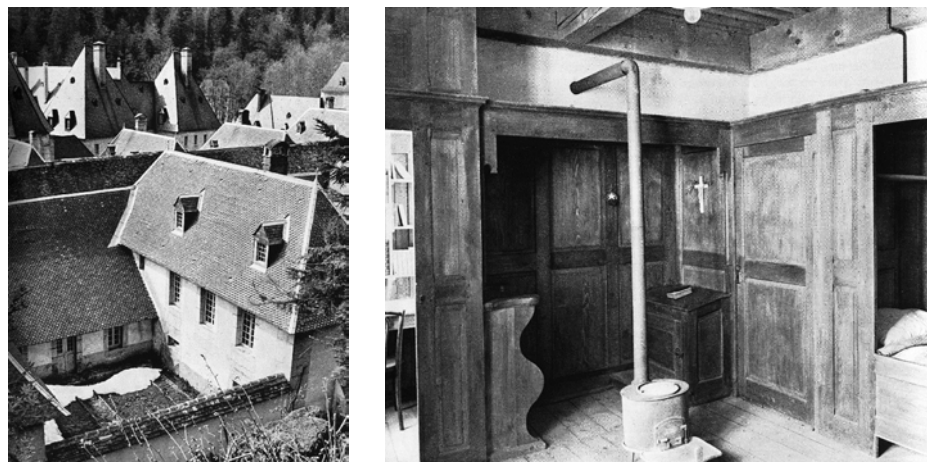
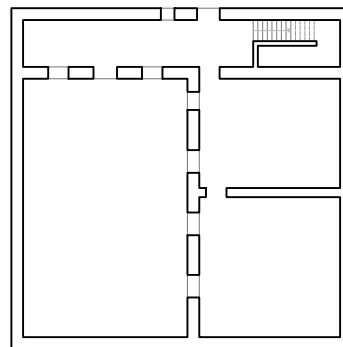


Fig. 61: Vista do jardim de uma cela da Grande Cartuxa (à esquerda) e interior de uma cela (à direita).



0 2,5 10m

Fig. 62: Planta de uma cela da Grande Cartuxa.

de cada cela há uma reduzida janela, e nela um torno, por onde o religioso recebe a comida [...]»¹⁴².

Um relato ligeiramente mais pormenorizado do que o anterior, descreve as celas da Grande Chartreuse (França) (Figs. 61-62), a casa-mãe da ordem:

«Seguindo o costume dos antigos mosteiros de Thébaïde, cada cela é marcada com uma letra do alfabeto [...]. A pequena abertura que se encontra perto da porta, serve para fazer chegar ao religioso a sua alimentação e tudo o que ele necessitar. [...] A cela inclui primeiramente uma galeria ou *promenoir*, de utilização já antiga nas celas dos Cartuxos, e necessária durante os longos meses de inverno e de neve. Cada cela tem um pequeno jardim, sobre o qual se abre o *promenoir*; [...] As janelas da cela dão para o jardim. No rés-do-chão, há uma grande sala dividida em duas partes: é o local onde se racha a lenha e a oficina com um torno e um banco de carpinteiro. [...] Duas divisões compõem a habitação propriamente dita do Cartuxo. Na primeira, há uma estátua da Virgem Santíssima, diante da qual o religioso recita uma *Ave Maria* quando chega à cela; daí veio o nome de *Ave Maria* dado a esta divisão. [...] A divisão principal da cela, ou *cubiculum* [...] contém um oratório, composto por uma cadeira e um genuflexório, onde o religioso recita uma parte dos ofícios [...]. Perto do oratório, está uma cama em forma de armário, como as camas fechadas de antigamente [...]. No vão da janela, está uma mesa de forma particular, que se chama o refeitório; de facto, é lá que os Padres tomam as suas refeições. Entre as duas divisões, foi constituído um pequeno escritório de trabalho, que tem como mobiliário uma mesa, uma escrivaninha e algumas prateleiras com livros de religiosidade que ali

¹⁴² «Cada celda ocupa una extensión de 12 metros cuadrados, formando la mitad aproximadamente el jardín. La habitación está compuesta de tres piezas. La primera la forma la antecámara; la segunda, la celda propiamente dicha, con una pequeña alcoba, donde está situado el dormitorio, y la tercera pieza es la que aprovecha el cartujo para taller o laboratorio. Además tiene en el jardín una especie de pórtico y una miranda cubierta. [...] En la segunda pieza antes descrita, que sirve a la vez de dormitorio, comedor, oratorio y gabinete de estudio, hállanse [...] los siguientes muebles: un reclinatorio para el rezo de los oficios, que no se cantan con el resto de la comunidad, alguna imagen y un crucifijo; una modesta mesa para comedor, junto a una ventana que da al jardín; una estantería donde están los libros ascéticos y de devoción, y para templar la temperatura en el riguroso invierno, durante las oraciones nocturnas una rústica estufa. Hay en la alcoba una cama sencillísima, con un solo jergón de paja y una almohada. [...] Al lado de la puerta de entrada de cada celda hay una reducida ventana y en ella un torno, por donde recibe el religioso la comida [...]». CANO BARRANCO, Pedro, *Monografía Histórico-Descriptiva de la Cartuja de Montalegre*. Barcelona: Imprenta de Henrich y Compañía, 1921, pp. 41-43.

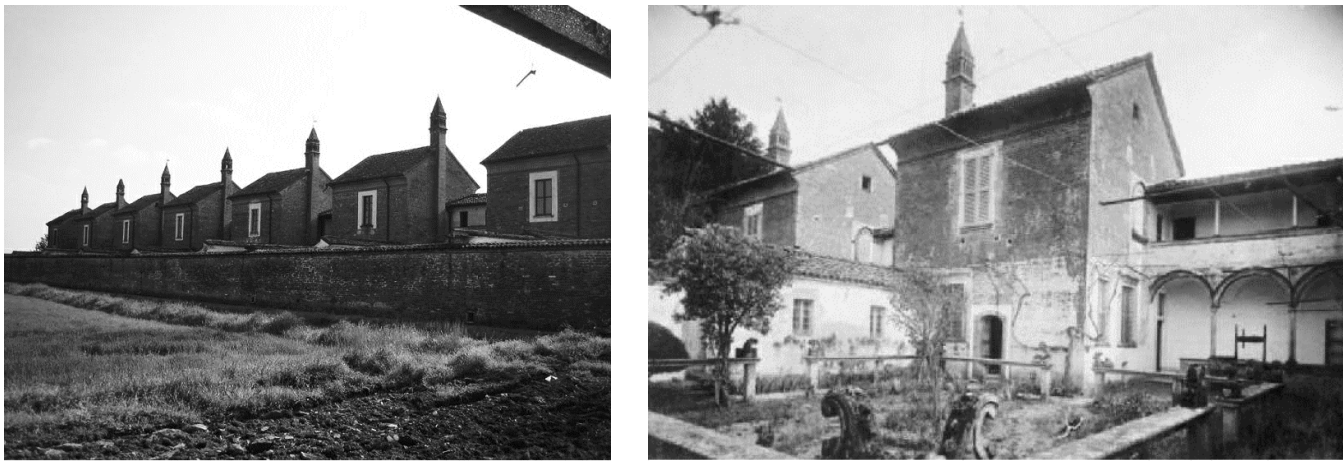
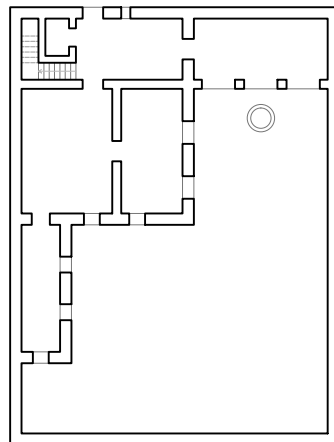


Fig. 63: Vista das celas de uma ala do claustro grande da Cartuxa de Pavia (à esquerda) e jardim de uma cela (à direita).



0 2,5 10m

Fig. 64: Planta de uma cela da Cartuxa de Pavia.

estão permanentemente e livros de estudo trazidos da biblioteca comum.»¹⁴³

Por fim, uma curta narrativa sobre as celas da Cartuxa de Pavia (Itália) (Figs. 63-64) – uma das maiores da ordem –, indica:

«Cada uma das celas é constituída por dois quartos, um corredor e uma pequena galeria no piso térreo, e tem perto um poço; no piso superior cada monge tinha uma outra galeria correspondente à do piso térreo, e um amplo quarto, com altar e painéis pintados, dos quais um estava pendurado na pequena cama.»¹⁴⁴

Estes excertos, embora apresentem diferentes graus de pormenorização, atestam a especificidade da arquitectura cartusiana e, ao mesmo tempo, a forma como essas características foram cumpridas em diferentes zonas geográficas. O número de divisões de cada cela ou o número de pisos podia variar, mas havia espaços essenciais que estavam sempre presentes, como o quarto, o escritório e o jardim. Por conseguinte, certamente que existiram os mesmo espaços nas celas da Cartuxa de Lisboa.

Com esta investigação foi possível encontrar quatro descrições inéditas das celas, ainda que com diferentes graus de pormenor, que constituem bases importantes para poder desvendar e delinear a configuração arquitectónica das celas de *Vallis Misericordiæ*.

¹⁴³ «Suivant la coutume des anciens monastères de la Thébaïde, chaque cellule est marquée d'une lettre de l'alphabet [...]. Le petit guichet qui se trouve près de la porte, sert à faire parvenir au religieux sa nourriture et tout ce dont il aurait besoin. [...] La cellule comprend d'abord une galerie ou promenoir, déjà en usage de toute antiquité dans les cellules des Chartreux, et nécessaire pendant les longs mois d'hiver et de neige. [...] Chaque cellule a un petit jardin, sur lequel s'ouvre le promenoir; [...] Les fenêtres de la cellule donnent sur le jardin. Au rez-de-chaussée, il y a une grande pièce divisée en deux parties: c'est le bûcher et l'atelier avec un tour et un banc de menuisier. [...] Deux pièces composent l'habitation proprement dite du Chartreux. Dans la première, il y a une statue de la Très Sainte Vierge, devant laquelle le religieux récite un *Ave Maria* en arrivant en cellule; de là est venu le nom d'*Ave Maria* donné à cette pièce. [...] La principale pièce de la cellule, ou *cubiculum* [...] contient l'oratoire, composé d'une stalle et d'un prie-Dieu, où le religieux récite une partie des offices [...]. Près de l'oratoire, se trouve un lit en forme d'armoire, comme les lits clos de jadis [...]. Dans l'embrasure de la fenêtre, se trouve une table de forme particulière, qui s'appelle le réfectoire; c'est là en effet que les Pères prennent leurs repas. Entre les deux chambres, on a ménagé un petit cabinet de travail, qui a pour tout ameublement une table, un pupitre et quelques rayons portant des livres de piété qui restent à demeure et des livres d'étude pris à la bibliothèque commune.» Un Chartreux, *La Grande Chartreuse par un Chartreux*. Ain: Presses de la Sadag, 1976, pp. 177-180.

¹⁴⁴ «Ognuna delle celle è costituita da due camerette, un corridoio ed una piccola loggetta a pian terreno con vicino il pozzo; nel piano superiore ogni monaco aveva un'altra loggetta corrispondente a quella del pian terreno, ed un'ampia camera da letto, con altario e tavole dipinte, di cui una stava appesa al letticiuolo.» *Visita alla Certosa presso Pavia e al Palazzo Ducale Visconti in Pavia: con notizie relative ai principali monumenti della stessa città*. Pavia: Successori Marelli, 1900, p. 40.



Fig. 65: Vista da ala Oeste do eremitério da Cartuxa de Laveiras com criptopórtico que servia de terraço para os jardins das celas.

A referência mais antiga¹⁴⁵, acerca do mosteiro e das suas celas, data de 1712 e descreve brevemente o seguinte:

«Laveyras tem quarenta vizinhos com hua Ermida de Santo Antonio, e lhe passa hum rio pelo meyo, que tem hua ponte de hum só arco, aonde está o Forte de São Bruno, e da parte do Nascente fica o Convento dos Cartuxos [...] nelle residem quinze religiosos, cada hum com sete cellas com seu jardim; tem hum grande claustro com boa cerca.»¹⁴⁶

Apesar de ser uma descrição concisa, menciona a envolvente do mosteiro – a povoação, a ribeira e o forte –, a cerca, a comunidade religiosa e a dimensão das celas de cada monge. Neste último aspecto é necessário salvaguardar uma hipótese: quando o autor referiu sete celas com jardim, certamente deveria querer dizer que cada cela tinha sete divisões e um jardim, pois um monge só tinha uma cela.

A segunda descrição é, declaradamente, a mais relevante. É a mais completa, tanto na explicação das funções de cada espaço, como na ambiência. Foi escrita pelo monge vigário do mosteiro – Frei João de São Tomás – e, por isso, assume um carácter especial, pois apresenta as celas (Fig. 65) segundo a perspectiva de um monge, ou seja, alguém que habitou e vivenciou realmente aqueles espaços. Na sua crónica de 1733, descreveu:

«As portas de cada uma das celas dos monges estão pintadas de verde, e sobre cada uma, vêem-se azulejos¹⁴⁷ com a imagem do santo ao qual está consagrada. [...] Todas as celas deste claustro foram feitas com uma perfeição tal que, em nenhuma outra Cartuxa – e recorde-se que a Ordem tem várias casas reais e ilustres em Espanha, França, Itália, Polónia e Alemanha –, se encontram celas melhores, segundo asseveram muitas pessoas autorizadas que já observaram várias casas da Ordem nos referidos reinos. De facto, as divisões estão bem distribuídas. Quando se entra, depara-se com umas divisões mais pequenas, nas quais os monges que aí habitam dispõem de dois postigos: um onde diariamente lhes colocam os alimentos às horas determinadas (note-se que tanto este postigo como o outro têm também as suas portadas para a parte exterior do claustro, de forma a que os que lhes servem os

¹⁴⁵ Trata-se da referência mais antiga que foi possível encontrar em obras não relacionadas com a Ordem Cartusiana. As obras directamente relacionadas com esta temática não apresentam descrições das celas.

¹⁴⁶ COSTA, António Carvalho da, *Corografia Portuguesa, e Descrição Topografica do famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das cidades, villas e lugares, que contém; varões illustres, genealogias das famílias nobres, fundações de conventos, catalogos dos bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, e outras curiosas observações*, tomo terceiro. Lisboa: Officina Real Deslandesiana, 1712, pp. 648-649.

¹⁴⁷ NT: Podem ser mosaicos. A expressão latina, *pictura tessellata*, é imprecisa.

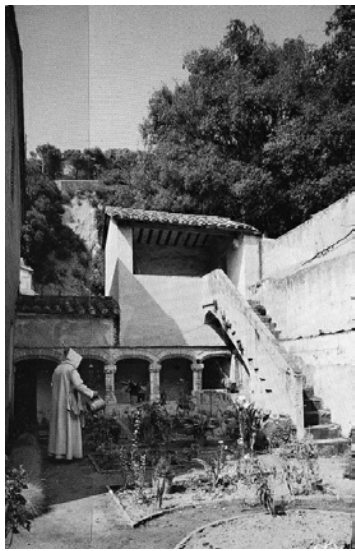


Fig. 66: Jardim de uma cela da Cartuxa de Montalegre (à esquerda) e jardim de uma cela da Cartuxa de Évora (à direita).

alimentos não entrem nas celas e quebrem o silêncio); o outro postigo que as celas têm está na parte interior destas divisões. Neste postigo o padre despertador acende uma vela e ordena aos monges que se levantem dos seus leitos para recitarem as matinas e as laudes do Ofício da Santíssima Mãe de Deus, e que se preparem em seguida para, ao primeiro toque do sino, descerem à igreja e cantarem as laudes divinas.

Destas pequenas divisões prossegue-se para umas belas salas esplendorosamente decoradas com ornamentação religiosa, adequada ao lugar. É nestas salas que os monges que nelas vivem costumam falar com aqueles que os procuram por motivo de devoção, amizade ou algum assunto particular, depois de obterem licença do prior ou do seu vigário. Todas as celas têm ainda a sua capela e, dentre estas, algumas são revestidas a mármore, enquanto outras se apresentam cuidadosamente adornadas por imagens sacras pintadas com fina arte. A estes oratórios os monges recorrem quer para cumprirem o encargo de rezarem as horas, quer para meditarem na lei de Deus. [...]

Cada uma das celas tem outras divisões além das já referidas: uma em que os monges têm os seus leitos, para que possam gozar o sono nas horas definidas pelos Estatutos; outra em que cada um tem a sua biblioteca recheada de livros segundo as necessidades. Há ainda dois arrumos: em um guardam-se as roupas e os utensílios dos monges que habitam em tais celas; no outro os monges mantêm uma provisão de lenha para acenderem a lareira e se aquecerem.

Por último, para que não falte nada ao esparecimento dos monges, todas as celas têm o seu jardim, no qual gorgoleja uma fonte (Fig. 66). Nestes hortos há sempre rebentos a verdejar: o narciso ora refulge no seu ouro ora brilha com a sua cor doirada¹⁴⁸; florescem as rosas; desponta a púrpura das fileiras de violetas; branqueiam as alfenas e brilham todas as outras flores distintas nas suas cores variegadas, tão viçosas com o calor tépido do sol que até parecem rir e dançar.

É nestes jardins, e nas horas que os nossos Estatutos lhes concedem, que os monges relaxam o espírito, ou a passear, ou a regar as plantas, ou ainda a lançar as sementes das várias plantas para assim nascerem no seu tempo e as flores desabrocharem. [...]

Todos estes jardins têm pérgolas cobertas por cima, para que os monges possam passear, seja de Verão ou de Inverno. Todas essas pérgolas têm janelas, que dão para um jardim comum, para as quais os monges se dirigem a fim de descansarem e desfrutarem com deslumbramento do canto suavíssimo de tantos passarinhos. [...]

Destas janelas abre-se uma amplíssima vista para os socalcos dos vales no sopé e para a vastidão do mar cuja beleza admirável desse vastíssimo oceano sacia os monges. De facto, podem ver naus que partem, num vaivém contínuo, de velas desferradas avançando impelidas pelo vento favorável; enquanto outras chegam ao

¹⁴⁸ NT: A frase repetitiva deverá ser um lapso. O autor quereria aludir a duas espécies de narciso com colorações diferentes ou a uma mesma espécie com duas cores.



Fig. 67: Exemplos de celas identificadas com letras. Cella da Grande Cartuxa com a letra F (superior esquerda), cela da Cartuxa de Florença com a letra X (superior direita), cela da Cartuxa de Évora com a letra V (inferior esquerda) e cela da Cartuxa de Parkminster com a letra L (inferior direita).

porto de uma longuíssima navegação e muitas outras dele são afastadas pelo vento adverso. E na ausência deste bellissimo espectáculo das naus, não faltam, para deliciar a vista aos monges, barcas de pescadores que seguem pela foz do Tejo fora para a faina da pesca ou que entram pela embocadura do rio carregadas de peixe. Tudo isto expulsa toda a tristeza do espirito dos monges.»¹⁴⁹

Daqui é possível extrair e sintetizar alguns dados objectivos e totalmente inéditos: identificação de cada cela com o santo a que foi consagrada, representado num azulejo; porta de acesso de cor verde; existência de dois postigos perto da entrada; sala principal; capela (sendo que algumas eram revestidas de mármore); quarto; sala de estudo; arrumo para pertences do monge; arrecadação para lenha; e jardim com fonte e pérgola. Assim, segundo esta descrição, as celas tinham sete divisões e um jardim. Neste último aspecto, é semelhante ao excerto anterior.

Desta lista, destacam-se duas diferenças em relação a outras celas cartusianas: a identificação da cela com um azulejo que apresentava o santo a que estava devotada e o jardim com vista ampla para a paisagem. Geralmente, as celas eram identificadas com azulejos que apresentavam as letras do alfabeto – tal como é dito na descrição das celas da Grande Chartreuse (Fig. 67). Os jardins costumavam ser ladeados por muros altos que impediam que o monge pudesse ver a paisagem e o inverso também, ou seja, a cela e o jardim não podiam ser vistos do exterior do mosteiro. Segundo Giovanni Leoncini, a delimitação do jardim cartusiano assemelhava-se quase a uma muralha:

«Uma primeira e principal cintura mural é aquela intimamente conectada com os edifícios do mosteiro [...] que fecha e delimita em redor do claustro maior as pequenas faixas de terreno anexas a cada cela individual. [...] A parede do fundo do jardim marca a fronteira perimetral do mosteiro, e nenhum edifício ou construção pode surgir imediatamente para além deste limite, em redor dos lados do claustro ocupados por celas [...]»¹⁵⁰.

¹⁴⁹ SÃO TOMÁS, Frei João de, *op. cit.*, fls. 48-49. Texto original em latim. Tradução gentilmente realizada pelo professor doutor Armando Senra Martins, docente de Latim na Universidade de Évora.

¹⁵⁰ «Una prima e più importante cinta muraria è quella intimamente connessa con gli edifici del monastero [...] che chiude e delimita intorno al chiostro maggiore i piccoli lembi di terreno annessi a ogni singola cella. [...] La parete di fondo del giardinetto segna il confine perimetrale del monastero, e nessun edificio o costruzione può sorgere immediatamente al di là di tale limite intorno ai lati del chiostro occupati dalle celle [...]». LEONCINI, Giovanni, *op. cit.*, pp. 47 e 69.

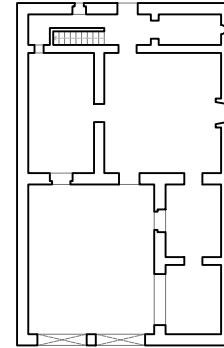
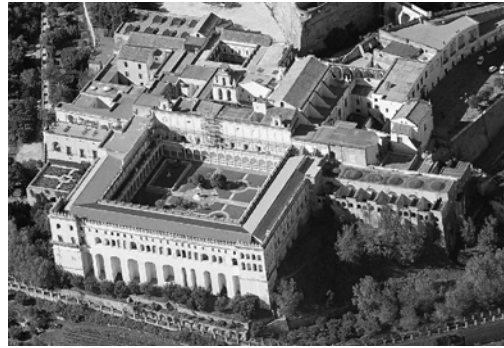


Fig. 68: Vista aérea da Cartuxa de Nápoles com jardins com arcos à direita (à esquerda) e planta de uma cela (à direita).

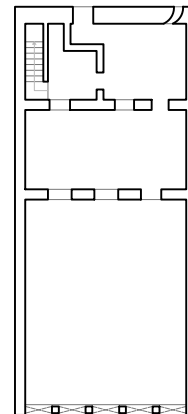
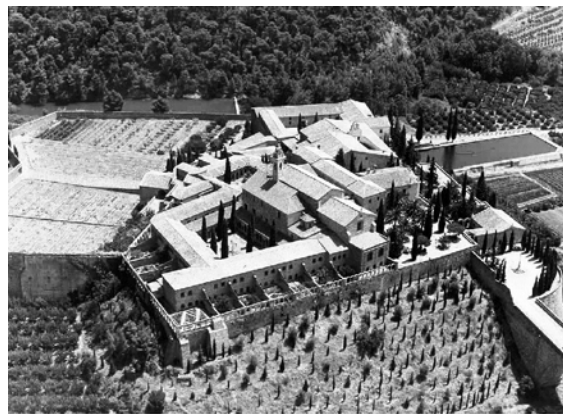


Fig. 69: Vista aérea da Cartuxa de *Porta Caeli* com jardins com arcos (à esquerda) e planta de uma cela (à direita).

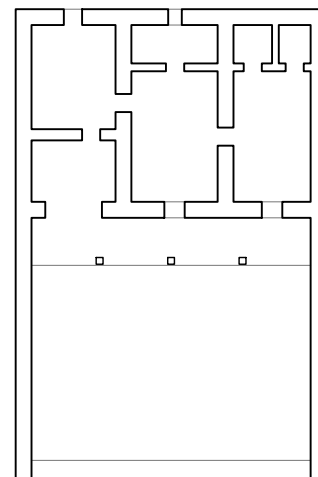


Fig. 70: Vista da Cartuxa de Valldemosa com jardins sem muros (à esquerda) e planta de uma cela (à direita).

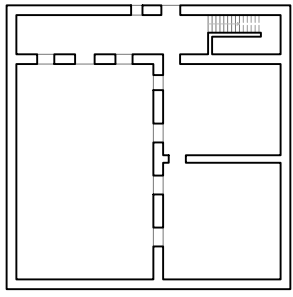


De facto, ao analisar os quarenta e oito exemplos de celas cartusianas que foi possível recolher nesta investigação¹⁵¹ (Figs. 71-72), verifica-se que a existência de jardins com vista para a paisagem era uma característica rara, mas não inédita. Esta configuração também se encontra no Mosteiro de Nápoles (Itália) (Fig. 68) e em dois mosteiros espanhóis, *Porta Caeli* (Fig. 69) e Valldemosa (Fig. 70). Existem mais mosteiros com celas que permitem ver a paisagem – como Florença (Itália) (Fig. 73), Miraflores (Fig. 74) e *Aula Dei* (ambos em Espanha) (Fig. 75) –, mas de uma maneira diferente. Nos primeiros três exemplos, o jardim não é murado no seu extremo exterior (tem apenas um pequeno murete), ou seja, o monge podia ver a paisagem a partir do nível do jardim e, inclusivamente, debruçar-se sobre o murete para observar a envolvente em outros ângulos. Nos exemplos seguintes, o jardim tem um muro alto, mas como as celas se desenvolvem em dois pisos, o monge conseguia ver para lá do muro no segundo piso, visto que fica acima do limite do muro. Apesar disso, o corpo da cela fica recuado em relação ao muro, por isso não permite a mesma liberdade de observação que se verifica nos exemplos anteriores.

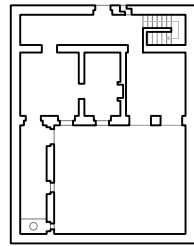
A terceira descrição pertence ao inventário de bens de 1823. Apesar de ser mais sucinta do que a de Frei João de São Tomás, apresenta igualmente alguns dados até agora desconhecidos. Diz o seguinte:

«Estes dous corredores [alas do claustro grande], hum dos quaes corre ao lado do Oeste de Norte a Sul, e o outro ao lado do Sul pela parte inferior do primeiro claustro ja descripto [claustro pequeno], e da parte da igreja, de Leste, a Oeste, são compostos de doze cellas cada huma das quaes consta igualmente de huma caza regular com vista para hum jardim, huma alcova para dormir, huma caza piquena de livraria, huma caza para despejo, outra piquena para fructa, huma capella com seu altar, e huma varanda de pedra sobre hum piqueno jardim com agoa de correr. Todas estas cellas são envidraçadas, todas as madeiras de que são feitas, são do Brazil, o pavimento de todas he de tejolo, e algumas são de abobeda, e se achão algumas em estado ruinozo, cuja ruina he nos tectos, e telhados, porem as outras estão em bom estado; dellas apenas trez são habitadas por religiosos do mosteiro, e huma por hum

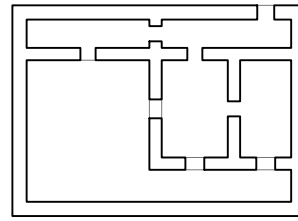
¹⁵¹ Segundo Lefebvre, foram construídos 272 mosteiros (LEFEBVRE, *op. cit.*, tomo segundo), mas a obra *Maisons de l'Ordre des Chartreux* apresenta uma lista de apenas 264. Deste conjunto foi possível reunir cerca de sessenta plantas (mas algumas são muito esquemáticas), o que representa aproximadamente um quinto do total de mosteiros que existiram. Certamente existirão mais desenhos, mas dada a disseminação de mosteiros cartuxos por toda a Europa e os seus escassos estudos arquitectónicos, não foi possível reunir mais exemplos. De realçar que houve alguns mosteiros com brevíssimos períodos de funcionamento e com estruturas tão precárias que não devem existir registos gráficos desses exemplos. Dos desenhos recolhidos elaboraram-se quarenta e oito plantas de celas cartusianas. A análise comparativa de mosteiros e de celas que se apresenta neste trabalho tem por base os exemplos encontrados.



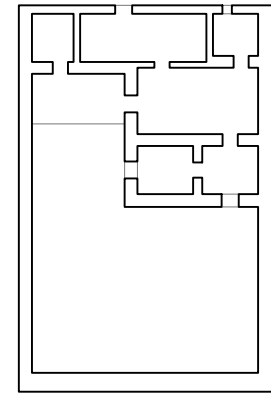
Grande Chartreuse
1084 - França



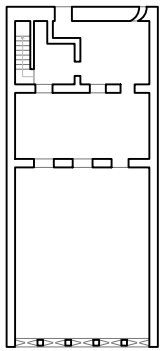
Mosteiro de Calabria
1090 - Itália



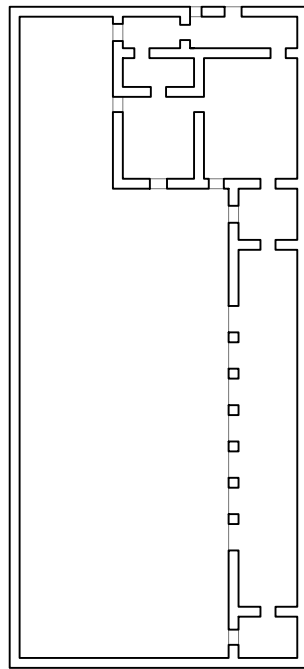
Mosteiro de Vaucluse
1139 - França



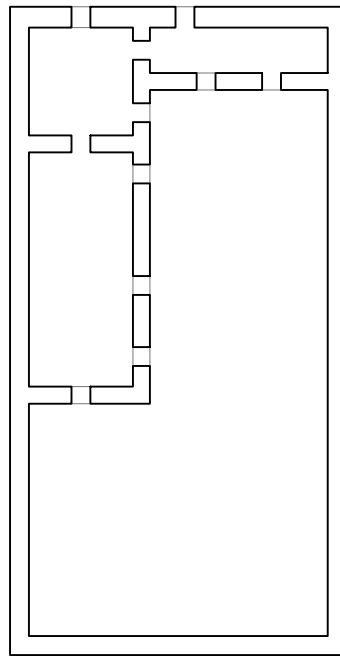
Mosteiro de *Scala Dei*
1163 - Espanha



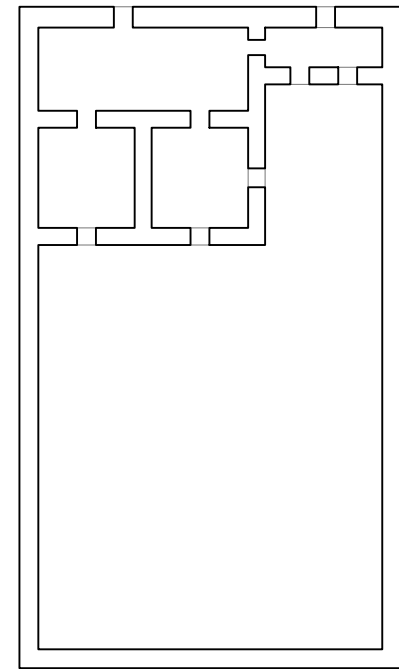
Mosteiro de *Porta Caeli*
1272 - Espanha



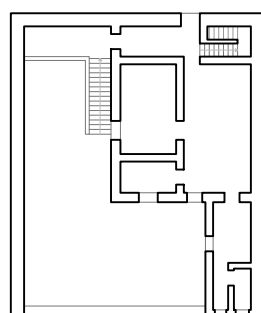
Mosteiro de Padula
1304 - Itália



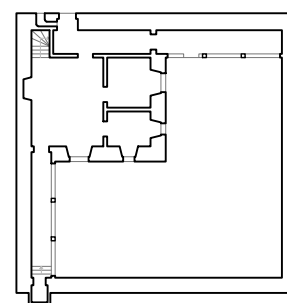
Mosteiro de Mauerbach
1313 - Áustria



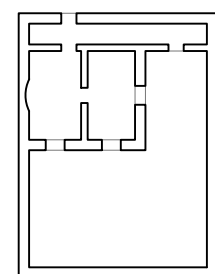
Mosteiro de Bolonha
1338 - Itália



Mosteiro de Florença
1341 - Itália

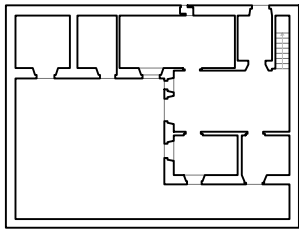


Mosteiro de Beauvale
1343 - Inglaterra

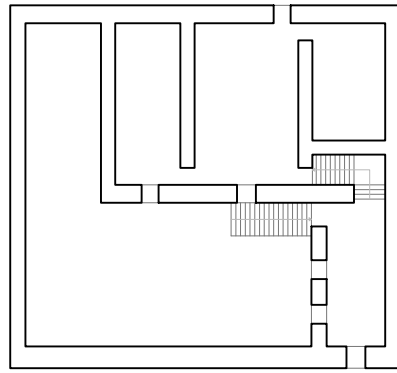


Mosteiro de Villeneuve
1356 - França

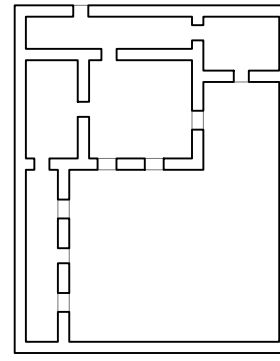
Fig. 71: Plantas de celas cartusianas.



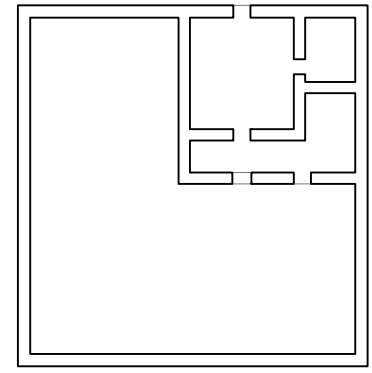
Mosteiro de *Scala Dei*
1163 - Espanha



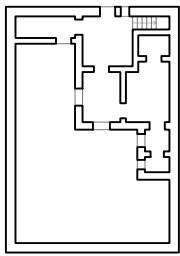
Mosteiro de Aillon
1178 - França



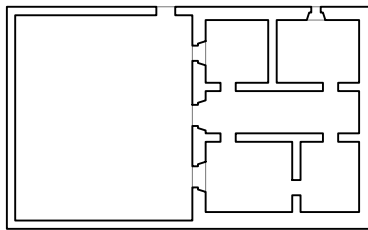
Mosteiro de Port-Sainte-Marie
1219 - França



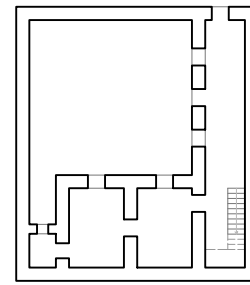
Mosteiro de Hinton
1227 - Inglaterra



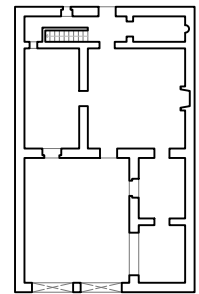
Mosteiro de Mainz
1320 - Alemanha



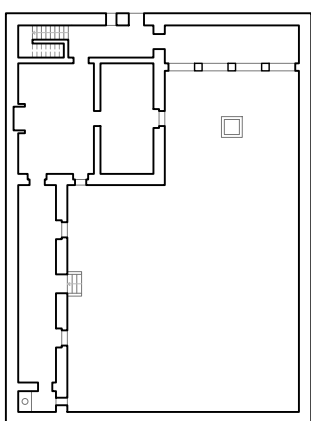
Mosteiro de Lechnitz
1320 - Eslováquia



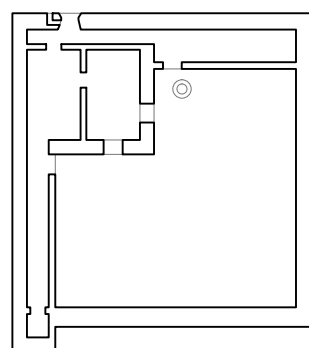
Mosteiro de
Notre-Dame-des-Prés
1323 - França



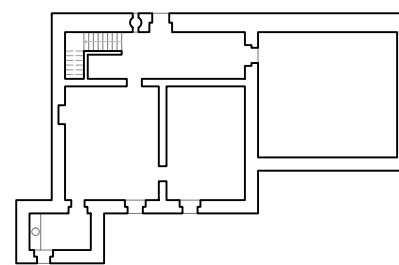
Mosteiro de Nápoles
1329 - Itália



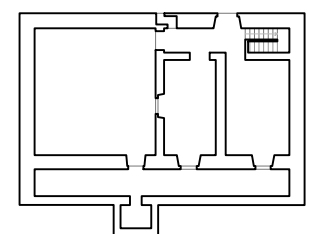
Mosteiro de Pisa
1367 - Itália



Mosteiro de Londres
1370 - Inglaterra

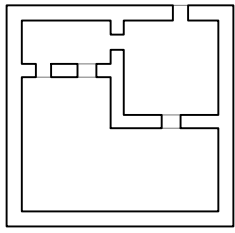


Mosteiro de Santa Cruz de Jerusalém (Roma)
1370 - Itália

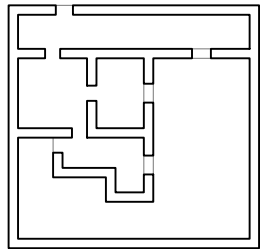


Mosteiro de Capri
1370 - Itália

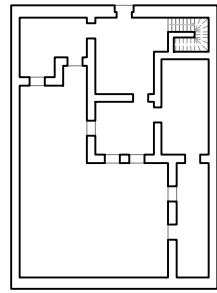
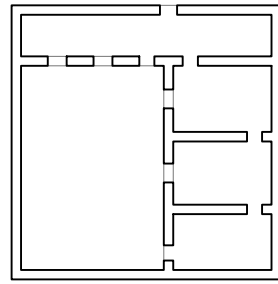




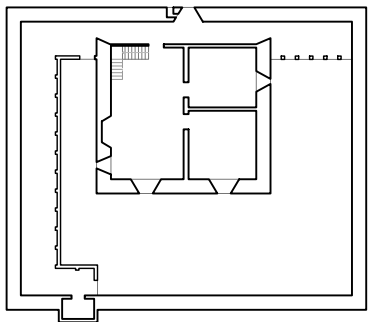
Mosteiro de Roermond
1376 - Holanda



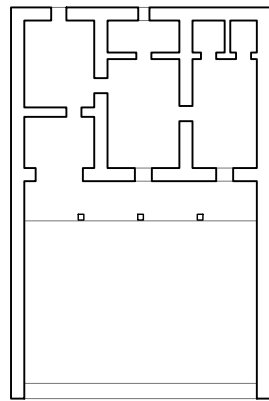
Mosteiro de Tournai
1377 - Bélgica



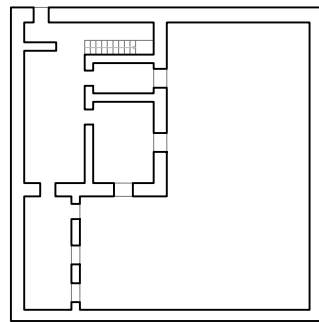
Mosteiro de Nuremberga
1380 - Alemanha



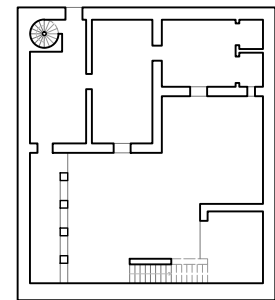
Mosteiro de Mount Grace
1397 - Inglaterra



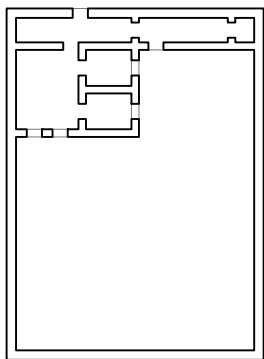
Mosteiro de Valldemosa
1399 - Espanha



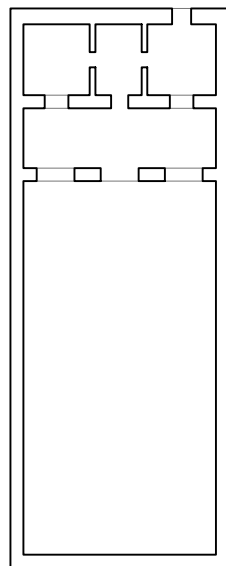
Mosteiro de Buxheim
1402 - Alemanha



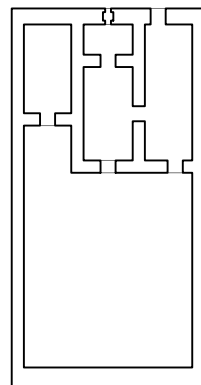
Mosteiro de Montalegre
1413 - Espanha



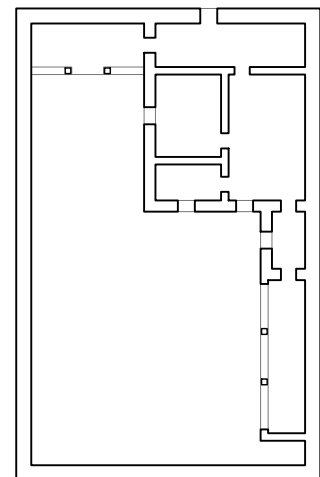
Mosteiro de Eppenberg
1478 - Alemanha



Mosteiro de Jerez de la
Frontera
1478 - Espanha

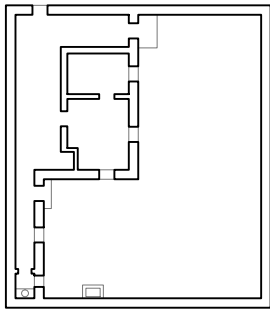


Mosteiro de Nossa
Senhora das Fontes
1507 - Espanha

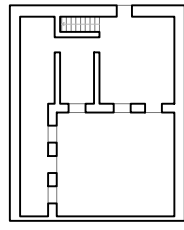


Mosteiro de Santa Maria dos Anjos
(Roma)
1561 - Itália

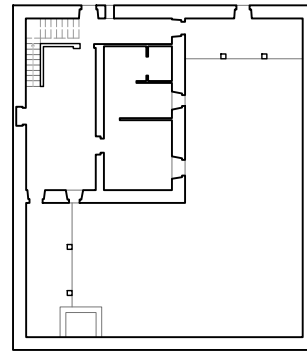
Fig. 72: Plantas de celas cartusianas.



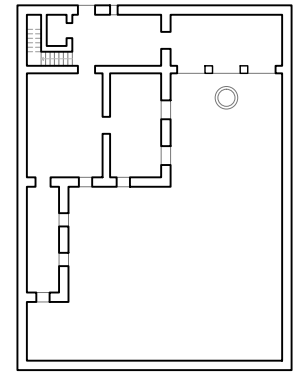
Mosteiro de Nordlingen
1384 - Alemanha



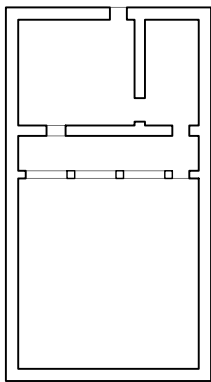
Mosteiro de Hildesheim
1384 - Alemanha



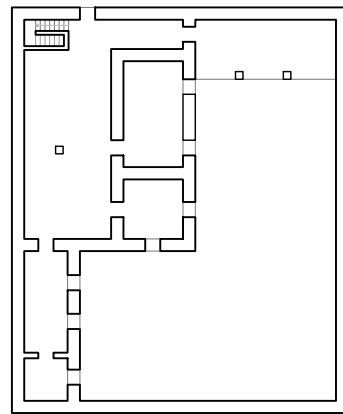
Mosteiro de Vall de Christ
1385 - Espanha



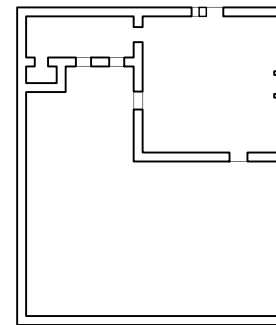
Mosteiro de Pavia
1396 - Itália



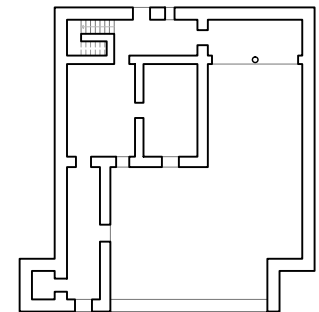
Mosteiro de Miraflores
1441 - Espanha



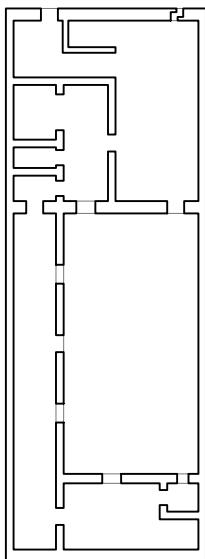
Mosteiro de Pádua
1449 - Itália



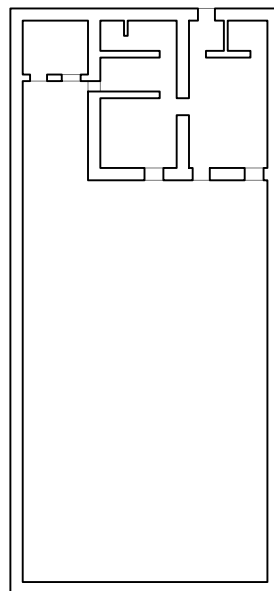
Mosteiro de Villefranche
1450 - França



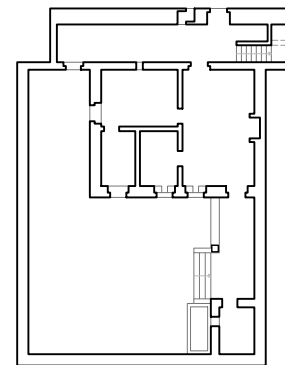
Mosteiro de Vedana
1455 - Itália



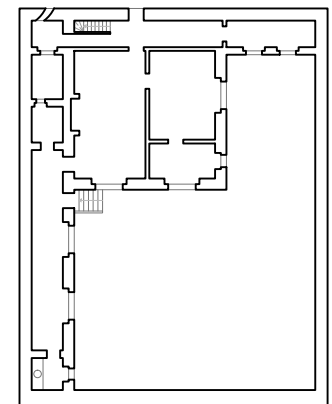
Mosteiro de *Aula Dei*
1564 - Espanha



Mosteiro de *Ara Christi*
1585 - Espanha



Mosteiro de *Scala Coeli*
1587 - Portugal



Cella-tipo - Mosteiro de Clermont
Séc. XIX - França



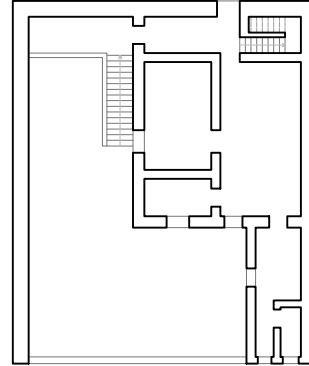


Fig. 73: Vista das celas da ala Nordeste da Cartuxa de Florença com piso superior ao muro (à esquerda) e planta de uma cela (à direita).

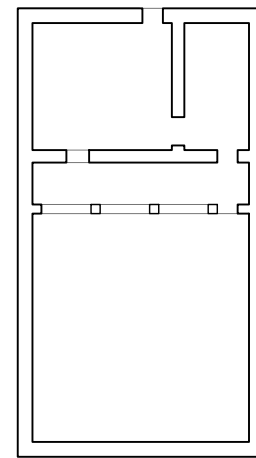


Fig. 74: Vista das celas da ala Sudoeste da Cartuxa de Miraflores com piso superior ao muro (à esquerda) e planta de uma cela (à direita).

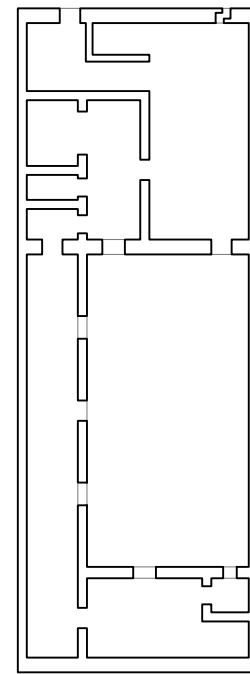


Fig. 75: Vista das celas da ala Sudoeste da Cartuxa de Aula Dei com piso superior ao muro (à esquerda) e planta de uma cela (à direita).

0 2,5 10m

outro hospede. Cada huma dellas tem na sua entrada hum padrão de pedra que indica o seu fundador, e a sua dotação. Esta posto que seja toda em juro reaes, com tudo he diferente, segundo o forão os instituidores, ou fundadores dos objectos dotados. [...] [os armazéns do criptopórtico] ficão por baixo dos jardins das cellas descriptas [...]»¹⁵².

Esta passagem refere alguns materiais utilizados e características do interior das celas. As janelas tinham vidraças e as madeiras eram provenientes do Brasil. Os pavimentos eram de tijolo e algumas celas tinham tectos abobadados. Isto parece indicar que os materiais enviados do Brasil por Frei Gregório dos Santos¹⁵³ foram também aplicados nas celas. Além disso, este excerto confirma a existência de um padrão de pedra no espaço de entrada de cada cela. No que respeita aos espaços enumerados, são indicadas seis divisões em concreto e uma – a entrada –, mas sem especificar se pertence a algum dos outros espaços. Ainda assim, mantém-se uma concordância com as descrições anteriores.

Além da descrição das celas, este inventário indica também alguns objectos pertencentes a esses espaços: camas, secretárias (bancas), armários, cadeiras, bancos, caixas, aparadores (bufetes), estantes, meias-cómodas, cadeiras de espaldar, baús de couro, banquinhas e oratórios. À excepção dos baús, todos os outros elementos era de madeira (alguns deles de madeira de pinho). Existiam também crucifixos e pequenos quadros de temática religiosa¹⁵⁴. Isto permite perceber a frugalidade do interior das celas. As celas tinham o mínimo essencial para a vivência tripartida – oração, estudo e descanso – do monge: uma cama para dormir; uma mesa e uma cadeira para as horas de estudo; uma estante para arrumar alguns livros; um armário, uma caixa e um baú para guardar alguns pertences; e um oratório para rezar.

Por fim, a quarta descrição está incluída no inventário de bens de 1833. Como se viu anteriormente, este inventário não dedicou muito cuidado na enumeração dos espaços do mosteiro, por isso apenas refere:

«[...] [o claustro grande] consta de dois grandes dormitórios, [...]; o primeiro contem oito células, e cada uma destas regularmente de seis casas inclusive a capella, onde se diz missa, pertencendo a cada uma um jardim em quadro com suas arvores de fructo

¹⁵² *Inventário Geral do Mosteiro de Nossa Senhora do Vale de Misericórdia da Cartuxa de Laveiras [...]*, 1823, fls. 13v-14v.

¹⁵³ Este monge enviou para Portugal alguns materiais, como pau-santo do Brasil, juntamente com as esmolas recolhidas, no séc. XVIII, para a construção da nova igreja. SÃO TOMÁS, Frei João de, *op. cit.*, fl. 188.

¹⁵⁴ *Inventário Geral do Mosteiro de Nossa Senhora do Vale de Misericórdia da Cartuxa de Laveiras [...]*, 1823, fls. 53-59.

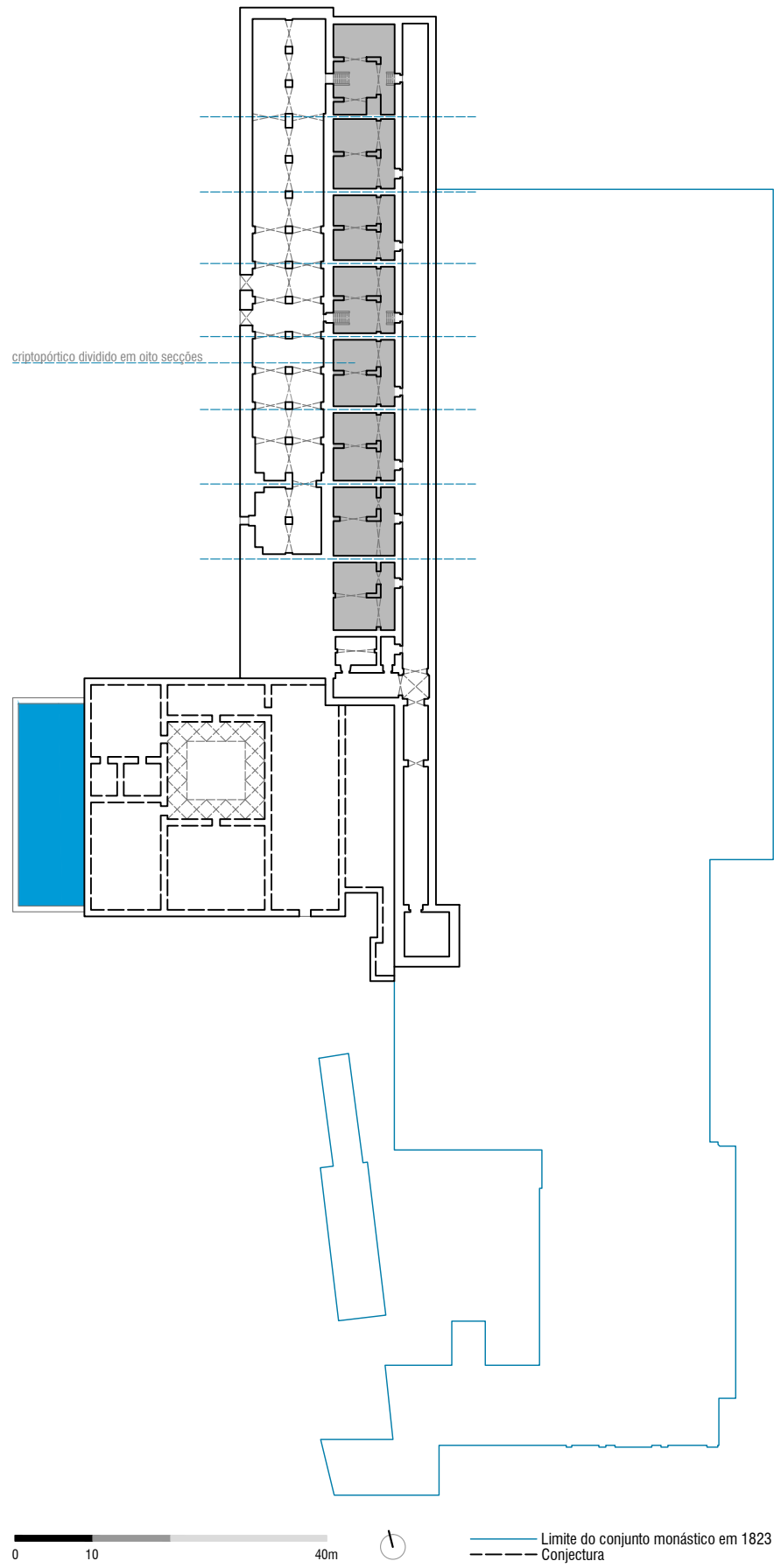


Fig. 76: Planta do criptopórtico (cota 10) com oito secções assinaladas a cinzento.

com registo d'agua dentro. Nos ditos dormitorios residião os monges sacerdotes privativamente [...]»¹⁵⁵.

Esta descrição menciona celas com seis divisões, nas quais se inclui a capela, e um jardim com árvores de fruto e água. Esta informação é muito interessante, pois os jardins da ala Oeste do claustro ficavam sobre os armazéns do criptopórtico, como foi referido no excerto anterior, o que significa que a estrutura construída por D. Basilio de Faria teria características especiais para poder suportar jardins com plantas, árvores e fontes.

Comparando as quatro descrições inéditas, nota-se uma clara semelhança entre todas, no que se refere aos espaços enunciados e às suas funções. A única discrepância parece ser o número de divisões, pois as duas primeiras indicam sete divisões e as duas últimas mencionam seis. No entanto, há duas hipóteses a salvaguardar em relação a isto: (1) as descrições iniciais são do séc. XVIII e as últimas são do séc. XIX, logo é válido considerar que no decorrer de um século podem ter ocorrido intervenções nas celas que alteraram o seu interior, reduzindo-o de sete para seis compartimentos; (2) nos inventários de bens, a zona de entrada das celas pode não ter sido incluída na enumeração dos espaços, uma vez que o primeiro inventário menciona a entrada, mas não diz se pertence ou não a algum dos espaços descritos.

Os dados até aqui apresentados não permitem, por si só, elaborar um registo gráfico das celas. Apesar disso, ao cruzar estas informações com plantas do mosteiro, torna-se possível delinear algumas formulações conjecturais. Ao analisar a planta do criptopórtico¹⁵⁶, evidencia-se uma matriz correspondente a oito secções, exactamente o mesmo número de celas que se construíram sobre esta estrutura (Fig. 76). Este dado não parece ser uma simples coincidência, visto que o criptopórtico era a base estrutural das celas e dos seus jardins suspensos. Assim, a hipótese que daqui se infere é que a matriz seccionada em oito partes correspondia às áreas das oito celas e que a disposição das paredes no criptopórtico tinha relação directa com a sua configuração. Cada secção tem 19 metros de comprimento, mas a largura é variável. Sete partes têm uma largura que oscila entre 8,35 metros e 8,95 metros, mas a última, localizada na extremidade Norte, tem aproximadamente 12,65 metros (medidas interiores).

Não existem valores padronizados para as celas cartusianas – tal como existem para as igrejas –, por isso, não é possível enquadrar estas dimensões em

¹⁵⁵ *Convento de São Bruno de Laveiras* [...], 1833, fl. 19.

¹⁵⁶ Tendo como base as plantas do criptopórtico elaboradas em 1943 e em 1955, para o então designado Reformatório Central de Lisboa Padre António de Oliveira.

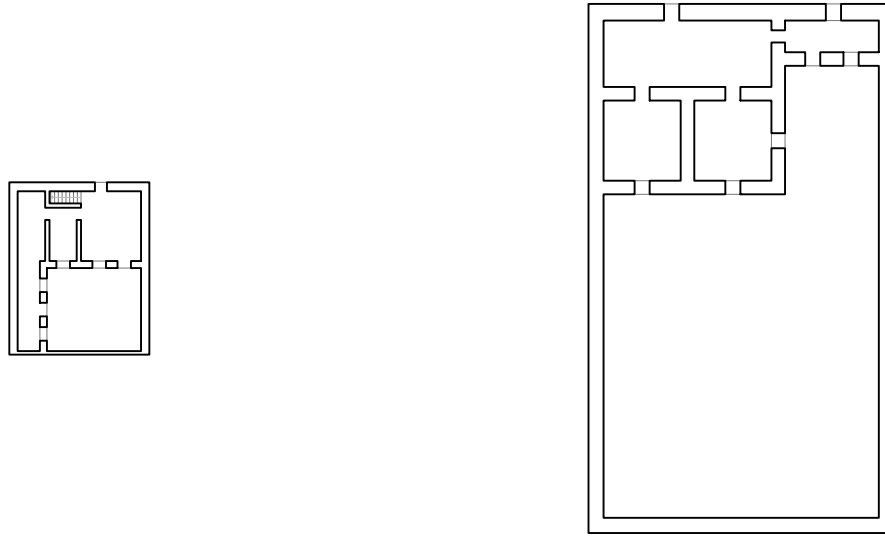


Fig. 77: Celas com a menor e a maior área. Planta da cela da Cartuxa de Hildesheim (à esquerda) e da cela da Cartuxa de Mauerbach (à direita).

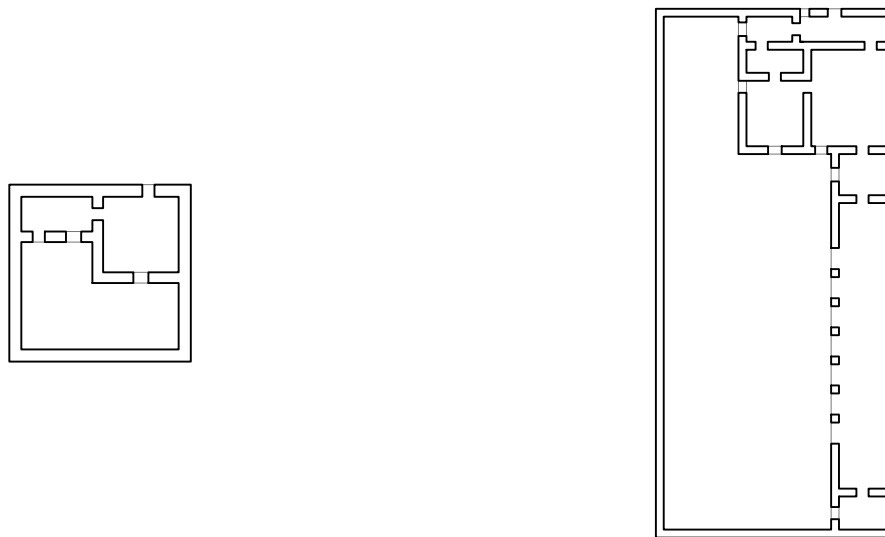


Fig. 78: Celas com o menor e o maior comprimento. Planta da cela da Cartuxa de Roermond (à esquerda) e da cela da Cartuxa de Padula (à direita).

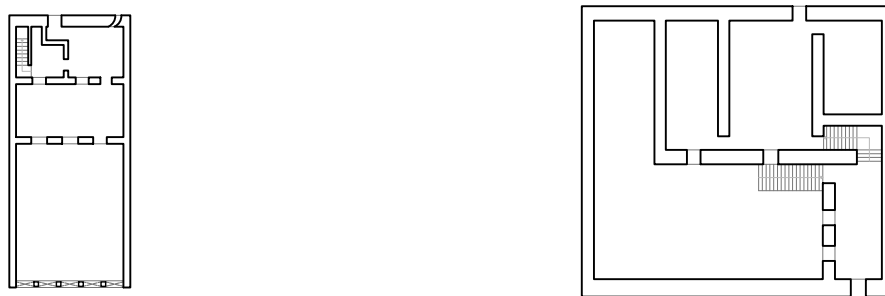


Fig. 79: Celas com a menor e a maior largura. Planta da cela da Cartuxa de *Porta Caeli* (à esquerda) e da cela da Cartuxa de Aillon (à direita).



valores típicos. As plantas das celas de outros mosteiros cartuxos, recolhidas nesta investigação, apresentam uma diversidade tal de dimensões e áreas, que faz com que não haja duas celas iguais. Para se ter uma noção, a cela com a menor área pertencia ao Mosteiro de Hildesheim (Alemanha) e tinha cerca de 86,25 metros quadrados (considerando o interior da cela e o respectivo jardim). Por oposição, a cela com a maior área ficava no Mosteiro de Mauerbach (Áustria) e tinha cerca de 598,80 metros quadrados (Fig. 77). Em termos de dimensões, a cela com o menor comprimento encontrava-se no Mosteiro de Roermond (Holanda) e tinha 10,10 metros. A cela com o maior comprimento fica no Mosteiro de Padula (Itália) e tem quase 34 metros (Fig. 78). No que respeita à largura, a cela mais estreita pertence ao Mosteiro de *Porta Cœli* (Espanha), com 7,10 metros, e a mais larga ao Mosteiro de Aillon (França), com 19 metros¹⁵⁷ (Fig. 79).

Além da planta do criptopórtico, há mais informações importantes que contribuem para definir as celas. Durante as obras de adaptação do mosteiro para Casa de Detenção e Correção, entre 1901 e 1908, há indicação de que o interior das celas da ala Oeste foi demolido e que as paredes exteriores foram aproveitadas para formar quatro grandes camaratas¹⁵⁸. Isto aponta para a hipótese da parede exterior das celas, oposta à do claustro, ser contínua, ao longo das celas – o que também tem correspondência com a estrutura do criptopórtico. Há ainda a acrescentar que os vãos (portas) abertos na parede do claustro não apresentam nenhuma relação de organização com os espaços criados para a Casa de Detenção e Correção, mas correspondem à matriz seccionada do criptopórtico, o que leva a crer que se tratam dos vãos originais das celas.

Se as celas estavam unidas por uma parede contínua, isso era um aspecto distintivo, quando comparado com outras celas. Normalmente, as celas eram construídas como unidades arquitectónicas individuais, sendo que a parte interior estava isolada da cela vizinha, uma vez que existia uma parte do jardim entre o interior de uma cela e o interior da cela ao lado. Em alguns casos, neste hiato entre espaços interiores de celas diferentes havia um pequeno alpendre que dava acesso ao jardim. Com isto pretendia-se isolar totalmente o monge dos ruídos exteriores, incluindo do ruído do monge vizinho¹⁵⁹. Esta configuração encontra-se em diversos mosteiros,

¹⁵⁷ Estes dados permitem perceber que a variedade de dimensões e áreas também corresponde a uma multiplicidade de zonas geográficas. Mesmo que se organizem os exemplos encontrados – consoante diferentes critérios como cronologia, província cartusiana ou país no ano de fundação –, não é possível encontrar um padrão (como, por exemplo, as celas do séc. XIV serem todas maiores do que as anteriores ou as celas de uma província específica serem mais pequenas).

¹⁵⁸ FERNANDES, José Maria de Almeida, *op. cit.*, p. 34.

¹⁵⁹ LEONCINI, Giovanni, *op. cit.*, p. 68.

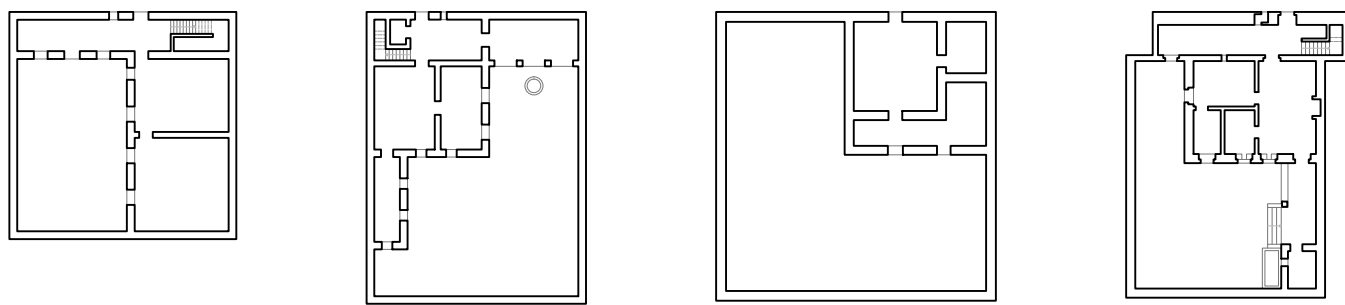


Fig. 80: Celas isoladas, mas com alpendre (Grande Cartuxa e Cartuxa de Pavia), à esquerda. Celas isoladas sem alpendre (Cartuxa de Hinton e Cartuxa de *Scala Cæli*), à direita.

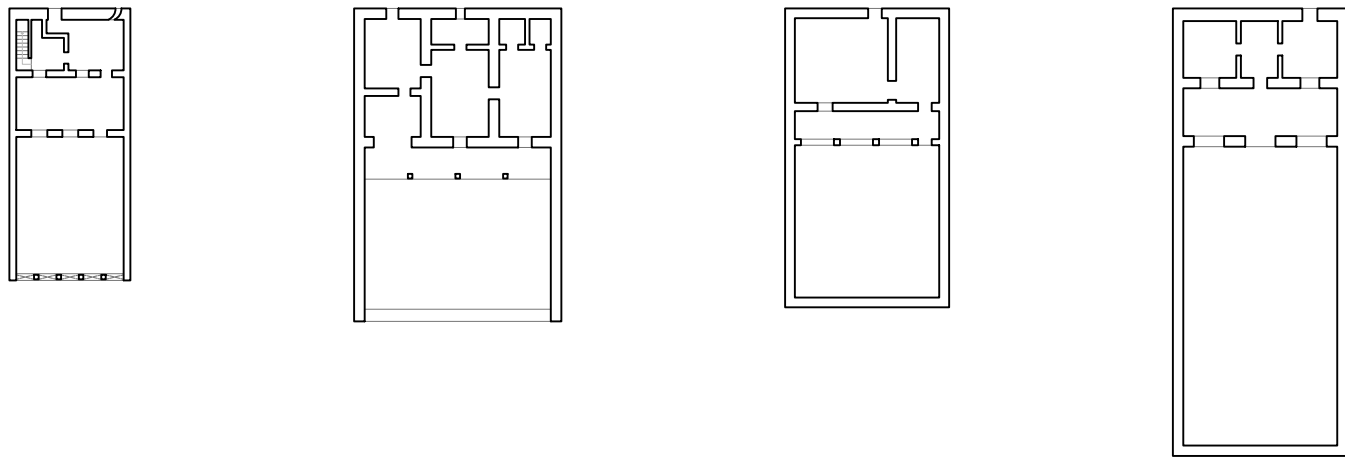


Fig. 81: Celas contíguas (sem jardim entre celas vizinhas) dos mosteiros de *Porta Cæli*, Valldemosa, Miraflores e Jerez de la Frontera.



como na Grande Cartuxa (com alpendre), Port-Sainte-Marie (França), Hinton (Inglaterra), Padula (Itália), Mauerbach (com alpendre; Áustria), Florença e Pavia (com alpendre; Itália), e Scala Cœli (Portugal) (Fig. 80). Analisando os exemplos recolhidos, torna-se perceptível que a configuração de celas contíguas (sem jardim entre celas vizinhas) é uma característica apenas encontrada em mosteiros espanhóis, como *Porta Cœli*, Valldemosa, Miraflores, Jerez de la Frontera e *Aula Dei* (Fig. 81). Há ainda mais dois mosteiros espanhóis – Nuestra Señora de las Fuentes e *Ara Christi* – que apresentam uma disposição mais semelhante a celas contíguas do que celas isoladas. De facto, esta particularidade foi também enunciada por Giovanni Leoncini:

«Noutros lugares desaparece a individualidade arquitectónica das celas, que abolem os intervalos intermédios e flanqueiam-se umas às outras, externamente não têm mais o aspecto de pequenos edifícios isolados, mas de um único corpo de construção baixa e alongada, conjugando-se por vezes também com as galerias do claustro. Tal configuração é frequente nas cartuxas de Espanha, especialmente na província cartusiana de Castela.»¹⁶⁰

Segundo a obra *Maisons de l'Ordre des Chartreux*, os mosteiros de *Porta Cœli*, Valldemosa, *Aula Dei*, Nuestra Señora de las Fuentes e *Ara Christi* pertenciam à província cartusiana da Catalunha e os mosteiros de Miraflores e Jerez de la Frontera pertenciam à de Castela¹⁶¹. Neste sentido, as celas contíguas também foram comuns na província da Catalunha e não apenas na de Castela. Ao analisar as celas de todos os mosteiros destas duas províncias, evidencia-se um pormenor. A província da Catalunha tinha quinze mosteiros¹⁶² (Fig. 82), mas só se conhece a configuração das celas de nove¹⁶³. Destes, unicamente o Mosteiro de Vall de Christ tinha celas isoladas, mas com alpendre. Três tinham celas contíguas (já indicados anteriormente) e os restantes cinco tinham celas com uma configuração intermédia entre o isolado e o contíguo. Isto significa que no lugar do alpendre tinham uma divisão interior da cela, mas como a disposição dos espaços em planta criava dois planos de fachada para o

¹⁶⁰ «Altrove scompare la stessa individualità architettonica delle celle, che aboliti gli intervalli intermedi e affiancate le une alle altre, esternamente non hanno più l'aspetto di piccoli edifici isolati, ma di un unico corpo di fabbrica basso e allungato, conglobante a volte anche le gallerie del chiostro. Una tale configurazione è frequente nelle certose di Spagna, soprattutto nella provincia certosina di Castiglia.» *Ibidem*, p. 67.

¹⁶¹ *Maisons de l'ordre des Chartreux*, tomo III, pp. 155 e 215, respectivamente.

¹⁶² *Ibidem*, p. 155.

¹⁶³ Estudos de outros autores, como Elena Barlés Báguena, indicam a inexistência de registos gráficos referentes a seis mosteiros da Província da Catalunha. *La Província Cartoixana de Catalunya. La Cartoixa de Montalegre. La Província Cartujana de Catalunya. La Cartuja de Montalegre*. Barcelona: Diputació Barcelona, Xarxa de Municipis, 2006, pp. 291-302 e 365-394.



Fig. 82: Província da Catalunha com quinze mosteiros.



Fig. 83: Província de Castela com nove mosteiros.

jardim, não se podem considerar totalmente contíguas, visto que a sua construção não se assemelha a um bloco alongado. Na província de Castela existiram nove mosteiros¹⁶⁴ (Fig. 83), sendo que um deles era *Vallis Misericordiæ*. Dos restantes oito, apenas se conseguiu encontrar registos gráficos de três¹⁶⁵, sendo que dois tinham celas contíguas (já indicados anteriormente) e apenas o mosteiro de *Scala Cœli* (Portugal) apresenta celas isoladas. De tudo isto, sobressai uma notória tendência para a utilização de celas contíguas ou semelhantes¹⁶⁶ e, nesse caso, a configuração até agora definida para as celas do mosteiro laveirense enquadra-se perfeitamente nestas características. Além disso, esta configuração exhibe proporções e áreas interiores e exteriores análogas às das celas de Miraflores e Nuestra Señora de las Fuentes. Em relação ao jardim com vista, é mais similar às celas de *Porta Cœli* e Valldemosa.

Após enumerar todas estas características, é então possível fazer a adaptação das descrições das celas à configuração estabelecida. Tanto a primeira descrição, como a última, apenas indicam o número de divisões de cada cela, por isso não têm informação suficiente para proceder a uma reconstituição hipotética de uma cela. Nenhuma descrição especifica se as celas se desenvolviam apenas num nível ou se apresentavam dois mas, tendo em conta que o inventário de bens de 1823 refere frequentemente os acessos aos espaços e em relação às celas não indica nenhuma escada, pode-se considerar que tinham apenas um nível. Assim, primeiramente, enquadraram-se na área definida os espaços típicos e essenciais de uma cela cartusiana: vestíbulo, sala da Ave-maria, capela, quarto e biblioteca (Fig. 84). O resultado obtido é praticamente idêntico ao interior das celas de *Scala Cœli* (Fig. 85).

Em seguida, fez-se o mesmo com a descrição de Frei João de São Tomás. Os espaços por ele enumerados apresentam outras designações, mas são equivalentes aos espaços típicos (por exemplo, a entrada corresponde ao vestíbulo e a sala decorada é a sala da Ave-Maria). A adaptação destes dados à matriz acrescenta, em relação à formulação anterior, dois compartimentos na área do vestíbulo e uma fonte no jardim. Em relação à pérgola no jardim, a descrição não tem dados concretos que permitam perceber como era e onde se encontrava, por isso pode corresponder a uma de duas hipóteses: ou estava apenas junto à parede exterior da cela (Fig. 86) ou ligava a cela até à extremidade do jardim, onde o monge podia ter vista sobre o oceano. No caso de ser correcta a segunda hipótese, certamente que a pérgola seria

¹⁶⁴ *Maisons de l'ordre des Chartreux*, tomo III, p. 215.

¹⁶⁵ Durante esta investigação. Desconhece-se se existem registos gráficos referentes aos restantes cinco mosteiros.

¹⁶⁶ Mais uma vez, é importante referir que a análise incide sobre os exemplos encontrados durante esta investigação e não sobre todos os mosteiros cartusianos que existiram.

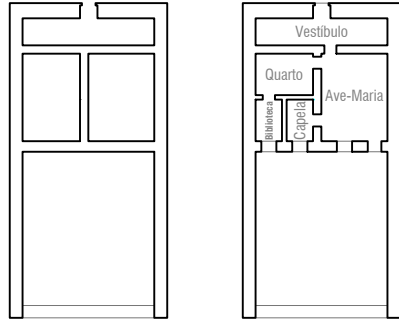


Fig. 84: Área definida pelo criptopórtico (à esquerda) com espaços típicos de uma cela cartusiana (à direita).

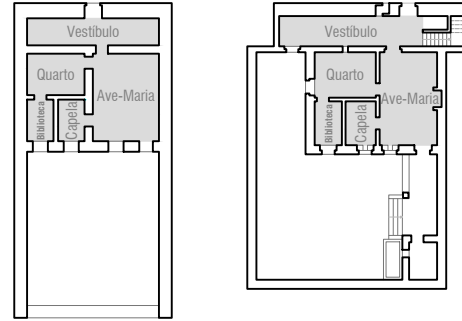
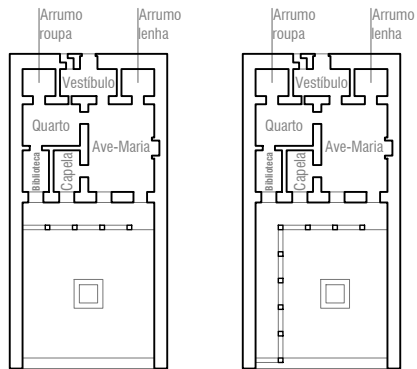


Fig. 85: Semelhança entre o resultado obtido na figura anterior e uma cela da Cartuxa de *Scala Coeli*.



Figs. 86-87: Adaptação da descrição da crónica à estrutura do criptopórtico (primeira hipótese à esquerda e segunda hipótese à direita).

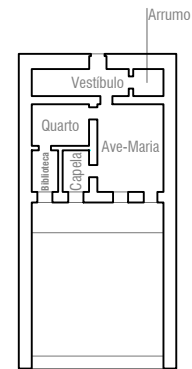


Fig. 88: Adaptação da descrição do inventário de bens de 1823 à estrutura do criptopórtico.

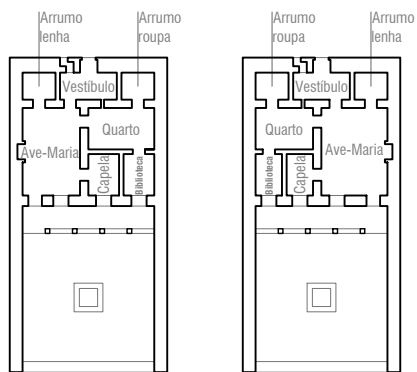


Fig. 89: Duas hipóteses para a disposição dos espaços típicos de uma cela cartusiana.

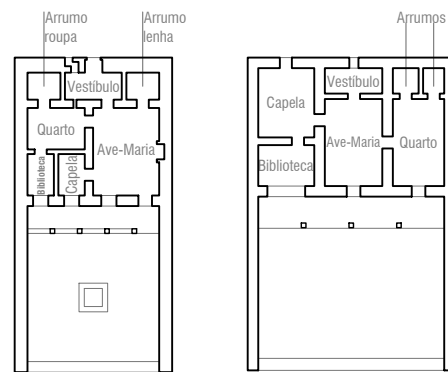


Fig. 90: Comparação entre conjectura de cela do Mosteiro de *Vallis Misericordiae* e cela do Mosteiro de Valldemosa.



virada a Sul, pois a boa orientação solar era um requisito de enorme importância numa cela cartusiana (Fig. 87).

Ao adaptar a descrição do inventário de bens de 1823 à configuração extraída do criptopórtico só se altera o número de compartimentos, pois esta indica seis espaços e a anterior apresenta sete. Neste caso, a casa regular corresponde à sala da Ave-Maria. Mantém-se a incerteza quanto ao espaço coberto exterior, uma vez que esta descrição apenas menciona uma varanda de pedra sobre o jardim (Fig. 88).

Por fim, há uma última questão a considerar nestas formulações conjecturais. A disposição da sala da Ave-Maria, da capela, do quarto e da biblioteca pode ser de duas maneiras (Fig. 89). O facto do hipotético interior da cela ser praticamente idêntico ao das celas de *Scala Cœli* e Port-Sainte-Marie, além de se assemelhar também ao interior de celas de outros mosteiros como Calábria, Florença, Beauvale, Villeneuve e Vall de Christ, ajuda a estabelecer uma relação. A biblioteca aparece sempre posicionada de forma a obter boa iluminação natural, certamente por ser um local dedicado ao estudo, de longa permanência. A aplicação deste pressuposto na configuração enunciada faz com que a hipótese mais válida para a disposição dos quatro espaços seja a representada na figura 86.

A figura 86 mostra o resultado final de todo o processo de interligação de dados. No cômputo geral de características, considerando dimensões, número de divisões e jardim aberto, o exemplo que mais se assemelha a esta conjectura é o das celas do Mosteiro de Valldemosa (que também tem um criptopórtico) (Fig. 90). Tendo em consideração a dificuldade para implantar o claustro numa só cota, devido à falta de área e à topografia da encosta, é compreensível a utilização desta configuração de cela. Isto permitiu ter oito celas na ala Oeste do claustro e quatro na ala Sul. Caso tivesse sido escolhida a configuração de cela isolada, esse número de celas não teria sido possível na quinta de Laveiras. As celas isoladas requeriam maior largura – para poderem ter jardim entre celas vizinhas –, logo, para se implantarem no claustro de *Vallis Misericordiæ*, este teria obrigatoriamente de ter alas mais alongadas, e isso não se adequava ao terreno. A semelhança notória entre as conjecturas apresentadas e as celas de mosteiros espanhóis remete novamente para a influência destes mosteiros no imaginário de quem elaborou a segunda planta para o mosteiro de Laveiras.

Com a definição hipotética das celas e a sua disposição nas respectivas alas do claustro, distingue-se um espaço localizado na extremidade Sul do criptopórtico, sobre o qual não há informação. Pelas suas dimensões, aparenta ser pequeno para ser uma cela, até porque só apresenta uma reduzida área para o jardim. Uma vez que existe um terraço sobre as galerias do claustro e nenhum documento encontrado menciona o acesso a esse patamar, é plausível considerar que era nesse espaço situado à entrada do claustro que se encontrava o acesso ao piso do terraço.

IGREJA E CLAUSTRO PEQUENO [1733 – 1746]

Até ao início do segundo quartel do séc. XVIII, o Mosteiro de *Vallis Misericordiae* consistia apenas no núcleo fundacional, que reunia os espaços de carácter comunitário, bem como o incompleto eremitério, que tinha ainda apenas dez celas. A falta de recursos para proceder a grandes obras foi recorrente, mas nesta altura foram angariados valores suficientes para, finalmente, se poder erigir a necessária igreja do mosteiro novo.

A primeira grande contribuição para a nova igreja foi conseguida através do recurso a esmolas. Na crónica de Frei João de São Tomás encontra-se relatado o seguinte:

«[...] entrando o dito padre Dom Luiz de Britto por prior desta Cartuxa de Laveyras [1716] intentou alcançar licença del Rey para hum frade nosso converso poder passar ás Minas pedir esmollas para a fabrica de hua igreja nova, de que tanto se necessita nesta caza. [...] O padre prior lhe disse [ao padre Martinho de Barros, que visitou o mosteiro] que fizesse sua reverendissima diligencia por alcançar licença del Rey para poder passar hum converso as Minas pedir esmollas, por que este era o unico meyo que descobria para se poder fazer ao menos hua igreja [...]»¹⁶⁷.

Pedir esmola não era um acto aceitável dentro da Ordem Cartusiana. Era sim característico das Ordens Mendicantes. No entanto, decorridos mais de oito anos, o prior D. Luís de Brito conseguiu autorização para que um frade converso – Frei Gregório dos Santos – fosse para o Brasil. Este chegou ao Rio de Janeiro a 17 de Abril de 1725 e aí permaneceu até 1735, tendo de lá enviado avultadas quantias de dinheiro¹⁶⁸.

A Casa de Bragança, representada já pelo poder régio, foi protectora frequente de *Scala Coeli*, mas também do mosteiro lisboeta, embora em meios muito inferiores. Desta forma, por volta de 1736, D. João V fez uma contribuição que, somada às esmolas, permitiu fomentar as obras do novo templo, ainda durante o priorato de D. Luís de Brito (1716-1746). Além destes donativos, o mosteiro continuou a receber o juro monetário deixado por D. Simoa Godinho.

A fundação desta igreja foi, a par das celas, um facto que também não reuniu consenso na bibliografia existente até à data. Tal como anteriormente se indicou, o mosteiro velho teve uma igreja primitiva e provisória e, em 1614, procedeu-se à bênção de uma lápide que marcou o início da construção de um novo templo. Alguns

¹⁶⁷ SÃO TOMÁS, Frei João de, *op. cit.*, fls. 186-186v.

¹⁶⁸ *Ibidem*, fls. 186-188v.



Fig. 91: Fachada da igreja de Nossa Senhora do Vale da Misericórdia (em cima), altar (inferior esquerda) e coro alto (inferior direita).

autores consideram que esta igreja se construiu, e que as obras efectuadas em 1736 foram uma reconstrução ou melhoramento desse edifício. Mas outros admitem a hipótese de se terem tratado de igrejas distintas¹⁶⁹.

Mais uma vez, os documentos encontrados no fundo arquivístico e as informações contidas na crónica permitem esclarecer a cronologia referente às igrejas e, por conseguinte, estabelecer a ordem de evolução que se registou em todo o conjunto monástico. Através da leitura da crónica de Frei João de São Tomás, comprova-se que, após a construção do mosteiro primitivo, todos os esforços foram aplicados na edificação das celas, em detrimento da construção da igreja iniciada em 1614 (cuja obra foi abandonada por D. Basílio de Faria)¹⁷⁰. Frei João relatou também que, a 25 de Março de 1733, foi benzida a lápide da fundação da nova igreja, dedicada a Nossa Senhora do Vale da Misericórdia (Fig. 91), na presença do primeiro patriarca de Lisboa, D. Tomás de Almeida. É ainda indicado que o prior D. Luís de Brito iniciou a construção do novo templo na parte superior do mosteiro (Fig. 94) – uma clara referência ao facto de o mosteiro primitivo se localizar numa cota inferior e todo o mosteiro novo ter sido desenvolvido acima do primeiro –, o que invalida que pudessem ser obras na igreja fundacional. Além disso, Frei João referiu também que já tinha sido iniciada a construção de um pequeno claustro (Figs. 93 e 95) – que englobava sala do capítulo, refeitório, sacristia e capelas¹⁷¹ –, anteriormente à data da bênção da lápide da nova igreja. No entanto, na passagem referente às esmolas, não fez menção ao claustro pequeno. Provavelmente, a intenção inicial teria sido edificar apenas a igreja, mas o somatório de todos os donativos criou a oportunidade de construir o claustro pequeno.

¹⁶⁹ Florentino dos Santos Cardoso considerou que a igreja iniciada em 1614 esteve mais de cem anos em construção. CARDOSO, Florentino dos Santos, *op. cit.*, p. 23. No livro *As Cartuxas de Portugal*, apenas foi feita uma referência imprecisa à igreja, tendo sido narrado que «D. João V, por volta de 1736, contribuiu à edificação da igreja conventual». HOGG, James, *Um Cartuxo*, *op. cit.*, p. 68. J. Pinharanda Gomes afirmou que «em 1736, houve necessidade de reconstruir a antiga igreja» (GOMES, J. Pinharanda, *op. cit.*, p. 160), mas no início da sua obra referiu «1736 – edificação da nova igreja do mosteiro de Laveiras» (*Ibidem*, p. 17) e também «em 1736 [...] se deu início às obras da igreja nova [...] ao facto de a modesta e primitiva igreja se encontrar em ruína, pois era de fraca construção, e já tinham passado sobre ela uns bons cento e cinquenta anos, ou quase» (*Ibidem*, p. 182), ou seja, apresentou informações contraditórias na mesma obra.

¹⁷⁰ SÃO TOMÁS, Frei João de, *op. cit.*, fls. 41-41v. Estes acontecimentos foram analisados no Capítulo III.

¹⁷¹ «Hoc præsentis anno 1733 die 25 Martii, auctoritate præstante illustrissimus, ac reverendissimus Dominum Domno Thoma Patriarcha primo Ulyssiponis occiduae, venerabilis pater Domno Ludovicus de Britto prior huius nostræ Ulyssiponensis Cartusiae pro construendo quodam novo templo in parte superiori eiusdem monasterii benedixit, posuit que primum lapidem, quem in devotionis munimentum idem conventus dicavit, et consecravit Deiparæ Cœli [...] Dominæ Vallis Misericordiæ. Item in eadem huius monasterii superiori parte cœpit ædificari quodam parvum claustum, in quo sunt quinque sacella, capitulum, rectorium, et sacristia; quæ opera iam incæpta [...]». *Ibidem*, fl. 51.

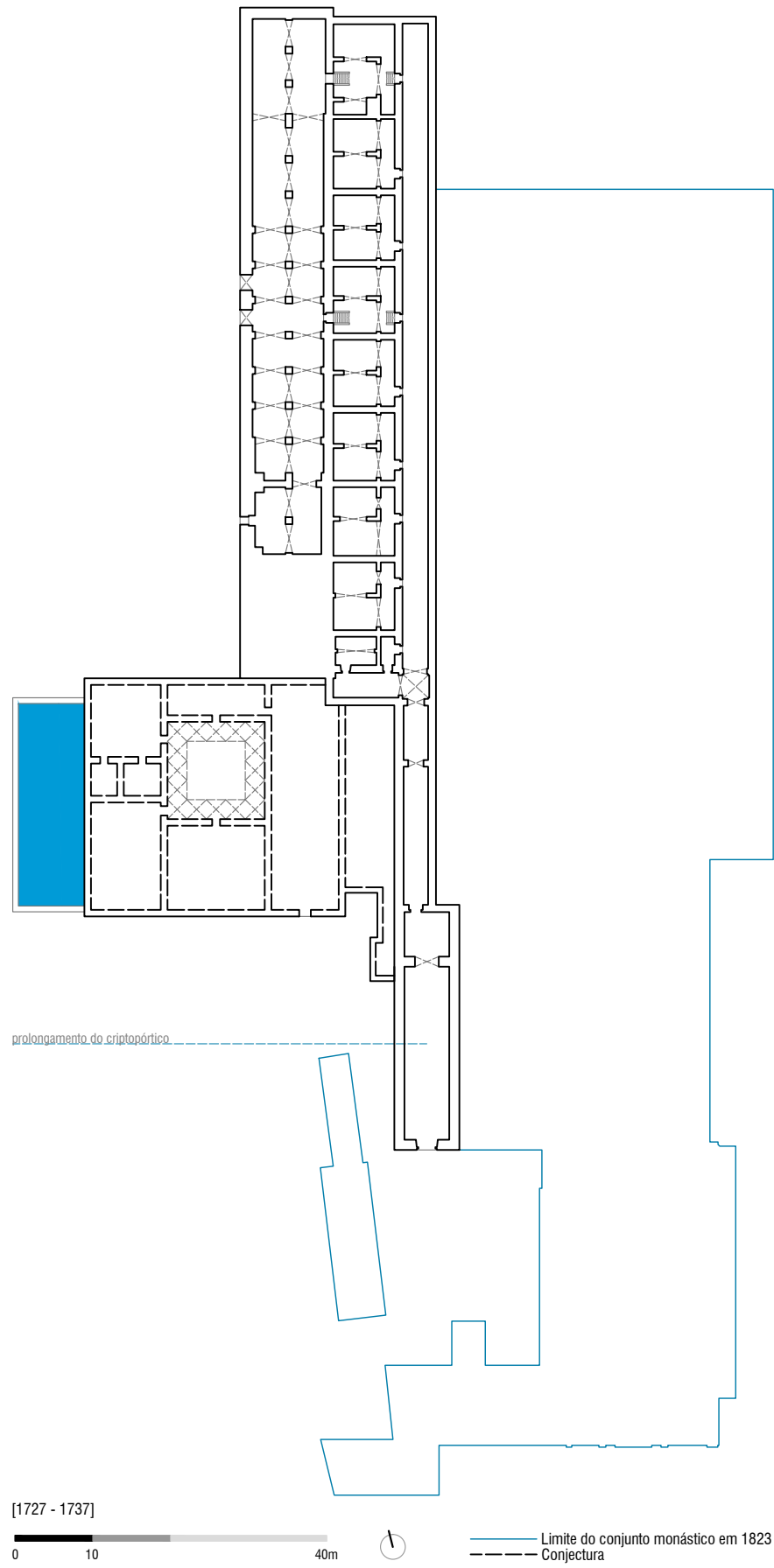


Fig. 92: Planta do mosteiro primitivo e criptopórtico, cota 10.

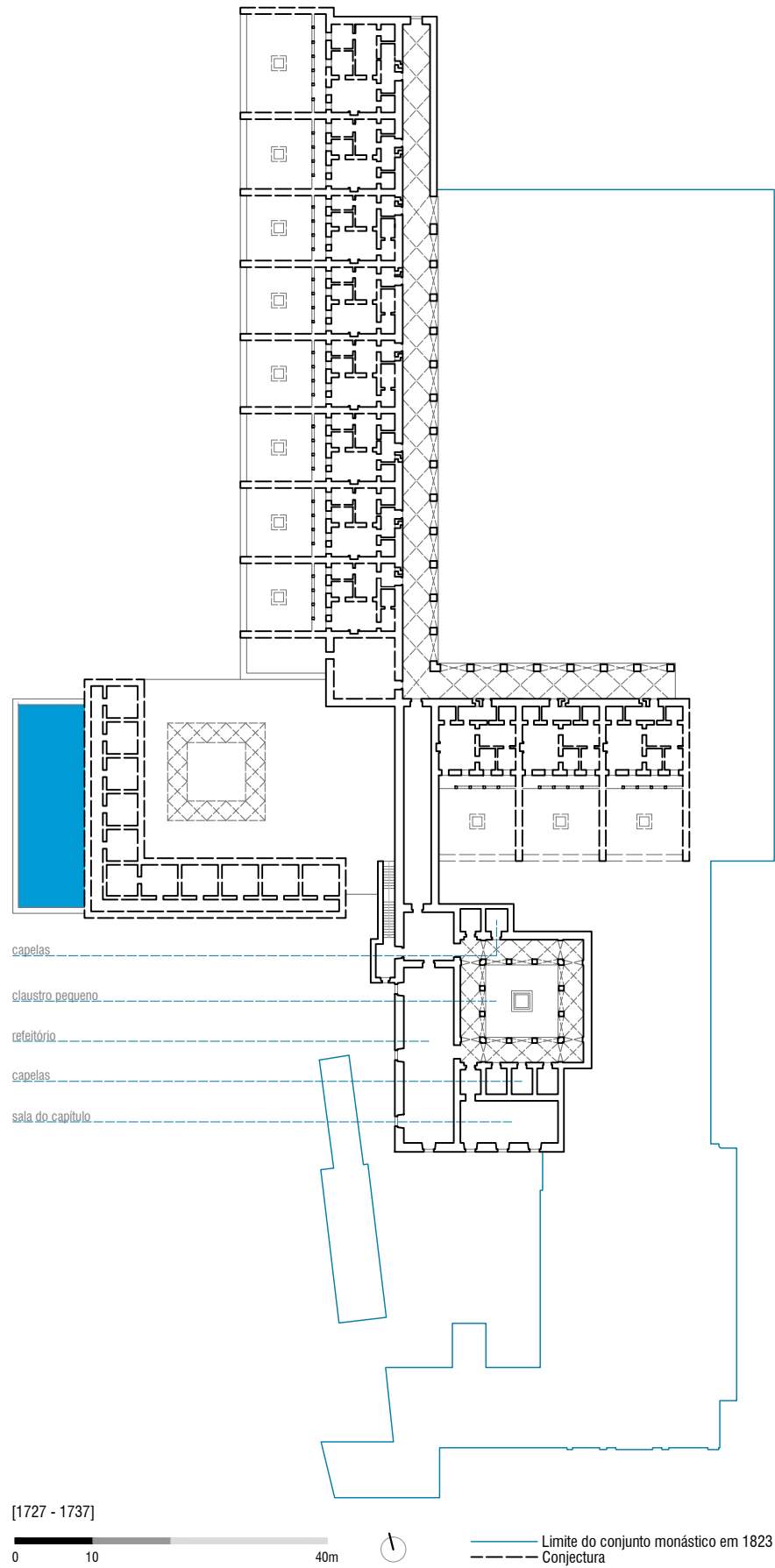


Fig. 93: Planta do mosteiro primitivo e do mosteiro novo, cota 15,5.

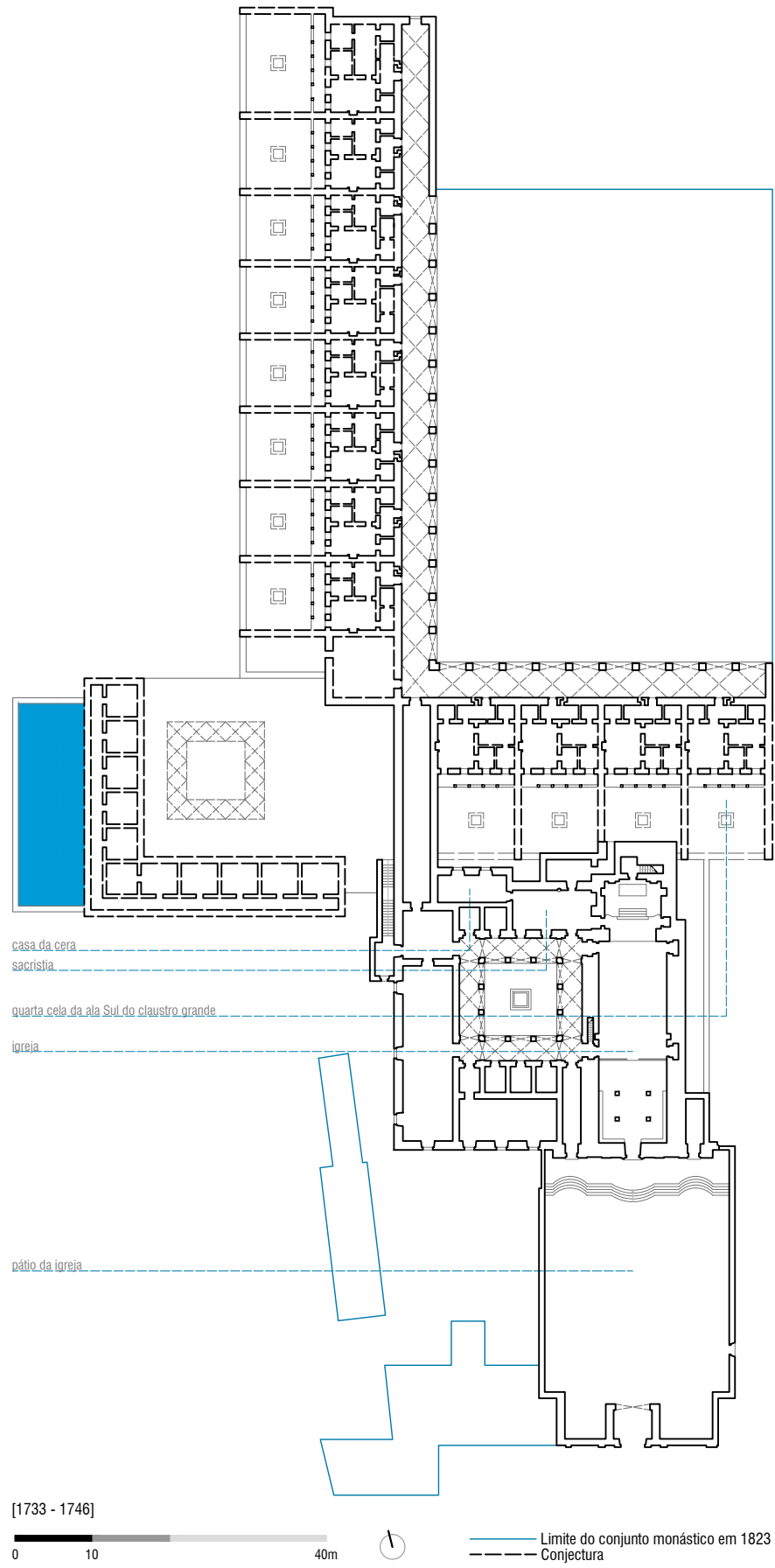


Fig. 94: Planta do mosteiro primitivo e do mosteiro novo, cota 15,5.

Na crónica não há indicação de quando se iniciou a construção do claustro pequeno, mas sabe-se que Frei Gregório dos Santos começou a enviar dinheiro anualmente do Brasil a partir de 1727 e que esta acção se prolongou até 1737 (as duas últimas remessas foram enviadas depois de Frei Gregório dos Santos já ter regressado a Portugal)¹⁷². Depreende-se, assim, que o prior já teria algum dinheiro para iniciar a obra do claustro pequeno antes da igreja. A bênção da lápide em 1733 também permite supor que já teria os recursos mínimos para iniciar a obra da igreja. A isto juntaram-se os donativos do rei, por volta de 1736, e novas esmolas enviadas do Brasil por Frei Gregório dos Santos, em 1741 e 1742, na segunda vez que foi incumbido dessa função. Além disso, analisando a topografia percebe-se que para poder nivelar o terreno para a implantação da igreja era necessário construir primeiro uma estrutura de suporte de terras. O corredor do criptopórtico foi prolongado para Sul, cumprindo essa função, e sobre ele foi edificado o refeitório – que constituía a ala Oeste do claustro pequeno (Fig. 92).

Alguns relatos de visitas ao mosteiro, narrados por Frei João de São Tomás, permitem clarificar as fases de construção relativa em que o claustro pequeno e a igreja se encontravam. Num primeiro relato mencionou:

«Vespera do nosso padre São Bruno do anno 1733. Veyo el rey, como costuma fazer todos os annos, assistir as vespervas acompanhado do principe seo filho, e de seo irmão o senhor Infante Dom Antonio. [...] chegou de Cascaes o senhor Infante Dom Carlos, e foi a primeira vez que veyo a Cartuxa, depois de ouvir missa rezada subio ao claustro grande e vio as cellas dos padres prior, e vigario [...] desceo a igreja acompanhado dos religiosos que lhe assistião [...] e tomarão os seos lugares costumados [...]».¹⁷³

Num relato posterior indicou:

«Em vespera do nosso santo padre do anno de 1737 veyo a raynha nossa senhora acompanhada do principe Dom Jozeph, da princeza, e do senhor infante Dom Pedro a visitar a nossa igreja [...]; sobirão ao claustro, virão o presepio, e o claustro das capellinhas, e se forão embora.
[...] depois del rey fazer oração na igreja, e os mais principes subirão ao claustrinho das capellas [...] desceusesse [sic] para a igreja pello meio dia [...]».¹⁷⁴

¹⁷² *Ibidem*, fls. 187v-188.

¹⁷³ *Ibidem*, fl. 190.

¹⁷⁴ *Ibidem*, fl. 214v.



Fig. 95: Claustro pequeno (em cima), ala Este (inferior esquerda) e ala Sul (inferior direita).

Estes dois excertos permitem comprovar que, em Outubro de 1733, a igreja em funcionamento era a do mosteiro primitivo – isto porque se referem os actos de subir ao claustro e descer à igreja, alusivos à diferença entre a cota superior do eremitério e a cota inferior da igreja fundacional –; e que, em Outubro de 1737, se mantinha em funcionamento a igreja primitiva, mas já existia o claustro pequeno (ou claustro das capelinhas), em estado de poder ser visitável – logo a sua construção já poderia estar terminada nesta data. Assim, o início da construção do claustro pequeno e da nova igreja pode ter sido praticamente coetâneo, mas o claustro foi concluído muito antes da igreja.

Sobre a conclusão destas obras, um documento do fundo arquivístico relata o seguinte:

«[...] o nosso irmão Frei Jozé da Assunção, que ele sabe pelo ver, que no mez de Outubro de 1746, quando veio para este mosteiro já estavam feitas as obras da igreja, capelas, claustro pequeno e suas oficinas; faltando somente na igreja (que já servia) o painel da capela mor, e no frontespicio o nicho de Nossa Senhora e fogareos do seu remate, o que logo se concluiu; e que depois se não fizeram mais obras, do que dahi a tempos as duas aguas furtadas das celas do cardeal.»¹⁷⁵

Segundo este relato, as obras da igreja e do claustro pequeno foram terminadas antes de 1746. Apesar do seu início ter tardado mais de um século, esta parte do mosteiro novo teve uma evolução muito rápida, por oposição ao lento processo construtivo do eremitério. A referência às obras nas celas também constitui um dado importante, porque permite comprovar que se procederam a trabalhos interventivos nas celas, bem como descobrir um elemento do seu espaço.

Este documento refere também que «alem das avultadas esmolos, que tinha tirado no Brazil para as ditas obras o irmão Frei Gregório[,] dera tambem para elas El Rey D. João Quinto quinze mil cruzados»¹⁷⁶. Isto confirma a informação narrada na crónica sobre a proveniência dos donativos para a construção do novo templo e do claustro pequeno. O mesmo documento indica ainda o seguinte:

«[...] principiára o padre D. Bernardo [de Santa Maria] no tempo do seu governo, que foi desde [17]46 até [17]52, a dispor o terreno para se acabar o nosso claustro [...] rompendo a rocha, e principiando a cortala desde o sitio onde agora s'edificou o forno de cal, mas que não continuára, por se findar logo o seu priorado; nem a continuarão

¹⁷⁵ O documento não foi datado. Arquivo Nacional Torre do Tombo, Hospício de Nossa Senhora do Vale da Misericórdia de Laveiras, caixa 13, [Depoimento de Frei Jozé da Assunção sobre uma dívida do mosteiro]. Transcrição integral do documento no Anexo XI.

¹⁷⁶ *Idem*.

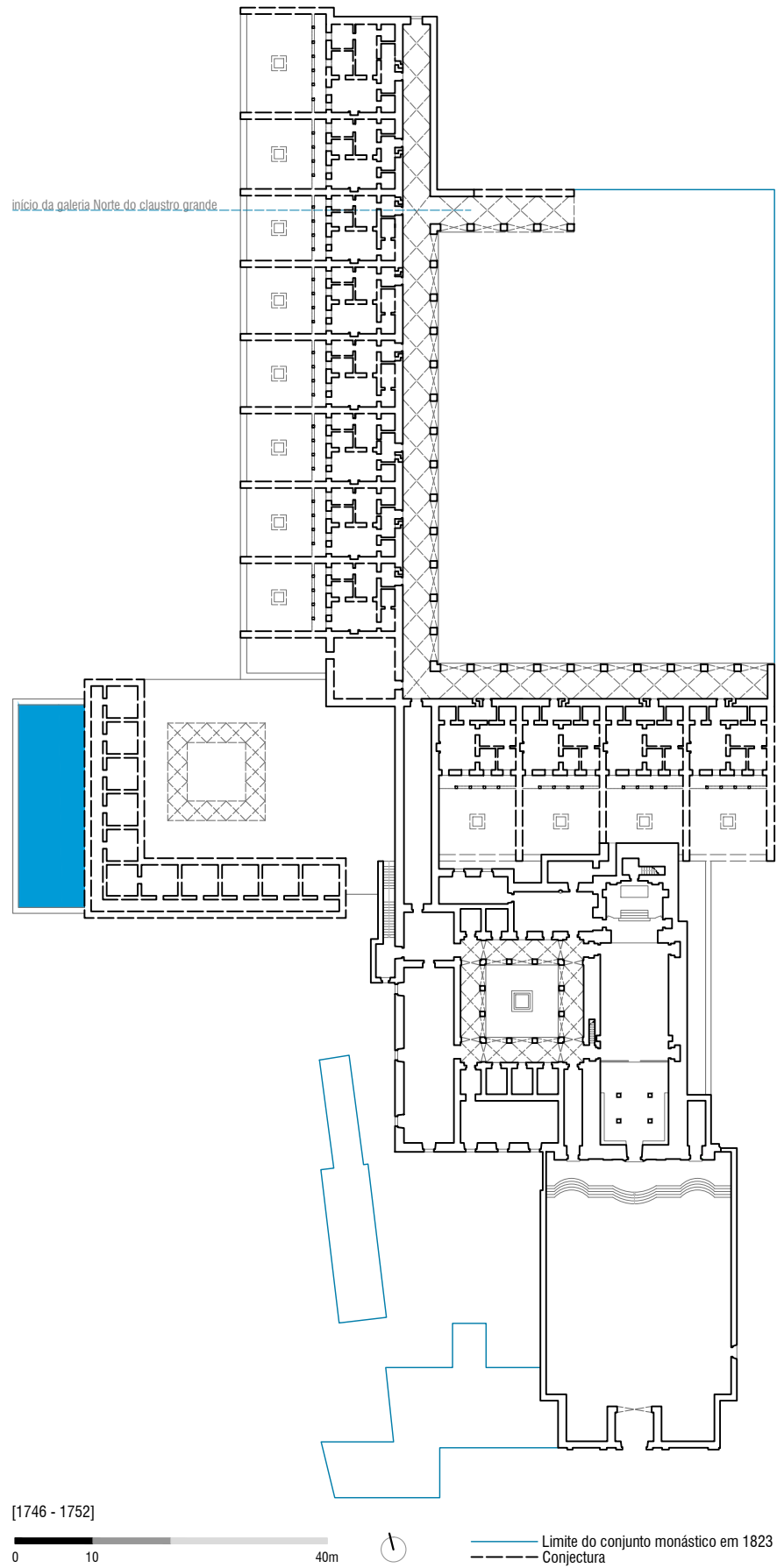


Fig. 96: Planta do mosteiro primitivo e do mosteiro novo, cota 15,5.

os seus dois imediatos sucesores, por ser brevissimo o seu governo, e suceder nese tempo o terramoto [...]»¹⁷⁷.

Não está definido em que claustro se iniciou esta obra¹⁷⁸, mas poderia tratar-se da continuação do eremitério ou do claustro dos irmãos leigos (cuja marcação dos arcos foi deixada na parede exterior Este da igreja, nunca tendo sido, no entanto, construído). Ainda assim, o acto de romper a rocha seria mais necessário para aumentar o claustro grande, devido à topografia, do que para o outro claustro (Fig. 96).

Os dados até aqui enunciados permitem perceber quer a evolução das diversas fases de todo o mosteiro, quer a hierarquia atribuída aos diferentes núcleos e sua respectiva necessidade para o funcionamento do conjunto.

Com a edificação da igreja e do claustro pequeno, a relevância dos núcleos e acessos alterou-se. Estes passaram a constituir os principais espaços do mosteiro – com excepção para o eremitério, cujas funções, devido às suas características, não foram alteradas. A cerca passou a ter o acesso, a Sul, defronte da nova igreja, com um típico portão cartusiano que fecha o adro. O pátio da igreja foi murado e a partir dele distribuíram-se os acessos aos diferentes núcleos funcionais: à igreja e ao claustro pequeno – a Norte –, aos terrenos de cultivo e restante área da cerca – a Este – e a duas hospedarias – a Oeste¹⁷⁹ (Figs. 97-98).

A igreja foi implantada a Sul, alinhada com o eixo do eremitério. A sua fachada alva e alta foi construída em calcário lioz. O interior é constituído por uma nave única, com 33,90 metros de comprimento por 8,75 metros de largura e aproximadamente 14,10 metros de altura (medidas interiores), rematada por uma abóbada de arco de volta perfeita, como é comum na ordem (Fig. 91). Estes valores enquadram-se nas dimensões típicas dos templos cartusianos, pois, como referiu Giovanni Leoncini:

¹⁷⁷ *Idem*.

¹⁷⁸ O forno de cal poderia ajudar a determinar o claustro em causa, mas o inventário de bens de 1823 apenas anotou a existência de um forno de cal, sem definir o local. *Inventário Geral do Mosteiro de Nossa Senhora do Vale de Misericórdia da Cartuxa de Laveiras* [...], 1823, fl. 17v.

¹⁷⁹ *Ibidem*, fls. 9-9v. As hospedarias foram mencionadas no inventário de bens de 1823, mas a sua data de construção não foi referida. A descrição registada neste documento foi: «[...] as duas cazas de hospedaria que estão separadas delle [do mosteiro], posto que dentro dos seus muros ao lado do poente do pateo da [entrada]. Estas duas hospedarias são formadas huma sobre a outra, comunicaveis por dentro, e tem sahida para a estrada, e para o pateo do convento. São formadas de cinco cazas, duas alcovas, duas cozinhas, huma cavalherice, e huma cocheira, todas as cazas desta habitação são de madeira, e estão em muito bom estado, e em huma dellas existe huma escola de primeiras Letras.» *Ibidem*, fls. 16v-17. Apesar disso, pela sua localização depreende-se que não poderiam ter sido construídas antes da nova igreja e respectivo adro, uma vez que a sua configuração estava intrinsecamente dependente do pátio de entrada.

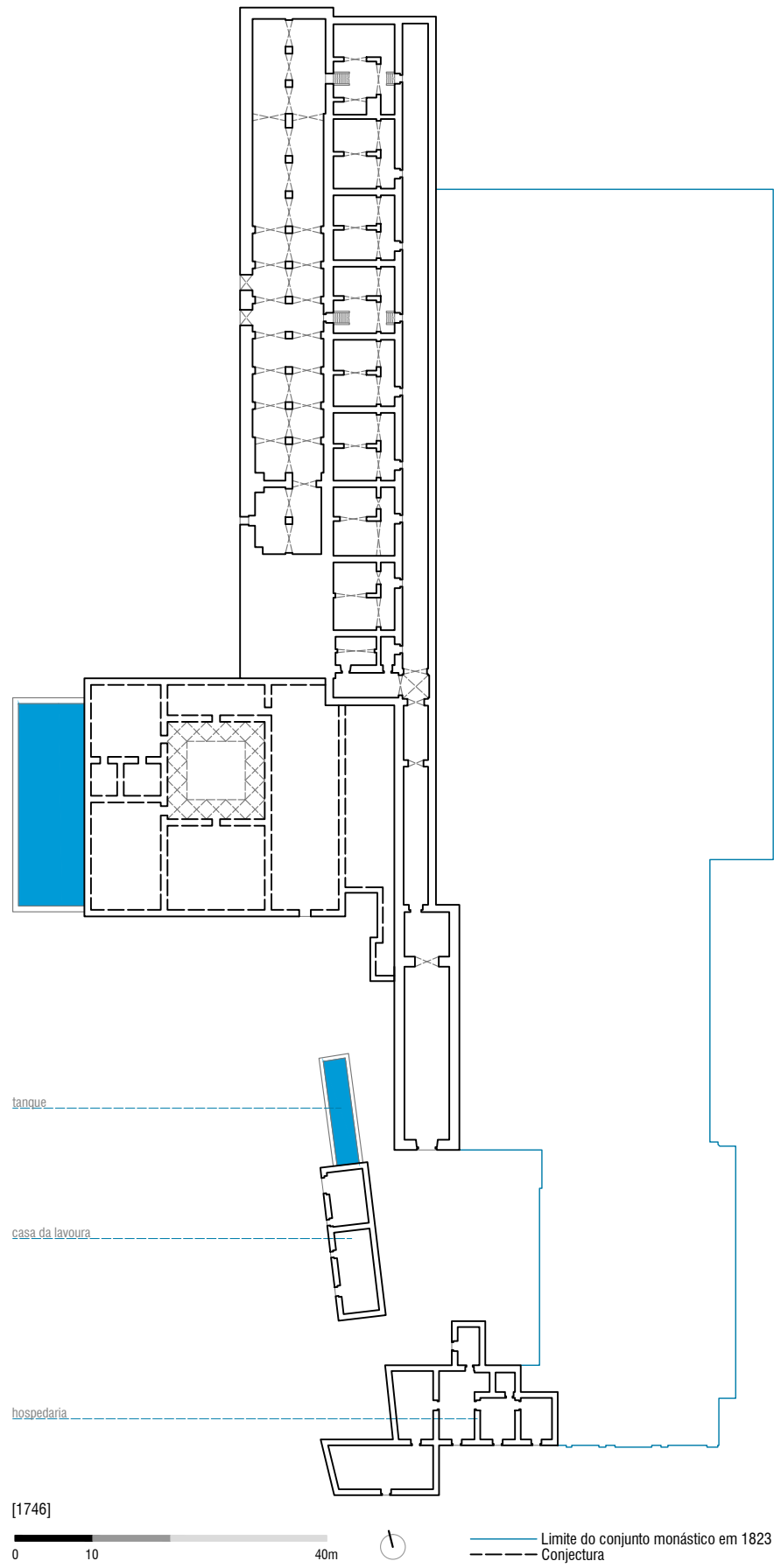


Fig. 97: Planta do mosteiro primitivo e do mosteiro novo, cota 10.

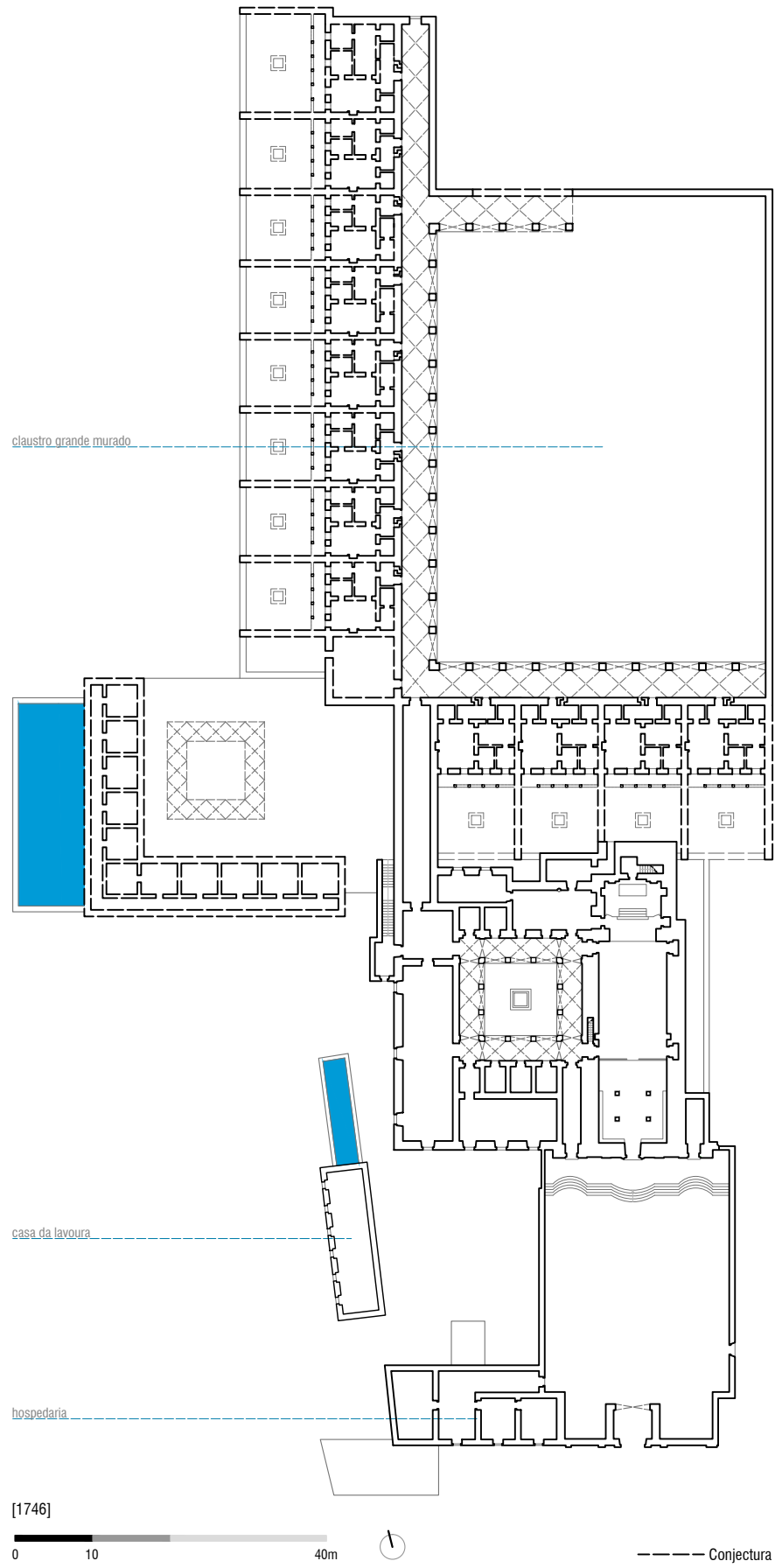


Fig. 98: Planta do mosteiro primitivo e do mosteiro novo, cota 15,5.



Fig. 99: Porta falsa do lado Este da igreja.



Fig. 100: Escadas de acesso ao terraço do claustro pequeno.

«Uma extrema racionalidade e funcionalidade manifestam-se portanto em toda a planta da igreja; e isto pode-se notar também nas dimensões [...] obedecendo a determinados valores constantes. A largura de uma igreja cartusiana dificilmente se afasta dos 8 metros; o seu comprimento varia, dependendo da importância da igreja e do número dos seus membros, de 24 metros a 36 metros [...] a altura das igrejas foi também variável, mas normalmente manteve-se na proporção certa de 10-13 metros, até atingir no máximo os 17 metros.»¹⁸⁰

O templo englobou três divisões: capela-mor, coro dos padres e coro dos irmãos – sendo os dois pontuados por altares colaterais – e zona com bancos de pedra ao redor das paredes, junto à entrada principal. A separação entre os três espaços foi feita com uma vidraça – entre a capela-mor e os coros – e por uma teia esculpida em mármore preto e branco¹⁸¹ – entre os coros e a zona de entrada. A igreja teve também um coro alto, por cima da entrada principal, para os visitantes e familiares dos monges poderem assistir à missa (Fig. 91). A iluminação surgia através de dez janelas superiores – duas para a capela-mor (mas a janela do lado Oeste era falsa) e as restantes para o corpo da igreja. Nas paredes laterais foram abertas quatro portas: duas a Oeste, para comunicar com o claustro pequeno – constituíam os acessos dos padres e irmãos aos seus respectivos coros – e duas a Este, falsas, cujo intuito seria comunicarem com o claustro dos irmãos leigos (Fig. 99), que nunca foi construído. Situação semelhante a esta, aconteceu na capela-mor, em que a porta Oeste deu acesso à sacristia, enquanto a porta Este deu a um cubículo de arrecadação.

Dentro da parede Oeste da igreja ficaram as escadas de acesso ao terraço do claustro pequeno (Fig. 100). Tratava-se de uma escadaria em pedra e com as laterais

¹⁸⁰ «Un'estrema razionalità e funzionalità si manifesta dunque in tutto l'impianto della chiesa; e ciò si può notare anche nelle dimensioni [...] si attengono a determinati valori costanti. La larghezza di una chiesa certosina difficilmente si discosta dagli 8 metri; la sua lunghezza varia, a seconda dell'importanza della chiesa e del numero dei suoi membri, dai 24 ai 36 metri [...] l'altezza delle chiese era anch'essa variabile, ma normalmente si manteneva nella giusta proporzione dei 10-13 metri, fino a raggiungere al massimo i 17 metri.» LEONCINI, Giovanni, *op. cit.*, pp. 53-54. As proporções da igreja contribuíram para uma excelente acústica do espaço. Na actualidade, a igreja tem sido utilizada diversas vezes para gravações discográficas de música clássica, pela Deutsche Grammophon. Fonte: Sistema de Informação para o Património Arquitectónico, Cartuxa de Laveiras / Reformatório de Caxias / Centro Educativo Padre António de Oliveira, número IPA 00003051. Além disso, são também frequentes concertos de música clássica, principalmente com piano, violino e coro.

¹⁸¹ *Inventário Geral do Mosteiro de Nossa Senhora do Vale de Misericórdia da Cartuxa de Laveiras [...]*, 1823, fl. 10v. Placa de mármore esculpida como se fosse uma grade entrelaçada. Foi utilizada para separar os coros da zona de entrada da igreja, porque a sua configuração permitia que os visitantes vislumbrassem o altar, dado que não lhes era facultado o acesso.



Fig. 101: Claustro pequeno visto do terraço (superior esquerda), corredor de acesso do pátio da igreja ao claustro pequeno (superior esquerda) e ala Sul do claustro pequeno, onde se localizavam três capelas (em baixo).

revestidas com azulejos em azul e branco. Este acesso também permitia a comunicação com o coro alto da igreja.

Nesse mesmo lado do templo encontrava-se o claustro pequeno, de formato quadrangular, de 9,50 metros por 9,50 metros. Apresentava três arcos de volta perfeita em cada ala, com 3,40 metros de altura, suportados por elegantes colunas de 0,55 metros por 0,55 metros de secção, e «no centro hum jardim com agoa de correr»¹⁸². A comunicação entre o pátio da igreja e o claustro pequeno fazia-se através de um corredor com cerca de 11,40 metros de comprimento por 2,35 metros de largura e 4,10 metros de altura, com abóbada de arco de volta perfeita, paredes lisas e brancas, unicamente marcadas pelos vãos nas suas extremidades (Fig. 101). Assemelhava-se a um túnel com luz ao fundo, que assinalava a passagem do espaço mundano – o pátio da igreja – para o espaço sagrado – o claustro e sua envolvente.

Este claustro pequeno também foi denominado claustro das capelas ou das capelinhas, porque nas alas Norte e Sul foram construídas cinco capelas (duas e três, respectivamente) (Fig. 101), com cerca de 3,30 metros de comprimento por 2,70 metros de largura e 4,10 metros de altura, designadas Capela de São Bruno, Capela de Nossa Senhora da Piedade, Capela de Santo António, Capela da Santa Família e Capela de São Pedro Mártir¹⁸³. Da Capela de Nossa Senhora da Piedade foi encontrado um registo que refere a doação, no qual se relatou que «Bernardo Maxado [...] que Deos tem ordenou em seu testamento, que no ditto Mosteiro de Nossa Senhora do Valle da Mizericórdia se lhe fizesse hua capella dedicada a Nossa Senhora da Piedade para nella ser sepultado o seu corpo e dos seus sucesores»¹⁸⁴. O benemérito pediu também que:

«[...] a ditto capella, e depois de feita, e ornada de todo o necessário de modo, que se possa dizer missa se mudarão para ella os osos do ditto Bernardo Maxado [...] os quaes osos estão depuzitados no capitulo do ditto convento [...] e de tudo isto se

¹⁸² *Ibidem*, fl. 12v. A fonte que actualmente se encontra no claustro foi colocada em Maio de 1961. O 58º aniversário do Reformatório. "Jornal A Cartuxa", n.º 46, Junho de 1961.

¹⁸³ *Inventário Geral do Mosteiro de Nossa Senhora do Vale de Misericórdia da Cartuxa de Laveiras [...]*, 1823, fls. 11v-12. Na *Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa*, há indicação de que José de Sousa de Castello Branco – que foi inquisidor de Évora e bispo do Funchal – «jaz na Cartuxa de Laveiras, onde mandou fazer huma capella.» SOUSA, António Caetano de, *Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa, desde a sua origem até o presente, com as famílias illustres, que procedem dos reys, e dos serenissimos Duques de Bragança*, tomo XII parte I. Lisboa: Officina Sylviana e Academia Real, 1747, pp. 318-319. Não foi possível confirmar esta informação com fontes primárias existentes.

¹⁸⁴ Arquivo Nacional Torre do Tombo, Hospital de São José, liv. 60, [Capela de Bernardo Machado], fl. 214. Transcrição integral do documento no Anexo XII.



Fig. 102: Porta de acesso do claustro pequeno para a sacristia (superior esquerda), janela na sacristia (superior direita) e padrão colocado na parede da sacristia, junto à porta de acesso à igreja (em baixo).

porá hua pedra com seu letreiro na parede da ditta capella para que sumariamente conste isto aos vindouros»¹⁸⁵.

Os pedidos foram cumpridos, porque além do inventário de 1823 ter referido a capela, a lápide permaneceu no mosteiro até à actualidade¹⁸⁶. No entanto, o cumprimento da ordem de construir a capela demorou mais de um século. O documento que indica a doação é de 1625, quando o filho do benfeitor necessitou de fazer um ajuste na renda a entregar ao mosteiro, mas a doação foi realizada antes dessa data¹⁸⁷.

Na ala Norte do claustro pequeno foi também construída a sacristia (Fig. 102) – de planta rectangular, com aproximadamente 10 metros de comprimento por 5 metros de largura e 7,50 metros de altura, coroada por uma abóbada de arco de volta perfeita, iluminada por seis janelas e com uma pia de pedra –, que comunicava com a casa da cera – área de apoio da sacristia, com 8,80 metros por 3,50 metros – e com uma cela de um monge, no eremitério¹⁸⁸. Esta teria sido, provavelmente, a cela do monge sacristão. Na ala Sul ficou a Sala do Capítulo, com cerca de 12,50 metros de comprimento por 5,40 metros de largura e 7,50 metros de altura, igualmente encimada por uma abóbada de arco de volta perfeita e iluminada por três janelas, viradas a Sul, e com um altar¹⁸⁹. A ala Oeste foi ocupada com o refeitório dos monges, «huma grande caza [22,50 metros de comprimento por 6,40 metros de largura e 7,50 metros de altura] com pavimento de teijolo, abobeda com muita luz com bancos de madeira, e mezas de pedra»¹⁹⁰. As proporções destas salas conferiam-lhes uma espacialidade impressionante e, certamente, também contribuíram para excelentes condições acústicas. Este era um aspecto importante, porque no refeitório eram realizadas leituras e recitados cânticos durante a refeição.

Na área Noroeste do claustro pequeno estava a Casa de *Profundis* ou de Colóquio, o espaço que interligava todo o complexo religioso, como já se referiu no capítulo anterior. Apesar da estrutura geral do conjunto monástico ter apresentado uma

¹⁸⁵ *Ibidem*, fls. 214v-215.

¹⁸⁶ Apesar disso, o avançado estado de degradação impossibilitou o reconhecimento da maior parte dos caracteres inscritos, inviabilizando uma transcrição.

¹⁸⁷ *Ibidem*, fls. 213v-216.

¹⁸⁸ *Inventário Geral do Mosteiro de Nossa Senhora do Vale de Misericórdia da Cartuxa de Laveiras [...]*, 1823, fls. 11-11v. Um dado interessante sobre esta comunicação entre sacristia e cela é que existem dois vãos nas paredes Oeste e Norte da cabeceira da igreja que parecem pertencem a esse acesso. A confirmar-se esta hipótese, a sacristia teria ligação com a terceira cela da ala Sul do eremitério, cuja doação foi feita em 1732, ou seja, pouco antes de se ter iniciado a construção da igreja. Assim, a ligação entre estes espaços através da cabeceira da igreja pode ter sido premeditada.

¹⁸⁹ *Ibidem*, fl. 12.

¹⁹⁰ *Ibidem*, fl. 13.

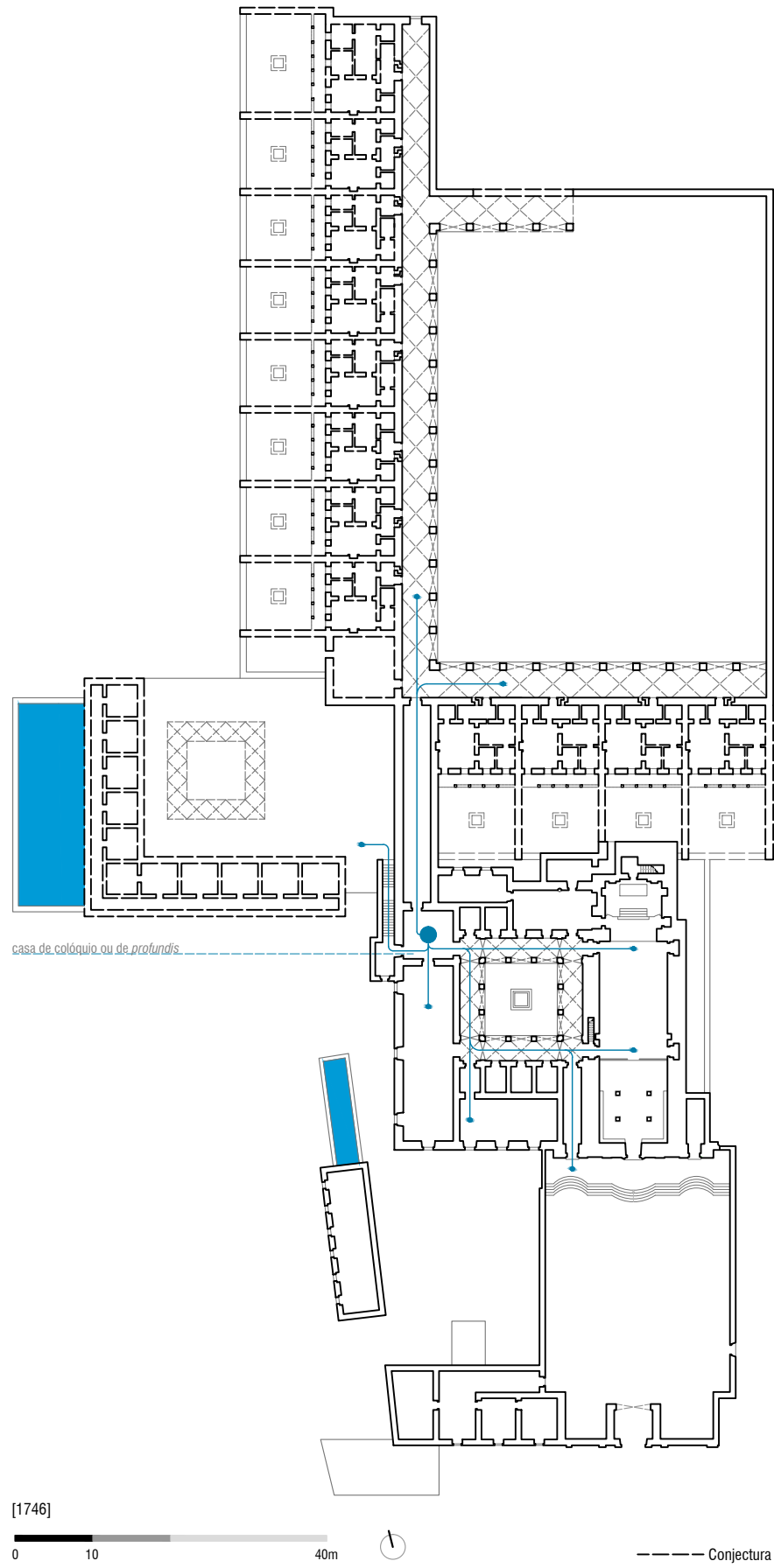


Fig. 103: Planta do mosteiro primitivo e do mosteiro novo, cota 15,5.

configuração irregular e a diferentes cotas – o que impediu a existência de um centro geométrico –, a Casa de *Profundis* desempenhou a função de centro de confluência, uma vez que era o único espaço que comunicava com todos os diferentes núcleos (Fig. 103). Ainda assim, não deve ser encarado como simples local de passagem, porque, além de ponto nevrálgico, era também uma fronteira entre a vida eremítica do claustro grande e a vida comunitária – tanto do mosteiro primitivo, como do claustro das capelas e da igreja.

Dez anos após a conclusão das obras da igreja e respectivo claustro pequeno, ocorreu o terramoto de 1755, que afectou parte do mosteiro. Os trabalhos de reconstrução ficaram a cargo do arquitecto Carlos Mardel¹⁹¹, mas após estas obras não ficaram registadas outras intervenções nos espaços do mosteiro. As estruturas enumeradas no inventário de bens de 1823 parecem ser, de modo geral, as mesmas que, até aqui, foram mencionadas ao longo do processo evolutivo do conjunto monástico. Isto permite supor que, até à extinção do mosteiro, não houve mais construções adicionadas ao complexo e, desta forma, terá sido na segunda metade do séc. XVIII que foi atingida a morfologia arquitectónica final do Mosteiro de Laveiras.

Apesar do mosteiro jamais ter sido terminado, não deixou de ter os elementos basilares de um mosteiro cartusiano: a igreja – com a nave tripartida para monges, irmãos e visitantes –, o *claustrum minus* – da vida comunitária –, e o *claustrum maius* – com as suas respectivas celas, semelhantes a pequenas habitações com alguns compartimentos e jardim. Estes elementos permitiram que, tal como em todos os mosteiros cartuxos, se repetissem os mesmos ritos, tão identificativos desta ordem religiosa.

¹⁹¹ Não há referências sobre quais foram, efectivamente, os trabalhos realizados por Carlos Mardel, assim como também não foi encontrado nenhum registo com a descrição dos estragos causados pelo terramoto. Fonte: Sistema de Informação para o Património Arquitectónico, Cartuxa de Laveiras / Reformatório de Caxias / Centro Educativo Padre António de Oliveira, número IPA 00003051. Este arquitecto teve um papel muito importante na arquitectura do séc. XVIII, tendo ficado conhecido como o arquitecto dos palácios. As suas obras mais notáveis foram a Mãe de Água das Amoreiras, o Palácio do Marquês de Pombal e o contributo para a reconstrução da Baixa Lisboeta. SUTTON, Denys, *Eighteenth Century Portugal*. Londres: Apollo, 1973, pp. 350-359.

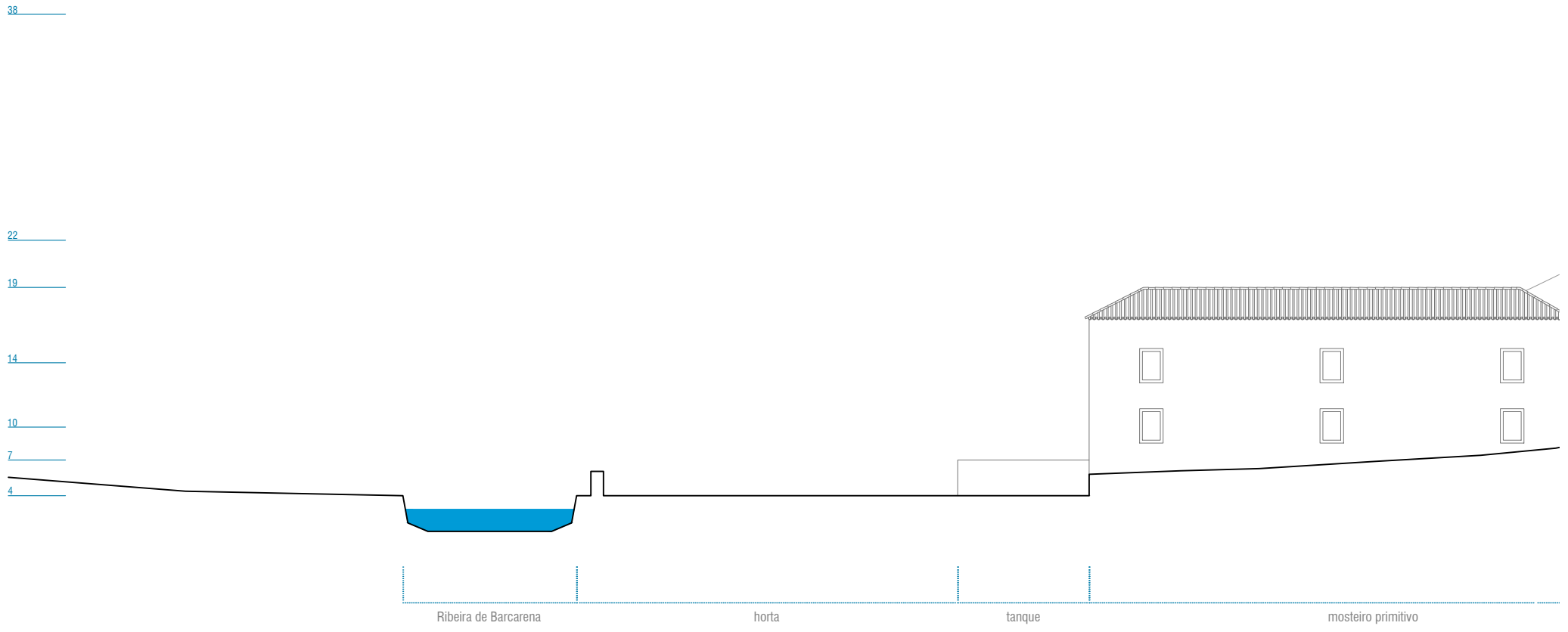


Fig. 104: Alçado principal.

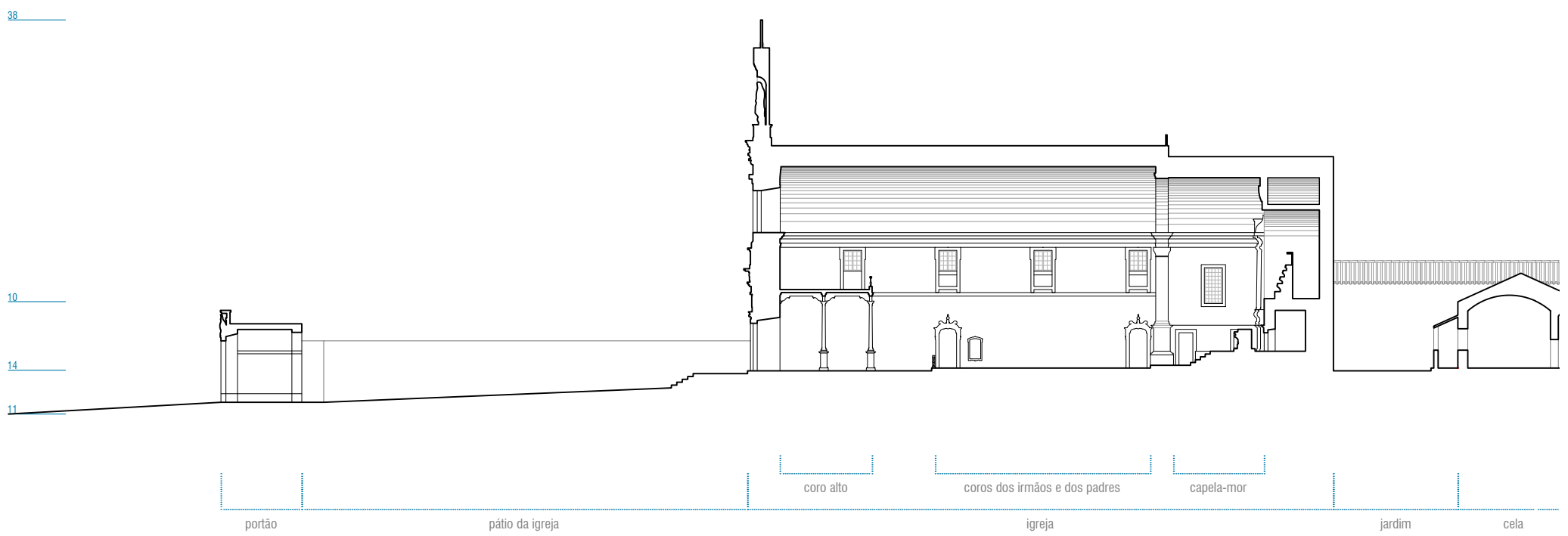
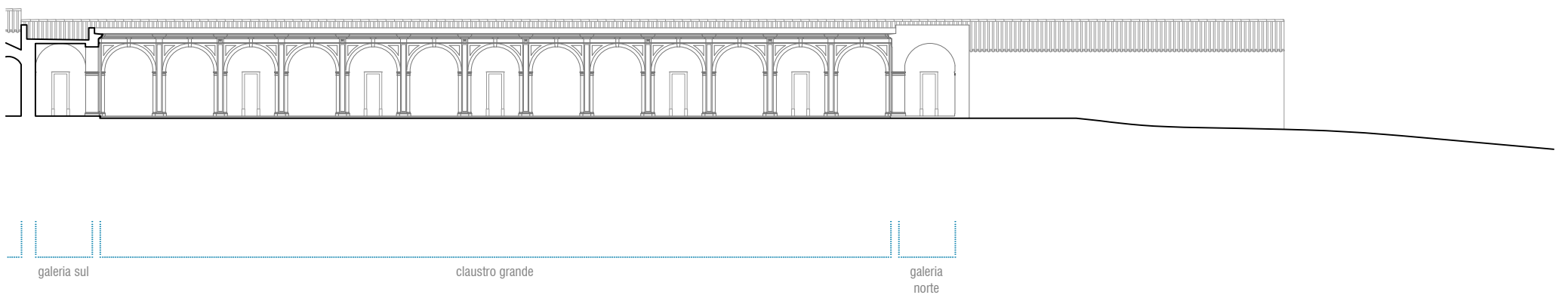
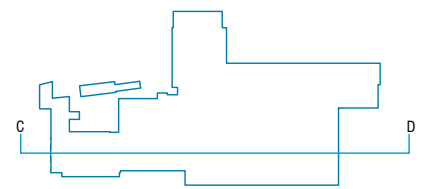
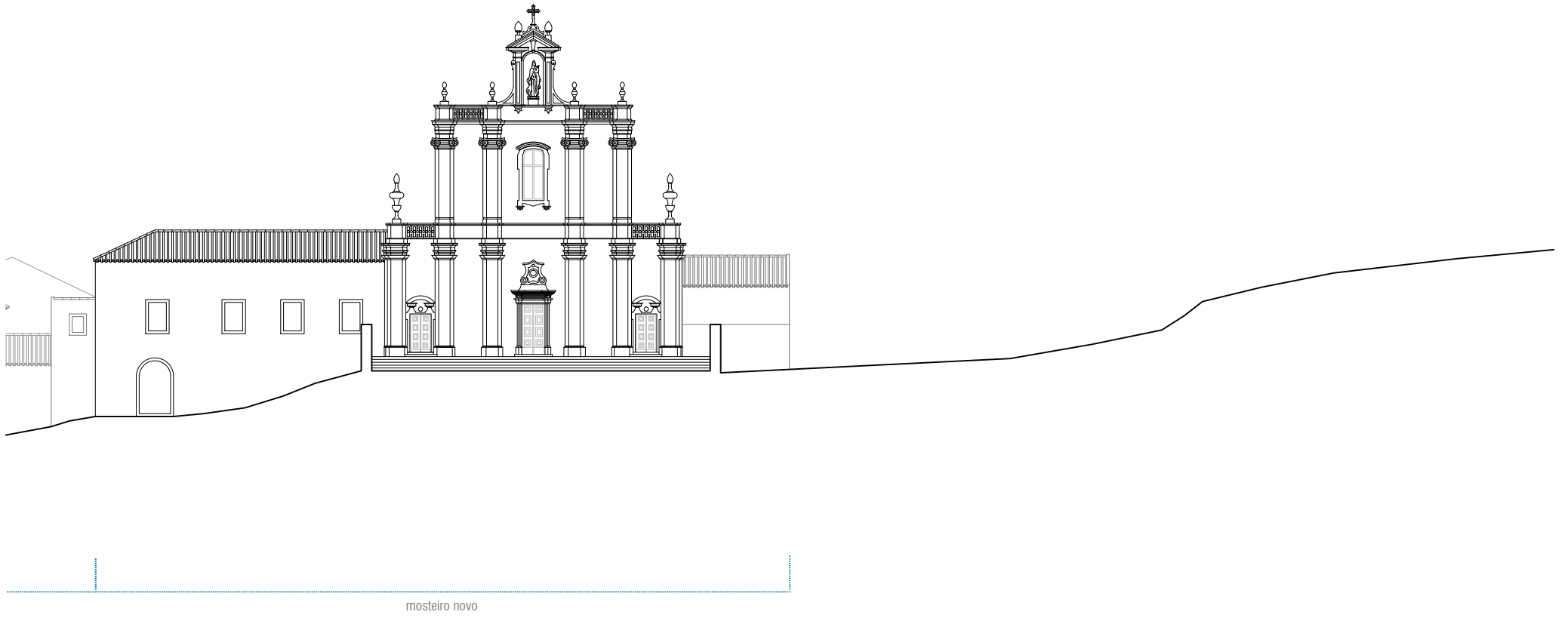


Fig. 105: Corte CD (corte longitudinal).

Mosteiro de Santa Maria *Vallis Misericordiae*



0 5 20m

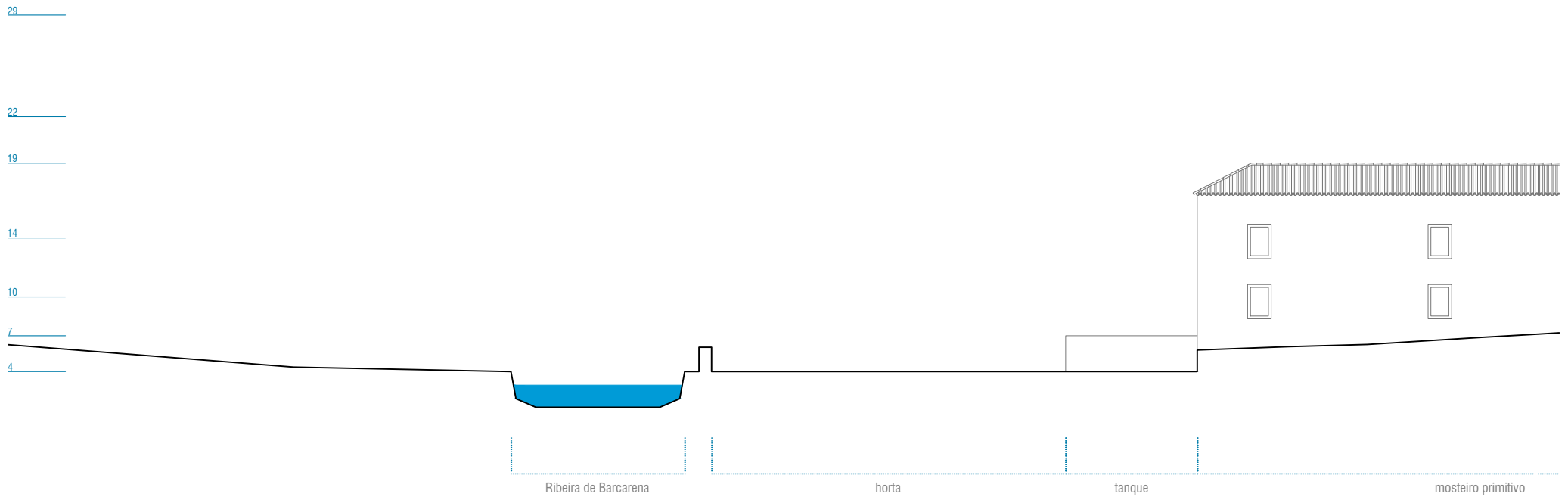


Fig. 106: Corte EF (corte transversal).

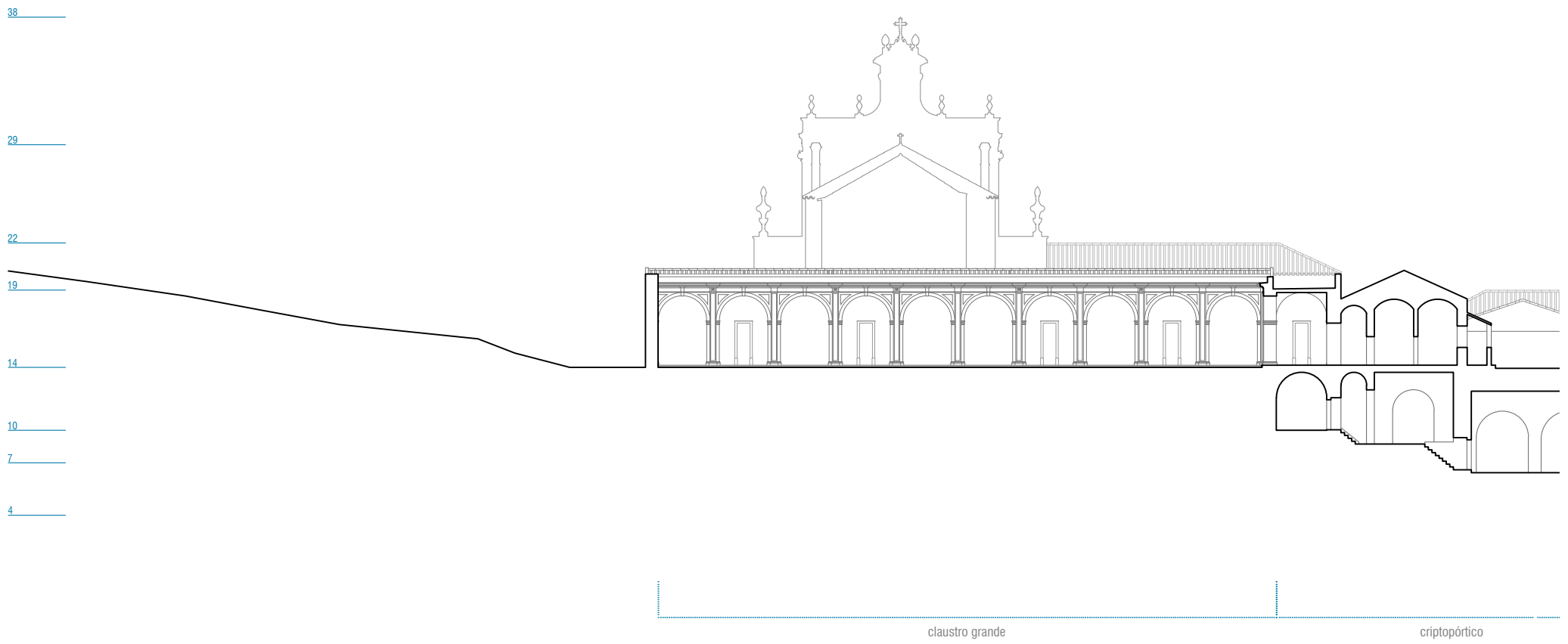
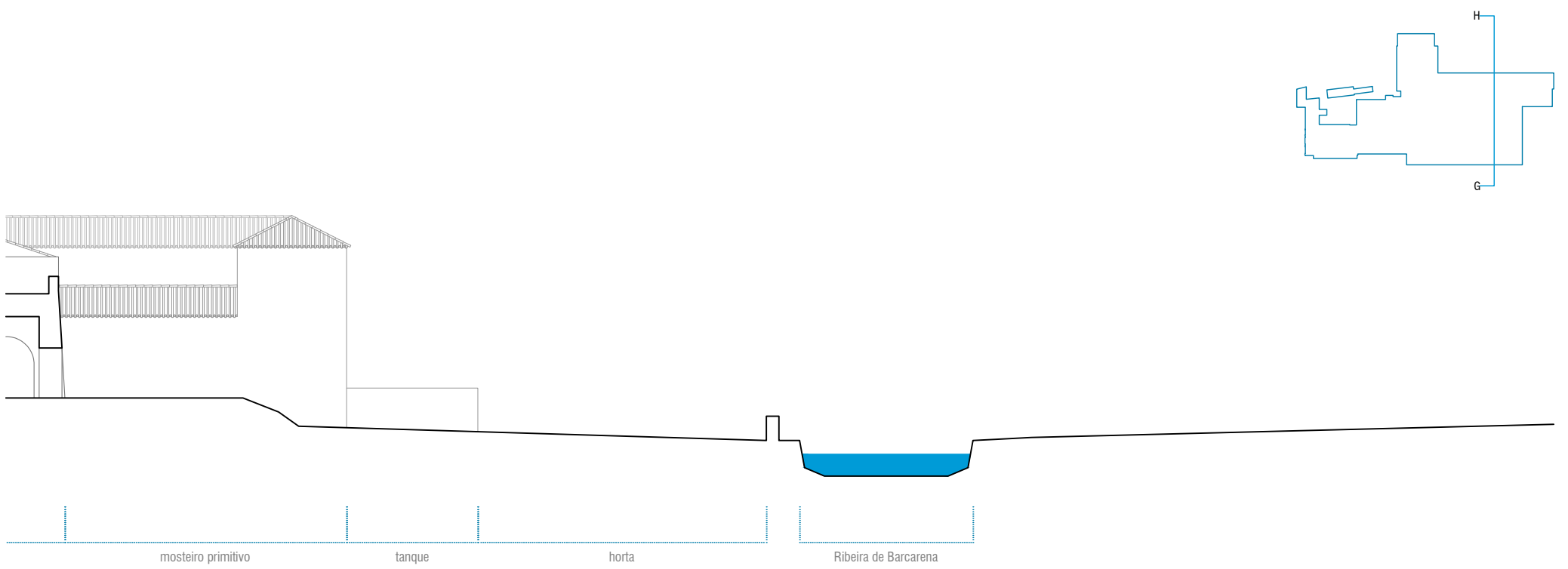
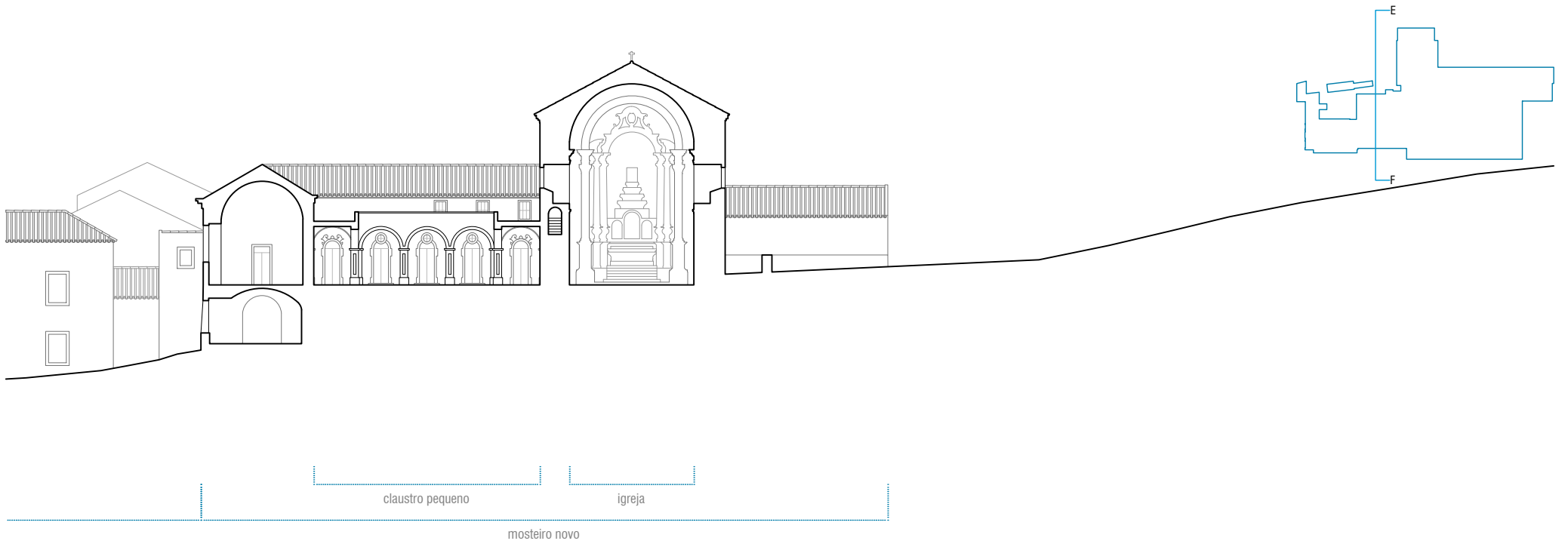


Fig. 107: Corte GH (corte transversal).

Mosteiro de Santa Maria Vallis Misericordiae



0 5 20m

DO APOGEU À EXTINÇÃO [1746] – 1834

Sensivelmente na mesma época em que se construiu a nova igreja, surgiu o segundo elemento que, tal como o Forte de São Bruno, iria marcar a paisagem envolvente do mosteiro: a Real Quinta de Caxias, cuja edificação foi iniciada pelo Infante D. Francisco¹⁹², irmão do rei D. João V (Fig. 108). A propriedade – implantada a Sul da cerca do mosteiro e apenas com uma estrada a separá-los –, foi utilizada como estância de veraneio da família real¹⁹³, mas muito esporadicamente. Ainda assim, criou-se entre ambos uma estreita ligação, patenteada nas inúmeras visitas que D. João V e vários membros da realeza fizeram ao mosteiro. Frei João de São Tomás relatou na sua crónica algumas dessas visitas e a interacção entre os visitantes e os monges. O primeiro relato data de 1733 e diz:

«Vespera do nosso padre São Bruno do anno 1733. Veyo el rey [D. João V], como costuma fazer todos os annos, assistir as vespervas acompanhado do principe seo filho, e de seo irmão o senhor Infante Dom Antonio. No dia seguinte logo pella menham [sic] veyo o senhor Dom Jozeph filho natural del rey Dom Pedro o Segundo, o qual esteve no convento athe tarde fazendonos a honra de jantar aquelle dia com nosco [sic] no refeitorio. Pouco depois de chegado a esta Cartuxa o senhor Don Jozeph, chegou de Cascaes o senhor Infante Dom Carlos, e foi a primeira vez que veyo a Cartuxa, depois de ouvir missa rezada subio ao claustro grande e vio as cellas dos padres prior, e vigario, e da hi passou ver o precepio, onde estando vendoo chegou recado da rainha [D. Maria Ana da Áustria] para que fosse abaixo falarlhe, desceo a igreja acompanhado dos religiosos que lhe assistião onde ja achou a rainha, princeza, e o senhor Infante Dom Pedro, e depois de beijar as maons a may, e saudar a princeza, e o infante tomarão os seos lugares costumados; pouco depois chegou tambem o principe, que todos assistirão a missa conventual, e depois de acabada subirão assima a caza donde se lhe costuma offerecer o pucaro de agua, porem nenhum dos ditos senhores, excepto a princeza que comeo huã, ou duas limas, pegou em couza alguma; dali subirão ao claustro e vendo a cella do prior, e a do vigario, descerão a embarcarse. A rainha veyo por terra, o principe por mar, mas a volta todos forão para Lisboa embarcados; excepto o senhor Infante Dom Carlos por que da

¹⁹² Fonte: Sistema de Informação para o Património Arquitectónico, Paço Real de Caxias, número IPA 00006082.

¹⁹³ A quinta ocupava quase a totalidade do espaço entre o Forte de São Bruno e o mosteiro. A construção do palácio prolongou-se ao longo do séc. XVIII, tendo sido terminada por D. Pedro III, marido da rainha D. Maria I. Apesar disso, a quinta foi utilizada essencialmente como local de lazer e veraneio, relegando para segundo plano o palácio. *Idem*.



Fig. 108: Planta da Real Quinta de Caxias.

Cartuxa voltou outra vez para Cascaes. [...] De tarde veyo tambem o emminentissimo Cardeal da Motta fazer oração a nosso sancto padre.»¹⁹⁴

Um relato de uma visita posterior, ocorrida quatro anos depois, narra o seguinte:

«Em vespera do nosso santo padre do anno de 1737 veyo a raynha nossa senhora [D. Maria Ana da Áustria] acompanhada do principe Dom Jozeph, da princeza, e do senhor infante Dom Pedro a visitar a nossa igreja, a fazer oração a nosso santo patriarcha, quando chegarão se acabava de cantar a Magnificat das Vesperas; sobirão ao claustro, virão o presepio, e o claustro das capellinhas, e se forão embora.

No dia seguinte veyo el rey Dom João Quinto, acompanhado do principe, e do infante Dom Pedro seo filho, e do infante Dom Antonio seo irmão assistir a festa; depois del rey fazer oração na igreja, e os mais principes subirão ao claustrinho das capellas, e ouviu missa rezada de hum clerigo da Patriarchal no Capitulo, desceusesse [sic] para a igreja pello meio dia, cantouse a Terça, e a Missa Conventual, e depois de passado algum tempo entrouse a Sexta, e acabada ella, se foi para o refeitorio, onde Sua Magestade por nos honrar tambem jantou com os sobreditos senhores, e acabada a meza, se veyo dar gracias a igreja, e a cantar a Noa, a qual se acabou pellas tres horas da tarde e a todos estes actos assistiu Sua Magestade com a mais familia real.»¹⁹⁵

Um último relato alude ao respeito que a realeza demonstrava ter pelas regras dos monges cartuxos:

«O nosso augustissimo principe, e serenissimo rey Dom João o Quinto, que Deos guarde, com summa piedade respeitou sempre o nosso mosteiro nunca querendo comer nelle carne; a quem com igual devocão imitou sempre a sua augustissima consorte [D. Maria Ana da Áustria], pois dizendolhe em certa occasião o Duque de Cadaval Dom Nuno Alv[a]res Pereyra que Sua Magestade podia como rainha comer carne dentro do convento, lhe respondeo ella: poes se posso não quero, não nos falta la fora donde a comamos. Isto tem praticado os nossos monarchas, e seos serenissimos filhos [...]»¹⁹⁶

Estes relatos permitem perceber como D. João V teve um papel muito relevante na história da Cartuxa de Laveiras. Além de ter sido um dos impulsionadores da construção da nova igreja, criou também uma relação próxima com a comunidade

¹⁹⁴ SÃO TOMÁS, Frei João de, *op. cit.*, fls. 190-190v.

¹⁹⁵ *Ibidem*, fl. 214v.

¹⁹⁶ *Ibidem*, fl. 165v.



Fig. 109: Porta na Real Quinta de Caxias para acesso à Cartuxa de Laveiras (à esquerda). Tanque da Cartuxa (dentro da quinta), atrás do qual se vê o topo da fachada do mosteiro, com a estátua de Nossa Senhora do Vale da Misericórdia (à direita).

cartuxa, visitando com frequência o mosteiro e cumprindo as suas regras¹⁹⁷. Além disto, D. João V também é apontado como o autor da encomenda da pintura da capela-mor da igreja cartusiana – Nossa Senhora com S. Bruno e os seis companheiros na Cartuxa –, da autoria do pintor régio Francisco Vieira Lusitano, elaborada em 1746.¹⁹⁸

A proximidade entre o mosteiro e a quinta, e os seus respectivos donos, era tal que foi inclusivamente aberta uma porta no topo Norte do muro da quinta, para facilitar o acesso ao mosteiro. Esta contiguidade ficou também marcada num elemento dentro da quinta. Com a construção dos jardins, o encanamento de água da ribeira, que desde o início do séc. XVII abastecia o mosteiro primitivo e o seu enorme tanque, foi prolongado até ao topo Norte da quinta, para abastecer um tanque com uma pequena casa de fresco por baixo. Este tanque foi denominado Tanque da Cartuxa (Fig. 109).

O facto da família real visitar o mosteiro de Laveiras, assim como outros existentes nas povoações próximas (como o Convento de Santa Catarina de Ribamar), e usufruir de momentos de recreio na Real Quinta de Caxias também teve influência no desenvolvimento dos lugares ribeirinhos. Foi necessário proceder a melhoramentos nas vias de comunicação, o que também impulsionou o aumento da passagem de pessoas¹⁹⁹.

¹⁹⁷ A crónica de Frei João de São Tomás foi terminada em 1737, mas o reinado de D. João V durou até 1750. Há relatos de visitas posteriores a 1737: «Na segunda feira, por ser vespera do glorioso S. Bruno [Outubro de 1740], foi Sua Magestade com suas Altezas fazer oração á igreja de seus religiosos a Laveiras. [...] No dia do glorioso S. Bruno, fundador da Cartuxa, foi a rainha por mar ao sitio de Laveiras visitar a igreja de seus religiosos [...]» e «N'um dia, pore, do mez d'outubro de 1741, o rei, príncipe e infantes alongaram um pouco mais seus passos, e foram visitar o convento da Cartuxa de Laveiras.» BRANCO, Manuel Bernardes, *Historia das Ordens Monasticas em Portugal*, vol. I. Lisboa: Livraria Editora de Tavares Cardoso & Irmão, 1888, pp. 141 e 47, respectivamente. Desta forma, presume-se que as visitas podiam ter continuado a ocorrer até ao final do reinado de D. João V.

¹⁹⁸ SILVA, Sara, «Memórias visuais dos conventos do concelho de Oeiras» in *Para a História das Ordens e Congregações Religiosas em Portugal, na Europa e no Mundo*, vol. I. Águeda: Paulinas Editora, 2010, p. 834. Esta pintura é também mencionada no inventário de bens de 1823: «[...] a capella mor que consta de altar com seu retabulo de madeira com hum grande throno dourado, maquineta, sepulcro com hum grande painel com as pinturas dos Sete Fundadores da Ordem, pintado pelo autor Vieira [...]». *Inventário Geral do Mosteiro de Nossa Senhora do Vale de Misericórdia da Cartuxa de Laveiras* [...], 1823, fl. 10. Segundo Luiz Gonzaga Pereira, esta tela de enormes dimensões (6200x2200mm) foi transferida para a Academia de Belas-Artes de Lisboa. PEREIRA, Luiz Gonzaga, *op. cit.*, p. 58.

¹⁹⁹ «[...] o conserto de caminhos fora de Lisboa, de S. José (Algés) a Paço de Arcos e daqui a Oeiras e a Cascais; [...] verifica-se, assim, que grande parte dos arranjos estão relacionados com deslocações do rei ou de membros da família real, para se divertirem, para praticarem as suas devoções ou para se tratarem, como aconteceu com D. João V no final do seu reinado.» CALADO, Margarida, «Lisboa Joanina. De Matos Sequeira a Walter Rossa», in *Olisipo*, II série, n.º 2. Lisboa: Grupo «Amigos de Lisboa», 1996, p. 76.



Fig. 110: Cartuxa de Laveiras vista da Ribeira de Barcarena.

Foi no decorrer da segunda metade do séc. XVIII que surgiram as primeiras referências ao mosteiro, à sua envolvente e aos lugares circundantes, em obras que não estavam relacionadas com a Ordem da Cartuxa ou com religião. Em 1751, o padre Luiz Cardoso descreveu a ribeira do seguinte modo:

«Nasce no sítio da Mata, limites da freguesia de Bellas. Não conserva sempre o mesmo nome, porque o toma dos lugares por onde passa, e assim se chama Ribeira de Barcarena, de Agua-Alva, da Cartuxa, por passar por estes lugares; com este ultimo entra no Tejo já salgado por baixo de Laveiras. He de grande utilidade, porque além de fertilizar as terras por onde lança a sua corrente, tem nella varios engenhos, como são, moinhos de pão, e hum pizão. [...] Toma esta ribeira grande abundancia de agua pelo tempo do inverno, que lhe communicão os montes visinhos, quando já estão muy repassados della: pelo Estio leva agua moderada; mas nunca seca. Cria peixe miudo, de bordallos, e ruivacos, em que se divertem os moradores, pescando-os, já com canas, já com redes, cuja pescaria he livre em toda a sua corrente. [...] Tem duas pontes de pedra [...] [a segunda] de hum só olhal, de cantaria, perto da sua foz, a pouca distancia da Cartuxa.»²⁰⁰

O padre João de Castro relatou que existia um porto do Tejo em Caxias e outro denominado Cartuxa²⁰¹, que se localizaria nas imediações da cerca do mosteiro. Estes dados são elucidativos da importância da Ribeira de Barcarena naquela época: a sua navegabilidade permitia que fosse um destacado eixo de comunicação e de transporte; era fonte de alimento para as povoações limítrofes; e abastecia e fertilizava os terrenos planos das margens. Por tudo isto, é perceptível a marca indelével e caracterizadora que incutiu na paisagem, em especial no vale de Laveiras.

Apenas com os inquéritos de 1758 – *Memórias Paroquiais* – foi possível avaliar a dimensão dos aglomerados populacionais em redor do mosteiro, nos quais ficou referido que Caxias tinha «vinte e tres [vizinhos], Laveiras setenta e hum [vizinhos]»²⁰², logo um século e meio antes – quando os monges foram fundar o mosteiro – seriam lugares ainda mais desabitados.

Embora o séc. XVIII possa ser considerado o apogeu do Mosteiro de *Vallis Misericordiæ*, o mesmo não se aplica à ordem a que pertenceu. A Ordem Cartusiana foi sempre prosperando desde a sua fundação, no séc. XI, sendo que no final do séc.

²⁰⁰ CARDOSO, Luiz, *Diccionario Geografico, ou Noticia Historica de todas as Cidades, Villas, Lugares, e Aldeas, Rios, Ribeiras, e Serras dos Reynos de Portugal, e Algarve, com todas as cousas raras, que nelle[s] se encontrão, assim antigas, como modernas*, tomo II. Lisboa: Officina Sylviana, 1751, p. 39.

²⁰¹ CASTRO, João Bautista de, *op. cit.*, p. 33.

²⁰² Arquivo Nacional Torre do Tombo, *Memórias Paroquiais de 1758*, Dicionário Geográfico de Portugal, tomo 26 01, Oeiras, Lisboa, fl. 75. Por comparação com outros valores indicados neste inquérito, os vizinhos de Caxias poderiam converter-se em 70 habitantes, e os de Laveiras, em 215.

ECLAIRCISSEMENTS

SUR CETTE CARTE ET SUR LES TABLES SUIVANTES

Les progrès considérables de la Géographie depuis un siècle ont mis en état de donner à cette carte une exactitude qu'elle n'eût pu avoir dans d'autres tems. On a trouvé dans les positions d'un grand nombre de villes fixées par les observations de M^{rs} de l'Académie des sciences de Paris et d'autres savants astronomes, et dans les cartes particulières de toute la France levées géométriquement par ordre du Roi sous la direction de M^{rs} Cassini des déterminations en grand nombre et d'une certitude entière: et elles forment la base de cette carte. On peut mettre ensuite plusieurs notions qui ont été données par des personnes éclairées de l'Ordre.

2^o On s'est aussi servi avec discernement des cartes des meilleurs géographes, et on a consulté les bons auteurs qui ont écrit sur cette matière.

3^o Pour la situation des maisons qui ne subsistent plus, on a trouvé des secours particuliers dans les notices et les annales manuscrites de l'Ordre conservées dans la maison de Chartreuse; ainsi que pour les noms des fondateurs et pour fixer l'époque des fondations de toutes les maisons que l'on a mis dans les tables.

4^o La colonne des longitudes et des latitudes que l'on y voit donne un moyen aisé de trouver promptement les maisons dans la carte en y cherchant les degrés qui leur conviennent et les minutes.

5^o Il faut faire attention que les lignes qui expriment la distance de Chartreuse aux autres maisons sont de 2855 toises, ou d'une heure de chemin; et que, comme ces mesures ont été prises en droites lignes, il est rare qu'elles puissent s'accorder avec les mesures itinéraires communes à cause des détours, des montées et des descentes qui les allongent, et qui en rendent la détermination vraie, comme impossible.

Si l'on veut approcher de la détermination pour des lieux ou l'on n'a pas de mesure itinéraire, on peut se servir de la mesure itinéraire.

Longitudes depuis le Meridien de Paris Occidentales 44 23 22 21 20 19 18 17 16 15 14 13 12 11 10 9 8 7 6 5 4 3 2 1 0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40 41 42 43 44 45 46 47 48 49 50 51 52 53 54 55 56 57 58 59 60

CARTE
GEOGRAPHIQUE
DES MAISONS DE L'ORDRE
DES CHARTREUX
DEPUIS SA FONDATION JUSQUES
A L'ANNEE
1785.

que la Gravure de cette Carte a été achevée

Explication des Signes.

Chartreuse existante —•—•—

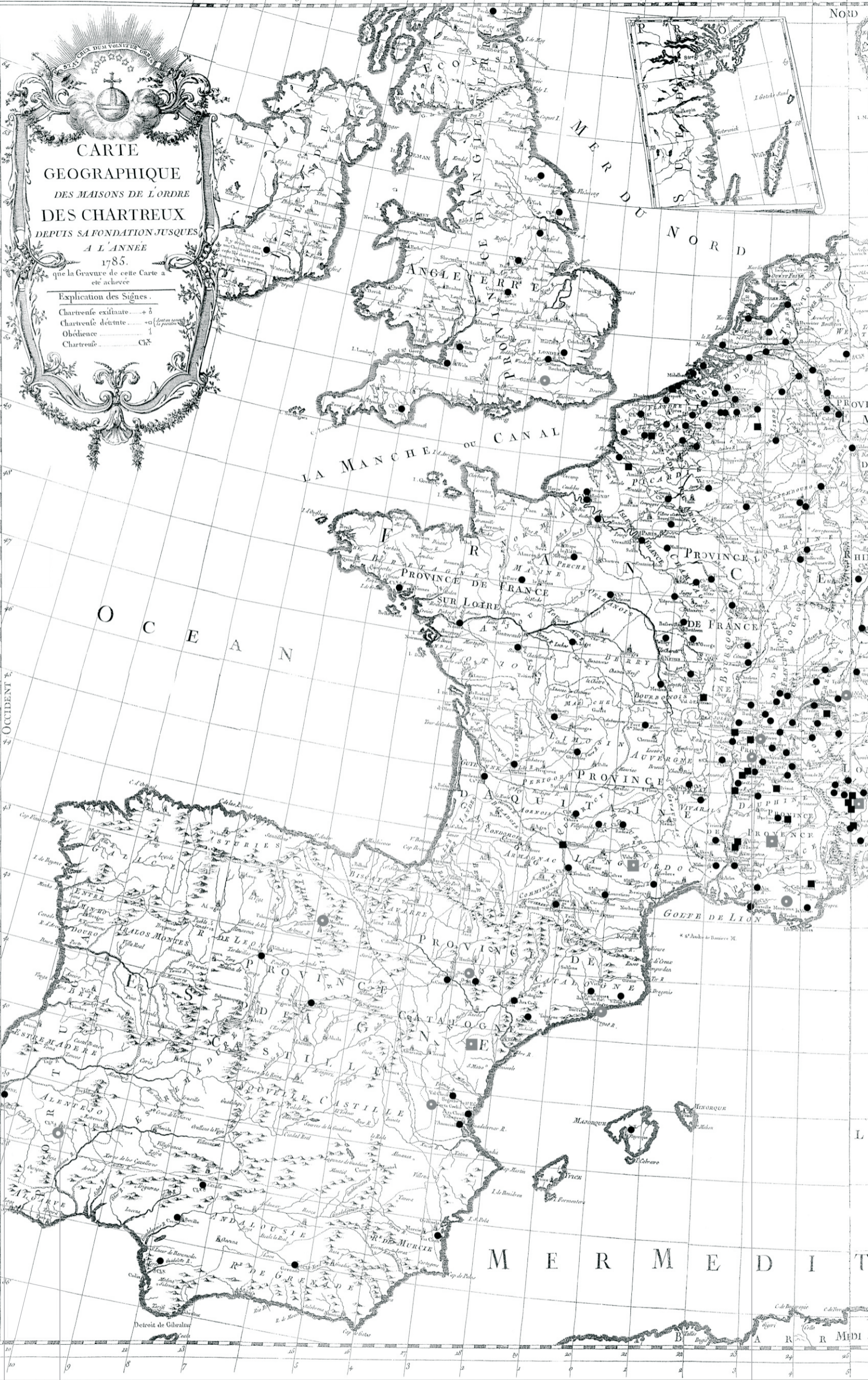
Chartreuse détruite —•—•—

Obélisque —•—•—

Chartreuse —•—•—

TABLE DES CHARTREUSES EXISTANTES
où se trouvent leurs

Noms	Année de leur fondation	Fondateurs	Diocèse	Provinces	Longitudes	Latitudes	Distances en toises
Albienville	1100	Guillaume de Savoie	Albi	France	23° 50'	43° 30'	2855
Aillon	1095	Blanchard III	Geneve	France	6° 30'	46° 15'	2855
Aix	1085	Sancho de Portugal	Aix	France	5° 30'	46° 15'	2855
Amiens	1120	Sancho de Portugal	Amiens	France	2° 30'	49° 45'	2855
Angers	1100	Georges de Normandie	Angers	France	0° 30'	47° 45'	2855
Arles	1100	Blanchard III	Arles	France	5° 30'	43° 45'	2855
Arvergne	1100	Blanchard III	Arvergne	France	10° 30'	43° 45'	2855
Astis	1100	Blanchard III	Astis	France	15° 30'	43° 45'	2855
Aula Dei	1100	Blanchard III	Aula Dei	France	20° 30'	43° 45'	2855
Auvergne	1100	Blanchard III	Auvergne	France	25° 30'	43° 45'	2855
Badoville	1100	Blanchard III	Badoville	France	30° 30'	43° 45'	2855
Beaune	1100	Blanchard III	Beaune	France	35° 30'	43° 45'	2855
Bellari	1100	Blanchard III	Bellari	France	40° 30'	43° 45'	2855
Bereze	1100	Blanchard III	Bereze	France	45° 30'	43° 45'	2855
Berthelemy	1100	Blanchard III	Berthelemy	France	50° 30'	43° 45'	2855
Bonnes	1100	Blanchard III	Bonnes	France	55° 30'	43° 45'	2855
Bonpas	1100	Blanchard III	Bonpas	France	60° 30'	43° 45'	2855
Bordeaux	1100	Blanchard III	Bordeaux	France	65° 30'	43° 45'	2855
Boulogne	1100	Blanchard III	Boulogne	France	70° 30'	43° 45'	2855
Bourg Fontaine	1100	Blanchard III	Bourg Fontaine	France	75° 30'	43° 45'	2855
Buzie	1100	Blanchard III	Buzie	France	80° 30'	43° 45'	2855
Calais	1100	Blanchard III	Calais	France	85° 30'	43° 45'	2855
Canter	1100	Blanchard III	Canter	France	90° 30'	43° 45'	2855
Capti	1100	Blanchard III	Capti	France	95° 30'	43° 45'	2855
Cassoles	1100	Blanchard III	Cassoles	France	100° 30'	43° 45'	2855
Castres	1100	Blanchard III	Castres	France	105° 30'	43° 45'	2855
Chailly	1100	Blanchard III	Chailly	France	110° 30'	43° 45'	2855
Chalon	1100	Blanchard III	Chalon	France	115° 30'	43° 45'	2855
Chartreuse	1100	Blanchard III	Chartreuse	France	120° 30'	43° 45'	2855
Clermont	1100	Blanchard III	Clermont	France	125° 30'	43° 45'	2855
Colbert	1100	Blanchard III	Colbert	France	130° 30'	43° 45'	2855
Coligny	1100	Blanchard III	Coligny	France	135° 30'	43° 45'	2855
la Croix	1100	Blanchard III	la Croix	France	140° 30'	43° 45'	2855
Covis	1100	Blanchard III	Covis	France	145° 30'	43° 45'	2855
Curriere	1100	Blanchard III	Curriere	France	150° 30'	43° 45'	2855
Dartois	1100	Blanchard III	Dartois	France	155° 30'	43° 45'	2855
Dijon	1100	Blanchard III	Dijon	France	160° 30'	43° 45'	2855
Digne	1100	Blanchard III	Digne	France	165° 30'	43° 45'	2855
Douai	1100	Blanchard III	Douai	France	170° 30'	43° 45'	2855
Duhamel	1100	Blanchard III	Duhamel	France	175° 30'	43° 45'	2855
Durbon	1100	Blanchard III	Durbon	France	180° 30'	43° 45'	2855
Ebrac	1100	Blanchard III	Ebrac	France	185° 30'	43° 45'	2855
Erford	1100	Blanchard III	Erford	France	190° 30'	43° 45'	2855
Ferrare	1100	Blanchard III	Ferrare	France	195° 30'	43° 45'	2855
Florence	1100	Blanchard III	Florence	France	200° 30'	43° 45'	2855
de Fontaine	1100	Blanchard III	de Fontaine	France	205° 30'	43° 45'	2855
Galles	1100	Blanchard III	Galles	France	210° 30'	43° 45'	2855
Genes	1100	Blanchard III	Genes	France	215° 30'	43° 45'	2855
Ginla	1100	Blanchard III	Ginla	France	220° 30'	43° 45'	2855
Glandieu	1100	Blanchard III	Glandieu	France	225° 30'	43° 45'	2855
Gonnes	1100	Blanchard III	Gonnes	France	230° 30'	43° 45'	2855
Grecaie	1100	Blanchard III	Grecaie	France	235° 30'	43° 45'	2855
Grux	1100	Blanchard III	Grux	France	240° 30'	43° 45'	2855
Hilary	1100	Blanchard III	Hilary	France	245° 30'	43° 45'	2855
Hilary	1100	Blanchard III	Hilary	France	250° 30'	43° 45'	2855
Hilary	1100	Blanchard III	Hilary	France	255° 30'	43° 45'	2855
Hilary	1100	Blanchard III	Hilary	France	260° 30'	43° 45'	2855
Hilary	1100	Blanchard III	Hilary	France	265° 30'	43° 45'	2855
Hilary	1100	Blanchard III	Hilary	France	270° 30'	43° 45'	2855
Hilary	1100	Blanchard III	Hilary	France	275° 30'	43° 45'	2855
Hilary	1100	Blanchard III	Hilary	France	280° 30'	43° 45'	2855
Hilary	1100	Blanchard III	Hilary	France	285° 30'	43° 45'	2855
Hilary	1100	Blanchard III	Hilary	France	290° 30'	43° 45'	2855
Hilary	1100	Blanchard III	Hilary	France	295° 30'	43° 45'	2855
Hilary	1100	Blanchard III	Hilary	France	300° 30'	43° 45'	2855



Cartuxa de Laveiras Cartuxa de Évora Grande Cartuxa

Fig. 111: Carta Geográfica das Casas da Ordem dos Cartuxos desde a sua fundação até ao ano de 1785, realizada por Frei Hilário Bonière.

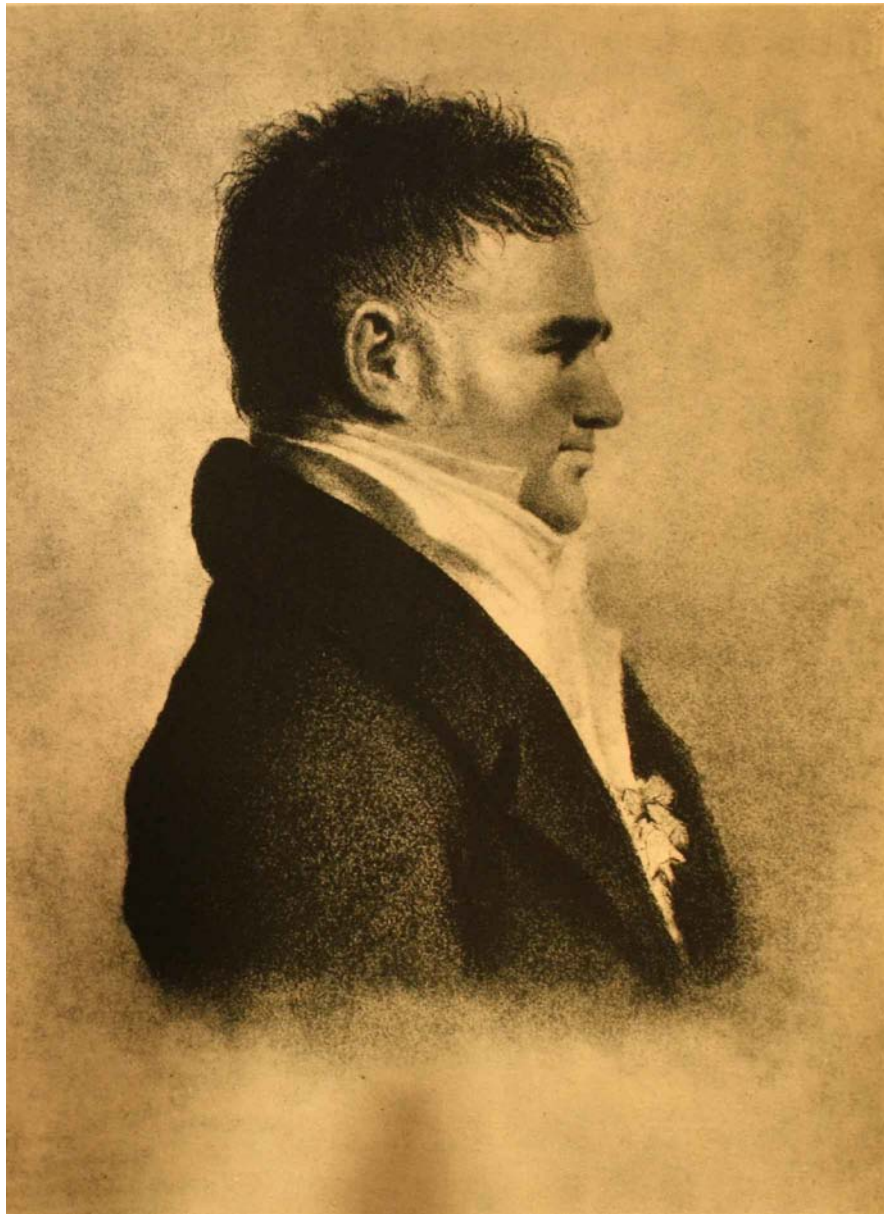


Fig. 112: Auto-retrato de Domingos António de Sequeira.

XVII já tinham sido instituídos duzentos e sessenta e seis mosteiros²⁰³. No entanto, no séc. XVIII não houve nenhuma nova fundação. Antes pelo contrário, dezenas de mosteiros foram extintos por toda a Europa, no final desse século, devido a guerras e revoluções (por exemplo, em França ocorreu a revolução republicana em 1789 e no ano seguinte a Assembleia Nacional decretou a extinção dos mosteiros). Apesar disso, foi pouco antes da Revolução Francesa que se elaborou um importante documento: a *Carta Geográfica das Casas da Ordem dos Cartuxos desde a sua fundação até ao ano de 1785* (Fig. 111). Este mapa foi realizado por um monge professo da Grande Cartuxa – Frei Hiláron Bonière – que o ofereceu ao prior geral da ordem e priores assistentes no capítulo geral desse ano²⁰⁴. Tal como o nome indica, trata-se de um mapa da Europa com a marcação de todos os mosteiros fundados até 1785 e inclui tabelas com informações sobre cada casa, organizadas da seguinte forma: o nome do mosteiro, o ano de fundação, os fundadores, a diocese onde se encontrava, a província cartusiana a que pertencia, as coordenadas geográficas, a distância à casa-mãe e a data de extinção (no caso dos mosteiros já extintos naquela data). É, por isso, um documento relevante, não só pela informação que contém, mas também porque permite analisar graficamente a propagação da ordem pela Europa. Nota-se uma clara concentração de mosteiros numa zona que abrange a Bélgica, a Holanda e o Nordeste de França e outra concentração, mais a Sul, que abrange a parte Oeste da Suíça, o Sudeste de França e o Noroeste de Itália. Por oposição a estas concentrações mais centrais na Europa, estão os extremos do continente, com poucas fundações. A casa mais oriental foi a Cartuxa de Bereze (na Polónia), fundada em 1650, e também aqui a Cartuxa de Laveiras merece destaque, pois foi o mosteiro mais ocidental da ordem na Europa. Assim se constata como esta Cartuxa portuguesa estava bastante isolada e afastada da Grande Cartuxa (em Grenoble, no Sudeste de França), o que criou constrangimentos comunicacionais com implicação na gestão do mosteiro.

O tempo áureo do mosteiro de *Vallis Misericordiae* contou com mais um contributo. Na viragem do séc. XVIII para o séc. XIX, o importante pintor português Domingos António de Sequeira (n. 1768-m. 1837) (Fig. 112) esteve no mosteiro como noviço, após ter regressado de Itália. Durante a sua brevíssima estadia, que decorreu

²⁰³ Isto não significa que nesse século ainda existissem todos os mosteiros. Houve Cartuxas extintas muito antes da elaboração do mapa, como a de Amesterdão (fundada em 1362 e destruída pelos Protestantes em 1585) e a de Londres (fundada em 1370 e suprimida pelo rei Henrique VIII em 1539). Houve também Cartuxas com brevíssimos períodos de funcionamento, como a de Saint-Sulpice (em França, fundada em 1116 e convertida em abadia da Ordem de Cister em 1133). LEFEBVRE, F.-A., *op. cit.*, pp. 308, 310 e 220-221, respectivamente.

²⁰⁴ Esta informação está inscrita no mapa. Uma réplica do mapa, existente na Cartuxa de Farneta (Itália), foi cedida a Juan Mayo Escudero, que o digitalizou e actualizou com os mosteiros fundados até 2001.



Fig. 113: Estudo da figura de São Bruno (em cima) para a pintura São Bruno em oração (em baixo), de Domingos António de Sequeira.

entre a segunda metade de 1800 e os primeiros meses de 1802²⁰⁵, pintou cinco quadros com temas cartusianos: São Bruno em oração (Fig. 113), Conversão de São Bruno, São Bruno em oração no deserto da Cartuxa (Fig. 114), Comunhão de Santo Onofre e São Paulo Eremita e Santo Antão. Segundo o inventário de bens de 1823, estes quadros estavam na Casa de *Profundis*, juntamente com outras telas²⁰⁶.

Decorridos pouco mais de três quartos de século após a época áurea do mosteiro, o seu destino começou a mudar. Os ventos de revolução e extinção de ordens religiosas que já imperavam pela Europa desde o final do séc. XVIII chegaram a Portugal no século seguinte. Em 1823, houve uma primeira lei de extinção do mosteiro, na tentativa de reduzir a Ordem da Cartuxa a apenas uma casa (o mosteiro de Évora), mas não foi concretizada. Onze anos depois, a Lei de Supressão das Ordens Religiosas²⁰⁷ obrigou efectivamente à sua extinção. Os monges decidiram fugir de Laveiras a 24 de Julho de 1833, cerca de um ano antes da lei final de extinção ter sido decretada. Os acontecimentos da fuga foram narrados por Frei Francisco da Assunção Ferreira de Matos, um monge de *Vallis Misericordiæ* que conseguiu ir para Itália, onde foi prior do Mosteiro de Galluzzo, perto de Florença. O manuscrito foi encontrado no Mosteiro de Calábria²⁰⁸. Baseando-se no manuscrito deste monge, Pinharanda Gomes justifica a fuga dos monges do seguinte modo:

²⁰⁵ O período de permanência na Cartuxa de Laveiras foi impreciso. Alguma bibliografia dos sécs. XIX e XX indica as datas 1798-1802 (como por exemplo BEAUMONT, Maria Alice, *Sequeira 1768-1837 – Um Português na Mudança dos Tempos*, [S. L.] Museu Nacional de Arte Antiga, 1996, pp. 171-172). Foi inclusivamente colocada uma lápide na ala Este do claustro pequeno – alusiva à passagem do pintor pelo mosteiro –, que indica uma estadia entre o início de 1796 e meados de 1802. Recentemente, Alexandra Markl clarificou esta informação na sua tese de doutoramento sobre o pintor. Tendo em conta informações contidas em correspondência escrita pelo pintor, a autora definiu que o período passado no mosteiro decorreu entre a segunda metade de 1800 e os primeiros meses de 1802, o que representa um período muito mais curto do que até então se considerava. MARKL, Alexandra, *A obra gráfica de Domingos António de Sequeira no contexto da produção europeia do seu tempo*. Lisboa, Universidade de Lisboa, 2013, tese de doutoramento, p. 125.

²⁰⁶ *Inventário Geral do Mosteiro de Nossa Senhora do Vale de Misericórdia da Cartuxa de Laveiras* [...], 1823, fls. 12v-13. Os quadros foram transferidos para a Academia de Belas Artes de Lisboa e, posteriormente, foram divididos por outros museus, entre eles o Museu de Évora, para onde foi a pintura São Paulo Eremita e Santo Antão (BEAUMONT, Maria Alice, *op. cit.*, pp. 176-177).

²⁰⁷ A supressão das Ordens Religiosas, no séc. XIX, começou com uma lei que proibiu a admissão de noviços e, em certos casos, reduziu cada ordem para apenas um mosteiro (lei de 24 de Outubro de 1823). A lei final de extinção, datada de 28 de Maio de 1834, suprimiu por completo todos os conventos, mosteiros, colégios e hospícios, tendo sido os seus bens secularizados. SOTTOMAYOR, Miguel, *História da Extinção das Ordens Religiosas em Portugal*. Braga: Typographia Lusitana, 1889, p. 227.

²⁰⁸ GOMES, J. Pinharanda, *op. cit.*, pp. 170-171.



Fig. 114: Conversão de São Bruno (à esquerda) e São Bruno em oração no deserto da Cartuxa (à direita), de Domingos António de Sequeira.

«[...] tornava-se necessário sair da Cartuxa para se evitar qualquer ligação ao cisma instalado no país [Guerras Liberais], pois em breve seriam obrigados a eleger novos superiores, que fossem aceites pela Coroa, facto que de todo em todo não estava dentro da coerência cartusiana [...]. Uma vez que lhes traria dificuldades inimagináveis, face a um dilema, ou respeitar o voto de clausura, ou fugir da infidelidade, era de escolher o mal menor.»²⁰⁹

A lei da extinção data de 1834, mas a nacionalização dos bens do mosteiro começou no segundo semestre de 1833. A fuga dos monges em Julho de 1833 foi rapidamente notada, tal como mostra a *Chronica Constitucional de Lisboa*, de 7 de Agosto de 1833:

«Havendo fugido os monges de S. Bruno para os rebeldes, e abandonado escandalosamente o Mosteiro de Laveiras: manda o Duque de Bragança, Regente em nome da Rainha, que o juiz de fóra da Villa de Oeiras faça conduzir com vigia ao Mosteiro de S. Vicente de Fóra dos Conegos Regulares de Santo Agostinho os dous conversos, que ainda se achão no dito Mosteiro de Laveiras, aonde o referido juiz de fóra tomará immediatamente conta por inventario, e com as solemnidades necessarias, de toda a mobilia, preciosidades, utensilios, e propriedades, entregando a igreja ao respectivo parcho para guardar o Santissimo Sacramento até nova ordem. E de o haver assim cumprido dará o sobredito juiz parte por este ministerio.»²¹⁰

Segundo estes dados, o mosteiro não foi completamente abandonado, uma vez que permaneceram lá dois conversos. Apesar disso, iniciou-se prontamente o inventário de bens. Em Novembro desse ano, foi primeiramente realizado um leilão de laranjas e limões pertencentes à Cartuxa de Laveiras, com o intuito de contribuir para a Junta do Exame do Estado e Melhoramento Temporal das Ordens Regulares, que estava encarregada da reforma geral eclesiástica levada a cabo após a extinção das ordens religiosas.²¹¹ Ainda no mesmo mês, foram realizados mais dois leilões: um para o arrendamento da cerca do mosteiro, que tinha «pomar de espinho, e caroço, com muita agua de pé e nativa, vinha, olival, terras de pão, e officinas»²¹², por período de um ano a decorrer em 1834; e outro, efectuado no próprio mosteiro, para vender «louça de adèga, uma porção de vinho, trigo, cevada, favas, palha, lenha, e alguns trastes de estanho, cobre, e arame»²¹³.

²⁰⁹ *Idem*.

²¹⁰ *Chronica Constitucional de Lisboa*, número 12. Lisboa: Typographia de Fillipe Nery, 1833, p. 51.

²¹¹ *Ibidem*, número 95, p. 534.

²¹² *Ibidem*, número 96, p. 538.

²¹³ *Ibidem*, número 98, p. 548.



Fig. 115: Igreja da Cartuxa de Laveiras durante o funcionamento da Casa de Detenção e Correção (à esquerda), claustro grande com arcos envidraçados (superior direita) e galeria Sul transformada em sala de aula (inferior direita).

Apesar de não se enquadrar no âmbito deste trabalho – que se foca no período de funcionamento do mosteiro –, importa descrever sucintamente o que aconteceu posteriormente a 1834.

Em 1835, Lourenço José dos Reis comprou o mosteiro e respectiva cerca e, em 1847, a posse da propriedade passou para a sua filha D. Joana Maria da Conceição dos Reis. A fraca exploração agrícola e o aumento da degradação levou ao incumprimento dos pagamentos à Fazenda Pública e, por isso, esta tomou novamente posse da propriedade²¹⁴.

Durante a segunda metade do séc. XIX, a Cartuxa de Laveiras, a Real Quinta de Caxias e o Forte de São Bruno foram ocupados pelos militares do destacamento de Engenharia Militar do Campo Entrincheirado de Lisboa, o que levou à descaracterização dos espaços (por exemplo, a igreja serviu de armazém)²¹⁵. Ignácio Vilhena Barbosa, em 1862, descreveu que algumas partes do mosteiro já tinham sido demolidas e que a igreja estava despojada de qualquer tipo de objecto²¹⁶. No ano seguinte, referiu a envolvente do mosteiro, que «por detraz da quinta de Caxias, parecendo sair d'entre os seus arvoredos, avulta a egreja do extinto convento de religiosos cartuxos, da ordem de São Bruno»²¹⁷. Esta pequena passagem elucida a forma como o mosteiro cartuxo, embora perto de pequenas povoações, se protegeu e recolheu da vida mundana, refugiando-se na vegetação.

A degradação do conjunto monástico foi aumentando durante o final do séc. XIX, embora haja indicação de que as celas foram ocupadas por famílias pobres²¹⁸. O mosteiro voltou a ter utilização quando foi escolhido para albergar a Casa de Detenção e Correção, que foi transferida para lá a 31 de Maio de 1903 (Fig. 115). Apesar de nesta data já terem sido iniciados os trabalhos de adaptação, as condições de habitabilidade eram ainda deploráveis. O primeiro projecto de adaptação foi elaborado

²¹⁴ Fonte: Sistema de Informação para o Património Arquitectónico, Cartuxa de Laveiras / Reformatório de Caxias / Centro Educativo Padre António de Oliveira, número IPA 00003051.

²¹⁵ *Idem*.

²¹⁶ BARBOSA, Ignácio Vilhena, *op. cit.*, p. 410.

²¹⁷ BARBOSA, Ignácio Vilhena, «Fragmentos de um Roteiro de Lisboa (Inedito) – Arrabalde de Lisboa», in *Archivo Pittoresco – Semanario Ilustrado*, vol. VI. Lisboa: Typographia de Castro Irmão, 1863, p. 379.

²¹⁸ FERNANDES, José Maria de Almeida, *op. cit.*, pp. 30 e 135.

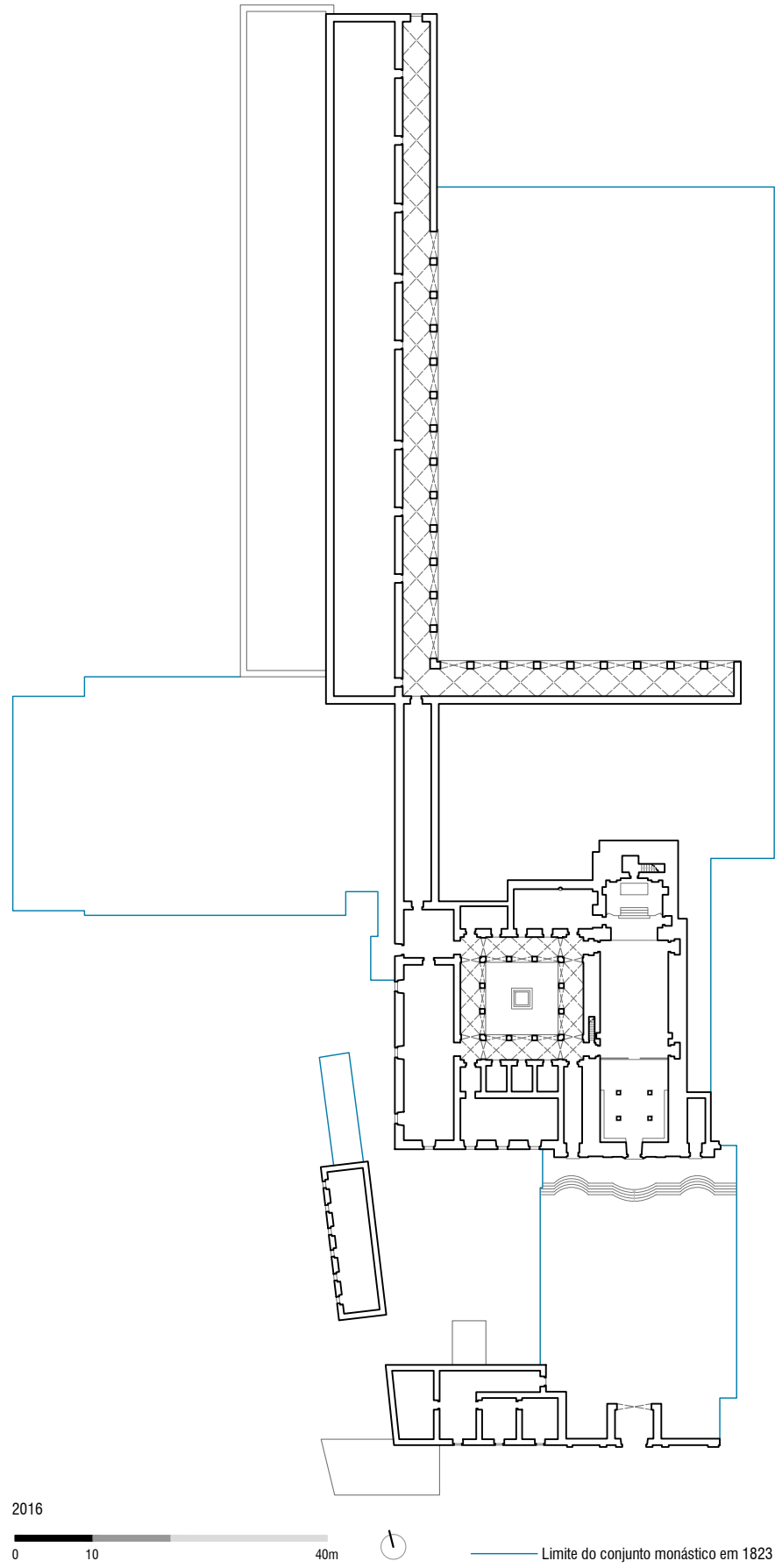


Fig. 116: Planta das estruturas restantes do mosteiro, cota 15,5.

por Rosendo Carvalheira²¹⁹, em 1901, mas foi abandonado devido aos elevados custos de investimento. Este projecto teria sido um contributo muito importante para melhor desvendar a estrutura existente do mosteiro na época, uma vez que, para proceder à sua realização, foi necessário fazer um levantamento das pré-existências²²⁰. Sabe-se que durante as primeiras obras foram demolidas as celas da ala Oeste e o que restava do mosteiro primitivo. O claustro pequeno foi adaptado para serviços administrativos, salão de festas e cozinha, Os jardins das celas foram transformados em terraços de recreio e as galerias do claustro grande foram transformadas em salas de aula²²¹. Após estas primeiras intervenções, iniciou-se um ciclo recorrente de obras de adaptação, alteração e ampliação do edifício, que decorreu até à década de 1960. Tudo isto contribuiu para transformar ainda mais o pouco que restava da estrutura monástica. Depois da ocupação por parte da Casa de Detenção e Correção, as instalações foram cedidas à Escola Preparatória de Caxias, na década de 1970. Todo o complexo ficou desocupado em 2001²²² e o estado de degradação foi acentuado pelo abandono e vandalismo.

Do vasto conjunto arquitectónico que foi descrito ao longo deste trabalho, pouco resta. Não resta nada do mosteiro primitivo, e do mosteiro novo resta a igreja, o claustro pequeno, as galerias do claustro grande e o criptopórtico, embora todos tenham sido alvo de alterações (Fig. 116).

²¹⁹ Rosendo Carvalheira foi um arquitecto importante pelo seu papel de membro fundador da Sociedade dos Arquitectos Portugueses, em 1902 e por ter sido vice-presidente da Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses. A Sociedade dos Arquitectos Portugueses deu origem à actual Ordem dos Arquitectos. BARRADA, Eduardo Martins, «Arquitecto Rosendo Carvalheira (1863-1919), um filho adoptivo de Alexandre Herculano na arte de construir (notas de fixação biográfica)», in *Belas-Artes*, Revista e Boletim da Academia Nacional de Belas-Artes, 3ª série, n.º 3, Lisboa, 1981, pp. 93-109.

²²⁰ Infelizmente, este projecto foi impossível de localizar, quer na presente investigação, quer na investigação realizada por Ricardo Agarez para o livro do centenário do reformatório (AGAREZ, Ricardo, *O Centro Educativo Padre António de Oliveira em Caxias. 1903-2003*. Lisboa, Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), 2005, texto policopiado). O facto do projecto não ter sido encontrado pode justificar-se com a possibilidade de nunca ter sido arquivado em nenhum ministério – uma vez que não foi aplicado, por ser muito dispendioso.

²²¹ FERNANDES, José Maria de Almeida, *op. cit.*, pp. 30-34. Em algumas fotografias da década de 1930 é possível ver como a arcaria do claustro grande foi fechada com janelas para se transformar em salas de aula. De certo modo, isto faz lembrar a configuração da arcaria no início do séc. XVIII, pois, segundo a descrição de Frei João de São Tomás, também tinha janelas.

²²² Fonte: Sistema de Informação para o Património Arquitectónico, Cartuxa de Laveiras / Reformatório de Caxias / Centro Educativo Padre António de Oliveira, número IPA 00003051.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da análise do processo de evolução arquitectónica do conjunto monástico, conclui-se que a planta do mosteiro novo de *Vallis Misericordiae* se enquadra nas directrizes de uma planta-tipo cartusiana²²³. Considerando a topografia da Quinta de Laveiras, pode-se concluir que qualquer tipo de construção, de médias ou grandes dimensões, seria muito difícil de implantar naquele sítio. Se o próprio terreno apresentava dificuldades para uma implantação de um programa pouco complexo, essa dificuldade deveria aumentar exponencialmente tratando-se de um programa tão grande, como o do mosteiro-tipo cartusiano.

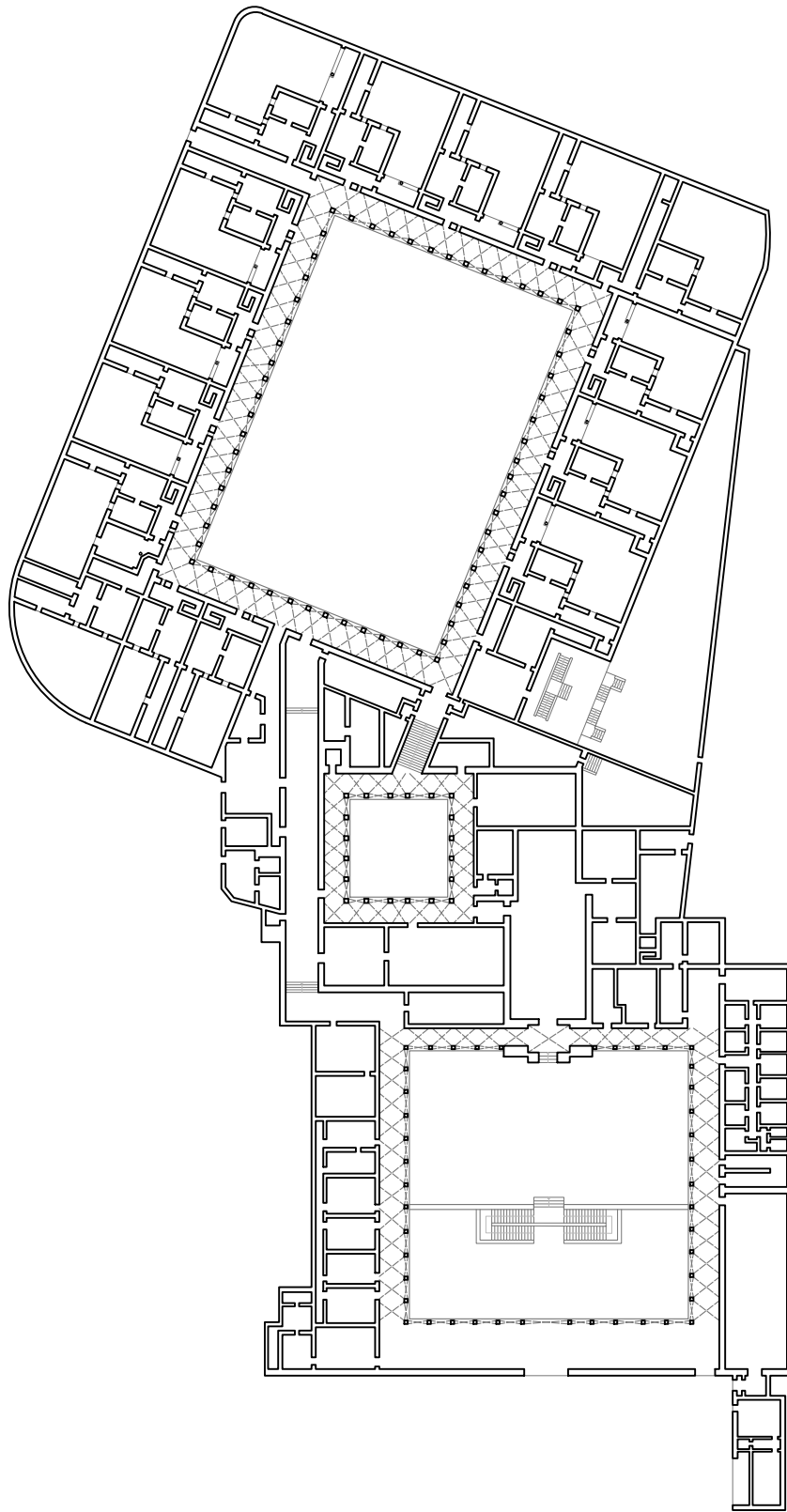
Tendo em conta o modo como outros mosteiros da ordem se implantaram em terrenos inclinados, é plausível afirmar que este mosteiro poderia ter seguido um esquema não tão canónico, como o fez, por exemplo, o Mosteiro de São Marco de Vedana²²⁴, em Itália, também numa situação de encosta íngreme. No entanto, no caso do Mosteiro de Laveiras evidenciou-se a preponderância de um esquema canónico, ainda que contra a pendente do terreno.

De facto, existem muitas semelhanças – construtivas, tipológicas e históricas – entre o Mosteiro de Laveiras e o Mosteiro de Vedana. Em primeiro lugar, a topografia é relativamente idêntica, com a única excepção de que é invertida, ou seja, em Vedana a encosta está a Oeste e a zona mais plana a Este; em segundo, trata-se de duas casas para comunidades pequenas – até doze ou dezoito monges –, enquadrando-se, por isso, na designação *parvæ domus*²²⁵; em terceiro, ambos apresentam, praticamente, o mesmo tipo de espaços (igreja, claustro pequeno e eremitério); em quarto, a implantação longitudinal no eixo Norte-Sul é comum aos dois; em quinto, também existe a hipótese de ter sido um monge cartuxo, Antonio Arlotti, a elaborar o

²²³ Características enunciadas por Viollet-le-Duc na sua definição da Cartuxa de Clermont como mosteiro-tipo da Ordem Cartusiana. VIOLLET-LE-DUC, Eugène, *op. cit.*, pp. 307-310.

²²⁴ Mosteiro fundado em 1456, no Norte de Itália, na região de Veneto. Pertenceu à Província Cartusiana da Toscana e foi um dos últimos mosteiros da ordem a ser fundado em Itália. Funcionou até à primeira extinção, em 1768, mas a sua construção não ficou completa durante este período. O claustro grande só foi terminado (faltavam apenas algumas celas) quando o mosteiro foi novamente instituído, em 1882. *Maisons de l'Ordre des Chartreux*, tomo III, pp. 93-94. A falta de monges e a crise vocacional, que se verificou durante o séc. XX, levou ao segundo encerramento do mosteiro, em 1977. Durante este dois momentos, o mosteiro albergou uma comunidade masculina. Posteriormente, reabriu com uma comunidade de monjas cartuxas e manteve-se em funcionamento até 2014. Fonte: página Web da Ordem da Cartuxa (<http://chartreux.org/pt/monjas/index.php>).

²²⁵ *Maisons de l'Ordre des Chartreux*, tomo III, p. 94.



0 10 40m



Fig. 117: Planta da Cartuxa de Vedana.

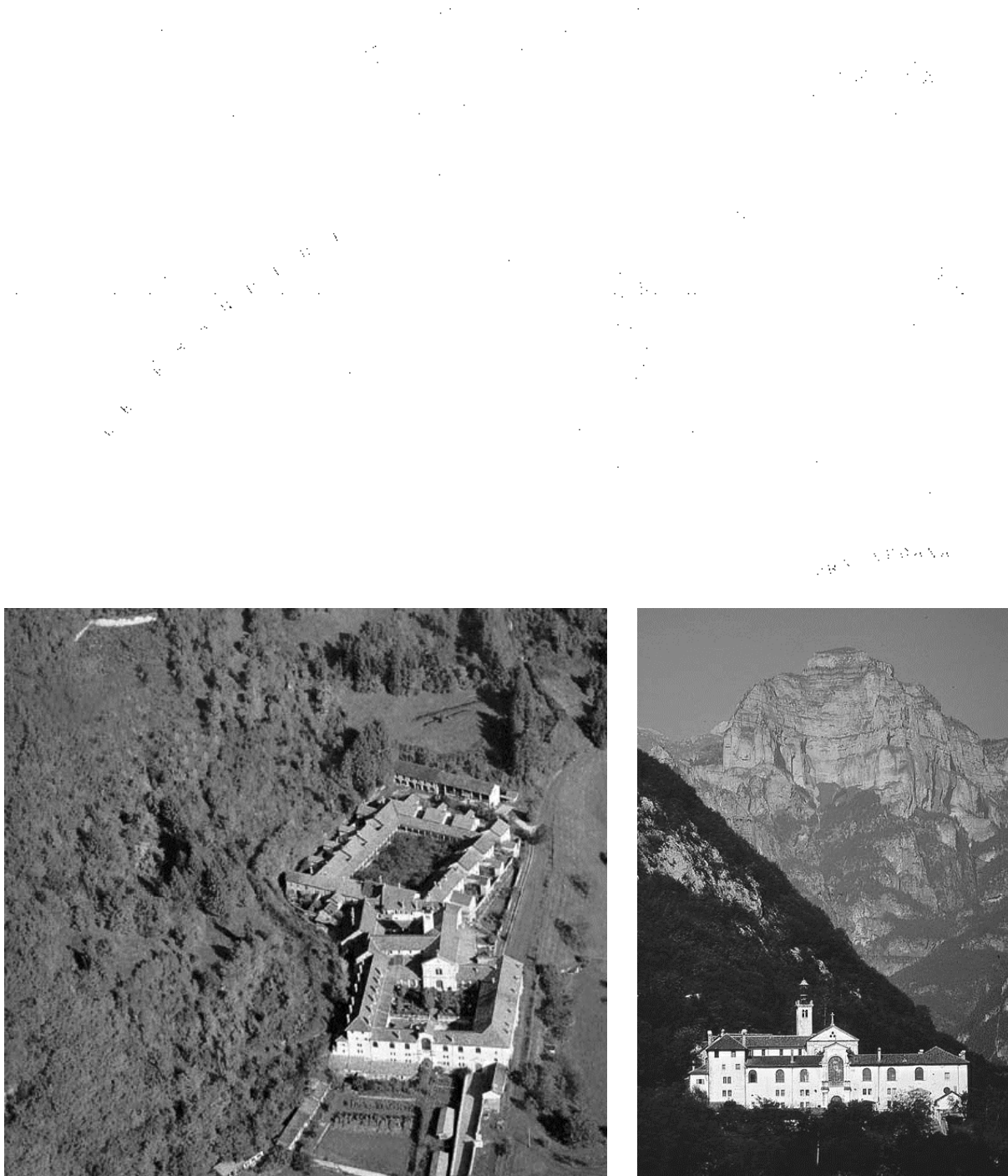


Fig. 118: Topografia da zona de implantação da Cartuxa de Vedana (em cima), vista aérea (inferior esquerda) e fachada do mosteiro (inferior direita).

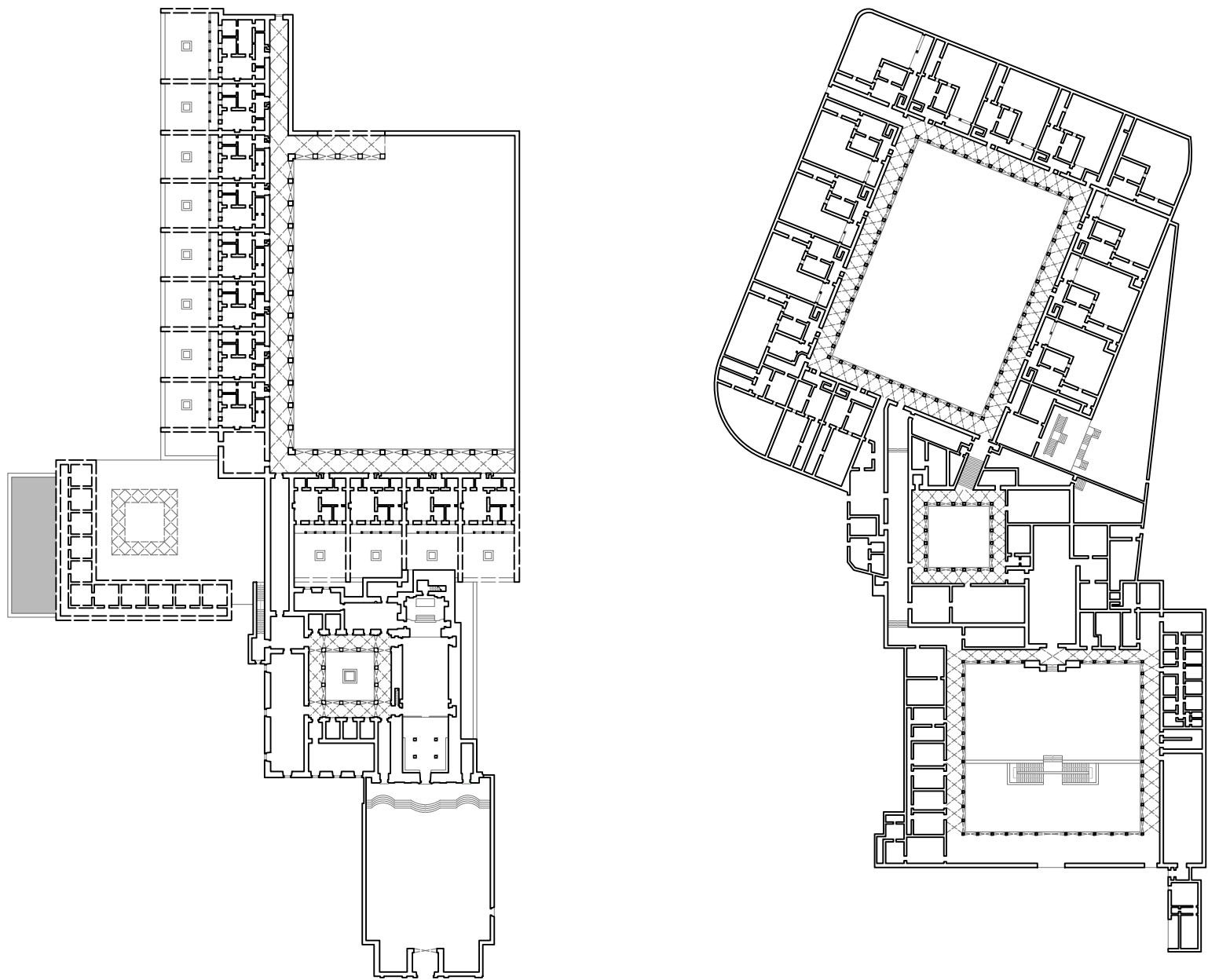


Fig. 119: Plantas da Cartuxa de Laveiras e da Cartuxa de Vedana.

primeiro plano de Vedana²²⁶; e, por fim, ambos sofreram da escassez de recursos monetários.

A grande diferença é, declaradamente, a forma como cada um dos mosteiros se adaptou à encosta. O Mosteiro de Vedana parece ter dividido o típico esquema canónico²²⁷ em dois núcleos – igreja e claustro grande – para poder, com uma ligeira rotação do segundo, encaixar o eremitério numa reentrância do terreno, ficando o claustro pequeno como uma rótula entre ambos. Além disso, a adaptação à topografia fez-se também através de uma sucessão de patamares, a diferentes cotas: o adro da igreja numa cota inferior, a igreja e o claustro pequeno num nível intermédio e o eremitério numa cota superior. Esta diferenciação também permitiu criar uma distinção entre os vários espaços – mundano, comunitário e eremítico –, cada um correspondendo a um nível (Figs. 117-119).

O Mosteiro de *Vallis Misericordiae* teve uma configuração mais próxima da identidade cartusiana, mas isso originou condições adversas na sua adaptabilidade ao local de implantação. De facto, é no equilíbrio entre estes dois aspectos – identidade e adaptabilidade – que reside a fórmula para conseguir um mosteiro cartusiano pleno. Ambos são de extrema importância, porque se a especificidade da arquitectura cartusiana não estiver bem patente no mosteiro, então este torna-se indistinto e semelhante a mosteiros de outras ordens religiosas; mas, por outro lado, o mosteiro deve também oferecer as melhores condições de habitabilidade à comunidade religiosa. De certo modo, se estes aspectos forem levados ao extremo, desvirtuam-se mutuamente, invalidando por completo as premissas destes mosteiros. Uma das descobertas que evidencia exactamente a simbiose destes dois elementos e a procura do seu equilíbrio foi a do poder deliberativo dos monges em relação ao projecto do mosteiro. Isso mostra que mesmo um plano puramente cartusiano podia não estar equilibrado e, por isso, os monges acrescentavam o seu saber secular de vivência religiosa contemplativa.

O facto do mosteiro laveirense não ter tido a magnificência arquitectónica e a opulência decorativa de outros mosteiros cartuxos, não significa que o seu valor arquitectónico possa ser depreciado. O seu estudo é também uma mais-valia para o conhecimento da arquitectura cartusiana, de um ponto de vista geral.

Esta investigação permite um olhar inteiramente novo sobre este mosteiro. Nenhuma obra anterior apresentou registos gráficos acerca da sua configuração. Os estudos de âmbitos historiográfico e religioso foram sucessivamente relegando e

²²⁶ *La Certosa di Vedana. Storia, cultura e arte in un ambiente delle Prealpi Bellunesi*. Florença: [s.n.], 1998, p. 27.

²²⁷ No desenho deste mosteiro, se se alinhasse o eixo longitudinal do eremitério com o eixo da igreja ficaria uma planta perfeitamente enquadrável nas características da planta-tipo cartusiana.



Fig. 120: Degradação das estruturas monásticas restantes (galerias do claustro grande à esquerda e em baixo e igreja à direita).

ocultando a vertente arquitectónica, como se esta não fosse relevante e indispensável para ter um conhecimento mais aprofundado sobre o conjunto monástico. Todos os dados agora expostos têm repercussão numa escala mais abrangente, permitindo que o Mosteiro de Laveiras assumia um lugar mais definido no panorama da história da arquitectura cartusiana. Anteriormente, isto não era possível, uma vez que o enquadramento se ficava pela característica de ser uma *parvæ domus*. A delineação da sua evolução morfológica tornou então possível fazer uma correcta contextualização arquitectónica, tanto em comparação com a sua casa-irmã – Santa Maria de *Scala Cœli*, da qual foi tão próxima em determinados aspectos –, como igualmente com mosteiros cartuxos, coetâneos e outros. Isto facilitou a análise de semelhanças e singularidades que contribuem para caracterizar a arquitectura cartusiana. Só depois de se perceber como terá sido o mosteiro e como se terá enquadrado em relação a outros, é que foi possível chegar à conclusão de que *Vallis Misericordiæ* manifestou uma forte influência de características de mosteiros espanhóis e que estes mosteiros, pertencentes às Províncias de Catalunha e Castela, também apresentaram especificidades não encontradas noutros mosteiros.

No processo para atingir estes resultados, há que destacar o valor dos documentos inéditos encontrados. Mesmo apesar da maioria ser textual, forneceram informações sem as quais não seria possível realizar os registos gráficos. Isto mostra que a pesquisa em arquitectura deve considerar todas as fontes de informação, quer sejam gráficas ou textuais.

A investigação em arquitectura tem cada vez mais um papel fulcral, tanto a nível teórico, como contributo para a história da arquitectura, como a nível prático, como apoio para projecto. Ter um conhecimento aprofundado e bem fundamentado sobre um edifício onde se pretende realizar uma intervenção é um factor determinante, visto que vai ter um impacto – que se pretende que seja positivo – no património. Além disso, esse conhecimento ajuda a estabelecer limites em relação ao que significa respeitar o património, evitando os extremos de conservadorismo ou desvalorização. As vantagens da investigação estendem-se também aos novos projectos, uma vez que abrem horizontes a novas formulações arquitectónicas, que não são inventadas, mas sim reinventadas e reinterpretadas. Desta forma, este estudo sobre o Mosteiro de Santa Maria *Vallis Misericordiæ* será, certamente, uma valiosa contribuição para que um projecto de intervenção neste edifício seja correcto e valorize o extraordinário património que constitui este mosteiro. De facto, a possibilidade de ser feito um projecto deve ser encarada como urgente, porque a degradação das estruturas existentes acentua-se rapidamente, o que pode levar ao seu desaparecimento (Fig. 120).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALDEMIRA, Luís Varela, *Um Ano Trágico: Lisboa em 1836 (a propósito do centenário da Academia de Belas-Artes)*. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1927.

BAIRRADA, Eduardo Martins, «Arquitecto Rosendo Carvalheira (1863-1919), um filho adoptivo de Alexandre Herculano na arte de construir (notas de fixação biográfica)», in *Belas-Artes*, Revista e Boletim da Academia Nacional de Belas-Artes, 3ª série, n.º 3, Lisboa, 1981.

BARBOSA, Ignácio Vilhena, «Fragmentos de um Roteiro de Lisboa (Inedito)», in *Archivo Pittoresco – Semanario Ilustrado*, vol. V. Lisboa: Typographia de Castro Irmão, 1862.

BARBOSA, Ignácio Vilhena, «Fragmentos de um Roteiro de Lisboa (Inedito) – Arrabalde de Lisboa», in *Archivo Pittoresco – Semanario Ilustrado*, vol. VI. Lisboa: Typographia de Castro Irmão, 1863.

BEAUMONT, Maria Alice, *Sequeira 1768-1837 – Um Português na Mudança dos Tempos*, [S. L.] Museu Nacional de Arte Antiga, 1996.

BRANCO, Manuel Bernardes, *Historia das Ordens Monasticas em Portugal*, vol. I. Lisboa: Livraria Editora de Tavares Cardoso & Irmão, 1888.

BRAUNFELS, Wolfgang, *Monasteries of Western Europe: The Architecture of the Orders*. Princeton: University Press, 1972.

CALADO, Margarida, «Lisboa Joanina. De Matos Sequeira a Walter Rossa», in *Olisipo*, II série, n.º 2. Lisboa: Grupo «Amigos de Lisboa», 1996.

CANO BARRANCO, Pedro, *Monografia Historico-Descriptiva de la Cartuja de Montalegre*. Barcelona: Imprenta de Henrich y Compañia, 1921.

CARDOSO, Florentino dos Santos, *As Cartuxas Portuguesas – Estudo Artístico e Arqueológico*, Lisboa, Faculdade de Letras de Lisboa, 1953, dissertação de mestrado, texto dactilografado.

CARDOSO, George, *Agiologio Lusitano dos Sanctos, e Varoens illustres em virtude do Reino de Portugal, e suas conquistas*, tomo II. Lisboa: Officina de Henrique Valente d'Oliveira, 1657.

CARDOSO, Luiz, *Diccionario Geografico, ou Noticia Historica de todas as Cidades, Villas, Lugares, e Aldeas, Rios, Ribeiras, e Serras dos Reynos de Portugal, e Algarve, com todas as cousas raras, que nelle[s] se encontrão, assim antigas, como modernas*, tomo II. Lisboa: Officina Sylviana, 1751.

CASTRO, João Bautista de, *Mappa de Portugal Antigo, e Moderno*, tomo segundo. Lisboa: Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno, 1763.

Chronica Constitucional de Lisboa. Lisboa: Typographia de Fillipe Nery, 1833.

COSTA, António Carvalho da, *Corografia Portugueza, eDescripçam Topografica do famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das cidades, villas e lugares, que contém; varões illustres, genealogias das famílias nobres, fundações de conventos, catalogos dos bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, e outras curiosas observações*, tomo terceiro. Lisboa: Officina Real Deslandesiana, 1712.

DINIZ, Pedro, *Das Ordens Religiosas em Portugal*. Lisboa: Typographia de J. J. A. Silva, 1853.

FERNANDES, José Maria de Almeida, *Monografia do Reformatório Central de Lisboa Padre António de Oliveira 1871-1958*. Caxias: Oficinas Gráficas do Reformatório Central de Lisboa, 1958.

FERRO, Luís, *O Espaço do Eremitério de Santa Maria Scala Coeli – A Casa Cartusiana do Alentejo*. Évora, Universidade de Évora, 2009, dissertação de mestrado.

GÓIS, Damião de, *Descrição da Cidade de Lisboa (em 1554)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1988.

GOMES, J. Pinharanda, *A Ordem da Cartuxa em Portugal – Ensaio de Monografia Histórica*. Salzburg: Analecta Cartusiana n.º 221, 2004.

GOMES, J. Pinharanda, MAYO ESCUDERO, Juan, *A Cartuxa de Lisboa – Legado de Contemplação*. Lisboa: Analecta Cartusiana, n.º 246, 2007.

HOGG, James, *Um Cartuxo, As Cartuxas de Portugal – The Charterhouses of Portugal*. Salzburg: Analecta Cartusiana, n.º 69, 1984

La Província Cartoixana de Catalunya. La Cartoixa de Montalegre. La Província Cartujana de Catalunya. La Cartuja de Montalegre. Barcelona: Diputació Barcelona, Xarxa de Municipis, 2006.

LEAL, Augusto de Pinho, *Portugal Antigo e Moderno*, vol. IV. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira e Companhia, 1874.

Le Corbusier: une encyclopédie. Paris: Centre Georges Pompidou, 1987.

LEFEBVRE, F.-A., *Saint Bruno et l'Ordre des Chartreux*, dois tomos. Paris: Librairie de l'œuvre de Saint-Paul, 1883.

LEONCINI, Giovanni, *La Certosa di Firenze nei suoi rapporti con l'Architettura Certosina*. Salzburg: Analecta Cartusiana, n.º 71, 1979.

Maisons de l'Ordre des Chartreux – Vues et Notices, quatro tomos. Parkminster: Chartreuse de Saint Hugues, 1913-1919.

MAYO ESCUDERO, Juan, *El Aislamiento de la «Província» Lusitana socorrido liberalmente por Dom Le Masson*. Salzburg: Analecta Cartusiana, n.º 212, 2003.

MAYO ESCUDERO, Juan, *As Cartuxas de Portugal através dos Séculos – Crónicas das Cartuxas Portuguesas*. Salzburg: Analecta Cartusiana, n.º 268, 2011.

MARKL, Alexandra, *A obra gráfica de Domingos António de Sequeira no contexto da produção europeia do seu tempo*. Lisboa, Universidade de Lisboa, 2013, tese de doutoramento.

MOLIN, Nicolai, *Historia Cartusiana ab origine ordinis usque ad tempus auctoris anno 1638 defuncti*, três tomos. Tornaci: Cartusiae Sanctae Mariae de Pratis, 1903-1906.

MOROTIO, Carolo, *Theatrum Chronologicum Sacri Cartusienis Ordinis*. Taurini: [s.n.], 1681.

Nouvelle Bibliographie Cartusienne, três volumes. Grenoble: Grande Chartreuse, 2005.

OLIVEIRA, Eduardo Freire de, *Elementos para a Historia do Municipio de Lisboa*, tomo II. Lisboa: Typographia Universal, 1885.

PEREIRA, Luiz Gonzaga, *Monumentos Sacros de Lisboa em 1833*. Lisboa: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1927.

PIMENTEL, Alberto, *O lobo da Madragôa*. Lisboa: A. M. Pereira e Livraria Editora, 1904.

SEQUEIRA, Marta. «Le Corbusier e as casas dos monges brancos», in *Anais do III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva*. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie; Campinas: Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2014.

SILVA, Sara, «Memórias visuais dos conventos do concelho de Oeiras» in *Para a História das Ordens e Congregações Religiosas em Portugal, na Europa e no Mundo*, vol. I. Águeda: Paulinas Editora, 2010.

SORIANO, Simão José da Luz, *Historia da Guerra Civil e do Estabelecimento do Governo Parlamentar em Portugal – compreendendo a historia diplomatica, militar e politica d’este reino desde 1777 até 1834*, tomo I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1870.

SOUSA, António Caetano de, *Historia Genealogica da Casa Real Portugueza, desde a sua origem até o presente, com as famílias illustres, que procedem dos reys, e dos serenissimos Duques de Bragança*, tomo XII parte I. Lisboa: Officina Sylviana e Academia Real, 1747.

SOTTOMAYOR, Miguel, *História da Extinção das Ordens Religiosas em Portugal*. Braga: Typographia Lusitana, 1889.

SUTTON, Denys, *Eighteenth Century Portugal*. Londres: Apollo, 1973.

Un Chartreux, *La Grande Chartreuse par un Chartreux*. Ain: Presses de la Sadag, 1976.

VALLES, Joseph de, *Primer Instituto de la sagrada religion de la Cartuxa. Fundaciones de los conventos de toda España, martires de Inglaterra, y generales de toda la orden*. Madrid: Pablo de Val., 1663.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène, *Dictionnaire Raisonné de l'Architecture Française du XI^{ème} au XVI^{ème} Siècle*, tomo primeiro. Paris: A. Morel, 1867-1868.

Visita alla Certosa presso Pavia e al Palazzo Ducale Visconti in Pavia: con notizie relative ai principali monumenti della stessa città. Pavia: Successori Marelli, 1900.

VITERBO, Sousa, *Diccionario Historico e Documental dos Architectos, Engenheiros e Constructores Portuguezes ou a serviço de Portugal*, vol. III. Lisboa: Imprensa Nacional, 1922.

FONTES MANUSCRITAS

SÃO TOMÁS, Frei João de, *Origines Cartusiarum Lusitaniæ Eborensis scilicet, & Vlyssiponensis scribebat Pater Frater Ioannes á Divo Thoma Monachus professus, & Vicarius Cartusiæ Vlyssiponensis. Anno Domini MDCCXXXIII*

Fundo arquivístico existente no ANTT:

Arquivo Nacional Torre do Tombo, Hospício de Nossa Senhora do Vale da Misericórdia de Laveiras, caixas 1 a 14.

Arquivo Nacional Torre do Tombo, Arquivo do Ministério das Finanças, caixa 2222, n.º 196, *Inventário Geral do Mosteiro de Nossa Senhora do Vale de Misericórdia da Cartuxa de Laveiras a que procedeu o Dr. Caetano Ignacio de Souza Barboza Juiz de Fora nesta Vila em consequência de Portaria da Secretaria de Estado dos Negócios de Justiça, 1823*.

Arquivo Nacional Torre do Tombo, Arquivo do Ministério das Finanças, caixa 2222, n.º 196, *Convento de São Bruno de Laveiras Termo de Oeiras – Traslado do Inventário do Cartório, que se acha nos Autos a página 36, das dívidas activas a página 38v, dos Encargos Pios e não Pios a página 46, dos Foros a página 47, das Tenças, Juros, Padrões, e Ordinarias a página 50, dos prédios urbanos a página 52, dos prédios rústicos a página 56, 1833*.

CRÉDITOS DE IMAGENS

Fig. 1 (pág. 6): Planta da Cartuxa de Clermont (França), após as alterações de 1676.

Fonte: VIOLLET-LE-DUC, Eugène, *Dictionnaire Raisonné de l'Architecture Française du XI^{ème} au XVI^{ème} Siècle*, tomo primeiro. Paris: A. Morel, 1867-1868, pp. 308.

Fig. 2 (pág. 8): Planta da Cartuxa de Santa Maria *Scala Cœli*, de Giovanni Vincenzo Casale.

Fonte: © Biblioteca Nacional de España.

Fig. 3 (pág. 10): Planta da Grande Chartreuse (França). Reconstrução após o incêndio de 1676.

Fonte: desenho da autora com base numa planta contida em *Un Chartreux, La Grande Chartreuse par un Chartreux*, 12^a edição. Ain: Presses de la Sadag, 1976, p. 161.

Fig. 4 (pág. 12): Gravura da crónica *Origines Cartusiarum Lusitanizæ Eborensis scilicet, & Vlyssiponensis scribebat Pater Frater Ioannes á Divo Thoma Monachus professus, & Vicarius Cartusiæ Vlyssiponensis. Anno Domini MDCCXXXIII.*

Fonte: Arquivo Nacional Torre do Tombo, Manuscritos da Livraria, n.º 0608, fl. 1.

Fig. 5 (pág. 14): Gravura da Cartuxa de Évora (meados do séc. XVIII).

Fonte: *Maisons de l'Ordre des Chartreux – Vues et Notices*, tomo III. Parkminster: Chartreuse de Saint Hugues, 1916, p. 249.

Fig. 6 (pág. 16): Referências bibliográficas sobre a Cartuxa de Laveiras.

Fonte: HOGG, James, *Um Cartuxo, As Cartuxas de Portugal – The Charterhouses of Portugal*. Salzburg: Analecta Cartusiana, n.º 69, 1984; GOMES, J. Pinharanda, *A Ordem da Cartuxa em Portugal – Ensaio de Monografia Histórica*. Salzburg: Analecta Cartusiana n.º 221, 2004; GOMES, J. Pinharanda, MAYO ESCUDERO, Juan, *A Cartuxa de Lisboa – Legado de Contemplação*. Lisboa: Analecta Cartusiana, n.º 246, 2007; MAYO ESCUDERO, Juan, *As Cartuxas de Portugal através dos Séculos – Crónicas das Cartuxas Portuguesas*. Salzburg: Analecta Cartusiana, n.º 268, 2011.

Fig. 7 (pág. 18): Vista aérea da Real Quinta de Caxias, a partir de Sudoeste.

Fonte: <http://www.cm-oeiras.pt>

Fig. 8 (pág. 18): Vista da igreja da Cartuxa de Laveiras (década de 1960), após as últimas obras do Reformatório Central de Lisboa Padre António de Oliveira.

Fonte: Sistema de Informação para o Património Arquitectónico, Cartuxa de Laveiras / Reformatório de Caxias / Centro Educativo Padre António de Oliveira, número IPA 00003051.

Fig. 9 (pág. 20): Planta da Cartuxa da Transfiguração (Estados Unidos da América), de Victor Christ-Janer.

Fonte: desenho gentilmente cedido pelos monges da Cartuxa da Transfiguração.

Fig. 10 (pág. 22): Planta da Cartuxa de Nossa Senhora Medianeira (Brasil), de Pedro Saurin.

Fonte: desenho gentilmente cedido pelos monges da Cartuxa de Nossa Senhora Medianeira.

Fig. 11 (pág. 22): Planta da Cartuxa de São José (Argentina), de Federico Sanan.

Fonte: Arquitecto Federico Sanan.

Fig. 12 (pág. 24): Esquícios de celas da Cartuxa de Florença (também designada Cartuxa do Vale de Ema), de Charles Edouard Jeanneret (Le Corbusier), [1907-1911].

Fonte: *Le Corbusier: une encyclopédie*. Paris: Centre Georges Pompidou, 1987, p. 123 e © Fondation Le Corbusier.

Fig. 13 (pág. 26): Gravura sobre a fundação da Ordem Cartusiana existente em *Statuta Ordinis Cartusiensis a Domno Guigone priore cartusie edita*.

Fonte: *Statuta Ordinis Cartusiensis*, disponibilizado por e-rara.ch (<http://dx.doi.org/10.3931/e-rara-2879>).

Fig. 14 (págs. 28-29): Mosteiros e conventos existentes em Lisboa no séc. XVI e fundados durante o séc. XVII.

Fonte: desenho da autora.

Fig. 15 (pág. 30): Mapa de Paris (c. 1550) com localização da Cartuxa de Paris, à direita.

Fonte: www.raremaps.com

Fig. 16 (pág. 30): Gravura da Cartuxa de Paris (meados do séc. XVIII).

Fonte: *Maisons de l'Ordre des Chartreux – Vues et Notices*, tomo II. Parkminster: Chartreuse de Saint Hugues, 1915, p. 19.

Fig. 17 (pág. 32): Mapa de Londres (c. 1560) com localização da Cartuxa de Londres, no topo.

Fonte: www.british-history.ac.uk

Fig. 18 (pág. 32): Gravura da Cartuxa de Londres (meados do séc. XVIII).

Fonte: *Maisons de l'Ordre des Chartreux – Vues et Notices*, tomo IV. Parkminster: Chartreuse de Saint Hugues, 1919, p. 27.

Fig. 19 (pág. 34): Réplica da carta do rei de 30 de Janeiro de 1595.

Fonte: ANTT, Hospício de Nossa Senhora do Vale da Misericórdia de Laveiras, caixa 12.

Fig. 20 (pág. 36): Gravura da Cartuxa de Cazalla (meados do séc. XVIII).

Fonte: *Maisons de l'Ordre des Chartreux – Vues et Notices*, tomo III. Parkminster: Chartreuse de Saint Hugues, 1916, p. 241.

Fig. 21 (pág. 38): Estátua de Nossa Senhora do Vale da Misericórdia no topo da fachada da igreja.

Fonte: fotografia da autora.

Fig. 22 (pág. 40): Mapa do estuário do Rio Tejo, onde se vê o núcleo urbano de Lisboa e as várias povoações junto do caminho de ligação a Cascais. Entre elas está Laveiras (identificada como Leviros).

Fonte: © Biblioteca Nacional de Portugal.

Fig. 23 (pág. 42): Reconstituição da topografia na Quinta de Laveiras.

Fonte: desenho da autora.

Fig. 24 (pág. 44): Planta do mosteiro primitivo, cota 10.

Fonte: desenho da autora.

Fig. 25 (pág. 46): Planta do mosteiro primitivo, cota 15,5.

Fonte: desenho da autora.

Fig. 26 (pág. 48): Planta da Real Quinta de Caxias com marcação da área correspondente a parte da cerca da Cartuxa de Laveiras.

Fonte: © Biblioteca Nacional de Portugal.

Fig. 27 (pág. 48): Gravura da Cartuxa de Laveiras (meados do séc. XVIII) com representação do mosteiro primitivo do lado esquerdo.

Fonte: *Maisons de l'Ordre des Chartreux – Vues et Notices*, tomo III. Parkminster: Chartreuse de Saint Hugues, 1916, p. 253.

Fig. 28 (pág. 50): Abastecimento de água ao mosteiro primitivo através de levada da Ribeira de Barcarena.

Fonte: desenho da autora.

Fig. 29 (pág. 54): Gravura de Lisboa no final do séc. XVI (parte superior) e território até Cascais (parte inferior), onde se inclui Caxias e Laveiras.

Fonte: © Biblioteca Nacional de Portugal.

Fig. 30 (pág. 56): Proposta de Francisco de Mora para a Cartuxa de Évora. Estudo de planta (em cima) e estudo de cela (em baixo).

Fonte: © Biblioteca Nacional de España.

Fig. 31 (pág. 58): Comparação entre a planta do Mosteiro do Escorial (Madrid; monges jerónimos; construído entre 1563 e 1584), em cima, e esquema hipotético da configuração do Mosteiro de Santa Maria *Vallis Misericordiae* (segundo dados apresentados nos capítulos seguintes).

Fonte: desenho de Juan Rafael de la Cuadra Blanco e desenho da autora.

Fig. 32 (pág. 60): Planta do mosteiro primitivo e criptopórtico, cota 10.

Fonte: desenho da autora.

Fig. 33 (pág. 62): Corte AB (corte transversal pelo criptopórtico).

Fonte: desenho da autora.

Fig. 34 (pág. 64): Localização das pedreiras.

Fonte: desenho da autora.

Fig. 35 (pág. 66): Dois padrões de pedra ainda existentes no mosteiro (à esquerda, o padrão da primeira cela doada por D. Luís de Sousa, e à direita, o padrão da cela doada por D. Álvaro da Fonseca Lobo).

Fonte: fotografias da autora.

Fig. 36 (pág. 68): Planta do mosteiro primitivo e da ala Oeste do eremitério, cota 15,5.

Fonte: desenho da autora.

Fig. 37 (pág. 69): Planta do mosteiro primitivo e do eremitério, cota 15,5.

Fonte: desenho da autora.

Fig. 38 (pág. 70): Planta do mosteiro primitivo e do eremitério, cota 15,5.

Fonte: desenho da autora.

Fig. 39 (pág. 71): Planta do mosteiro primitivo e do eremitério, cota 15,5.

Fonte: desenho da autora.

Fig. 40 (pág. 72): Planta do mosteiro primitivo e do eremitério, cota 15,5.

Fonte: desenho da autora.

Fig. 41 (pág. 74): Gravura da Cartuxa de Dijon (meados do séc. XVIII), em cima, e gravuras dos túmulos da igreja-mausoléu (em baixo).

Fonte: *Maisons de l'Ordre des Chartreux – Vues et Notices*, tomo II. Parkminster: Chartreuse de Saint Hugues, 1915, pp. 47 e 49.

Fig. 42 (pág. 76): Gravura da Cartuxa de Laveiras (meados do séc. XVIII) com representação de quatro arcos na galeria Norte do claustro grande.

Fonte: *Maisons de l'Ordre des Chartreux – Vues et Notices*, tomo III. Parkminster: Chartreuse de Saint Hugues, 1916, p. 253.

Fig. 43 (pág. 76): Cartografia do séc. XVIII (à esquerda) e do séc. XIX (à direita) com representação da Cartuxa de Laveiras semelhante a chave antiga.

Fonte: © Biblioteca Nacional de Portugal.

Fig. 44 (pág. 78): Planta da Cartuxa de Montalegre com marcação de cela na cabeceira da igreja.

Fonte: desenho da autora.

Fig. 45 (pág. 78): Planta da Cartuxa de Vall de Christ com marcação de celas na cabeceira da igreja.

Fonte: desenho da autora com base em planta gentilmente cedida pelo arquitecto Enrique Martin Gimeno.

Fig. 46 (pág. 80): Galeria Oeste (à esquerda) e galeria Sul (à direita) do claustro grande.

Fonte: fotografias da autora.

Fig. 47 (pág. 82): Vão na extremidade Norte do claustro grande (a densa vegetação não permite observar a área da cerca).

Fonte: fotografia da autora.

Fig. 48 (pág. 82): As galerias do claustro da Grande Chartreuse também têm janelas, à semelhança do que consta na descrição do claustro da Cartuxa de Laveiras.

Fonte: Un Chartreux, *La Grande Chartreuse par un Chartreux*, 12ª edição. Ain: Presses de la Sadag, 1976, p. 129.

Fig. 49 (pág. 84): Planta da Cartuxa de Bolonha (celas contíguas em redor do claustro grande).

Fonte: *La Certosa di Bologna – Immortalità della memoria*. Bolonha: Editrice Compositori, 1998, p. 27.

Fig. 50 (pág. 84): Planta da Cartuxa de Clermont com marcação das celas de excepção.

Fonte: VIOLLET-LE-DUC, Eugène, *Dictionnaire Raisoné de l'Architecture Française du XI^{ème} au XVI^{ème} Siècle*, tomo primeiro. Paris: A. Morel, 1867-1868, pp. 308.

Fig. 51 (pág. 86): Planta conjectural do claustro grande quadrangular.

Fonte: desenho da autora.

Fig. 52 (pág. 88): Abastecimento de água ao mosteiro primitivo - através de levada da Ribeira de Barcarena -, e ao eremitério - por mina.

Fonte: desenho da autora.

Fig. 53 (pág. 90): Planta da Cartuxa de Clermont com marcação do cemitério no claustro grande.

Fonte: VIOLLET-LE-DUC, Eugène, *Dictionnaire Raisoné de l'Architecture Française du XI^{ème} au XVI^{ème} Siècle*, tomo primeiro. Paris: A. Morel, 1867-1868, pp. 308.

Fig. 54 (pág. 92): Vista aérea do claustro grande da Cartuxa de Padula (Itália) com cemitério assinalado por ciprestes.

Fonte: www.portodiagropoli.com

Fig. 55 (pág. 92): Cemitério no claustro grande da Cartuxa de Évora, também com ciprestes.

Fonte: Victor Henriques (www.panoramio.com)

Fig. 56 (pág. 92): Claustro grande da Cartuxa de Nápoles (Itália) com cemitério à esquerda.

Fonte: www.vesuviolive.it

Fig. 57 (pág. 92): Cemitério no claustro grande da Cartuxa de Florença (Itália).

Fonte: <http://opvakantienartoscane.info>

Fig. 58 (pág. 94): Forte de São Bruno (em cima) e proximidade entre a Cartuxa de Laveiras e o Forte de São Bruno (em baixo).

Fonte: Fernando Machado (<http://olhares.sapo.pt>) e Sistema de Informação para o Património Arquitectónico, Cartuxa de Laveiras / Reformatório de Caxias / Centro Educativo Padre António de Oliveira, número IPA 00003051.

Fig. 59 (pág. 96): Vista do claustro grande Este da Cartuxa de Montalegre (à esquerda) e vista das celas da ala Norte (à direita).

Fonte: <http://4.bp.blogspot.com> e <http://seminariconreria.blogspot.pt>

Fig. 60 (pág. 96): Planta de uma cela da Cartuxa de Montalegre.

Fonte: desenho da autora.

Fig. 61 (pág. 98): Vista do jardim de uma cela da Grande Cartuxa (à esquerda) e interior de uma cela (à direita).

Fonte: Un Chartreux, *La Grande Chartreuse par un Chartreux*, 12^a edição. Ain: Presses de la Sadag, 1976, p. 180-181.

Fig. 62 (pág. 98): Planta de uma cela da Grande Cartuxa.

Fonte: desenho da autora.

Fig. 63 (pág. 100): Vista das celas de uma ala do claustro grande da Cartuxa de Pavia (à esquerda) e jardim de uma cela (à direita).

Fonte: <http://halleyweb.com> e www.lombardiabeniculturali.it

Fig. 64 (pág. 100): Planta de uma cela da Cartuxa de Pavia.

Fonte: desenho da autora.

Fig. 65 (pág. 102): Vista da ala Oeste do eremitério da Cartuxa de Laveiras com criptopórtico que servia de terraço para os jardins das celas.

Fonte: Sistema de Informação para o Património Arquitectónico, Cartuxa de Laveiras / Reformatório de Caxias / Centro Educativo Padre António de Oliveira, número IPA 00003051.

Fig. 66 (pág. 104): Jardim de uma cela da Cartuxa de Montalegre (à esquerda) e jardim de uma cela da Cartuxa de Évora (à direita).

Fonte: <https://cartusialover.wordpress.com>

Fig. 67 (pág. 106): Exemplos de celas identificadas com letras. Cela da Grande Cartuxa com a letra F (superior esquerda), cela da Cartuxa de Florença com a letra X (superior direita), cela da Cartuxa de Évora com a letra V (inferior esquerda) e cela da Cartuxa de Parkminster com a letra L (inferior direita).

Fonte: Un Chartreux, *La Grande Chartreuse par un Chartreux*, 12ª edição. Ain: Presses de la Sadag, 1976, p. 97. <https://cartusialover.wordpress.com>. Fotografia de Ricardo Valente. <https://cartusialover.wordpress.com>

Fig. 68 (pág. 108): Vista aérea da Cartuxa de Nápoles com jardins com arcos à direita (à esquerda) e planta de uma cela (à direita).

Fonte: www.bing.com/maps/ e desenho da autora.

Fig. 69 (pág. 108): Vista aérea da Cartuxa de *Porta Caeli* com jardins com arcos (à esquerda) e planta de uma cela (à direita).

Fonte: <https://lavsdeo.wordpress.com> e desenho da autora.

Fig. 70 (pág. 108): Vista da Cartuxa de Valldemosa com jardins sem muros (à esquerda) e planta de uma cela (à direita).

Fonte: www.todocoleccion.net e desenho da autora.

Fig. 71 (págs. 110-111): Plantas de celas cartusianas.

Fonte: desenho da autora.

Fig. 72 (págs. 112-113): Plantas de celas cartusianas.

Fonte: desenho da autora.

Fig. 73 (pág. 114): Vista das celas da ala Nordeste da Cartuxa de Florença com piso superior ao muro (à esquerda) e planta de uma cela (à direita).

Fonte: <http://www.teladoiofirenze.it> e desenho da autora.

Fig. 74 (pág. 114): Vista das celas da ala Sudoeste da Cartuxa de Miraflores com piso superior ao muro (à esquerda) e planta de uma cela (à direita).

Fonte: <http://pt.slideshare.net> e desenho da autora.

Fig. 75 (pág. 114): Vista das celas da ala Sudoeste da Cartuxa de Aula Dei com piso superior ao muro (à esquerda) e planta de uma cela (à direita).

Fonte: <https://commons.wikimedia.org> e desenho da autora.

Fig. 76 (pág. 116): Planta do criptopórtico (cota 10) com oito secções assinaladas a cinzento.

Fonte: desenho da autora.

Fig. 77 (pág. 118): Celas com a menor e a maior área. Planta da cela da Cartuxa de Hildesheim (à esquerda) e da cela da Cartuxa de Mauerbach (à direita).

Fonte: desenhos da autora.

Fig. 78 (pág. 118): Celas com o menor e o maior comprimento. Planta da cela da Cartuxa de Roermond (à esquerda) e da cela da Cartuxa de Padula (à direita).

Fonte: desenhos da autora.

Fig. 79 (pág. 118): Celas com a menor e a maior largura. Planta da cela da Cartuxa de *Porta Cœli* (à esquerda) e da cela da Cartuxa de Aillon (à direita).

Fonte: desenhos da autora.

Fig. 80 (pág. 120): Celas isoladas, mas com alpendre (Grande Cartuxa e Cartuxa de Pavia), à esquerda. Celas isoladas sem alpendre (Cartuxa de Hinton e Cartuxa de *Scala Cœli*), à direita.

Fonte: desenhos da autora.

Fig. 81 (pág. 120): Celas contíguas (sem jardim entre celas vizinhas) dos mosteiros de *Porta Cœli*, Valldemosa, Miraflores e Jerez de la Frontera.

Fonte: desenhos da autora.

Fig. 82 (pág. 122): Província da Catalunha com quinze mosteiros.

Fonte: *Maisons de l'Ordre des Chartreux – Vues et Notices*, tomo III. Parkminster: Chartreuse de Saint Hugues, 1916, p. 155.

Fig. 83 (pág. 122): Província de Castela com nove mosteiros.

Fonte: *Maisons de l'Ordre des Chartreux – Vues et Notices*, tomo III. Parkminster: Chartreuse de Saint Hugues, 1916, p. 215.

Fig. 84 (pág. 124): Área definida pelo criptopórtico (à esquerda) com espaços típicos de uma cela cartusiana (à direita).

Fonte: desenhos da autora.

Fig. 85 (pág. 124): Semelhança entre o resultado obtido na figura anterior e uma cela da Cartuxa de *Scala Cœli*.

Fonte: desenhos da autora.

Fig. 86 (pág. 124): Adaptação da descrição da crónica à estrutura do criptopórtico (primeira hipótese à esquerda e segunda hipótese à direita).

Fonte: desenho da autora.

Fig. 87 (pág. 124): Adaptação da descrição da crónica à estrutura do criptopórtico (primeira hipótese à esquerda e segunda hipótese à direita).

Fonte: desenho da autora.

Fig. 88 (pág. 124): Adaptação da descrição do inventário de bens de 1823 à estrutura do criptopórtico.

Fonte: desenho da autora.

Fig. 89 (pág. 124): Duas hipóteses para a disposição dos espaços típicos de uma cela cartusiana.

Fonte: desenhos da autora.

Fig. 90 (pág. 124): Comparação entre conjectura de cela do Mosteiro de *Vallis Misericordiæ* e cela do Mosteiro de Valldemosa.

Fonte: desenhos da autora.

Fig. 91 (pág. 128): Fachada da igreja de Nossa Senhora do Vale da Misericórdia (em cima), altar (inferior esquerda) e coro alto (inferior direita).

Fonte: fotografias da autora.

Fig. 92 (pág. 130): Planta do mosteiro primitivo e criptopórtico, cota 10.

Fonte: desenho da autora.

Fig. 93 (pág. 131): Planta do mosteiro primitivo e do mosteiro novo, cota 15,5.

Fonte: desenho da autora.

Fig. 94 (pág. 132): Planta do mosteiro primitivo e do mosteiro novo, cota 15,5.

Fonte: desenho da autora.

Fig. 95 (pág. 134): Claustro pequeno (em cima), ala Este (inferior esquerda) e ala Sul (inferior direita).

Fonte: fotografias da autora.

Fig. 96 (pág. 136): Planta do mosteiro primitivo e do mosteiro novo, cota 15,5.

Fonte: desenho da autora.

Fig. 97 (pág. 138): Planta do mosteiro primitivo e do mosteiro novo, cota 10.

Fonte: desenho da autora.

Fig. 98 (pág. 139): Planta do mosteiro primitivo e do mosteiro novo, cota 15,5.

Fonte: desenho da autora.

Fig. 99 (pág. 140): Porta falsa do lado Este da igreja.

Fonte: fotografia da autora.

Fig. 100 (pág. 140): Escadas de acesso ao terraço do claustro pequeno.

Fonte: fotografia da autora.

Fig. 101 (pág. 142): Claustro pequeno visto do terraço (superior esquerda), corredor de acesso do pátio da igreja ao claustro pequeno (superior esquerda) e ala Sul do claustro pequeno, onde se localizavam três capelas (em baixo).

Fonte: fotografias da autora.

Fig. 102 (pág. 144): Porta de acesso do claustro pequeno para a sacristia (superior esquerda), janela na sacristia (superior direita) e padrão colocado na parede da sacristia, junto à porta de acesso à igreja (em baixo).

Fonte: fotografias da autora.

Fig. 103 (pág. 146): Planta do mosteiro primitivo e do mosteiro novo, cota 15,5.

Fonte: desenho da autora.

Fig. 104 (págs. 148-149): Alçado principal.

Fonte: desenho da autora.

Fig. 105 (págs. 148-149): Corte CD (corte longitudinal).

Fonte: desenho da autora.

Fig. 106 (págs. 150-151): Corte EF (corte transversal).

Fonte: desenho da autora.

Fig. 107 (págs. 150-151): Corte GH (corte transversal).

Fonte: desenho da autora.

Fig. 108 (pág. 154): Planta da Real Quinta de Caxias.

Fonte: © Biblioteca Nacional de Portugal.

Fig. 109 (pág. 156): Porta na Real Quinta de Caxias para acesso à Cartuxa de Laveiras (à esquerda). Tanque da Cartuxa (dentro da quinta), atrás do qual se vê o topo da fachada do mosteiro, com a estátua de Nossa Senhora do Vale da Misericórdia (à direita).

Fonte: fotografias da autora.

Fig. 110 (pág. 158): Cartuxa de Laveiras vista da Ribeira de Barcarena.

Fonte: fotografia da autora.

Fig. 111 (pág. 160-161): Carta Geográfica das Casas da Ordem dos Cartuxos desde a sua fundação até ao ano de 1785, realizada por Frei Hilárion Bonière.

Fonte: Réplica existente na Cartuxa de Farneta (Itália) cedida a Juan Mayo Escudero, que a digitalizou e publicou no seu blog (<http://blog.juanmayo.net/>).

Fig. 112 (pág. 162): Auto-retrato de Domingos António de Sequeira.

Fonte: BEAUMONT, Maria Alice, *Sequeira 1768-1837 – Um Português na Mudança dos Tempos*, [S. L.] Museu Nacional de Arte Antiga, 1996, p. 127.

Fig. 113 (pág. 164): Estudo da figura de São Bruno (em cima) para a pintura São Bruno em oração (em baixo), de Domingos António de Sequeira.

Fonte: BEAUMONT, Maria Alice, *Sequeira 1768-1837 – Um Português na Mudança dos Tempos*, [S. L.] Museu Nacional de Arte Antiga, 1996, p. 176.

Fig. 114 (pág. 166): Conversão de São Bruno (à esquerda) e São Bruno em oração no deserto da Cartuxa (à direita), de Domingos António de Sequeira.

Fonte: BEAUMONT, Maria Alice, *Sequeira 1768-1837 – Um Português na Mudança dos Tempos*, [S. L.] Museu Nacional de Arte Antiga, 1996, p. 175 e 177.

Fig. 115 (pág. 168): Igreja da Cartuxa de Laveiras durante o funcionamento da Casa de Detenção e Correccção (à esquerda), claustro grande com arcos envidraçados (superior direita) e galeria Sul transformada em sala de aula (inferior direita).

Fonte: Sistema de Informação para o Património Arquitectónico, Cartuxa de Laveiras / Reformatório de Caxias / Centro Educativo Padre António de Oliveira, número IPA 00003051.

Fig. 116 (pág. 170): Planta das estruturas restantes do mosteiro, cota 15,5.

Fonte: desenho da autora.

Fig. 117 (pág. 174): Planta da Cartuxa de Vedana.

Fonte: desenho da autora com base em planta cedida pelo Arquivo da Grande Cartuxa.

Fig. 118 (pág. 175): Topografia da zona de implantação da Cartuxa de Vedana (em cima), vista aérea (inferior esquerda) e fachada do mosteiro (inferior direita).

Fonte: Comuna di Sospirolo-Belluno e <http://www.provincia.belluno.it>

Fig. 119 (pág. 176): Plantas da Cartuxa de Laveiras e da Cartuxa de Vedana.

Fonte: desenhos da autora.

Fig. 120 (pág. 179): Degradação das estruturas monásticas restantes (galerias do claustro grande à esquerda e em baixo e igreja à direita).

Fonte: fotografias da autora.